PERPÉTUO SOCORRO

PAS UnB

2ª etapa 2019

Sumário

1- OBRAS MUSICAIS 4

1.1 - O Sal da Terra (BRUNO, ELVIS E VÍTOR) 4

1.2 - "Reisado do Pastoreio/ Batuque - Dança De Negros" de Lorenzo Fernandez (ISRAEL E VÍTOR) 5

1.3 - Inclassificáveis (BRUNO E LUCAS) 5

1.4 - Capoeira e carimbo – Manifestações populares (HAMILTON E JOÃO MARCELO)..... 7

1.5 - Cota Não É Esmola (BRUNO, ZÉLIA E THASMANE)..... 8

1.6 - Maria da Vila Matilde (BRUNO E VÍTOR)..... 10

1.7 - Eu Estou Apaixonada Por Você (VÍTOR, THASMANE E ZÉLIA)..... 12

1.8 - Mar de Brasília (ELVIS, NILDO E STEVE) 12

1.9 – "Flor amorosa" – Joaquim Callado (versão instrumental) (HAMILTON) 13

1.10 - A Cavalgada das Valquírias - Richard Wagner (HAMILTON) 14

1.11 - Cabaça D'água (JACKELINE, NILDO E VÍTOR)..... 15

1.12 – Crab Canon – Bach (HAMILTON) 16

1.13 – Tribunal do Feicebuqui (BRUNO, FERNANDA E VÍTOR)..... 16

2.OBRAS TEATRAIS 17

2.1 UM INIMIGO DO POVO (BRUNO, THASMANE, VÍTOR E ZÉLIA)..... 17

2.2 - MEDIDA POR MEDIDA (BRUNO, THASMANE, VÍTOR E ZÉLIA) 18

3. OBRAS VISUAIS..... 19

3.1 - O Rapto de Prosérpina (HAMILTON)..... 19

3.2 Igreja São Francisco de Assis de Ouro Preto: estrutura arquitetônica, pintura do teto e esculturas encravadas na estrutura, de Aleijadinho e Ataíde, século XVII (ELVIS, HAMILTON E NILDO). 23

3.3 - Roda de capoeira (HAMILTON E JOÃO MARCELO) 25

3.4 - Maria Antonieta com rosa", de LeBrun, 1783, óleo sobre tela (HAMILTON E JOÃO MARCELO) 32

3.5 – O juramento dos Horácios, Jacques-Louis David (HAMILTON E JOÃO MARCELO) 35

3.6 - " Impressão, nascer do sol", de Claude Monet (ELVIS, HAMILTON E NILDO)..... 37

3.7 - Atrás da estação Saint Lazare, fotografia, de Cartier-Bresson (ELVIS, HAMILTON E STEVE)..... 38

3.8 "Jane Avril", litografia de Lautrec, 1893 (BRUNO, HAMILTON E REINALDO)..... 39

3.9 - "A redenção de Cam", de Modesto Brocos, 1895, óleo sobre tela (HAMILTON E ISRAEL) 41

3.10 - “Série Desastres de Guerra”, de Goya,1810-20, gravura. Chapas Selecionadas: Nº 18 - . ”Enterrar e calar”; Nº 51 - “E não há remédio”; Nº 30 -“Estragos da guerra”; “O mesmo”. (HAMILTON E JOÃO MARCELO) 42

3. 11 - Moema – Victor Meirelles (HAMILTON E VÍTOR) 45

3.12 - INDEPENDÊNCIA OU MORTE, PEDRO AMÉRICO (HAMILTON, JOÃO MARCELO E LUCAS) 47

3.13 - A Noite Estrelada,de Vincent Van Gogh (HAMILTON, ELVIS E STEVE) 48

3.14 - "Anartia Olivacea", de José Joaquim Freire, século XVIII, aquarela (HAMILTON E JACKELINE) 51

4. OBRAS ÀUDIO VISUAIS 53

4.1 - A Cidade é uma só? – Adirley Queirós (BRUNO, LUCAS E ZÉLIA) 53

4.2 - Youtuber indígena: Cristian Wariu – Povos indígenas do Brasil (JOÃO MARCELO E LUCAS). 55

4.3 - Plataforma GeoProcessamento (LUCAS E STEVE) 59

4.4 - Precisamos romper com os silêncios | Djamila Ribeiro |(BRUNO E REINALDO) 59

4.5 - Conservar a Amazônia é questão ambiental, social e econômica (LUCAS E JACKELINE) 60

4.6 - Parque Nacional da Serra da Canastra (LUCAS E JACKELINE) 62

5 - OBRAS TEXTUAIS 63

5.1 - Machado de Assis - Pai contra mãe (JOÃO MARCELO, VÍTOR E ZÉLIA) 63

5.2 - Machado de Assis - A IGREJA DO DIABO (VÍTOR E ISRAEL) 69

5.3 - A CARTOMANTE (VÍTOR E THASMANE) 78

5.4 - O ENFERMEIRO (VÍTOR E ZÉLIA) 85

5.5 - O bom crioulo, de Adolfo Caminha (VÍTOR E THASMANE) 90

5.6 - A canção do exílio, Gonçalves Dias (VÍTOR E JACKELINE) 92

5.7 - Ideias íntimas, de Álvares de Azevedo (VÍTOR E ZÉLIA) 93

5.8 - Meus oito anos, de Casimiro de Abreu (ELVIS, VÍTOR E JACKELINE) 99

5.9 - Marieta, de Castro Alves (VÍTOR E THASMANE) 102

5.10 - Sonho africano, de Francisca Júlia (VÍTOR E JOÃO MARCELO) 103

5.11 - Mal secreto, de Raimundo Correia (VÍTOR E THASMANE) 104

5.12 - O Assinalado (Cruz e Sousa) (VÍTOR E THASMANE) 105

5.13 - Ismália - Alphonsus de Guimaraens (VÍTOR) 106

5.14 - A desobediência civil (BRUNO) 107

5.15 – ENTREVISTA - Edagard Zanoto: um olho na ciência, outro na indústria (ELVIS E NILDO) 120

5.16 - Constituição Federal de 1988: Artigo 6º (BRUNO E REINALDO) 124

5.17 - Texto de KANT: Resposta à Pergunta: Que é esclarecimento (REINALDO) 126

5.18 - Declaração Universal dos Direitos Humanos (BRUNO E JOÃO MARCELO). 131

6 - INSERÇÃO DE OBRAS 136

6.1 - Romance - Úrsula, de Maria Firmina dos Reis (VÍTOR) 136

6.2 - Reportagem - Museu Nacional: Em 10 anos, fogo dizima ao menos 8 prédios com tesouros culturais e científicos do país (JACKELINE E JOÃO MARCELO) 138

6.3 - Artigo científico - O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais (ELVIS, JACKELINE, NILDO E STEVE) 142

6.4 - Artigo: Onde as cientistas não têm vez (JACKELINE E FERNANDA) 151

6.5 - Lei: Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006 - Artigos 1º a 12-B da Lei Maria da Penha TÍTULO I, TÍTULO II, CAPÍTULO II (DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA) (BRUNO E ISRAEL) 153

OBRAS DO PAS – 2ª ETAPA

1- OBRAS MUSICAIS

1.1 - O Sal da Terra. (BRUNO, ELVIS E VÍTOR)

Anda, quero te dizer nenhum segredo
Falo desse chão, da nossa casa, vem que tá na hora de arrumar
Tempo, quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante, nem por isso quero me ferir
Vamos precisar de todo mundo pra banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado e quem não é tolo pode ver

A paz na Terra, amor, o pé na terra
A paz na Terra, amor, o sal da...

Terra, és o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro, tu que és a nave nossa irmã
Canta, leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com teus frutos, tu que és do homem a maçã
Vamos precisar de todo mundo, um mais um é sempre mais que dois
Pra melhor juntar as nossas forças é só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora para merecer quem vem depois

Deixa nascer o amor
Deixa fluir o amor
Deixa crescer o amor
Deixa viver o amor

O sal da Terra
Terra...

Compositor: Beto Guedes & Ronaldo Bastos

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WwSCm5H5kh0

Questões para interpretação

1 – Qual a mensagem da música O Sal da Terra?
2 – "... quero viver mais 200 anos" significa que o autor quer atingir essa idade ou que as gerações futuras consigam viver na terra por 200 anos ainda? Explique o porquê de sua resposta.
3 – Você acha que repartir melhor o pão irá ajudar na preservação do nosso planeta?

4 – Em sua opinião, mudanças de comportamento e consciência ecológica individuais resolverão os problemas do meio ambiente? Por quê?
5 – O que o autor quis dizer nos versos
"Terra, és o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro, tu que és a nave nossa irmã".
6 – Quem é o cantor? E qual o título da canção?

7 – “... Quero não ferir meu semelhante / Nem por isso quero me ferir”. O que você entende nestes versos?
8 – O que significa banir do mundo a opressão? Conforme o texto.

9 – No trecho: “Recriar o paraíso agora / Para merecer quem vem depois”. Qual a mensagem que nos transmite?

10 – Temos que deixar nascer, fluir, crescer e viver o amor, por quem?

11 – Quando dizemos, “Leva tua vida em harmonia / E nos alimenta com seus frutos”. O que se entende?

1.2 - "Reisado do Pastoreio/ Batuque - Dança De Negros" de Lorenzo Fernandez. (ISRAEL E VÍTOR)

Trata-se de uma suíte de três danças – Reisado, Toada e Batuque. Essa obra faz referência às celebrações natalinas campesinas do interior do Brasil. Os temas utilizados foram todos inspirados na música popular brasileira. Seu último movimento é o mais conhecido. Os batuques no País tiveram sua origem na música africana.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p7QO3APVTIU

1.3 - Inclassificáveis. (BRUNO E LUCAS)

Que preto, que branco, que índio o quê?
Que branco, que índio, que preto o quê?
Que índio, que preto, que branco o quê?
Que preto branco índio o quê?
Branco índio preto o quê?
Índio preto branco o quê?

Aqui somos mestiços mulatos
Cafuzos pardos mamelucos sararás
Crilouros guaranisseis e judárabes

Orientupis orientupis
Ameriquítalos luso nipo caboclos
Orientupis orientupis
Iberibárbaros indo ciganagôs

Somos o que somos
Inclassificáveis

Não tem um, tem dois
Não tem dois, tem três
Não tem lei, tem leis
Não tem vez, tem vezes
Não tem Deus, tem Deuses
Não há sol a sós

Aqui somos mestiços mulatos
Cafuzos pardos tapuias tupinamboclos
Americarataís yorubárbaros

Somos o que somos
Inclassificáveis

Que preto, que branco, que índio o quê?
Que branco, que índio, que preto o quê?
Que índio, que preto, que branco o quê?
Não tem um, tem dois
Não tem dois, tem três
Não tem lei, tem leis
Não tem vez, tem vezes
Não tem deus, tem deuses
Não tem cor, tem cores
Não há sol a sós

Egipciganos tupinamboclos
Yorubárbaros carataís
Caribocarijós orientapuias
Mamemulatos tropicaburés
Chibarrosados mesticigenados
Oxigenados debaixo do sol

Composição: Arnaldo Antunes

A música *Inclassificáveis* foi composta e gravada por Arnaldo Antunes no ano de 1996 para o álbum *O Silêncio* e contava a participação de Chico Science, expoente da música nordestina de qualidade excepcional na época e que trata de um tema muito pouco conhecido por todos nós: a formação do povo brasileiro como um todo. *Inclassificáveis* traz à tona na seara musical a fenda dos olhos das pessoas perante o Socialismo, a Antropologia e a diferenciação de suas raças.

Para início de conversa, não estamos falando de coisas fáceis: cantar Arnaldo Antunes já é uma tarefa difícil e seus pensamentos com relação àquilo que o rodeia é uma relação de complexidade muito maior que sua própria imaginação conduz. Tendo como crítica clássica sobre um tema tão pouco minado no Brasil (Clara Nunes já vinha com essa miscigenação de raças em sua carreira na década de 1970), Arnaldo apenas reforçou um assunto subliminar sobre aquilo que sabemos que existe, mas que ninguém tem na consciência privada de que é importante para detectarmos quem realmente somos e sobre nossa própria origem, revelando nossos antepassados. Quando foi lançada, a música na voz de Arnaldo e Science não rendeu tantas promessas musicais, mas quando Ney Matogrosso e sua força teatral a cantou no excelente álbum que leva o título da canção, as pessoas pararam e refletiram: de onde é que viemos? Porém, Ney Matogrosso não entrou na onda de ser um sociólogo da música popular brasileira: ele mesclou essa canção antropológica de Arnaldo com canções políticas de Cazuza, Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil com o romantismo lírico de Itamar Assumpção e com os versos de peso moderado de Carlos Careqa e Pedro Luis.

Óbvio que *Inclassificáveis* teve um peso muito maior neste álbum, pois a música não tem fácil articulação vocal e cantar da forma perfeita com a qual Ney canta a transformou em uma das melhores faixas do disco. *Inclassificáveis (2008 / EMI / 28,99)* é um disco completo, com uma capa perfeita e que traz um Ney Matogrosso ainda mais vigoroso dentro de sua arte, dentro de seu universo e dentro de suas conquistas. Arnaldo Antunes compôs *Inclassificáveis* em um nível muito acima de sua intelectualidade: aqui ele trabalha com neologismos e construções

harmônicas de modo a formar uma verdadeira coberta de tiras etno-culturais que formam a analogia do povo brasileiro, interrogando a todo momento a matriz exemplar desse povo (índio, branco e negro), indo direto ao ponto nevrálgico de novas formações culturais, como o mulato, o cafuzo e o mameluco. A partir dessas mesclagens surgem os crilouros, tupinamblocos, guaranisseis, ciganagôs e judárabes. Somos brasileiros inclassificáveis, pois somos frutos de nossa combinação racial secular. Assim como enfatizou Arnaldo cantado brilhantemente por Ney, aqui *não tem cor, tem cores.* Ao analisar o disco inteiro de Ney Matogrosso e refletir basicamente o que uma canção tem a ver com a outra, entre socialismo, antropologia, política e romantismo, posso atestar que vivemos em um Brasil inclassificável.

Disponível em: http://maisculturabrasileira.blogspot.com/2016/07/o-brasil-de-inclassificaveis-por-ney.html

1.4 - Capoeira e carimbo – Manifestações populares. (HAMILTON E JOÃO MARCELO).

Foto: Acervo (FCP – MinC)

A Capoeira é uma manifestação cultural presente hoje em todo o território brasileiro e em mais de 150 países, com variações regionais e locais criadas a partir de suas "modalidades" mais conhecidas: as chamadas "capoeira angola" e "capoeira regional". Os principais aspectos da capoeira, como prática cultural desenvolvida no Brasil, são o saber transmitido pelos mestres, como reconhecidos por seus pares, e a roda, onde a capoeira reúne todos os seus elementos e se realiza de modo pleno.

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – MinC

Mestre camisa fala um pouco sobre a história da capoeira

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V8nlG4UMHw8

Carimbó (HAMILTON E JOÃO MARCELO)

Foto: Everaldo Nascimento (Agência Pará Governo do Pará)

O **Carimbó** é um encontro do pé batido indígena com a dança de origem africana, preservado pela oralidade dos mestres populares. O nome **Carimbó** deriva do instrumento de percussão

indígena *curimbó*, que na língua tupi quer dizer pau oco. Em setembro de 2014, foi aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para se tornar Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Fonte: Revista Raiz e site Amazônia Real

A história do Carimbó - Globo Rural

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mbA6MMoyEBA

*1.5 - Cota Não É Esmola. (*BRUNO, ZÉLIA E THASMANE)

Existe muita coisa que não te disseram na escola
Cota não é esmola!
Experimenta nascer preto na favela pra você ver!
O que rola com preto e pobre não aparece na TV
Opressão, humilhação, preconceito
A gente sabe como termina, quando começa desse jeito
Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais
Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais
Deu meio dia, toma banho vai pra escola a pé
Não tem dinheiro pro busão
Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão
E já que tá cansada quer carona no busão
Mas como é preta e pobre, o motorista grita: não!
E essa é só a primeira porta que se fecha
Não tem busão, já tá cansada, mas se apressa
Chega na escola, outro portão se fecha
Você demorou, não vai entrar na aula de história
Espera, senta aí, já já dá 1 hora
Espera mais um pouco e entra na segunda aula
E vê se não atrasa de novo! A diretora fala

Chega na sala, agora o sono vai batendo
E ela não vai dormir, devagarinho vai aprendendo que
Se a passagem é 3,80 e você tem 3 na mão
Ela interrompe a professora e diz, 'então não vai ter pão'
E os amigos que riem dela todo dia
Riem mais e a humilham mais, o que você faria?
Ela cansou da humilhação e não quer mais escola
E no natal ela chorou, porque não ganhou uma bola
O tempo foi passando e ela foi crescendo
Agora la na rua ela é a preta do suvaco fedorento
Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita

Agora ela cresceu, quer muito estudar
Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular
E a boca seca, seca, nem um cuspe
Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
Que todos são iguais e que cota é esmola
Cansada de esmolas e sem o dim da faculdade
Ela ainda acorda cedo e limpa três apê no centro da cidade

Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades

E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
E nem venha me dizer que isso é vitimismo

E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bote a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
E nem venha me dizer que isso é vitimismo

São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor
Chega junto, venha cá
Você também pode lutar, ei!
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio para revolucionar

Não deixe calar a nossa voz não!
Não deixe calar a nossa voz não!
Não deixe calar a nossa voz não!
Revolução
Não deixe calar a nossa voz não!
Não deixe calar a nossa voz não!
Não deixe calar a nossa voz não!
Revolução

Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai, ei
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
E é peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!

É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!

É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!

Vamo pro canto onde o relógio para
E no silêncio o coração dispara
Vamos reinar igual Zumbi, Dandara
Odara, Odara

Vamo pro canto onde o relógio para
No silêncio o coração dispara
Odara, Odara, ei!

Experimenta nascer preto e pobre na comunidade
Você vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo

Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu ra-cis-mo!
Existe muita coisa que não te disseram na escola!

Cota não é esmola!
Cota não é esmola!
Cota não é esmola!
Eu disse:Cota não é esmola!
Cota não é esmola!
Cota não é esmola!
Cota não é esmola!

São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor!
Chega junto, venha cá
Você também pode lutar
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio revolucionar

Cota não é esmola! Composição: Bia Ferreira

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QcQIaoHajoM

1.6 - Maria da Vila Matilde. (BRUNO E VÍTOR)

Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar

Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix guix guix guix
Eu quero ver
Você pular, você correr
Na frente dos vizim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar

Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix guix guix guix
Eu quero ver
Você pular, você correr

Na frente dos vizim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

E quando o samango chegar
Eu mostro o roxo no meu braço
Entrego teu baralho
Teu bloco de pule
Teu dado chumbado
Ponho água no bule
Passo e ainda ofereço um cafezim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar

Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix guix guix guix
Eu quero ver
Você pular, você correr
Na frente dos vizinhos
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

E quando tua mãe ligar
Eu capricho no esculacho
Digo que é mimado
Que é cheio de dengo
Mal acostumado
Tem nada no quengo
Deita, vira e dorme rapidinho
Você vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Mão, cheia de dedo
Dedo, cheio de unha suja
E pra cima de mim? Pra cima de moi? Jamé, mané!

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Composição: Douglas Germano

Maria da Vila Matilde: a canção é um samba de breque com arranjos distorcidos, escrita por Douglas Germano, ela foi disponibilizada gratuitamente no site Natural Musical, para audição e *download*, a partir das 13h do mesmo dia. A canção faz uma sátira sobre a violência doméstica contra as mulheres no Brasil.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-m393EagdSk

1.7 - Eu Estou Apaixonada Por Você. (VÍTOR, THASMANE E ZÉLIA)

Nessa minha vida agitada
Já não tenho mais tempo pra nada
Já nem posso mais pensar no amor
Mas veja só que mesmo assim
Eu estou apaixonada por você.

E nem mesmo tenho jeito de falar do meu amor
Que é grande sim
Que é tudo enfim
Que existe em mim
Eu estou apaixonada
Eu estou apaixonada por você
E não posso mais ficar
Distante assim do seu carinho
E sei porque tudo que eu faço penso em você
É que eu estou apaixonada

Fico esperando um minutinho
Mesmo que seja só pra ganhar um beijinho
Rapidamente e depressa dizer
Que eu estou apaixonada
Eu estou apaixonada por você

Composição: Erasmo Carlos / Roberto Carlos

Disponível em: https://www.letras.mus.br/gina-lobrista/eu-estou-apaixonada-por-voce/

1.8 - Mar de Brasília. (ELVIS, NILDO E STEVE)

Olhe para o céu e veja o mar azul
Olhe para o céu e sinta a imensidão azul
Veja a explosão de ondas brancas
Meus olhos se perdem em tamanha beleza

Dos quatros cantos da cidade, você vê o horizonte...
A terra que piso é da cor do meu sangue
Na mistura de um povo, ideias e tribos
Aqui tudo é plano mas as arvores são tortas
E Deus escreveu certo no vislumbre do profeta (Dom Bosco)

Abrindo os braços e com as asas da cidade
Faço um mergulho profundo no mar de Brasília
Em um crepúsculo de um céu artista, em um oceano que inspira.
O nosso mar é o céu, mergulhe nas nuvens,
Se perca nas cores, viaje nas luzes

Mulher, menina dos meus olhos
Suas formas voluptuosas, arte-textura de um Oscar
Passeando por suas belas curvas, pistas que aceleram o meu coração
Menina, mulher do meu país, faz o meu povo decolar
Você é um avião!
Cai a noite, um oceano de estrelas
A lua cheia no lago é a nossa sereia
Vivemos como poucos, místicos, poetas e loucos

Buscando nas festas, a diversão de suas noites perfeitas
E o céu na tormenta das luzes é o astro que nasce

Abrindo os braços e com as asas da cidade
Faço um mergulho profundo no mar de Brasília
Em um crepúsculo de um céu artista
Em um oceano que inspira, o nosso mar é o céu,
Mergulhe nas nuvens, se perca nas cores, viaje nas luzes

Intérprete: banda Engels Espíritos

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H99TIvyS9es

1.9 – "Flor amorosa" – Joaquim Callado (versão instrumental). (HAMILTON)

Joaquim Antônio da Silva Callado Jr. (Rio de Janeiro RJ 1848 - idem 1880). Compositor e flautista. Desde muito cedo convive com a música, já que o pai é professor de música, pistonista e mestre de banda na Sociedade dos Artistas e na Sociedade Carnavalesca dos Zuavos. Além disso, a família frequenta os clubes e festejos carnavalescos de meados do século XIX. Mestiço e de família pobre, é educado em casa e tem as primeiras noções de música, piano e flauta com o pai. Instrumentista promissor, em 1866 inicia aula de regência, harmonia e composição com o maestro Henrique Alves de Mesquita, que exerce forte influência em sua formação musical. No ano seguinte, casa-se com Feliciana Adelaide Callado, com quem tem três filhas e um filho. Com família para sustentar, inicia vida de músico profissional, tocando flauta em concertos - por exemplo, como segundo flautista no Teatro Ginásio Dramático diante da família imperial -, bandas e conjuntos, em salões privados e clubes populares. Nesse mesmo ano compõe a quadrilha *Carnaval de 1867*, que alcança relativo êxito. Em 1869, publica a polca *Querida por Todos,* dedicada à amiga Chiquinha Gonzaga, com quem frequenta rodas de música. As relações com a maestrina se mantêm, eles começam a tocar juntos e realizam diversas atividades profissionais.

Simultaneamente às atividades profissionais, Callado participa e organiza rodas informais de músicos nas quais se escuta e se toca todo tipo de música. Com base na vivência nesses círculos populares de música, organiza, em 1870, seu próprio conjunto, o Choro Carioca ou o Choro do Callado*.* Rapidamente ele se torna uma referência para a época e para a história do choro. Desse modo, aparece como um dos principais protagonistas na construção desse gênero popular e na forma de tocá-lo. Na década de 1870, torna-se músico reconhecido pela sociedade carioca, embora muitas vezes seja criticado como compositor. Isso ocorre, por exemplo, em 1873, com a composição *Lundu Característico,* que consegue relativo sucesso. Apesar disso, durante a década, sua carreira permanece em ascensão como compositor, quando edita as polcas *Linguagens do Coração* (1872), *Ímã* (1873) e *Cruzes, Minha Prima* (1875), entre tantas outras peças. Ao mesmo tempo torna-se célebre entre os músicos cariocas, que o consideram o grande flautista da cidade.

Todo esse prestígio se evidencia com sua nomeação, em 1871, para a cadeira de professor de flauta do Conservatório de Música do Rio de Janeiro e ao receber a condecoração de Comendador da Ordem da Rosa, em 1879. Contudo, sua carreira é bruscamente interrompida aos 32 anos, quando adoece (contrai meningite) e falece logo em seguida. Para homenageá-lo, Catulo da Paixão Cearense imediatamente compõe letra para a polca *Flor Amorosa* (1880), consagrando-a no cancioneiro nacional.

Fonte: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa560988/joaquim-antonio-callado

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SabLYXAdOGI

1.10 - A Cavalgada das Valquírias - Richard Wagner. (HAMILTON)

Ironicamente, a despeito de seu ideal de uma arte sintética, que unisse, em uma única manifestação, música, drama e palavra, Richard Wagner e sua música se tornaram conhecidos, em tempos mais recentes, principalmente pelos trechos sinfônicos de suas óperas. No entanto, esses excertos preservam tamanha coesão interna, que, ainda que isolados, não se desvirtuam esteticamente das proposições estéticas e linguísticas, por assim dizer, lançadas por Wagner. Com isso, foram beneficiados o repertório sinfônico e o público em geral: a este, nem sempre disposto a ouvir integralmente obras tão extensas e complexas como *Parsifal* ou *Tristão e Isolda*, foi dada a oportunidade de travar contato com um aspecto importante da linguagem da fase final do Romantismo. Àquele foi dada justamente a oportunidade de incluir nos concertos esse mesmo repertório, levando-o para além dos espaços um tanto restritos e "sacralizados" da ópera wagneriana, cujo maior exemplo são os espetáculos do Festival de Bayreuth. Assim integrados ao repertório sinfônico, caíram no gosto do público trechos como a Abertura de *Tannhäuser*, o Prelúdio de *Tristão e Isolda* (frequentemente sucedido, nos concertos sinfônicos, pela Morte de Isolda, ária final da ópera), a abertura de *Os Mestres Cantores de Nuremberg* e *A Cavalgada das Valquírias*.

À parte a famosa Marcha Nupcial (na verdade se trata de um coro nupcial inserido num momento apoteótico de Lohengrin, ópera de 1850), hoje torturada – em cerimônias de casamento do mundo todo – pelas mais bizarras formações instrumentais, o trecho instrumental das óperas de Wagner mais explorado pela mídia em tempos recentes talvez seja justamente *A Cavalgada das Valquírias*. Essa peça abre o terceiro ato de *A Valquíria*, segunda ópera de uma tetralogia intitulada *O Anel do Nibelungo*, constituída por: *O Ouro do Reno*, *A Valquíria*, *Siegfried* e *O Crepúsculo dos Deuses*.

Composto entre 1848 e 1874, *O Anel do Nibelungo* é um marco definidor da linguagem wagneriana. Aí Wagner abraça definitivamente as propostas preconizadas em *Ópera e Drama*, grande ensaio publicado em 1851, em que ele define o que chama de "trabalho artístico do futuro", no qual música, poesia e artes visuais deveriam se fundir numa única manifestação, a que ele nomeia "Drama Musical". Assim, Wagner toma por base para o enredo do Anel (saga épica cujo *libretto* ele mesmo escreve) elementos da mitologia nórdica e germânica, cujo centro narrativo trata da luta pela posse de um anel mágico, forjado pelo anão Alberich, feito de ouro do Rio Reno.

No entanto, mais do que concretizar suas ideias a respeito do "Drama Musical", *O Anel do Nibelungo* é, para Wagner, o meio em que ele articula definitivamente aspectos fundamentais de sua linguagem. A técnica do *leitmotif* é aí ampla e explicitamente empregada, a orquestração toma novas dimensões (com a criação, inclusive, de novos instrumentos, como a "trompa wagneriana") e o trabalho com o sistema tonal passa a ser de tal forma arrojado, que há quem diga que não se trata mais de tonalidade, mas de regiões tonais. Se esse tipo de trabalho, em que se explora a instabilidade do cromatismo, já havia sido levado exponencialmente a termo em *Tristão e Isolda* (1865), é explorado também nas óperas do *Anel*, como elemento já filtrado e transformado em fundamento da própria linguagem wagneriana, agora amadurecida.

A Valquíria foi concluída na primavera de 1856. Nessa segunda ópera do *Anel* é que se começa efetivamente a desenrolar o enredo da saga. Em *A Valquíria* o drama gira em torno do desentendimento da valquíria Brünhilde com o pai Wotan, chefe dos deuses, quando ela hesita em obedecer a uma ordem do pai. Na mitologia wagneriana, as valquírias eram encarregadas de levar as almas dos guerreiros mortos para o Walhalla. Assim, abrindo o terceiro ato da ópera, *A Cavalgada das Valquírias* é dotada, na acepção wagneriana de drama musical, de certos elementos descritivos que procuram evocar a imagem dessas donzelas guerreiras, no papel que elas cumprem dentro da mitologia do *Anel*.

Também no terceiro ato, encerrando a ópera, estão a tocante ária hoje conhecida como *O Adeus de Wotan* e outro excerto instrumental, conhecido como *A Música do Fogo Mágico*. Nessa cena final, Wotan, compadecido da sorte de sua filha preferida, transformada em mortal, beija os olhos de Brünhilde e a coloca em um sono mágico. Ele ordena que Loge, o semideus nórdico do fogo, acenda um círculo de chamas que a irá proteger e então, cheio de tristeza, se retira. À parte a beleza da música e da cena, esse trecho é particularmente importante na composição do *Anel* porque aí é introduzido um *leitmotif* que mais tarde será identificado com a figura de Siegfried.

Moacyr Laterza Filho
Pianista e cravista, Doutor em Literaturas de Língua Portuguesa, professor da Universidade do Estado de Minas Gerais e da Fundação de Educação Artística.

Disponível em: https://filarmonica.art.br/educacional/obras-e-compositores/obra/wagner-a-cavalgada-das-valquirias/

1.11 - Cabaça D'água

Se agora no mundo acabasse água de beber
E no fundo de um copo restasse sede de viver

Que que cê ia fazer, camarada?
Que que cê ia fazer?

A vaidade do homem consome
Sede de viver
Tanto pingo que pinga que some
Água de beber

Água de beber, camarada
Água de beber

Águas de março do Rio de Janeiro
Verão em fevereiro lua de Yemanjá

Se não restasse nenhuma cabaça d'água
Que que cê ia fazer?

Composição: Alberto Salgado

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H16zpunzWuE&list=OLAK5uy_luXtbtaeZFvbhLdT4iqutuq2HxlzMVoCo&index=5

Do site Nossa Dica, de Brasília:

“Salgado é um tempero a mais na moderna música popular brasileira. O diferencial na sua maneira de tocar está nas marcações rítmicas, no violão percussivo e em compassos compostos e alternados marcados por influências da bossa nova, do samba, do afro-samba e de mantras-percussivos, que se unem dentro de uma identidade única e envolvida por uma atmosfera moderna, forte e marcante de sua música experimental e contemporânea. Sonoridades que se fundem às letras que tratam de assuntos ecológicos, cotidianos de forma inteligente e com pitadas de bom humor.”

Na música **Cabaça D'Água**, o cantor se preocupa com a falta de água no planeta e nos lança a questão sobre a sede por água de beber.

1.12 – Crab Canon – Bach. (HAMILTON).

Bach não era de recuar diante de dificuldades. Ao contrário, costumava propor a si mesmo problemas e mais problemas. Na obra Crab Canon temos uma demonstração gráfica da complexidade da coisa. O exemplo abaixo é dos enigmáticos "*Cânones Caranguejos*". O manuscrito retrata uma única sequência musical que é para ser tocada de frente para trás e de trás para frente. Um cânon caranguejo, também conhecido pela forma latina do nome: "*Canon Cancrizans*", é um arranjo de duas linhas musicais que são complementares de frente para trás, semelhante a um palíndromo.

Também é conhecido como um cânone "*Quaerendo Invenietis*", combinando retrocesso com inversão, ou seja, a música é virada de cabeça para baixo para ser tocada.

Fonte: http://miltonribeiro.sul21.com.br/tag/johann-sebastian-bach/

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xUHQ2ybTejU

1.13 – Tribunal do Feicebuqui. (BRUNO, FERNANDA E VÍTOR).

Tom Zé mané
Baixou o tom
Baba baby
Bebe e baba
Velho babão

Tom Zé bundão
Baixou o tom
Baba baby
Bebe e baba
Mané babão

Seu americanizado
Quer bancar Carmen Miranda
Rebentou o botão da calça
Tio Sam baixou em sampa

Vendido, vendido, vendido!
A preço de banana
Já não olha mais pro samba
Tá estudando propaganda

Que decepção
Traidor, mudou de lado
Corrompido, mentiroso
Seu sorriso engarrafado

Não ouço mais, eu não gostei do papo
Pra mim é o príncipe que virou sapo
Onde já se viu? Refrigerante!
E agora é a Madalena arrependida com conservantes
Bruxo, descobrimos seu truque
Defenda-se já No tribunal do Feicebuqui

A súplica
Que é que custava morrer de fome só pra fazer música?

Compositores: (Marcelo Segreto / Gustavo Galo / Tatá Aeroplano / Emicida)

"Que que custava morrer de fome só pra fazer música?". A conclusão da homônima primeira faixa de ***Tribunal do Feicebuqui*** dá todo o tom da ironia presente no disco, feito após a confusão gerada quando **Tom Zé** foi contratado para dar voz a uma propaganda em vídeo da Coca-Cola. Fosse qualquer artista, outra marca ou qualquer outro país, talvez isso não rendesse nada. No caso do Brasil de 2013, argumentos mesquinhos atolaram as redes sociais contra o cantor por mostrar-se "vendido".

Ao mesmo tempo em que as críticas negativas (às vezes negativas) apareciam aos montes, um verdadeiro exército pró-Tom Zé vestiu a camisa para defender o músico. Dentre eles, Emicida, Tatá Aeroplano e músicos das bandas O Terno, Filarmônica de Pasárgada e Trupe Chá de Boldo. Junto do produtor Daniel Maia, foi essa a equipe que co-concebeu as cinco canções do compacto.

Fonte: https://monkeybuzz.com.br/resenhas/albuns/tom-ze-tribunal-do-feicebuqui/

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MVofgXu9Vnk

2.OBRAS TEATRAIS

2.1 UM INIMIGO DO POVO. (BRUNO, THASMANE, VÍTOR E ZÉLIA).

Henrik Ibsen
Tradução de Pedro Mantiqueira

Um inimigo do povo foi publicado em Copenhague em 1882 e estreou no Teatro Nacional em Oslo em 13 de janeiro de 1883. Imediatamente foi traduzido para dezenas de línguas e quase simultaneamente foi encenado e publicado em quase toda a Europa, numa repercussão digna dos grandes autores franceses que monopolizavam a dramaturgia da época. A estreia em Paris foi marcada por grandes manifestações no teatro de apoio às ideias anarquistas. A enorme repercussão da peça motivou longos e apaixonados artigos do deputado socialista Jean Jaurès (1859-1914) e do deputado esquerdista e grande intelectual do seu tempo Georges Benjamin

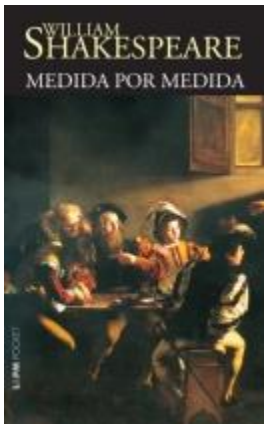
Clemenceau (1841-1929). Em 1898, voltou a ser apresentada em Paris em meio ao célebre processo Dreyfus, quando as sessões de *Um inimigo do povo* eram seguidamente interrompidas com aclamações de protesto contra o Estado e de apoio a Ibsen e Zola, que pontificava na época com seu célebre libelo libertário J'accuse a favor de Alfred Dreyfus.

Esta peça é uma obra-prima sobre as contradições humanas e a falência do indivíduo diante da unanimidade. Mesmo diante da vontade de praticar o bem comum, o dr. Stockmann entra em choque com os interesses mesquinhos da cidade. Vítima da maioria e da unanimidade, o homem que queria salvar a cidade torna-se o inimigo do povo. Estas ideias de Ibsen aproximavam-se muito das ideias anarquistas que tinham amplo apoio de importantes segmentos intelectuais e políticos da sociedade da época. A peça é uma impiedosa crítica às elites, aos governos, aos partidos e ao pensamento único.

Fonte: https://www.lpm-editores.com.br/site/default.asp?Template=../livros/layout_produto.asp&CategoriaID=619066&ID=921908

2.2 - MEDIDA POR MEDIDA. (BRUNO, THASMANE, VÍTOR E ZÉLIA).

William Shakespeare
Tradução de Beatriz Viégas-Faria



O poder que corrompe

"A peça gira toda em torno dos conceitos de justiça e corrupção, equidade e abuso do poder, castidade e volúpia, ou seja, de sentimentos conflitantes que não raro ocorrem num mesmo personagem. (...) Que mensagem Shakespeare estaria nos transmitindo com sua peça, se é que havia outra intenção além de criar um texto para ser representado e lhe proporcionar algum pecúlio? Estaria Shakespeare zombando da justiça dos nobres e poderosos, expondo-lhes a fraqueza de julgamento diante de seu poder de condenação?"

(Trecho da apresentação de Ivo Barroso)

Quando se ausenta de Viena, o duque Vicêncio deixa o poder nas mãos de Ângelo, um rigoroso juiz que faz cumprir à risca as leis contra a fornicação em vigor na cidade. Porém, a aplicação obstinada da lei resulta na separação de dois inocentes: por não terem seguido todos os trâmites legais ao casar-se, a gravidez de Julieta rende a Cláudio o encarceramento e uma condenação à morte. Isabella, noviça e irmã do prisioneiro, tenta reverter a sentença, mas Ângelo mostra-se irredutível – a não ser que a donzela esteja disposta a comprar a vida do irmão com a própria virgindade. Para tomar essa decisão, Isabella recebe a ajuda de um misterioso frei, que surge para ajudá-la a combater os malfeitos de Ângelo.

Embora seja em geral considerada uma comédia, *Medida por medida* tem momentos de intenso drama. Escrito em 1603 ou 1604, o texto permanece atual por abordar temas como o poder, a corrupção e os dilemas éticos e morais da vida pública e privada.

Fonte: https://www.lpm.com.br/site/default.asp?Template=../livros/layout_produto.asp&CategoriaID=619066&ID=602254

3. OBRAS VISUAIS

3.1 - O Rapto de Prosérpina. (HAMILTON).

A ESCULTURA

O Rapto de Prosérpina é uma escultura de Gian Lorenzo Bernini. Michelangelo quando esculpiu a Pietá tinha 23 anos, já Bernini esculpiu esta obra com 24 anos (algumas fontes apontam que ele fez com 23 anos, assim como Michelangelo com a Pietá).

Ela foi patrocinada por Scipione Borghese, um cardeal e mecenas para Bernini e Caravaggio.

Em 1622, o cardeal Scipione deu a obra para outro cardeal, Ludovisi, que a levou para sua vila, onde ficou até 1908, ano em que o estado italiano comprou a escultura e a trouxe para a Galleria Borghese, onde se encontra até hoje, em Roma.

Possui elementos do Barroco, um termo de origem espanhola aplicado para designar pérolas de forma irregular. Suas características são: o predomínio das linhas curvas e dos drapeados das vestes; os gestos e os rostos das personagens revelam emoções violentas e atingem uma dramaticidade desconhecida anteriormente no Renascimento.

Escultura de mármore, apresenta um contraposto retorcido e tamanho natural. São notáveis a representação de detalhes: Prosérpina empurra a cabeça de Plutão enquanto este aperta a pele macia de Prosérpina para tentar imobilizá-la.

Ela, confusa e desesperada, luta para se livrar do abraço. Atrás das figuras, uma testemunha desse momento de paixão e terror, Cérbero, o cão de três cabeças que guarda a entrada do mundo obscuro.

O ESCULTOR - BERNINI

Bernini (1598-1680), arquiteto, urbanista, decorador e escultor, é considerado um dos maiores artistas do século XVII, tendo seu trabalho quase todo centrado na cidade de Roma. Algumas de suas obras serviram de elementos decorativos das igrejas, como, por exemplo, o baldaquino e a cadeira de São Pedro, ambos na Basílica de São Pedro, no Vaticano. É também de sua autoria a famosa escultura “O êxtase de Santa Teresa” (figura abaixo).

Êxtase de Santa Teresa

O mito romano do rapto de Prosérpina por Plutão é uma lenda que também aparece na cultura grega, onde Plutão se chama Hades e Prosérpina é Perséfone, que encantou o obscuro deus com sua beleza, filha da deusa das colheitas Deméter.

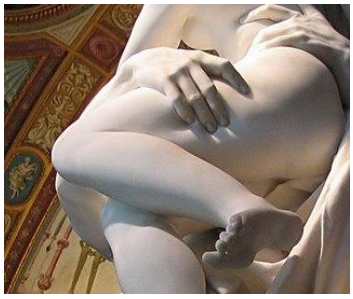
Ela é raptada por Plutão e levada para as profundezas da Terra, deixando sua mãe enfurecida. O rapto fez com que Deméter castigasse o mundo, arrasando com as plantações, entregando o mundo ao caos e à fome.

Conta-se que Perséfone não podia comer nada que lhe fosse oferecido ou ela nunca mais voltaria para casa. Enquanto Zeus tentava convencer Plutão a liberar a moça tamanho era o desespero de sua mãe, Perséfone comeu algumas sementes de romã, selando o seu destino. Assim, ela se viu obrigada a casar com Plutão, o que deixou Deméter ainda mais furiosa.

Chegaram a um acordo e, Perséfone passaria metade do ano com o marido e a outra metade com a mãe. Dessa maneira, Deméter aceitou e assim os gregos explicavam as épocas do ano. Quando era verão e primavera, sua filha estava ao seu lado. No inverno e no outono, épocas frias, sem colheitas, Perséfone estava com o marido.

Deméter ficou satisfeita com tal arranjo e, sempre que Prosérpina sobe à terra, sua mãe restitui favores sobre esta; assim, durante metade do ano, brinda a terra com as estações da Primavera e do Verão, representando sua felicidade pela presença de sua filha; quando esta retorna ao submundo na outra metade do ano, sua mãe fica triste, e surgem o Outono e o Inverno.

No fundo, esta estória de Deméter (ou Ceres) e Prosérpina é uma alegoria; a filha representa a semente do trigo, que, quando enterrada no chão, ali fica escondida, ou seja, é levada pelo deus do submundo. Depois, reaparece; quando ela é restituída à sua mãe, e a Primavera surge, com os grãos dando frutos e as flores desabrochando (é o período da colheita).



Fonte: http://cafecomexpressao.blogspot.com.br/2012/10/o-rapto-de-proserpina.html

3.2 Igreja São Francisco de Assis de Ouro Preto: estrutura arquitetônica, pintura do teto e esculturas encravadas na estrutura, de Aleijadinho e Ataíde, século XVII.

Construção iniciada em 1766, pela Ordem Terceira de São Francisco de Assis - a primeira ordem terceira criada em Ouro Preto, que remonta a 1745. Obra-prima de Antônio Francisco Lisboa, que assina o projeto e o risco da portada. No teto da nave central pinturas do mestre Manuel da Costa Ataíde, representando a glorificação de Nossa Senhora. Destaque para o coroamento da porta principal, escultura em pedra-sabão e, na sacristia, o lavabo, ambos esculpidos por Aleijadinho.

A Igreja São Francisco de Assis foi um dos primeiros bens tombados individualmente em Ouro Preto, em âmbito Nacional em 1938. O tapa-vento foi executado por Manoel Gonçalves em 1806, e as portas principais e laterais, por Lucas Evangelista de Jesus. Datam de 1826 os ladrilhos dos corredores, e os altares laterais foram confeccionados entre 1829 e 1890. (Guia Cultural Trem da Vale, 2ª Edição)

Em 2009 foi eleita uma das 7 Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundo, em concurso realizado com objetivo de divulgar o legado da Expansão Portuguesa no Mundo.

Irmandade

A Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis

A Ordem Terceira da Penitência foi a primeira associação criada em Vila Rica com este estatuto. Fundada em 1221, para que os leigos pudessem professar sua fé franciscana, foi aprovada pelo papa Nicolau IV em 1289. No Brasil, foi fundada em 1745 por Frei Antônio da Conceição, que respondendo aos pedidos dos imigrantes devotos de São Francisco residentes em Vila Rica, aprovou a instalação da irmandade nesta região, a cargo de Frei Antônio de Santa Maria.[1]

A Ordem Terceira da Penitência de São Francisco era constituída essencialmente por homens brancos, sendo impedidos de ingressar na congregação aqueles que não apresentassem “limpeza de sangue” ou mesmo que estivessem ligados pelo casamento a alguém que não o possuísse. Tal exigência se mostrou bastante rígida durante longos anos na história da Ordem, porém, com o tempo, a entrada de homens de cor passou a ser permitida. Congregava, em sua maioria, os intelectuais da região.

Seu primeiro Compromisso foi submetido à aprovação pela Casa Capitular de Santo Antônio no Rio de Janeiro, em 1756, porém, a Ordem já havia iniciado suas atividades, a primeira lista de irmãos professos é de 1746 e a primeira mesa administrativa foi eleita em 1751. A aprovação dos Estatutos veio de Madrid em 1761, a da Santa Sé foi obtida anteriormente, em 1760.[2]

A construção de seu templo foi iniciada por volta de 1765, em local próximo à capela de Bom Jesus dos Perdões (hoje Mercês e Perdões), levada a cargo por Aleijadinho e Manuel da Costa Athaíde. As obras só foram concluídas em 1806, e muitos detalhes só encontraram finalização em meados do século XIX.

O inconfidente Cláudio Manoel da Costa foi contratado em 1771 como sua defensor em quaisquer questões jurídicas que se apresentassem, e elas houveram aos montes. A ordem franciscana foi, sem dúvida, a mais belicosa corporação religiosa das Minas Gerais (...) Sua primeira peleja, aliás internacional, versou em torno da aprovação dos estatutos, os quais foram copiados dos franciscanos cariocas. Como estes não tinham obtido aprovação, os de Vila Rica também não o conseguiram. A Ordem apela então para Juan de Molina em Madrid e derrota a provincial do Rio, conseguindo a aprovação na Espanha.

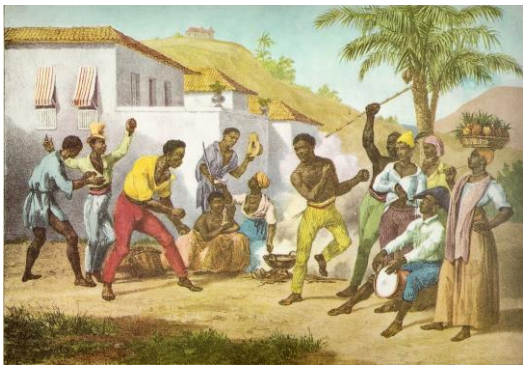
As lutas continuam por dezenas de anos, contra ricos e pobres. Batalhou a S. Francisco contra a Ordem Terceira do Carmo, contra a Arquiconfraria dos Pardos do Cordão, contra

provinciais e contra herdeiros ou testamenteiros de oficial que trabalhou longamente nas obras da igreja e, ainda, contra o Bispo de Mariana.[3]

Constam em seus estatutos a diretriz de se realizar rituais de Penitência durante a quaresma, bem como confissão e comunhão na quinta-feira santa e no dia de São Francisco de Assis, além da procissão da Penitência em quarta-feira de cinzas, o que se fazia com aparato e solenidade singulares: durante anos a Ordem chegou a empregar quatro coros que tocavam e cantavam durante a procissão e ao seu término, e em alguns casos tais coros não eram constituídos apenas por cantores, mas também por instrumentistas. Entre 1756 e 1759, cinco coros tomavam parte no ritual.

Fonte: http://www.ouropreto.com.br/atrativos/religiosos/igrejas/igreja-sao-francisco-de-assis

3.3 - Roda de capoeira. (HAMILTON E JOÃO MARCELO).



Por meio do texto deixado em sua obra Rugendas aponta a capoeira que retratou como um tipo de prática bárbara do início do século XIX no Rio de Janeiro. Uma luta, um jogo, que se pode tornar violento. Ao retratar a capoeira como dança da guerra dos negros, um folguedo guerreiro, Rugendas a entendeu como dança pírrica. É necessário registrar que o que parecia ser violento para um artista e viajante europeu ocidental do início do século XIX podia não o ser para negros no Brasil do mesmo período.

Os negros têm ainda um outro folguedo guerreiro, muito mais violento, a “capoeira”: dois campeões se precipitam um contra o outro, procurando dar com a cabeça no peito do adversário que desejam derrubar. Evita-se o ataque com saltos de lado e paradas igualmente hábeis; mas, lançando-se um contra o outro mais ou menos como bodes, acontece-lhes chocarem fortemente cabeça contra cabeça, o que faz com que a brincadeira não raro degenere em briga e que as facas entrem em jogo, ensanguentando-a (Rugendas, 1998, p. 158).

Nota-se que a descrição da capoeira por Rugendas é um pouco diferente – ela identificaria o jogo-luta de uma forma menos evoluída – da que é encontrada em períodos posteriores, como no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, quando os capoeiras assumem uma forma muito mais complexa de ações, vindo a modificar diretamente a própria práxis da capoeira.

Para se ter uma ideia da mudança de concepção do que era a capoeira ao longo do século XIX, ao final desse período, o escritor Plácido de Abreu (1886) não entendia ser a capoeira um jogo-luta essencialmente de cabeçadas, como a prática pode ser identificada nas primeiras décadas do século XIX, portanto, de forma distinta de Rugendas. Para Plácido, as sortes de cabeça, que podemos entender como um tipo de jogo-luta de cabeçadas, era uma prática

africana, apesar de não citar fontes ou pistas que possam substanciar tal fundamento. Sob essa perspectiva, Plácido entendeu que as sortes de cabeça constituíam prática não presente em terras brasileiras. Nesse sentido, como exemplo dessa mudança de concepção, é interessante transcrever a descrição desse autor em um trecho de seu romance *Os Capoeiras*:

É um trabalho difícil estudar a capoeiragem desde a sua raiz primitiva porque não é bem conhecida a sua origem. Uns atribuem-na aos pretos africanos, o que julgo um erro, pelo simples fato [de] que [n]a África não é conhecida a nossa capoeiragem e sim algumas sortes de cabeça (abreu, apud soares, 1999, p. 10).

Tanto Rugendas como Plácido de Abreu não forneceram pistas que possam indicar ou evidenciar algo quanto às características étnicas específicas dos praticantes do jogo-luta, apesar de os elementos materiais, como as indumentárias e suas respectivas cores e objetos presentes na representação dos sujeitos na gravura de Rugendas, poderem sugerir delimitação nesse sentido.

De toda forma, se ao final do século XIX a capoeira já era praticada e entendida de forma diferente do início do referido século, tanto mais se compararmos o período de Rugendas ao de hoje. Certamente, sem o conhecimento das devidas limitações de interpretação, acabar-se-ia incorrendo em um anacronismo e consequente erro metodológico-científico, não identificando de modo correto as diferentes formas de expressão da capoeira ao longo do tempo.

Outro fator considerado é quando Rugendas salienta o aspecto lúdico da capoeira e a possibilidade de a prática degenerar em briga, demonstrando o tênue limite entre uma prática de jogo de luta corporal e a luta corporal propriamente dita, ainda encontrado, mesmo que de forma diferente, em tempos atuais na capoeira. Observa-se que vários outros comportamentos motores típicos do jogo-luta, que podem ser verificados ao final do século XIX, não foram descritos por Rugendas, sendo mais provável que ainda não tivessem sido desenvolvidos em sua prática, conforme estudos já realizados (lussac, 2009).

Tal afirmativa é compartilhada por Passos Neto (1998, p. 37), também conhecido como Nestor Capoeira. Nas litografias – Passos Neto se refere a *Jogar capoëra ou danse de la guerre* e *San Salvador* – e na descrição de Rugendas, alguns elementos que se conhecem atualmente, ainda não tinham sido incorporados, conforme entendeu mestre Nestor Capoeira:

Na descrição de Rugendas estão ausentes os pulos acrobáticos, o “jogo de chão”, as pernadas e as rasteiras, que ainda não haviam sido introduzidos no jogo. Além disso o berimbau também não fazia parte da capoeira (...) Com o tempo, a capoeira foi modificando, em parte pela própria ação do tempo.

Apesar do não embasamento metodológico-científico, só mediante a descrição de Rugendas e a análise de sua litografia, Passos Neto estava certo ao afirmar que alguns elementos “ainda não haviam sido introduzidos no jogo”. Sem mais subsídios, inicialmente pode-se afirmar que essa pode ter sido a forma primitiva do jogo-luta da capoeira, como provado em estudos anteriores (lussac, 2009).

De qualquer modo, é necessário pensar que, se houvesse outros elementos do jogo-luta da capoeira, eles deveriam estar presentes? A ausência de um elemento em uma fonte não significa sua ausência na realidade.

Só com as referências do artista não é possível afirmar isso. Nesse sentido, pode-se concluir que Rugendas descreveu a capoeira com repertório gestual-motor muito menor do que pode ser verificado no final do século XIX, e que, provavelmente, estava em determinada fase contextual em que travava diálogo com outras diversas práticas, o que transformaria e potencializaria seu desenvolvimento. Certo é que desde 5 de junho de 1811, data até agora constatada como relativa à primeira ocorrência da capoeira na história, como se pode verificar no volume I do Códice 403, que repousa no Arquivo Nacional, esse tipo de luta e jogo de cabeçadas

denominado capoeira era largamente encontrado na zona urbana do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX (Iussac, 2009), deduzindo-se por isso que a gravura tenha sido realizada ou inspirada no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

O elemento dança, presente na prática, conforme observado por Rugendas, detinha a particularidade do aspecto bélico, guerreiro, pírrico. Provavelmente, esse aspecto da dança devia ser utilizado para incrementar a mobilidade motora, aproveitando o repertório cultural e étnico-motor preexistente dos sujeitos, e para zombar do adversário, demonstrar agilidade ou confortabilidade no jogo ou mesmo na luta e também para engraçar o ambiente, tornando-o mais lúdico e prazeroso não só para o praticante, mas para os demais. Dançar no jogo poderia demonstrar o domínio sobre a situação, podendo ser utilizado ainda para ludibriar o adversário, enganando-o com movimentos indecifráveis ou que dispersassem sua atenção. Pensar, como certas hipóteses já afirmaram, que a dança na capoeira era para enganar os agentes repressores, é subestimar tais sujeitos ou mesmo desconsiderar a documentação existente sobre a repressão à prática, tanto como jogo quanto como luta − repressão que confere à capoeira o *status* de prática perigosa.

A litografia *Jogar capoëra* ou *danse de la guerre* retrata 12 pessoas negras − todas representadas descalças, sendo, portanto, muito possivelmente escravos −, nove homens e três mulheres, estando dois desses homens jogando capoeira.

Não se pode desconsiderar a possibilidade da existência de algum negro livre ou liberto que, ao praticar o jogo da capoeira, preferisse estar com os pés nus, a fim de diminuir certas dificuldades ou melhorar sua *performance*, ou pelo próprio costume de se praticar o jogo da capoeira descalço naquele período, ou, ainda, para se identificar com seus pares, na maioria escravos. É possível que os que possuíssem calçados, item valorizado na composição de sua figura social, tivessem a intenção de preservá-los. Um calçado sujo em demasia ou fora do comum poderia delatar uma prática não condizente com as tarefas ou ofício do sujeito, ou ainda indicar atividade ou comportamento não aceito no meio social em geral. Também é possível inferir que os que tivessem calçado os tirassem para se colocar em igualdade de condições com o outro jogador. Pensar, entretanto, que os calçados eram retirados para que não se machucassem contradiz a descrição do jogo por Rugendas (1998, p. 158), que afirmou: “Os negros têm ainda um outro folguedo guerreiro, muito mais violento, a ‘capoeira’”. Contudo, o que Rugendas retrata é a capoeira como um costume dos escravos, e segundo uma determinada lógica, estes deveriam estar descalços, justamente, por ser escravos.

Na gravura *Jogar capoëra* o ambiente parece ser os fundos de uma grande casa, ou de três casas, a julgar pelos muros e telhados que perfazem o pano de fundo da imagem. Os fundos dessa casa ou casas parecem terminar junto a mata ou vegetação não muito densa, já roçada, também verificada nos morros que compõem o restante do cenário, o que demonstra a possibilidade de se tratar de área urbana devido ao desmatamento da vegetação original. É importante notar os vasos da varanda da construção mais próxima. Neles há plantas, evidenciando a necessidade de regar devido ao sol e ao calor, sugerindo a necessidade do cuidado por empregados ou escravos. Desse modo, pode-se pensar ter o dono dessa casa razoável condição financeira.

Os três telhados, indicando três prédios, também permitem pensar na hipótese de ambiente urbano com prédios independentes muito próximos um do outro – o que reforçaria o fato de o artista ter representado um encontro de escravos de diferentes senhores nos fundos dessas casas, longe da rua principal, da fachada desses prédios e, portanto, em ambiente mais reservado e seguro para suas práticas. Nesse caso, Rugendas teria retratado uma prática marginal, realizada nas periferias da cidade, longe das ruas e ambientes principais. Desse modo, não é descabido supor que essas práticas poderiam ser toleradas desde que realizadas nesses ambientes reservados.

Por outro lado, cabe outra hipótese: as três construções poderiam fazer parte de uma grande propriedade da qual os sujeitos representados possivelmente seriam escravos. De

qualquer modo, a construção maior no alto do morro, que certamente representa uma igreja, pode descartar um ambiente estritamente rural, afastado de outras propriedades, apesar de o pouco que aparece na imagem além das construções aparentar região só de vegetação. Isso reforça a possibilidade de a representação de Rugendas ser o encontro de escravos de diferentes senhores.

É possível identificar outras quatro pequenas construções do lado esquerdo da igreja, sugerindo a presença de mais moradores na região. O artista pode ter tido a intenção proposital ao colocar uma igreja no topo de um morro como pano de fundo da imagem. Sendo ou não mera representação do real, confere a ideia da presença da Igreja católica nessa sociedade de forma poderosa, no topo, de onde tudo vê e controla, assim como também permite, aliás, a coisificação dos seres no regime escravocrata.

Entretanto, não é possível concordar com Vieira e Assunção (1998, p. 97), os quais afirmam que a gravura "parece ser situada no Rio de Janeiro, devido à forma do morro no fundo do quadro", pois apenas pelas características dos morros não é possível sequer especular sua localização. Tal especulação seria mais bem fundamentada, como já escrito em linhas anteriores, pelo tipo de prática em si e o período da obra do artista.

O ambiente é claro, aberto, mas ao mesmo tempo abrigado, garantindo que se possa acender o fogo para fazer a comida sem a possibilidade de o vento atrapalhar e, ao mesmo tempo, permitindo a dispersão da fumaça, de modo que ela não incomode os moradores dessas casas ou possíveis transeuntes. Essa fumaça, aliás, impossibilita verificar se há alguém mais por detrás e como seria, mais detalhadamente, o espaço aos fundos das casas. Ao lado da brasa, no chão, são vistas algumas poucas bananas, possivelmente assando.

Tal ambiente espaçoso oferece a sensação de liberdade em um mundo escravista, mesmo que momentânea, durante a prática em questão. Esse ambiente aberto, encontrado também em obras de outros artistas, proporciona questionamento sobre o modo de controle do sistema escravista. Na gravura de Rugendas observa-se razoável espaço livre e com vegetação, levando ao questionamento de por que os negros não escapavam se eram escravos. As práticas de vigilância, controle e punição eram tão eficazes ou temidas? Ou a vida de um cativo com certas liberdades em uma cidade com considerável vida social era mais convidativa do que a vida em um quilombo ou em outro local como fugitivo? Esses questionamentos rodeiam tal cenário, ilustrando a complexidade e subjetividades presentes na sociedade escravocrata brasileira no início do século XIX.

A capoeira é jogada em chão de terra batida, e o mato ralo ao lado faz constatar ser esse espaço bastante utilizado para a prática, como também, possivelmente para trânsito. Se a sombra dos sujeitos colocada por Rugendas não for só para realçar a perspectiva dimensional, pode-se dizer que a prática ocorre ou no início da manhã, ou no final da tarde, o mais provável, pelo "incômodo" som do tambor e das palmas, e por ser o momento, após as tarefas, mais indicado para a realização da prática, de forma que fosse tolerada ou não reprimida.

Analisando primeiro as mulheres presentes na cena, observa-se na extrema direita uma escrava vendedora de frutas da terra, que segura um cachimbo, que estaria fumando. Certamente, devido a suas vestes, ela tem *status* diferenciado entre seus pares. Em *Mercado de escravos*, também de Rugendas, há uma vendedora de quitutes "provavelmente uma escrava ao ganho ou já alforriada, e portanto ocupa uma situação social diferenciada – evidenciando como a estratificação social permitia certa mobilidade, que implicava outros usos da cultura material", conforme observou Conduru (2008, p. 89), demonstrando a presença comum desse tipo no meio social naquele período. Nesse sentido, é necessário assinalar que os artistas viajantes, em geral, elaboravam suas obras com imagens de tipos que encontravam tanto na cidade como no campo.

Ao centro da imagem estão as outras duas mulheres. Uma claramente é a cozinheira, pois mexe a panela ao fogo. Apesar de suas vestes não serem tão elaboradas quanto às da vendedora de frutas, seu ofício também lhe proporciona *status* diferenciado entre seus pares. Rugendas

representou a nudez exposta das mulheres escravas na figura dessa mulher. A nudez e a sexualidade são fatores presentes em muitas imagens sobre os negros escravos nesse período:

O fato de mulheres e homens aparecerem ora cobertos, ora vestidos nas imagens de Rugendas e Debret induz a acreditar que a exposição dos corpos era facultativa e, portanto, uma atitude voluntária, deliberada, de pessoas apresentadas como seres amorais que viviam em condições quase animalescas. Contudo, ao apresentar majoritariamente seminus os corpos negros, essas obras levam a pensar que a exibição do corpo era obrigatória, fosse no real, nos acontecimentos registrados, ou ao menos na representação, nas cenas artisticamente compostas, de modo a constituir e reforçar a imagem dos negros como seres degenerados. Tal reflexão chama a atenção para a sexualidade que perpassa muitas dessas cenas (conduru, 2008, p. 90).

A outra mulher parece mais apática, assistindo ao jogo. Talvez fosse ajudante da cozinheira ou, ao menos, sua amiga com a qual coloca o assunto em dia, trocando valiosas informações que servem para resistência de ambas, e quiçá do grupo, em um mundo escravista. Não é de estranhar que a primeira evidência de um fato da capoeira, em que uma mulher aparece como sujeito ativo, ocorra já na segunda década do século XIX, no Rio de Janeiro, na *Relação de presos feitos pela polícia* – volume II, 1817-1819, do Códice 403: “Joaquina Angola de João dos Fatos, por estar com um estoque na mão, jogando capoeira, e jogou fora quando foi presa. 300 açoites se tanto puder levar.” (AN). Nessa referência uma mulher aparece, aliás, portando arma branca e a descartando, o que evidencia certo conhecimento sobre os processos e consequências da repressão; sendo castigada do mesmo modo – se pudesse aguentar, como previu a pena – como se castigavam os homens.

Talvez esse castigo impingido à mulher fosse igual ao dos homens devido ao entendimento de que ela estava praticando algo do mundo masculino e, portanto, deveria ser punida do mesmo modo. O castigo também poderia ser demonstração de poder para desestimular o aliciamento de mais novas adeptas à prática.

Em *Jogar capoëra,* em pé, ao lado da cozinheira, está um homem cuja mão esquerda segura um chapéu, sugerindo um gesto de saudação ou agradecimento à cozinheira. Com a mão direita recebe da cozinheira uma cumbuca com comida, ao mesmo tempo em que apoia no mesmo braço um bastão ou cabo de madeira. Ainda que não seja possível afirmar, é possível que esteja segurando o cabo de uma ferramenta, uma enxada, por exemplo, não se separando de seu instrumento de trabalho no momento de se alimentar. No chão, à frente dos pés do homem de cartola é possível visualizar dois cestos entre as pernas do jogador da esquerda. Talvez o bastão do homem que se serve com a cozinheira fosse utilizado para carregas tais cestos, um em cada extremidade para contrabalancear, sugerindo ser aquele momento uma pausa do trabalho para a alimentação. Curiosamente, tais cestos também podiam ser chamados pelo nome capoeira, outro significado comportado pelo vocábulo.

O homem de cartola está com os braços levantados vivenciando a ludicidade do jogo e da música. Suas vestes propõem a possibilidade de ter ofício menos braçal, mais caseiro ou urbano, próximo de seus senhores, o que também lhe confere *status* diferenciado no ambiente escravista. A própria cartola é sinônimo de identificação e hierarquia entre seus pares. Em ocorrências documentais da capoeira (soares, 1999 e 2002), chapéus sempre foram encontrados com seus praticantes.

À frente de um coqueiro ou palmeira estão três homens. Um deles, com postura mais relaxada, aparenta estar encostado no tronco da árvore empunhando acima da cabeça um pedaço de cana-de-açúcar ou de bambu. Mais provável que seja a primeira opção devido ao contexto de alimentação e a curta distância entre os gomos do caule e sua espessura. Esse homem demonstra estar torcendo e oferecendo entusiasmo a algum dos jogadores. Talvez para o mais próximo, pois no mundo das lutas os grupos antagônicos geralmente ficam em lados opostos, o que poderia ter sido representado por Rugendas, apesar de, na prática, os jogadores sempre mudarem seu posicionamento. Considerando sua vestimenta, porém, ela é mais parecida com a do jogador da esquerda, pois ambos têm um pano amarrando a cintura, ao contrário do

outro jogador, que aparenta ter uma corda ou fita. Esse pano que amarra a cintura do homem que segura o bambu parece ser do mesmo tecido da calça do homem a seu lado, de gorro amarelo.

Quanto ao fato de os dois jogadores utilizarem modos diferentes para amarrar a calça na cintura, um com pano e outro com corda ou fita, diferença que se pode constatar nos demais homens presentes e espalhados na cena, seria uma possível evidência de indumentária identitária de grupos diferentes? E, se isso puder ser comprovado, Rugendas estaria ciente dessas diferenças identitárias quando retratou tais sujeitos? Mais pesquisas são necessárias para mais considerações nesse sentido. De qualquer forma, se isso fosse verdade, os membros dos diferentes grupos estariam distribuídos aleatoriamente na cena retratada por Rugendas.

Os outros dois homens estão com panos na cabeça, possivelmente gorros, parecendo compartilhar de uma mesma identidade indumentária e de grupo, talvez de etnia. Um desses dois, com a mão no queixo, demonstra estar tenso ou analítico com o desenrolar do jogo. Isso nos faz pensar que seu colega, que está mais à frente, ao levantar a camisa e colocar a mão na cintura esteja se preparando para pegar uma arma, apesar de não se poder identificar com clareza tal artefato que, por aparentar ser um objeto pontiagudo, parece ser um estoque. Como Rugendas (1998, p. 158) descreveu, é provável que “a brincadeira não raro degenere em briga e que as facas entrem em jogo, ensanguentando-a”.

De todo modo, ao contrário do sujeito que pode estar portando um estoque, o qual aparenta nitidamente escondê-lo intencionalmente, uma faca pode ser constatada claramente na cintura do sujeito da extrema esquerda da imagem. Portar armas brancas era considerado crime naquele período. O fato de esse escravo possuir uma faca na cintura pode demostrar que ele estava seguro, dentro da propriedade de seu senhor. Talvez até ajudando no preparo do alimento na hora da refeição. Ou que pertencia a algum senhor influente, o que lhe assegurava livre trânsito para seu labor, ou, ainda, que era conhecido por seu ofício, que demandava o uso de uma faca, sendo, portanto, aceito seu trânsito com sua ferramenta de trabalho. Isso seria possível já que em outra gravura de Rugendas, *Porteurs d’eau*, junto da fonte de água, há um escravo carregando um barril na cabeça e portando uma faca na cintura; há também um guarda que aparece separando uma briga de negros, assim colocando ordem no local.

O sujeito que porta uma faca na imagem *Jogar capoëra* também poderia estar, justamente, mostrando a faca a todos, assinalando a possibilidade de sua intervenção com tal arma branca, a fim de amedrontar os presentes, inibir ou alertar sobre as consequências no caso de algum tipo de confusão, ou mesmo demonstrar superioridade, comando, ordenação ou transgressão. Esse sujeito aparenta estar batendo palmas fazendo parte da construção musical, compartilhando o momento lúdico com o outro de cartola, ao qual dirige seu olhar. Por ser o único que visivelmente porta uma faca na cintura, não se pode descartar que ele seja um capataz, mesmo se confraternizando com outros escravos.

Não é possível, contudo, inferir diretamente sobre algum tipo de liderança por parte de algum dos sujeitos representados, e apenas sob a perspectiva do comando musical do sujeito que toca o tambor, é possível pontuar uma certa ascendência, já que o ritmo musical dita o ritmo corporal dos jogadores e dos demais presentes. É possível que esse comando musical se estendesse à liderança do ritual e das atividades correlatas. A própria posse do instrumento talvez indicasse que tal sujeito exercia um poder com influência maior no âmbito da prática, principalmente se houver relação de dependência do referido instrumento para que a prática do jogo seja realizada de forma melhor do que em sua ausência.

Aparentando estar sentado em cima de um tambor está um homem que toca o instrumento. Um olhar minucioso, porém, percebe que ele não senta no instrumento, mas em outro objeto, uma pedra ou banco. Há a possibilidade de o tambor estar apoiado em um calço, mas não é possível afirmar isso. Esse homem possui escarificações nas bochechas, significando identificação étnica, de nação ou grupal. Rugendas retratou a imagem de alguns negros conforme sua nação de origem, e, fazendo sua analogia com a face do sujeito que toca o tambor, pela semelhança entre as escarificações retratadas nas imagens, é possível sugerir que esse fosse da

nação Mina. De todo modo, tais escarificações também poderiam ser um sinal de distinção ou valentia.

O sujeito que toca o tambor porta um elegante chapéu e se veste de forma mais elaborada do que a maior parte dos demais, aproximando-se do homem que usa cartola. Sua expressão facial demonstra uma atenção técnica ao jogo, pois a prática aparenta estar em um momento tenso. Essa expressão mais compenetrada também poderia demonstrar possível falta de domínio do instrumento. Sabe-se que quando não se domina um instrumento musical, é difícil para o instrumentista operar outras ações, relaxar, cantar ou acompanhar paralelamente a atividade, por não se poder desconcentrar da responsabilidade ao tocar na roda.

O único instrumento musical presente na imagem é o tambor. Instrumento igual foi tipificado como tambor do congo por Charles Ribeyrolles, no mesmo período em que Rugendas elaborou a gravura *Jogar capoëra*. O francês Charles Ribeyrolles (apud abreu, 2005, p. 37), que viveu de 1812 a 1860 e esteve no Brasil possivelmente a partir de 1835, relatou:

No sábado, à noite, finda a última tarefa da semana, e nos dias santificados, que trazem folga e repouso, concedem-se aos escravos uma ou duas horas para a dança. Reúnem-se no terreiro, chamam-se, agrupam-se, incitam-se e a festa principia. Aqui é a capoeira, espécie de dança pírrica, de evoluções atrevidas e combativas, ao som do tambor do congo. Ali é o batuque, com suas atitudes lascivas, que o urucungo acelera ou retarda. Mais além é uma dança louca, com a provocação dos seios e das ancas. Espécie de convulsão inebriante a que chama de lundu.

Na obra de Rugendas, nota-se que o tambor não é de grande porte, o que possibilita seu deslocamento com certa mobilidade. Instrumentos musicais utilizados pelos negros, entre eles o tambor, eram constantemente reprimidos e apreendidos durante todo o século XIX (soares, 1999 e 2002). Nesse sentido, o tamanho do instrumento era fator importante de resistência à repressão, quando se podia retirar do local ou escondê-lo com rapidez se necessário.

No mesmo período em que Charles Ribeyrolles teceu suas considerações e que Rugendas retrata um tambor na litografia *Jogar capoëra,* o então chefe de polícia Eusébio de Queirós, por meio de ofício (AGCRJ, 1833), propõe à Câmara Municipal que o Código de Postura da cidade proíba tambores nas danças de ruas de escravos.

A presença desse instrumento musical também não era deixada de lado em relatos de ofícios policiais na segunda década do século XIX no Rio de Janeiro, principalmente quando na presença do tipo social do capoeira, agravado por “ajuntamento”, como se pode constatar mais uma vez na *Relação de presos feitos pela Polícia* – volume II, 1817-1819, do Códice 403: “Leão Angola, escravo de José Pedro de Sousa, por ser encontrado em ajuntamentos de capoeiras, achando-se-lhe um tambor pequeno” (AN). Esses fatos reforçam a presença constante desse instrumento nas manifestações de expressão musical oriunda dos escravos.

Assim como na litografia de Rugendas, o tambor pode representar o instrumento agregador para se formar uma “roda”, um “ajuntamento”, para o jogo da capoeira. O tambor pequeno pode sugerir a facilidade de levá-lo a qualquer lugar, devido ao peso reduzido se comparado com os grandes tambores, e de poder escondê-lo, a fim de se livrar da repressão.

Retomando a análise da litografia de Rugendas, os dois homens que estão em destaque jogando capoeira são os que o artista mais enfatizou na expressão de movimentos. O da esquerda está em postura bélica de guarda, com as duas mãos à frente, e o tronco ligeiramente curvado. Já o da direita, analisando-o cineticamente, aparenta estar voltando de movimento que acabou de realizar, mais próximo ao oponente, devido à posição dos braços e pernas, e também da sobra da corda ou fita que segura suas calças.

Nota-se a expressão facial de ambos os jogadores, evidentemente, com os semblantes sérios, concentrados ou preocupados, seja pelos ânimos mais acirrados ou pela competitividade inerente ao jogo. Mas o fato de ambos os jogadores estarem com os punhos cerrados pode nos

fazer inferir ser a primeira hipótese a mais provável. Talvez, o jogo já estivesse passando da fase de simulacro de luta para luta propriamente dita, assim como Rugendas (1998, p. 158) descreveu em seu texto: “a brincadeira não raro degenere em briga”.

Os punhos cerrados de ambos os jogadores também podem ser entendidos pela possibilidade de ser postura motora cultural comum do jogo, visto que, de acordo com a descrição de Rugendas, as mãos não perfaziam o repertório corporal para o ataque, só as cabeças. Cerrar as mãos poderia ser ação motora em preparo, intencional ou não, para o choque da cabeça no corpo do outro jogador, protegendo, desse modo, as articulações mais vulneráveis, como as dos dedos.

Fonte: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/10179/7951

3.4 - Maria Antonieta com rosa”, de LeBrun, 1783, óleo sobre tela. (HAMILTON E JOÃO MARCELO).

Por: Renato Drummond Tapioca Neto

Maria Antonieta foi uma das mulheres que mais pousou para pintores na sua época. Em muitos dos seus retratos, a vemos cercada por diversos símbolos monárquicos, uma vez que, como rainha do primeiro trono da Europa, a imagem da soberania francesa deveria estar bem representada em tais quadros. Numa certa manhã de 1783, porém, cansada de toda essa etiqueta da corte de Versalhes, ela resolveu posar usando apenas um simples vestido de musselina branca, um chapéu de palha e segurando nas mãos uma rosa. Conhecido como *La Reine em Gaulle*, esse retrato expressa bem a fase campestre que a rainha vivia naquele momento, passando cada vez mais tempo no seu palacete, o Petit Trianon, provocando a indignação do povo, que não via com bons olhos a esposa do rei negligenciar assim os ornamentos da monarquia. Logo, o novo estilo da rainha seria copiado por outras nobres, também retratadas em trajes semelhantes. O talento responsável pela execução da tela em questão, por sua vez, não era masculino. *La Reine em Gaulle* foi pintado por ninguém menos que Élisabeth Vigée Le Brun, a retratista favorita de Maria Antonieta.

Autorretrato de Élisabeth Vigée Le Brun (1790).

Nascida em 1755, Élisabeth era filha de Louis Vigée, um retratista famoso que a ensinou o que ela precisava saber para se tornar uma boa pintora. Ela começou com pastéis, gênero no qual se destacou ainda em tenra idade. Mais tarde, ela estudaria com Pierre Davesne, Gabriel François Doyen e Claude-Joseph Vernet, frequentando também a escola de desenho liderada por Marie-Rosalie Hallé. Naquela época, seria impensável para qualquer ingressar na Academia de Belas

Artes ou trabalhar com modelos vivos, especialmente nu-artístico. Élisabeth foi, portanto, a primeira a fazê-lo! Como seu padrasto confiscou sua renda (a mãe se casou novamente em 1768), ela tentou viver na adolescência a partir dos lucros dos seus quadros. Mas, de acordo com a lei, os artistas deveriam pertencer a uma corporação e assim que as atividades ilegais de Le Brun foram descobertas, em 1774, seu estúdio foi fechado pelas autoridades. Sendo assim, ela teve que pleitear vaga na Academia de Saint-Luc, que a aceitou. Apesar dos seus 20 anos, a jovem já tinha uma grande quantidade de clientes.

Inicialmente, sua mãe, Jeanne Vigée, sempre a acompanhava durante as sessões de pintura, até que em 1755 Élisabeth se casou com Jean-Baptiste Pierre Le Brun, um pintor mais conhecido como comerciante de arte, com telas de vários mestres antigos em estoque. Dessa forma, sua esposa teve a oportunidade de estudar de perto um quadro de Ticiano, copiando uma de suas séries Danae. Em 1781 seu marido a levou numa viagem à Holanda, onde ela descobriu Rubens e pôde admirar o retrato que este pintara de Suzanna Lunden usando um chapéu de palha. Élisabeth analisou atentamente este quadro e tentou reproduzir a técnica da sombra clara sobre o rosto que Rubens utilizara, num autorretrato seu. À medida que as demandas iam subindo, a artista foi aumentando progressivamente o preço de suas obras. A fama de seu trabalho espalhou-se e chegou ao próprio palácio de Versalhes, sede da monarquia francesa, onde a rainha Maria Antonieta, anos antes, procurava por um novo pintor que conseguisse disfarçar certos traços do seu rosto, notadamente o queixo proeminente dos Habsburgos.

La Reine en Gaulle, por Élisabeth Vigée Le Brun (1783).

Em sua biografia da rainha, *Marie Antoinette: the Journey* (2001), Antonia Fraser esclarece que retratar Maria Antonieta não era tarefa fácil. Devido à alvura de sua pele, muitos pintores sentiam dificuldade em encontrar uma pose para a modelo que deixasse transparecer com exatidão os seus traços físicos. Élisabeth Vigée Le Brun, contudo, concebeu uma fórmula ideal para isso ao elaborar três poses diferenciadas para a rainha, que lhe permitiam captar sua aparência e disfarças as imperfeições. Antonieta não só aprovou o trabalho da artista como também a patrocinou. Em pouco tempo Le Brun seria contratada por outras tantas nobres para lhes pintar os retratos. Entre elas, estavam a amiga favorita de Maria, a duquesa de Polignac, membros da família real, como Madame Elisabete, e também Madame du Barry, a última amante do finado rei Luís XV. As três foram pintadas em trajes semelhantes ao de *La Reine em Gaulle*, portanto, mais leves e descontraídos. O talento de Élisabeth Vigée Le Brun se tornou então conhecido e apreciado tanto dentro quanto fora da França, devido em parte ao patrocínio da rainha.

Luís XVI ficara tão encantado com o trabalho de Élisabeth que teria afirmado: “eu não sei nada sobre pintura, mas você me fez gostar disso”. Maria Antonieta adorava posar para ela, pois Vigée Le Brun além de talentosa, era animada e muito comunicativa, duas características que a rainha admirava. Foi dito que as duas, inclusive, cantavam canções populares juntas e através de Antonieta, Élisabeth foi introduzida em 1783 na Academia de Pintura, embora seu marido fosse traficante de quadros, o que violava as regras da instituição. Com efeito, sua familiaridade com a rainha também atraiu certas hostilidades, uma vez que a monarca havia caído drasticamente na

opinião popular após o caso do colar de diamantes (1785). Para alavancar sua reputação, Maria Antonieta encomendou para a artista um retrato com seus quatro filhos, destinado a ficar exposto na Grande Galeria. A intenção por trás do quadro era passar a todos a imagem da rainha como mãe da França. Foi um desafio e tanto para Élisabeth, que pediu concelhos ao pintor e amigo Jacques-Louis David, o mesmo artista que anos depois rascunharia o último esboço de Antonieta em vida, sendo transportada para a guilhotina.

David aconselhara Élisabeth Vigée Le Brun a se inspirar em retratos da sagrada família para produzir o efeito desejado pela rainha. Na tela, podemos ver Maria Antonieta usando um vestido de seda carmesim, segurando no colo o filho Luís Carlos, tendo à sua direita a filha mais velha, Maria Teresa. Em pé, de frente para a mãe, o delfin Luís José aponta para um berço vazio, onde antes havia sido pintada a princesa Maria Sofia, falecida prematuramente aos onze meses de vida. A preocupação com o retrato foi tanta, que inclusive o próprio vestido que a soberana usava foi tirado do seu guarda-roupas e emprestado a Élisabeth para que esta o reproduzisse nos mínimos detalhes. Infelizmente, o retrato não atingiu o propósito esperado, pois o caso do colar de diamantes ainda estava muito fresco na memória do povo e, embora Maria Antonieta tivesse tomado todo o cuidado para não usar qualquer colar ao posar, atrás dela constava uma peça de mobiliário envolvida em sombras que nada mais era do que um armário de joias. A opinião popular levou isso em consideração e o retrato logo foi tirado de exposição, deixando seu lugar vacante na Grande Galeria.

Maria Antonieta e seus filhos, por Élisabeth Vigée Le Brun (1787).

Em outubro de 1789, quando uma grande multidão da Guarda Nacional trouxe o rei e a família real de volta para Paris, Élisabeth Vigée Le Brun percebeu que aquele mundo em que ela tanto lutara para vencer estava desmoronando diante dos seus pés. Decidida, ela tomou uma carruagem com sua filha Julie e uma governanta e então partiu para a fronteira italiana, deixando o marido para trás. Enquanto estava no exílio, ela ficou sabendo das últimas novidades da Revolução: a queda da monarquia, a morte de Luís XVI e finalmente a execução de sua patrona, em 16 de outubro de 1793. Nos anos em que passou fora, sua carreira continuou a prosperar. Uma vez em Roma, se encontrou com Ménageot, que encontrou apartamentos para ela na Vila Médici. Muitos dos seus antigos clientes também se encontravam lá e continuaram a encomendar seus trabalhos, permitindo com que Élisabeth garantisse a renda necessária para seu próprio sustento e o da filha. Aos olhos da aristocracia europeia, ela ainda continuava sendo a retratista de Maria Antonieta, vítima da Revolução Francesa.

Autorretrato de Élisabeth Vigée Le Brun com sua filha, Julie (1787).

O trabalho de Élisabeth Vigée Le Brun com a rainha, mesmo após a morte da mesma, lhe rendeu muitos contratos. Em Nápoles, ela foi comissionada pela rainha Maria Carolina, irmã de Antonieta, e também foi chamada para pintar um retrato do compositor Giovanni Paisiello, que foi elogiado pelo próprio Jacques-Louis David. Depois, ela viajou para Bolonha e se tornou membro das academias de Parma, Florença, Siena, Milão, Mântua e Veneza, o que lhe possibilitou uma melhor compreensão da arte italiana. Num certo momento, ela inclusive chegou a cogitar a possibilidade de voltar para a França, mas então soube das notícias dos massacres de 1792 e que seu nome havia sido incluído na lista dos exilados renegados. Consequentemente, ela perdeu seus direitos cívicos e suas propriedades em Paris foram confiscadas. Depois da morte de Maria Antonieta, Élisabeth foi para a Áustria, terra natal da rainha, e em 1795, já tendo passado pela Hungria e pela Alemanha, finalmente chegou a São Petersburgo, onde foi recebida pela czarina Catarina II. Em 1800 já estava estabelecida em Moscou.

Durante os treze anos que permaneceu no exílio, a situação da França sofreu uma grande transformação. Os líderes revolucionários haviam caído e agora quem estava no poder era um jovem general, Napoleão Bonaparte. Voltou para Paris, mas nem por isso deixou de fazer suas andanças, indo à Londres e à Suíça. Com toda certeza, Élisabeth Vigée Le Brun viveu uma vida bastante incomum para uma mulher do seu tempo. Antes de morrer em 1842, já no reinado de Luís Felipe de Orleans, ela pintou uma apoteose de Maria Antonieta e escreveu suas memórias, que foram objeto de debate no seu salão, frequentado por eminentes figuras literárias, como François-René de Chateaubriand de Honoré de Balzac. Perto do fim, ela teve contado com os livros do jovem escritor Victor Hugo. Tendo viajado quase toda a Europa, pulando de cidade em cidade, ela faleceu aos 87 anos. Seu túmulo no cemitério de Louveciennes, próximo de Versalhes, apresenta um interessante epitáfio: “aqui, finalmente, eu descanso”. Hoje, Vigée Le Brun é reconhecida como uma das artistas mais importantes do seu tempo e atualmente um conjunto de suas telas serão exibidas pela primeira vez no Grand Palais, em Paris.

3.5 – O juramento dos Horácios, Jacques-Louis David. (HAMILTON E JOÃO MARCELO).

O Juramento dos Horácios, 1784, óleo sobre tela, 330 x 425 cm, Jacques-Louis David, Museu do Louvre, Paris, França.

Este quadro de David celebra a arte, a vida e a moralidade da Roma antiga. A República romana estava em guerra e a disputa devia ser resolvida por um combate mortal entre três irmãos romanos, os Horácios, e três irmãos inimigos, os Curiácios.

David mostra o momento dramático em que os Horácios juram diante do pai sua lealdade ao Estado, afirmando que estão prontos para a morrer pela pátria. Mas a história apresenta um difícil dilema moral, pois um dos irmãos Horácios é casado com uma irmã dos Curiácios, e uma irmã dos Horácios está noiva de um dos irmãos dos Curiácios. Eles irão escolher o autossacrifício e a lealdade à República, acima dos laços familiares e das emoções pessoais.

A clareza do estilo de David reflete a certeza da sua mensagem moral. As figuras são maiores que o tamanho natural; todos os contornos são nítidos e bem definidos; as cores são brilhantes e claras. Até mesmo as sombras parecem disciplinadas e sem ambiguidade.

As togas são fielmente copiadas de exempos romanos conhecidos, assim como os capacetes e as espadas. David esforçou-se para tornar cada detalhe o mais preciso possível – até o nariz dos homens tem a forma conhecida como nariz romano.

O grupo masculino lança uma sombra sobre as crianças, aninhadas sobre o manto protetor da mãe dos Horácios. Note como o menino mais velho, mesmo amedrontado pelos acontecimentos afasta a mão da avó para olhar as espadas. A sombra indica que até mesmo as crianças inocentes devem estar dispostas a pagar o preço exigido pela lealdade ao Estado.

A pose heróica do pai acentua a nobreza de seu sacrifício. A inclinação de seu corpo é contrabalançada pela grande lança na mão do filho em primeiro plano.

A cor predominante no grupo masculino é um vermelho vivo, a cor da paixão, que iria tornar-se a cor tradicional da Revolução Francesa.

Podemos reconhecer esse cenário como um estilo tíico da arquitetura romana, com um estilo masculino e austero das colunas dóricas. Os três arcos do edifício correspondem aos três grupos de figuras. Cada grupo ou indivíduo – os irmãos, o pai, as mulheres e as crianças – está emoldurado por um arco, sugerindo seu isolamento e também os vínculos que os unem.

A mulher de branco é Sabina, irmã dos Curiácios e esposa de um dos Horácios. Ela se apoia em sua cunhada Camila, que está noiva de um dos irmãos Curiácios. Camila estava destinada a ser morta pelo próprio irmão, por lamentar a morte de seu noivo. AS duas mulheres são a personificação do sofrimento e da tragédia.

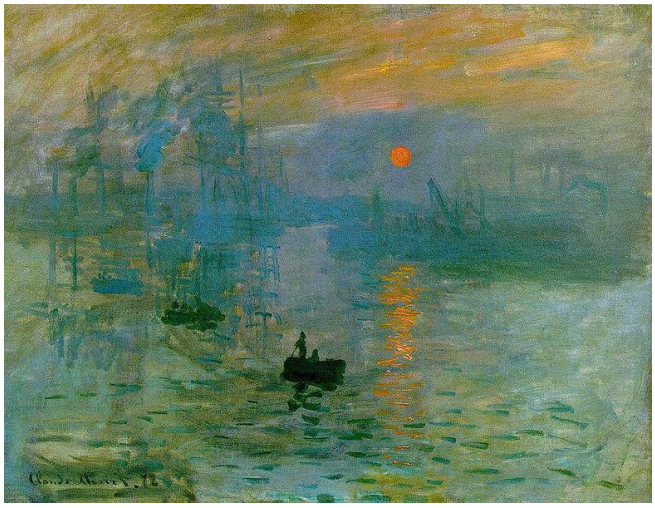
Em contraste direto e marcante com as linhas fortes e retilíneas que descrevem o grupo masculino, as mulheres e crianças são desenhadas com curvas suaves. Isso faz com que nosso olhar interprete a emoção a incerteza da situação.

A assinatura do quadro, no canto esquerdo abaixo, é neoclássica; escrita em latim, ela diz: “Criado em Roma por David em 1784” (“L. David faciebat Romae Anno MDCCXXXIV”).

A intenção de David era fazer um quadro de propaganda, mas não previu o sucesso que teria. Quando foi pintado, Antigo Regime da monarquia francesa, baseado no direito divino dos reis, teria apenas mais quatro anos de vida. Em 1789, a Revolução Francesa, que David apoiou, substituiu esse regime por uma nova ordem política: a república da Nação-Estado, com seus ideais de liberdade fraternidade e igualdade. Seu quadro heroico, autoritário e de composição impecável simboliza o novo sonho político e é um modelo do estilo neoclássico. Ironicamente, esse quadro foi encomendado pelo rei Luis XVI, que morreu na gulhotina em 1792.

Fonte: https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/o-juramento-dos-horacios-jacques-louis-david/

3.6 - " Impressão, nascer do sol", de Claude Monet. (ELVIS, HAMILTON E NILDO)



Impression, soleil levant, em português, *Impressão, nascer do sol*, é a mais célebre e importante obra de Claude Monet. É um óleo sobre tela, datado de 1872 (mas provavelmente realizado em 1873), que representa o nascer da manhã no porto de Havre, com uma névoa cerrada sobre o estaleiro e os barcos e as chaminés ao fundo da composição. O título da obra acaba por denominar o grupo dos pintores impressionistas. O termo impressionismo surgiu quando foi feita uma crítica a esta tela pelo pintor e escritor Louis Leroy: *"Impressão, nascer do Sol" – eu bem o sabia! Pensava eu, justamente, se estou impressionado é porque há lá uma impressão. E que liberdade, que suavidade de pincel! Um papel de parede é mais elaborado que esta cena marinha."* A expressão foi usada originalmente de forma pejorativa, mas Monet e os seus colegas adoptaram a designação de Impressionistas.

Em *Impressão, nascer do sol,* Monet interessa-se pela luz e os seus efeitos na natureza, pinta as coisas como as vê, e não como as imagina ou pressente, e privilegia a rapidez e espontaneidade do traço, em detrimento da precisão do contorno. As cores complementares – tonalidades de azul e laranja, são privilegiadas por Monet. Para os impressionistas, as cores influenciam-se mutuamente, e tons complementares dispostos lado a lado têm um maior realce. As pinceladas não apresentam contornos definidos, as formas são mais sugeridas do que representadas. Em "*Impressão – Nascer do Sol*", as pinceladas são rápidas, pois a luz muda depressa e a referência visual perde-se. Os impressionistas, como Monet, evitam pintar de memória. Apesar da névoa encontramos representados, elementos do porto, como guindastes e navios. Os reflexos mostram o movimento das águas, que estão crispadas. A composição de "Impressão – Nascer do Sol", plana e bidimensional, é influenciada pela arte japonesa. A obra encontra-se no Museu Marmottan-Monet em Paris ,depois de ter sido roubada em 1985 e recuperada em 1990.

Fonte: http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2013/07/analise-da-obra-impressao-nascer-do-sol.html

3.7 - Atrás da estação Saint Lazare, fotografia, de Cartier-Bresson. (ELVIS, HAMILTON E STEVE).

A velocidade e o instinto estavam no coração do brilhantismo de Henri Cartier-Bresson como fotógrafo. E nunca combinou os dois de uma melhor maneira do que no dia de 1932, quando apontou a câmera Leica por uma cerca atrás da estação de trem Saint-Lazare, em Paris. A imagem resultante é uma obra-prima de forma e luz. Quando um homem pula através da água, evocando os dançarinos em um cartaz na parede atrás dele, as ondulações na poça ao redor da escada imitam as peças de metal curvadas próximas. Cartier-Bresson, fotografando com uma câmera ágil de 35 milímetros e sem flash, viu todos esses componentes se unirem por um breve momento e clicou em seu obturador. O tempo é tudo, e nenhum outro fotógrafo foi melhor. A imagem se tornaria o exemplo quintessencial de “Decisive Moment” de Cartier-Bresson, seu termo lírico para a capacidade de imortalizar uma cena fugaz no cinema.

“Na fotografia existe um novo tipo de plasticidade, produto das linhas instantâneas tecidas pelo movimento do objeto. O fotógrafo trabalha em uníssono com o movimento, como se este fosse o desdobramento natural da forma, como a vida se revela.

No entanto, dentro do movimento existe um instante no qual todos os elementos que se movem ficam em equilíbrio. A fotografia deve intervir neste instante, tornando o equilíbrio imóvel.

O olhar do fotógrafo está constantemente avaliando. Um fotógrafo pode captar a coincidência de linhas simplesmente ao mover a cabeça uma fração de milímetro. Pode modificar a perspectiva com um leve dobrar de joelhos. Ao colocar a câmara próximo ou distante do objeto, o fotógrafo pode desenhar um detalhe – ao qual toda a imagem pode ficar subordinada ou ainda que tiranize quem faz a foto. De qualquer modo, o fotógrafo compõe a foto praticamente na mesma duração de tempo que leva para apertar o disparador, na velocidade de um ato reflexo.
Algumas vezes acontece de o fotógrafo paralisar, atrasar, esperar para que a cena aconteça. Outras vezes, há a intuição de que todos os elementos da foto estão lá, exceto por um pequeno detalhe. Mas que detalhe? Talvez alguém repentinamente entrando no enquadramento do visor. O fotógrafo, então, acompanha seu movimento através da câmara. Espera, espera e espera, até que finalmente aperta o botão – e então sai com a sensação de que captou algo (embora não saiba exatamente o quê).

Mais tarde, no laboratório, ele faz uma ampliação da foto e procura nela as figuras geométricas que aparecem à análise e o fotógrafo se dá conta, então, de que a foto foi feita no instante decisivo. O fotógrafo instintivamente fixou um padrão geométrico sem o qual a foto estaria sem forma e sem vida.
A composição deve ser uma das preocupações do fotógrafo, mas no ato de fotografar isto só acontece a partir da sua intuição, já que ele está ali para captar o momento fugidio e todas as relações dos elementos que compõem a cena estão em movimento."

Fonte: https://luzfocoememoria.wordpress.com/2015/08/25/atras-da-gare-st-lazare-henri-cartier-bresson-1932

3.8 "Jane Avril", litografia de Lautrec, 1893.

Ao enfocar-se o contexto da França, por consequência do crescimento econômico, social e cultural, pelo desenvolvimento das indústrias, do comércio e pelo aumento populacional, cabe aqui destacar que Paris transformou-se em um polo de desenvolvimento da Europa, fazendo que houvesse o despontar dos cartazes. Atraídos para o glamuroso centro do comércio e da indústria, os habitantes da zona rural passaram a receber salários para comprar. Com isso, novas necessidades e novos desejos surgiram. Os cartazes foram criados para divulgar peças de teatro, eventos públicos e produtos. Em consequência de alguns fatores econômicos, urbanos e estéticos, o cartaz começou a ganhar vida própria. Tornou-se um importante instrumento da Publicidade e da Propaganda. De acordo com Moles, teve seu crescimento no momento em que a técnica de impressão de imagens havia efetuado progressos suficientes e havia uma necessidade de passar para o receptor mais elementos em menos tempo. Segundo ele, o cartaz possui algumas funções essenciais:

1- Função de informação: cujo papel didático é mais importante, mostrando um produto e seu preço, o lugar em que é vendido, agindo como um anúncio;

2 - Função de Publicidade ou Propaganda: a qual busca persuadir a sociedade através de uma linguagem sedutora e expressionista;

3 - Função educadora: o cartaz apresenta fatores culturais importantes para a população;

4 - Função do ambiente: ele é um elemento do contexto urbano, mas isso foge às regras, pois o cartaz não possui nenhum estilo adaptado para a colocação nas cidades;

5 - Função estética: igual à poesia, o cartaz sugere mais do que diz. A grande regra é agradar, e isso significa possuir um valor estético. O jogo das cores, formas, tipologias e imagens são fatores estéticos;

6 - Função criadora: possui a capacidade de criar desejos e transformá-los em necessidade que faz girar o mecanismo de consumo. Ressalta-se que o cartaz leva consigo a vontade de transmitir,

desejando ser eficaz e não importando sua finalidade, pois se tornou um mecanismo de comunicação de massa.

A obra em análise promove várias informações e reflexões. Por uma questão metodológica, torna-se significativo, inicialmente, destacar que se privilegiou uma leitura semântica e estética dessa obra. Moles considera importante que seja avaliada a semântica, ou seja, uma análise que explicite e que tente traduzir, não importando qual seja, o esquema linguístico utilizado e baseando-se em um repertório de signos cujos elementos são enunciáveis pelo emissor e pelo receptor, conhecidos antes do ato de comunicação. Neste sentido, a leitura deve acontecer sob a ótica da estética (ou conotativa), que se baseia em um estudo de elementos perceptíveis armazenados pelo observador. No processo de comunicação, esses são ignorados pelo receptor como signos, uma sobrecarga na comunicação, um acréscimo que intervém na percepção. Entre todos os pontos privilegiados em uma análise semiótica-estética, foram apontados vários fatores persuasivos, destacados na sequência. Salienta-se que todos eles compõem o cartaz, sendo diferenciados em cinco categorias:

• Ponto persuasivo nº 1 – As mulheres. As mulheres da França do século XIX não possuíam muitas opções. Na sua maioria casavam, constituíam família e viviam à mercê de seus maridos, chefes da família e donos da razão. Cuidavam basicamente dos afazeres domésticos e algumas trabalhavam em tecelagens e fábricas de costura. Mas, aquelas que fugiam dos moldes tradicionais de cultura procuravam sua independência e eram totalmente avessas ao fator família, entregando-se ao mundo como meretrizes e dançarinas em casas de espetáculos.

• Ponto persuasivo nº 2 – O movimento. Como a obra de Toulouse-Lautrec em análise foi criada para uma casa de espetáculo, o Moulin Rouge, a dança e o movimento são fatores importantes para a leitura que se desenvolve.

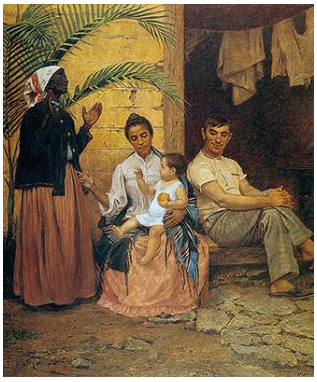
• Ponto persuasivo nº 3 – As cores. Neste estudo, evidencia-se que a cor não é apenas um elemento decorativo ou estético. Para Farina, a cor é o fundamento da expressão e está ligada à expressão de valores espirituais e sensuais. Afirma que, na força comunicativa da imagem, o que predomina é o impacto exercido pela cor. Conforme Farina, no século XIX, a cor atravessou uma nova fase em sua aplicação, de uma certa forma despertou a sensibilidade do espectador ao colocar em cena a natureza. Com essa nova fase, a cor teve um crescimento em pesquisas e estudos científicos com a participação de filósofos e escritores. Nesta leitura, procura-se sublinhar as referências simbólicas que advêm das cores. Ressalta-se que a cor é um elemento extremamente significativo na constituição de um cartaz, ou em qualquer outro material. A cor pode ser capaz de chamar a atenção à distância e, muitas vezes, até despertar gostos, por isso pode ser considerada um importante instrumento persuasivo-estéticos. A significação aparece em várias obras teóricas. E, levando em consideração que é uma pesquisa estético-semântica, o significado das cores foi fundado segundo o livro Psicodinâmica das Cores de Modesto Farina.

• Ponto persuasivo nº 4 – As tipologias. Cada palavra possui uma forma que, dentro do contexto, de um cartaz mais especificamente, se une à imagem de forma harmônica e persuasiva. Segundo Munari, não apenas cada letra de uma palavra possui uma forma; o conjunto das letras que compõem a palavra proporciona uma forma global que vem a ser da própria palavra. As duas principais intenções são chamar a atenção e facilitar a leitura.

• Ponto persuasivo nº 5 – Objetos em cena. Nesta análise, alguns objetos no cartaz de Toulouse-Lautrec torna-se marcante pela sua vivacidade e contextualização na obra. 10 Demarcadas as reflexões iniciais da leitura do cartaz de Toulouse-Lautrec, evidencia-se, a relação do referido artista com a arte e a propaganda, e seus fatores persuasivos na influência do meio em que vivia.

Fonte: http://paginas.unisul.br/agcom/revistacientifica/artigos/artigo_diegopiovesan.pdf

3.9 - "A redenção de Cam", de Modesto Brocos, 1895, óleo sobre tela. (HAMILTON E ISRAEL).



Obra consagrada por tratar de questões raciais e populares no século XIX, a tela *A Redenção de Cam*, de Modesto Brocos (1852-1936), ainda hoje suscita polêmicas, sobretudo no que se refere a sua recorrente utilização como ilustração em teses favoráveis ao branqueamento da população brasileira.[1] A pintura, que recebe a medalha de ouro no Salão Nacional de Belas Artes de 1895 e tem importância central para a compreensão dos rumos que estão sendo tomados pela arte brasileira nas últimas décadas do século XIX e início do XX, reúne alguns aspectos importantes a serem destacados como o anseio de configuração de uma escola de pintura vinculada a questões nacionais, sem romper, no entanto, com modelos já arraigados na academia.

A simples escolha do tema a ser retratado explicita essa contradição interna presente em *A Redenção de Cam*. Como o próprio título diz, a obra faz referência direta à passagem bíblica de Cam, filho de Noé, castigado por ter olhado o pai nu e bêbado. Na verdade, o castigo divino é aplicado a seu filho Canaã, amaldiçoado como "servo dos servos". O fato de Cam ser apontado na *Bíblia* como suposto ascendente das raças africanas faz com que tal passagem comece a ser usada pelos defensores da escravidão negra como um argumento claro de que tal sistema não seria contrário aos desígnios de Deus.

Essa justificativa torpe faz com que muitos vejam a obra de Brocos como uma reafirmação dessa corrente racista. No entanto, chama atenção o fato de o artista promover na realidade uma inversão da passagem bíblica. Mesmo que carregada, sem dúvida, do espírito de seu tempo, que vê na dissolução das raças uma possibilidade de redenção, a obra trata de uma questão pouco aceita nessa época como tema artístico passível de ser representado. O que interessa a Brocos não é a maldição e sim a redenção de Cam. Não se trata de uma cena bíblica, mas de uma hibridação entre a alegoria religiosa - expressa no título - e um realismo de caráter social. Em outras palavras, ele procura figurar uma possibilidade de reinício, de configuração de um modelo de miscigenação entre as raças, uma discussão extremamente importante durante a Primeira República (1889-1934).

A cena que ele opta por retratar, com cuidadoso apuro técnico e riqueza de detalhes que garantem um aspecto de grande fidelidade naturalista, quase fotográfica, destaca três gerações distintas. No campo esquerdo, vê-se uma velha negra, com as mãos erguidas para o céu em agradecimento. No centro, uma bela mulata, que tem sobre os joelhos o filho quase branco. Este, por sua vez, olha para a avó - e para a sua origem - com simpático interesse. As mãos e os olhares desses três personagens compõem um fluxo circular que garante forte dinamismo e coerência interna à tela. Esse movimento é amplificado pelas folhas recurvadas da palmeira, ao fundo, e pelo fato de esse segmento ter na parte posterior uma parede amarelada de pau a pique e um chão de terra batida, quase do mesmo tom.

A metade direita da pintura (segmentada em duas partes quase idênticas por uma linha vertical central formada pelo batente de madeira, pela criança que está no meio das atenções e se prolonga na delicada franja do xale materno) é ocupada por um rapaz que observa satisfeito, com um pequeno desvio de torso, aquele que provavelmente é seu filho. A brancura de sua tez é

reforçada por ele estar diante de um vão de porta e ter, ao fundo, uma sombreada imagem de interior. Seus pés, que estão virados cautelosamente para o lado oposto do núcleo das mulheres, pisam não mais a terra batida, mas um calçamento de pedras que, mesmo precário, revela certo anseio de melhores condições de vida. O uso de tons rebaixados de marrom e amarelo, como que saídos da terra, contribui para dar unidade e movimento interno à tela.

Surpreende também o preciosismo com que estão representadas as fisionomias e as vestes, que leva muitas vezes a crítica a considerar a pintura de Brocos um tanto fria e amaneirada, ainda mais se levar em conta que o artista tem grande importância no movimento de reformulação e modernização da academia brasileira e mantém contato direto com as experiências de vanguarda desenvolvidas na Europa, com conhecimento das técnicas impressionistas e pós-impressionistas, como o pontilhismo de Georges Seurat (1859-1891), seu companheiro de estudos na França.

Como escreve o próprio Brocos, num trecho que parece ilustrar o trabalho minucioso em *A Redenção de Cam*, "todos os elementos que entram em uma composição devem ter por fim a unidade do conjunto, e fazer com que todas as figuras, os movimentos variados, as direções das linhas, tudo tenha por fim ajudar a ação que se quer representar. Urge que os personagens em cena não se prejudiquem mutuamente [...] conciliando assim a variedade com a unidade".[2]

A tela *A Redenção de Cam*, juntamente com a obra *Engenho de Mandioca*, é considerada uma das principais obras de autoria do artista espanhol. As duas têm em comum o foco centrado nos trabalhadores e na parcela mais pobre da população, fenômeno ainda raro, mas que começa a ganhar fôlego no período. Como aponta o crítico Gonzaga Duque (1863-1911), não sem reticências, há na obra de Brocos certo prolongamento da experiência um tanto isolada de Almeida Júnior (1850-1899) de retratar o caipira paulista. Incomoda ao crítico exatamente a utilização da pintura de gênero como fundamento da arte nacional.[3] Ele também exerce grande influência sobre seus alunos da nova geração, interessados em seguir na trilha do realismo crítico, como Sigaud (1899-1979) e Quirino Campofiorito (1902-1993).

Fonte: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam

3.10 - "Série Desastres de Guerra", de Goya,1810-20, gravura. Chapas Selecionadas: Nº 18 - . "Enterrar e calar"; Nº 51 - "E não há remédio"; Nº 30 - "Estragos da guerra"; "O mesmo". (HAMILTON E JOÃO MARCELO)

Goya, que vivia em Madrid, empreendeu uma viagem para Saragoça entre 2 e 8 de Outubro de 1808, por encomenda do general Palafox para conhecer e representar os acontecimentos dos Sítios de Saragoça. No transcurso deste trajeto pôde contemplar cenas de guerra que se refletem também em outros quadros como *Fabricação de pólvora na Serra de Tardienta* e *Fabricação de balas na Serra de Tardienta*, cuja execução é contemporânea à série dos *Desastres da Guerra*.

Desde Outubro de 1808 Goya desenhou rascunhos preparatórios (conservados no Museu do Prado) e, a partir destes e sem introduzir modificações de importância —embora estas leves variações fizessem desaparecer elementos anedóticos em favor de uma maior universalização e melhorassem a composição, ao mesmo tempo em que incidiram na recusa dos aspetos convencionais da morte heroica—, começou a gravar as pranchas em 1810, ano que aparece em várias delas.

Quanto à data da sua conclusão, Jesusa Vega analisou a qualidade do papel e das pranchas utilizados e conclui que são de ínfima qualidade, o que não sucede na *Tauromaquia* e em *Los disparates* e, portanto, a data de terminação das estampas tem que ser a de 1815, pois foi neste arco temporário que Goya teve dificuldades para encontrar melhores qualidades técnicas.

Assim, pois, o quadro temporário de *Os desastres* abrange os acontecimentos ocorridos na Espanha entre 1808 e 1815, data em que é dado por concluído o seu trabalho. O fato de não

forem publicados nestes anos pode responder, segundo Glendinning, à feroz crítica que as últimas estampas fazem do regime absolutista.

A técnica utilizada é a água-forte, com alguma contribuição de ponta seca e aguada. Apenas usa Goya a água-tinta, que era a técnica majoritariamente empregada em *Los Caprichos*, devido provavelmente também à precariedade dos meios materiais da série dos *Desastres*, que foi executada na época da guerra.

As estampas tiveram inicialmente o propósito de constituir um álbum patriótico, em consonância com a encomenda de Palafox, mas, conforme adiantava seu trabalho Goya ampliou os temas para abordar toda classe de desgraças e acontecimentos da guerra provenientes de quaisquer dos dois bandos, pois em muitas das estampas não é possível identificar quem são os autores dos horrores. Mesmo se achega à situação política do pós-guerra nas últimas estampas, como as dos denominados "Caprichos enfáticos".

- Primeira parte (estampas 1 a 47), com estampas centradas na guerra.

- Segunda parte (estampas 48 a 64), centrada na fome, quer seja consequência dos Sítios de Saragoça de 1808 quer da carestia de Madrid entre 1811 e 1812.

- Terceira parte ou "Caprichos enfáticos" (estampas 65 a 82), que se referem ao período absolutista após o regresso de Fernando VII. Nesta seção abunda a crítica sociopolítica e o uso da alegoria mediante animais.

Por outro lado, Glendinning (1993) assinala que toda a série guarda uma coerência estrutural baseada em conexões temporárias, causais, analogias e contrastes.

Desse jeito, assim como sucedia em *Os Caprichos*, Goya estabelece relações temáticas entre as diferentes estampas, e disso são amostra as epígrafes, pois que algumas carecem de completitude se não se têm em conta os que aparecem na ou as estampas anteriores.

Os desastres da guerra supõem uma visão da guerra na qual a dignidade heroica desapareceu, uma das características da visão contemporânea dos conflitos. O único que aparece em Goya é uma série de vítimas, homens e mulheres sem atributos de representação, que sofrem, padecem e falecem numa gradação de horrores. Trata-se de uma visão de denúncia das consequências sofridas pelo homem em tanto que ser civil, despojado de simbologia e parafernália bélica. Neste senso pode-se ver como uma obra precursora das reportagens de guerra da imprensa atual comprometida com as catástrofes humanitárias.

NATIONAL GALLERIES SCOTLAND
Enterrar Y Callar (Bury them and keep quiet), Plate 18 of Los Desastres de La Guerra (The Disasters of War)...
Creative Commons - CC by NC

Título: Enterrar Y Callar (Enterre-os e fique quieto), Chapa 18 de Los Desastres de La Guerra (Harris No. 138 III)
Número de acesso: P 2704.24

Artista: Francisco de Goya y Lucientes Espanhol (1746 - 1828)

Galeria: Sala de impressão

Tipo de objeto: Trabalho em papel

Materiais: Gravura, lavis polidos, ponto de secagem e buril no papel

Data Criada: 1863 - 1892

Medições: Marca de placa: 16,00 x 23,50 cm

Linha de crédito: Comprado 196

Artista - Francisco Goya (1746–1828)

Título - Inglês: o mesmo

Encontro - entre 1810 e 1815

Médio - Gravura e lavagem

Dimensões - Altura: 160 mm (6,29 ″); Largura: 221 mm (8.70 ″)

Os desastres da guerra, nº 30: "Estragos da guerra".

Os desastres da guerra, nº 30: "Estragos da guerra". A estampa foi vista como um precedente do Guernica pelo caos compositivo, a mutilação dos corpos, a fragmentação de objetos e aprestos situados em qualquer lugar da gravura, a mão cortada de um dos cadáveres, a desmembração dos seus corpos e a figura do menino morto com a cabeça invertida, que recorda ao que aparece sustentado pela sua mãe à esquerda da obra capital de Picasso.

Os desastres da guerra, nº 15""E não há ajuda"

Ilustração 15 de "Os Desastres da Guerra" (Los Desastres de la Guerra): "E não há ajuda". (Y não hai remedio.)

Série / Portfólio: Os Desastres da Guerra

Artista: Goya (Francisco de Goya e Lucientes) (espanhol, Fuendetodos 1746–1828 Bordeaux)

Data: 1810

Médio: Gravura, ponto de secagem, buril e burnisher

Dimensões: Placa: 5 1/2 x 6 9/16 pol. (14 x 16,7 cm)

Folha: 8 7/8 × 12 1/2 pol. (22,5 × 31,8 cm)

Classificação: Prints

Linha de crédito: Harris Brisbane Dick Fund, 1932

Número de Acesso: 32.62.17

3. 11 - Moema – Victor Meirelles. (HAMILTON E VÍTOR)

Ficha técnica
Título: Moema
Ano: 1866
Técnica: óleo sobre tela
Dimensões: 129 x 190
Acervo: Museu de Arte de São Paulo (MASP), Brasil.

A obra de Victor Meirelles pertence à tradição acadêmica brasileira, formada por uma mistura de referências neoclássicas, românticas e realistas, mas o pintor absorveu também influências barrocas e de outros grupos.

Depois de um período de relativa obscuridade, a crítica recente o reinstalou como um dos precursores da pintura moderna brasileira e um dos principais pintores do século XIX, para muitos o maior de todos, sendo autor de algumas das mais célebres recriações visuais da história brasileira, que permanecem vivas na cultura nacional e são incessantemente reproduzidas em livros escolares e uma variedade de outros meios.

A tela Moema inspira-se no canto VI do poema épico Caramuru (1781), de frei José de Santa Rita Durão (1722 – 1784), que, como outros textos literários do período, trata do tema indianista ligado ao imaginário nacional.

O poema narra a desventura da índia que, abandonada pelo português Caramuru, se atira ao mar e segue o navio no qual ele está partindo. Caramuru levava em sua companhia apenas a índia Paraguaçu. Na estrofe XXXVII do poema, o autor narra a situação de Moema:

"Copiosa multidão da nau Francesa
Corre a ver o espetáculo assombrada;
E ignorando a ocasião da estranha empresa,
Pasma da turba feminil, que nada:
Uma, que às mais precede em gentileza,
Não vinha menos bela, do que irada:
Era Moema, que de inveja geme,
E já vizinha à nau se apega ao leme."

Moema morre de exaustão e seu corpo é levado até à praia pela maré, onde é encontrado. No quadro, o corpo nu, banhado pelas ondas na praia, é exposto em primeiro plano, o rosto revela uma beleza exótica. O pintor cria uma imagem sensual e que, ao mesmo tempo, causa estranheza. Revela um sentimento poético na representação da paisagem.

A cena representada por Victor Meirelles não consta no poema original de Santa Rita Durão.

O artista optou por um momento posterior à narrativa do poema, criado por ele mesmo.

E foi além, criando ele próprio também uma nova narrativa, com a presença dos índios que estão prestes a resgatar o corpo de Moema, fazendo assim um novo fecho para o drama da heroína trágica.

Em vez de sepultá-la no mar, como faz Santa Rita Durão, Meirelles trouxe-a de volta para sua terra, e indicou que seu corpo seria resgatado, o que remete a se imaginar que seriam dados a ela os rituais fúnebres próprios de sua cultura.

O que se pode considerar inicialmente a respeito deste tratamento mais piedoso que o pintor dá à personagem, é que ele pode estar relacionado ao contexto social abordado anteriormente, o qual transformou Moema em uma personagem de relevo, valorizando-a e dando-lhe maior importância do que no poema.

Na pintura, o corpo nu de Moema, em primeiro plano, encontra-se numa praia desértica, em meio a pedras, areia e conchas.

Tudo em derredor parece silencioso e calmo. Até o mar mostra-se quieto. O dia parece estar amanhecendo.

Os cabelos negros e revoltos da índia estão espalhados sobre a areia, como se servissem de travesseiro para seu rosto pálido, voltado para o céu.

Ela ainda traz no corpo parte da tanga de penas coloridas, que lhe cobre a púbis, arranjo esse que tira a naturalidade da pose.

Na época em que foi feita, a pintura teve pouca repercussão, contudo, atualmente é vista com outros olhos.

Críticos e historiadores de arte têm-na como um importante marco na carreira de Victor Meirelles, sendo um dos mais notáveis exemplos do indianismo romântico na artes visuais brasileira, transformando-se num ícone nacional, inclusive recebendo várias releituras e sendo objeto de estudo nas escolas.

Fonte: https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/moema-victor-meirelles/

3.12 - INDEPENDÊNCIA OU MORTE, PEDRO AMÉRICO. (HAMILTON, JOÃO MARCELO E LUCAS).

Independência ou Morte, 1888, óleo sobre tela, 415 cm x 760 cm, Pedro Américo, Museu Paulista da USP, São Paulo.

O nome original dessa tela é “Independência ou Morte” mas ficou conhecida como “O Grito do Ipiranga”. O artista Pedro Américo terminou de pintar o quadro em 1888 em Florença, na Itália (66 anos após a independência ser proclamada). Foi a Família Real que encomendou a obra, pois ela investia na construção do Museu do Ipiranga (atual Museu Paulista da USP). A ideia da obra era ressaltar o poder monárquico do recém-instaurado império.
A obra representa a cena de Dom Pedro I proclamando a independência do Brasil. Na tela também aparecem à direita e à frente do grupo principal, em semicírculo, os cavaleiros da comitiva; à esquerda, e em oposição aos cavaleiros, está um longo carro de boi guiado por um homem do campo que olha a cena curiosamente.

O artista se preocupava em estudar todos os detalhes de seus quadros, como roupas, armas e os tipos físicos das pessoas. Para a produção deste quadro, ele se dirigiu frequentemente ao bairro do Ipiranga para conhecer a luz, a topografia e outros aspectos do lugar.

A imagem que consagrou o 7 de Setembro é verossímil, mas não relata com exatidão o ocorrido no Dia da Independência. Essa cena foi produzida pela imaginação do pintor. O próprio Pedro Américo reconheceu que seria impossível fazer uma relação entre a pintura e o episódio. Não apenas porque havia uma grande diferença de tempo, entre a tela pintada e a proclamação da Independência, mas também porque não seria possível reconstituir minuciosamente o acontecido, pois faltavam relatos.

Essas diferenças são significativas. Primeiro, não era comum usar cavalos, mas sim mulas, para fazer o trajeto da Serra do Mar. Os uniformes também eram galantes demais para o tipo de viagem que D. Pedro I estava fazendo. Sua comitiva também nem era tão numerosa – no máximo levava 14 pessoas. A pintura histórica retrata o episódio de maneira grandiosa, e Pedro Américo criou toda uma situação na tela para ressaltar esse aspecto. D. Pedro I estava voltando a São Paulo quando recebeu documentos vindos de Portugal e, depois de os ler, declarou o Brasil independente.

Fonte: https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/independencia-ou-morte-pedro-americo/

3.13 - A Noite Estrelada,de Vincent Van Gogh. (HAMILTON, ELVIS E STEVE).

O quadro *A Noite Estrelada*,de Vincent Van Gogh, foi pintado em 1889. É um óleo sobre tela, com 74 cm X 92 cm, e se encontra no Museu de Arte Moderna de São Francisco (SFMOMA). A pintura retrata a vista da janela do quarto do artista no hospício de Saint-Rémy-de-Provence.

Análise, interpretação e contexto

Vincent Van Gogh pintou esta tela quando estava no hospício de Saint-Rémy-de-Provence, onde se internou voluntariamente em 1889, após ter cortado a sua própria orelha. Van Gogh sofria de depressão e de surtos psicóticos.

Durante este período ele realizou vários estudos de lugares dentro do hospício, como o corredor e a entrada. As saídas de Van Gogh eram controladas. O pintor tinha pouco contato com o mundo exterior, o que o deixou com limitações de temas para a pintura. O artista resolveu se dedicar mais a interpretações de obras de outros artistas.

Dentro do hospício, Van Gogh tinha acesso a duas celas: uma onde dormia, e outra no térreo, onde podia pintar as suas telas. *A Noite Estrelada* é a vista da cela na qual ele dormia, pouco antes do nascer do sol. O pintor não podia fazer suas telas nesse quarto, porém ele tinha carvão e papel, no qual fazia esboços em que trabalhava mais tarde na cela dedicada à pintura.

Van Gogh era pós-impressionista e foi considerado um dos pioneiros da arte moderna. Podemos observar em suas obras uma representação do mundo, com pinceladas fortes, mas quase nenhuma abstração. O quadro *A Noite Estrelada* é considerado um dos mais importantes de Van Gogh pois conta com algumas pequenas abstrações, que se tornarão matéria essencial para o modernismo.

Principais elementos da obra

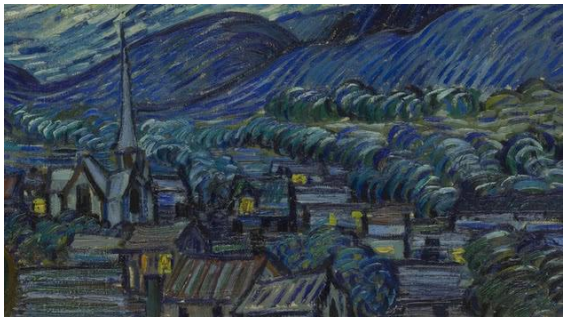
Essa tela é uma das mais importantes de Van Gogh. Faz parte de uma série de telas que representam a vista que ele tinha da janela de seu quarto no hospício. Todas estas obras têm em comum os montes no horizonte das telas. *A Noite Estrelada* é o único registro feito à noite dessa paisagem.

O uso das espirais

As espirais são a primeira coisa que chama a atenção neste quadro. As pinceladas rápidas em sentido espiral dão uma sensação de profundidade e movimento ao céu. Esse aspecto do quadro pode ser considerado impressionista.

Estas espirais são características das obras de Van Gogh desse período. São diversas as pinceladas usadas para dar esse efeito.

A Vila



A pequena vila representada na quadro de Van Gogh não fazia parte da paisagem vista pelo seu quarto. Alguns críticos acreditam que ela é uma representação da vila na qual o pintor passou a infância. Outros acreditam que seja a vila de Saint-Rémy. Para todos os efeitos, a vila é uma inserção no quadro feita pelo artista, sendo um componente imaginado.

O cipreste

O cipreste é um elemento comum nas obras de Van Gogh. Esta árvore está associada à morte em diversas culturas europeias. Elas eram usadas nos sarcófagos egípcios e nos caixões dos romanos. O cipreste passou a ser comum para ornamentar cemitérios e quase sempre está relacionado à morte.

Para Van Gogh, o interesse nos ciprestes tem um carácter formal. O pintor apreciava muito as formas pouco comuns que o cipreste apresenta e a sua fluidez. Os belos movimentos que esta árvore faz ao vento estão representados nesse quadro.

As estrelas

As estrelas são um dos elementos mais importantes do quadro. Além da sua beleza plástica, elas são representativas pois demonstram uma grande abstração no quadro. Em um

primeiro momento Van Gogh não ficou satisfeita com o quadro. Para ele, as estrelas eram muito grandes. Ele diz que se deixou levar pelas ideias abstracionistas ao compor estrelas tão grandes.

Interpretação da obra

A obra de Vicente Van Gogh é um marco na história da arte. Sua beleza plástica é notável e os elementos que compõem a obra mostram o trabalho de um artista maduro. Muitos críticos consideram a obra um marco na carreira de Van Gogh, mesmo não tendo apreço do pintor quando foi feita.

A pintura é muito expressiva, a visão do céu noturno turbulento com as espirais é marcante e faz contraste com a calmaria da pequena vila pouco abaixo das linhas dos montes.

Um cipreste que sobe na vertical toma a frente do quadro, como uma figura de destaque no meio da paisagem. Ao seu lado, a torre da igreja também se projeto para o alto, mas de uma forma um pouco mais tímida. Ambos projetam uma ligação entre a terra e o céu. Esses são os dois elementos verticais nessa pintura de Van Gogh.

A Noite Estrelada é uma obra cheia de sentimentos que transparecem nas pinceladas. Uma obra que contém fortes elementos imaginativos e que, de certo modo, transparece uma mente agitada.

Fonte: https://www.culturagenial.com/quadro-a-noite-estrelada-de-vincent-van-gogh/

3.14 - "Anartia Olivacea", de José Joaquim Freire, século XVIII, aquarela.

(HAMILTON E JACKELINE).

TÍTULO

[Anartia olivacea]

AUTOR

José Joaquim Freire

DESENHISTA

José Joaquim Freire

DATA DE PUBLICAÇÃO

[17]

PERÍODO

Século XVIII - Período Colonial, 1701-1800

TÉCNICA

Aquarela, col

DIMENSÕES DO SUPORTE

imagem 26,5 x 17cm em f. 34,5 x 24,5

TIPO DE OBRA

Desenho

ASSUNTO

Ilustração científica - Botânica
Expedições - Expedição Científica (Alexandre Rodrigues Ferreira)

LOCAL RETRATADO

Amazônia

ACERVO

Biblioteca Nacional (Brasil)

IDENTIFICAÇÃO

mss1255472_05

Fonte: https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17683/anartia-olivacea

Ao explorar o acervo da Brasiliana Iconográfica por assunto, um dos temas que aparece em destaque é a coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira, pertencente à Biblioteca Nacional. Este naturalista, nascido na Bahia, chefiou a Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá no final do século XVIII. A expedição percorreu mais de 39 mil quilômetros e durou quase 10 anos (de 1783 a 1792). Sobre ela, veja o post publicado aqui no portal.

Na equipe de Ferreira, estavam os desenhistas portugueses Joaquim José Codina e José Joaquim Freire – autores dos mais de 600 desenhos que podem ser consultados no Brasiliana Iconográfica.

Sobre Joaquim José Codina não há muita informação. Não se tem certeza nem mesmo da data e do local de sua morte. Alguns pesquisadores afirmam que ele morreu no Brasil durante a expedição, outros defendem que voltou para Lisboa ao final da missão científica, em 1793.

José Joaquim Freire, ao contrário, teve carreira conhecida e documentada. Nascido em Belas, freguesia de Sintra, em 1760, foi aprendiz do artista João de Figueiredo na Fundição do Real Arsenal do Exército, uma das principais escolas de desenho em Portugal naquela época. É

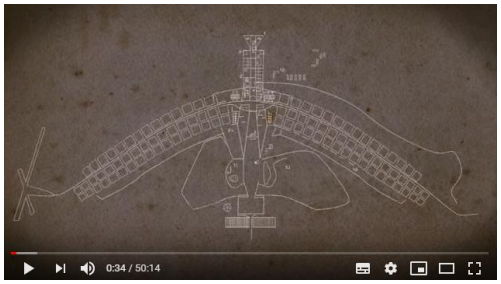
importante destacar que Portugal só veio a ter uma escola de belas artes em 1836. Até então, todo treinamento artístico se dava nas manufaturas e oficinas, baseado num aprendizado técnico. Freire foi treinado no Arsenal nas técnicas do desenho militar. Aos 20 anos, foi contratado pelo Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, instituição criada pelo naturalista italiano Domingos Vandelli, que pretendia reunir ali informações científicas sobre a flora e fauna das colônias portuguesas. Para isso, ele idealizou as “viagens filosóficas”, expedições científicas patrocinadas pelo governo português para suas colônias na América, África e Ásia.

No Jardim Botânico, Freire passou a produzir desenhos mais ligados à história natural, especialmente à botânica. Em 1783, seguiu para a longa expedição amazônica na qual, junto com Codina, produziu desenhos e aquarelas registrando povos indígenas e seus costumes, animais, construções, máquinas, utensílios e prospectos. Realizou, sobretudo, registros botânicos (mais da metade). O grande número de ilustrações de árvores e plantas é atribuído à intenção do governo português tinha de investigar as potencialidades econômicas da flora amazônica.

Fonte: https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20197/jose-joaquim-freire-artista-engenheiro-e-militar

4. OBRAS ÀUDIO VISUAIS

4.1 - A Cidade é uma só? – Adirley Queirós. (BRUNO, LUCAS E ZÉLIA)



Olhar crítico

Existe uma dicotomia clara em A Cidade É uma Só?. O filme navega sobre a trajetória de três personagens: uma figura-figuraça que se diz do povo e tenta sua primeira eleição distrital; um homem no comércio de lotes brasilienses irregulares; e uma terceira personagem que contextualiza a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Esta última, única de fato verídica, é a que impõe a divisão recorrente entre a mente inventiva do diretor e sua investigação dos fatos. A transparência está mais no jogo de interesses para extrair o máximo do tema, pautado pelo desenvolvimento dos personagens criados, do que nessa confluência que se faz bem disfarçada entre dois universos sobrepostos.

A Cidade É uma Só? Se atém ao momento ulterior ao da construção de Brasília, onde o governo dá início a uma empreitada de desarraigamento de moradores de classe social menos abastada, migrantes e construtores da capital, transferindo-os forçosamente para Ceilândia. Nancy Araújo foi uma das habitantes realocadas e, quando criança, cantou no coral que vingou como jingle da CEI. No desenrolar do filme, Nancy vai atrás de documentos daquela época. Pela explicação dada, salta aos olhos uma possível contradição interessante (afinal, propagandeou

contra si mesmo), mas também um típico e cansado mote da busca pelo próprio engendramento do passado – aqui, um acerto de contas um tanto quanto anêmico em sua substância, pois, no fundo, Nancy não se faz de rogada e se mostra satisfeita com apenas algumas fotos daquele período.

Mas se a insipidez de seu trajeto (concluindo numa das cenas mais fracas, pedindo o arquivo de imagens e depois se emocionando com aquilo) não se sustenta como propulsão de um embate político, a maior qualidade do filme é a consciência de sua maior fraqueza. A Cidade É uma Só? Era um projeto para a DocTV, e Adirley Queirós quis adaptá-lo para o cinema, mas sabia que não conseguia sustentar um filme só com Nancy. Precisou criar duas novas personagens ficcionais que gerassem uma forte empatia para poder causar uma imersão propícia ao diálogo político. Daí a nova-velha tática de fazer um bolo com ingredientes comumente estranhos entre si. Não só a mistura do caldo plácido-denunciatório com a verve de humor da vida "real" (especialmente encarnada pela interpretação de Dildu) dá força a toda a montagem, como também sua decupagem pseudo-mambembe-documental.

Esta decupagem, no fundo, não engana ninguém que se atente às relações entre os corpos dentro e fora de cena - é de se estranhar um documentário que se apegue tanto aos contrastes da imagem em uns momentos (como a de quando acompanhamos Zé Antonio no carro à procura de lotes) e seja tão descuidado no apego plástico, em outros, (como uma das sonoras de Nancy que certamente se manteve no corte final por sua crucialidade dramática). Adirley está mais para a tentativa de criação de uma atmosfera a la Jean Rouch (lembremos de Cocorico Monsieur Poulet e depois a cena do carro sendo empurrado – nos dois filmes) do que para a pura brincadeira de registros. É quase como se o filme tivesse que ser bom (atraente, encantador e imersivo) para poder mobilizar um debate. Chega perto de parecer uma necessidade de se fazer bem feito, de se criar interesse para se levantar a discussão de um modelo de convivência entre espaços, pois de outra forma, perder-se-ia a oportunidade de pôr em pauta o assunto. E perceber a falta de potência e recriar algo depois, para que se materialize uma luta com pujança, é de uma sagacidade forte e rara.

A Cidade É uma Só? se atém ao momento ulterior ao da construção de Brasília, onde o governo dá início a uma empreitada de desarraigamento de moradores de classe social menos abastada, migrantes e construtores da capital, transferindo-os forçosamente para Ceilândia. Nancy Araújo foi uma das habitantes realocadas e, quando criança, cantou no coral que vingou como jingle da CEI. No desenrolar do filme, Nancy vai atrás de documentos daquela época. Pela explicação dada, salta aos olhos uma possível contradição interessante (afinal, propagandeou contra si mesmo), mas também um típico e cansado mote da busca pelo próprio engendramento do passado – aqui, um acerto de contas um tanto quanto anêmico em sua substância, pois, no fundo, Nancy não se faz de rogada e se mostra satisfeita com apenas algumas fotos daquele período.

Fonte: http://www.revistacinetica.com.br/acidadeeumaso.htm

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7uS4YnqPWLU&t=928s

4.2 - Youtuber indígena: Cristian Wariu – Povos indígenas do Brasil. (JOÃO MARCELO E LUCAS).

"Infelizmente, muitas pessoas acreditam que se um indígena, como eu, usar smartphone, roupas e viver na cidade isso significa que está deixando a sua cultura", afirma Cristian Wariu Tseremey'wa, de 20 anos, em um dos vídeos publicados em seu canal no YouTube.

Desde a infância, Cristian ouve comentários preconceituosos sobre a sua origem. Para desmistificar o assunto, o jovem xavante, com descendência guarani, criou, há pouco mais de um ano, o canal "Wariu", no qual trata sobre temas relacionados à cultura indígena.

PUBLICIDADE

"Há muito tempo, percebo que as pessoas que não fazem parte da nossa cultura têm certo preconceito com os povos indígenas. Quando eu explicava melhor sobre o assunto, elas passavam a nos respeitar mais. Enxerguei o YouTube como uma oportunidade para alcançar mais pessoas e explicar a elas sobre a nossa cultura", diz à BBC News Brasil.

O primeiro vídeo foi publicado em agosto de 2017. Nele, o jovem indígena fala sobre algumas das dúvidas que mais costuma ouvir sobre a sua cultura. "Não aguento mais me perguntarem se ando pelado em casa ou na aldeia", confessa no início do vídeo. Pouco depois, Cristian, que passou a vida morando na cidade e indo com frequência à aldeia, esclarece. "Não, não ando pelado em casa. É muito constrangedor. Mas, na aldeia, vai depender da etnia, porque índio não é um povo só", afirma.

Em seguida, ele ressalta que os indígenas são divididos por etnias, que possuem diferentes culturas. "Há etnias que andam peladas, mas não estão totalmente nuas, sempre há alguma coisinha para cobrir. Há outras que ficam nuas em momentos especiais, como em rituais, mas normalmente usam roupas", declara.

Os vídeos de Cristian são publicados uma ou duas vezes por mês. Ele já abordou temas como os significados de pinturas indígenas, mostrou rituais xavantes e falou sobre algumas das etnias que existem no Brasil. Até o momento, em seu canal há 17 publicações, que totalizam mais de 34 mil visualizações.

A indigenista Maíra Taquiguthi Ribeiro, que atua na Coordenação Regional Xavante da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Barra do Garças (MT), ressalta que os vídeos publicados por Cristian ajudam no combate ao preconceito contra povos indígenas.

“Um vídeo produzido por um jovem indígena, de forma simples, em uma linguagem informal e com informações sobre os povos, tendo suas experiências pessoais como uma das fontes, traz mais proximidade e empatia com o público. As pessoas que assistem entendem melhor a mensagem e conseguem compreender o indígena enquanto pessoa, e não como uma figura folclórica, descolada da realidade”, explica à BBC News Brasil.

“Conhecer a realidade dos povos e entender a forma como vivem reforça a legitimidade dos seus direitos à terra, à autodeterminação e à sua especificidade. Provavelmente, daí venha a incompreensão da sociedade não indígena a respeito das questões indígenas: da defasagem dos instrumentos de construção desse conhecimento”, acrescenta.

O pai de Cristian pertence à etnia xavante, enquanto a mãe é Guarani. O jovem se considera, culturalmente, apenas ligado aos ancestrais paternos. “Conforme a linhagem dos xavantes, o filho deve ser considerado apenas da etnia deles, independente do parceiro. Além disso, quando você precisa se identificar como indígena, como na matrícula em uma universidade, precisa mencionar apenas um povo”, explica.

Cristian nasceu na região urbana de Campinápolis, em Mato Grosso. Na cidade, passou boa parte da infância e adolescência. “Sempre moramos em áreas próximas à aldeia, para que não ficássemos distantes da nossa cultura. Havia datas em que passava temporadas de até dois meses na aldeia para realizar os rituais”, diz. O jovem comenta que participou de todas as cerimônias consideradas importantes para seus ancestrais. “Os xavantes são muito ligados aos rituais. Se eu não fizesse todos, não seria considerado um deles”, explica.

O jovem conta que os pais optaram por viver na cidade para que ele e os dois irmãos – Cristian é o mais velho – tivessem mais facilidade no acesso aos estudos. “Meus pais prezam muito pelo ensino”, afirma. A mãe dele trabalha como secretária na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e o pai preside a Federação do Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt). “Eles estudaram até o ensino médio, em Brasília, quando se conheceram. Depois não tiveram condições para fazer faculdade.”

Durante a infância e a adolescência, Cristian comenta que era comum que professores o questionassem sobre a cultura indígena. “É um tema muito desconhecido. Na escola, queriam saber sobre a vivência do meu povo e questões políticas. Essas dúvidas existem porque os livros falam pouco sobre os indígenas. Focam mais na colonização e esquecem da diversidade cultural que existe. Além disso, também não falam sobre o indígena contemporâneo, por isso as pessoas pensam que continuamos do mesmo jeito, como no passado.”

Na escola, o jovem relata que colegas de classe praticavam bullying contra ele, em razão de suas origens. “Diziam que todo índio é preguiçoso, falavam que comemos piolho e também ouvi alguns colegas dizerem que eu nunca deveria ter ido para a cidade”, lamenta. Fora do ambiente escolar, ele se recorda de outras situações de discriminação que presenciou quando criança. “Uma vez, minha avó foi chamada de índia nojenta por ter pedido apenas uma banana, por não ter dinheiro para pagar um cacho inteiro.”

Para tentar reduzir o preconceito à sua volta, Cristian conta que desde a infância costumava esclarecer sobre a cultura indígena para aqueles que desconheciam o assunto. “Todo esse preconceito me afetava, porque muitos pensavam que éramos canibais ou extremamente violentos. Quem imaginava isso, tinha medo da gente. Então, eu tentava mudar essa situação, contando a verdade sobre o meu povo”, diz.

Na pré-adolescência, Cristian acompanhou o boom dos youtubers. Na época, percebeu que os vídeos publicados na internet seriam uma forma de combater o preconceito contra os indígenas. “Pensei em criar o canal há mais de cinco anos, mas eu tinha poucos recursos. Eu não sabia mexer com audiovisual, nem tinha conhecimento sobre edição”, conta.

No ano passado, o Ministério da Cultura lançou um edital para auxiliar produções audiovisuais de jovens vlogueiros em todo o Brasil. Cristian se inscreveu e apresentou um projeto para criar um canal sobre questões indígenas. “Desde que descobri o edital, fui me preparando. Eu não sabia editar, muito menos gravar, mas diante dessa oportunidade, me esforcei para aprender. Como eu sempre tive muita aptidão com meios tecnológicos, não tive tantas dificuldades.”

Ele, então, gravou e editou o piloto de um vídeo para o canal. Na gravação, esclareceu as dúvidas que mais escutou durante a vida sobre questões indígenas. “A proposta foi muito bem recebida pelo Ministério da Cultura e isso me deixou muito feliz”, conta. O jovem foi um dos selecionados no certame.

Segundo o jovem, o apoio dos pais, que o incentivaram a se inscrever no edital, foi fundamental. “Eles sempre me apoiaram em qualquer coisa que eu fizesse”, diz. Cristian relata que outro fator que o ajudou a ser selecionado foi o foco que teve para fazer um bom trabalho para concorrer no edital. “Sempre fui muito focado em tudo o que eu quero. Além disso, desde pequeno tenho aptidão para design gráfico. Tudo isso me ajudou”, explica.

Após a seleção do Ministério da Cultura, surgiu o canal “Wariu” – nome que Cristian afirma ter escolhido em homenagem ao bisavô. O jovem xavante é o responsável pelo roteiro, gravação e edição dos vídeos. Ele recebe ajuda de conhecidos e de um revisor ortográfico, que o auxiliam a passar as informações corretas sobre os indígenas nas publicações. Os recursos do edital, ele pontua, são usados, principalmente, em aluguéis de equipamentos e no deslocamento quando faz gravações em áreas indígenas.

Cristian ressalta que seu canal tem o objetivo de abordar etnias distintas e não apenas os xavantes. Em razão disso, visitou outros povos. Sempre que ele chega a uma nova região, costuma ser reconhecido e tem status de celebridade.

“Os indígenas enxergam o meu canal de uma forma muito boa, como uma maneira de representatividade, porque é difícil ver as informações sobre nosso povo serem difundidas assim. Neste ano, visitei oito regiões indígenas de Mato Grosso e pude ver, de perto, que há muitas pessoas que acompanham e admiram o meu trabalho”, orgulha-se.

O prazo de vigência do edital se encerra no fim deste ano. Depois, ele revela que continuará publicando os vídeos. “O edital serviu como um apoio inicial. Agora estou mais experiente e sei mexer com edição, conseguirei dar continuidade”, conta.

No YouTube, há outros canais de indígenas que falam sobre suas culturas. O de Cristian é o mais popular dentre eles.

Os assuntos abordados no canal são definidos por Cristian com base nas reações e perguntas do público que o acompanha. Em seu primeiro vídeo, o jovem percebeu que havia muita curiosidade sobre os brincos que usa nas orelhas. Ele, então, fez um vídeo explicando sobre o ritual no qual os jovens xavantes passam a usar o adereço.

“Esse é um dos rituais mais importantes para o xavante. O brinco não é usado apenas para fins estéticos, ele tem a simbologia de um povo que carrega consigo a luta e a sabedoria”, explica.

O brinco é colocado para simbolizar que o jovem xavante se tornou adulto. Antes de receber o item, eles são divididos em grupo e começam o ritual em um rio. “Os jovens são ensinados a bater na água com as mãos, sem parar, para que o líquido acerte as orelhas e elas fiquem moles e adormecidas. Ficamos nesse rio por quatro semanas ininterruptas, parando somente para comer e dormir”, revela.

Depois de um mês no rio, os adolescentes são levados para a aldeia. Eles ficam à espera de um indígena que fura suas orelhas com um osso de onça-pintada. “Quando furei, não senti dor nenhuma, apenas ouvi os barulhos das orelhas se rompendo.” Depois do ritual, o indígena que recebe o brinco passa a ser considerado adulto. “A partir de então, ele passa a ter voz na aldeia e também pode se casar”, conta Cristian.

Em outro vídeo, o jovem xavante esclarece sobre um dos temas que considera dos mais relevantes para os indígenas na atualidade: a relação com a tecnologia.

“Com o avanço da tecnologia, não é de surpreender que essa onda tenha chegado aos indígenas. A tecnologia não está tirando nossa cultura, como muitos acreditam. Pelo contrário, é uma grande ferramenta para mostrarmos a nossa realidade, que antes era omitida no Brasil. Ela pode ser usada para compartilhar nosso lado da história, para mostrar nossa cara, para nos organizar em prol dos nossos direitos e mostrar que ainda existimos e resistimos”, afirma Cristian.

“Não vou deixar de ser indígena por usar a internet ou o celular. Não vou deixar de ser indígena por falar português. Essas são apenas ferramentas que usamos para compartilhar a nossa cultura, expandir e fortalecer nossas crenças, para que não morram com o tempo. Usando a internet, vou mostrar parte da imensidão da nossa cultura e que podemos usar a tecnologia e manter nossos costumes”, acrescenta.

Nos vídeos do jovem, a grande maioria dos comentários são elogiosos e parabenizam Cristian pela iniciativa. “Muito feliz por ver um canal feito por indígena para falar da cultura de seu povo”, escreveu uma mulher. “Adorei o canal. Estava procurando a realidade indígena contada por um nativo”, pontuou outra.

Muitos dos que assistem aos vídeos também são indígenas e afirmam se sentir representados pela iniciativa de Cristian. “Acabei de conhecer seu canal e já estou amando. Sou indígena e sempre amei minha etnia. Tenho muito orgulho de ser quem sou”, escreveu uma jovem.

Em meio aos elogios, existem algumas poucas críticas. O jovem comenta que já leu mensagens afirmando que ele deveria “voltar pro mato” ou “parar de gravar os vídeos, porque a iniciativa não ajuda os indígenas”. “Às vezes aparece alguém que não aceita nos ouvir, pois tem uma ideia pré-estabelecida sobre o índio. Claro que não gosto de ler as ofensas, mas sempre lidei bem com isso. Tenho pena por ver pessoas tão limitadas”, diz.

Os vídeos que publica no YouTube motivaram Cristian na escolha da profissão. Desde fevereiro, ele cursa Comunicação Organizacional na Universidade de Brasília (UnB). O xavante foi aprovado no vestibular indígena realizado pela unidade de ensino no ano passado.

“Esse vestibular é um meio de o indígena se formar e dar retorno para a sua comunidade. Quando entrei na faculdade, expliquei que escolhi a comunicação porque penso que é um meio ainda escasso entre os povos indígenas, no âmbito acadêmico. Então, posso me formar e contribuir ainda mais para o meu povo”, afirma.

Para ele, a comunicação será uma importante aliada dos indígenas a partir do próximo ano. Isso porque o jovem teme que o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), traga retrocessos ao seu povo.

“Sei que temos muita luta pela frente. Acreditamos que as políticas adotadas nos próximos anos afetarão intensamente o meio ambiente e o meu povo. Felizmente, nós, indígenas, resistimos durante esses 500 anos, mesmo após vários ataques, inclusive na ditadura militar, que matou muitos índios e extinguiu vários povos.”

“Independente do que acontecer, estaremos lutando para existir e pensando sempre em nossas próximas gerações”, declara.

Fonte: https://blogdacidadania.com.br/2018/12/jovem-indigena-discute-preconceitos-em-seu-canal-no-youtube/

Disponível em: il. https://www.youtube.com/watch?v=unkNJF_mlNQ&t=4s

4.3 - Plataforma GeoProcessamento. (LUCAS E STEVE).

O i3Geo é um aplicativo desenvolvido para o acesso e análise de dados geográficos utilizando a web. Baseado em *softwares* livres, principalmente MapServer, utiliza como plataforma de funcionamento navegadores para*internet*, como o Internet Explorer e o Firefox. Foi desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e distribuído sob a licença GPL (*General Public License*), tendo como objetivo difundir o uso do geoprocessamento como instrumento técnico-científico e implementar uma interface genérica para acesso aos dados geográficos existentes em instituições públicas, privadas ou não governamentais. Pode ser utilizado e incorporado por qualquer instituição interessada sem custos.

Adota padrões internacionais de interoperabilidade, apresenta funcionalidades que facilitam o acesso remoto a dados, permitindo o estabelecimento de redes cooperativas. Operações que normalmente são encontradas apenas em programas para computadores pessoais, que operam em instalações locais, estão disponíveis no i3Geo, tais como geração de gráficos, análise de dados tabulares, operações espaciais, etc.

Fonte: http://www.funai.gov.br/index.php/i3geo

Disponível em: http://mapas2.funai.gov.br/i3geo/interface/openlayers.htm?ef868a711657cd3268b4a37a2092c3e7

4.4 - Precisamos romper com os silêncios | Djamila Ribeiro |. (BRUNO E REINALDO).

Djamila fala de inclusão social e justiça.

Mestre em filosofia política pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), secretária-adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo e colunista da Carta Capital, Djamila é conhecida pela sua militância nos movimentos negro e feminista.

Esta palestra foi dada em um evento TEDx, que usa o formato de conferência TED, mas é organizado de forma independente por uma comunidade local.

Fonte: https://amara.org/pl/videos/QGCLtJg08bUK/pt-br/1771860/

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6JEdZQUmdbc&t=374s

4.5 - Conservar a Amazônia é questão ambiental, social e econômica. (LUCAS E JACKELINE).

Maria Fernanda Ziegler, de Manaus | Agência FAPESP – A Amazônia é única. É a maior extensão de floresta tropical e o único lugar onde a própria floresta controla seu clima interno, impactando o mundo todo. Com sua biodiversidade ímpar, a Amazônia possibilita a manutenção de serviços ecossistêmicos e limpa a atmosfera do planeta. Porém, para que haja um desenvolvimento social sustentável na região, é necessária uma forte base científica capaz de subsidiar políticas públicas que atendam questões relacionadas à população, biodiversidade, meio ambiente e economia.

É o que destacaram participantes no workshop "As dimensões científicas, sociais e econômicas do desenvolvimento da Amazônia", realizado no dia 16 de agosto de 2018, em Manaus, pela FAPESP em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e com o Brazil Institute do Wilson Center, em Washington.

"É preciso ver a Amazônia a partir de vários aspectos diferentes. Ela não é um jardim botânico, pois não tem um funcionamento ou um impacto linear, e é chave para as mudanças climáticas globais", disse **Paulo Artaxo**, professor no Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP) e membro da coordenação do Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais.
O funcionamento biológico da Floresta Amazônica regula o clima sobre a região. "A floresta controla o balanço de energia, o fluxo de calor latente e sensível, o vapor d'água e os núcleos de condensação de nuvem que vão intensificar o ciclo hidrológico. E isso só é possível se houver uma extensão muito grande de floresta. Quando ela é fragmentada, deixa de ter essa propriedade", disse Artaxo, organizador do workshop, à **Agência FAPESP**.

Um exemplo do impacto da floresta está na sua capacidade de armazenar carbono da atmosfera, questão fundamental para as mudanças climáticas.

"Mas a capacidade da Floresta Amazônica em armazenar carbono e, de certa forma, limpar a atmosfera, está diminuindo. Há três décadas, era relativamente mais intensa que hoje. O problema é se a floresta passar a emitir mais dióxido de carbono que absorver, o que agravaria as mudanças climáticas. O que acontece com a Amazônia interfere no mundo inteiro", disse **Luiz Antonio Martinelli**, professor do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena) da USP.

De acordo com Martinelli, a hipótese principal para a diminuição de estocagem de carbono tem relação com os eventos extremos, como a seca, que estão mais frequentes e intensos. Isso ocasiona a mortalidade das árvores e a consequente perda em estocar carbono.

"Talvez já estejamos vendo o efeito das mudanças climáticas na Amazônia. E um interfere no outro, ou seja, o evento extremo degrada mais a floresta, degradando a floresta ela emite mais CO_2 e aumenta a intensidade e frequência dos eventos extremos", disse Martinelli.
Serviços ecossistêmicos

Fora o evidente impacto ambiental das mudanças climáticas, há ainda consequências sociais e econômicas.

"Secas como as que tivemos em 2005 e 2010 provocaram um impacto social enorme. Municípios ficaram completamente isolados, sem água e alimentos, pois os rios são o transporte na região. Já as cheias extremas deslocam populações da beira de Manaus, por exemplo", disse Artaxo.

Modelos climáticos têm previsto aumento significativo dos eventos extremos nas próximas décadas.

"O Brasil precisa ter um plano de adaptação para a Amazônia. O aumento da temperatura na região foi da ordem de 1,6 °C, enquanto a média no Brasil foi de 1,3 °C e a mundial de 1,1°C [desde o fim do século 19]. Então, a Amazônia, por estar em uma região tropical, por receber muita radiação solar, é uma região sensível ao aumento da temperatura e à redução da precipitação. Dá para imaginar o impacto socioeconômico de um dia de verão em Manaus com temperatura média aumentada em até 5 ºC. É o que pode acontecer no futuro", disse Artaxo.

Um ponto a ser investigado é o dos diversos serviços ecossistêmicos da floresta, como o processamento de vapor d'água e a absorção de uma quantidade enorme de CO_2 da atmosfera.
"O valor dos serviços ecossistêmicos que a Floresta Amazônica realiza equivale a US$ 14 trilhões. Atualmente, o preço da tonelada de CO_2 no mercado internacional está em torno de US$ 100, e a Amazônia absorve uma quantidade gigantesca desse gás. Isso vale muito", disse Artaxo. Mas existe uma lista maior de serviços ecossistêmicos, como, por exemplo, o vapor d'água – essencial para a agricultura. Durante as apresentações no workshop, foi destacada a dependência da agricultura de todo o sul do Brasil e dos estados de Mato Grosso e Goiás pelo vapor d' água processado pela Amazônia.

"Essa floresta é valorizada, é valorizável. Mas o seu modo de exploração atual, baseado em grandes projetos agropecuários, não beneficia necessariamente a população da região", disse Artaxo.

Outro ponto destacado foi o crescimento nos últimos cinco anos do índice de desmatamento, que vinha decaindo consideravelmente nos últimos 30 anos.

"Não ter essa floresta em um cenário futuro de aquecimento significa não ter um ativo econômico que terá muita importância para prevenir grandes prejuízos no futuro. Fora isso, se o Brasil quer ter uma meta além dos 7% da produção mundial [do agronegócio], é bom valorizar a conservação. Pois sem esse sistema gigante de irrigação, não será possível atingir essa meta. É uma questão econômica", disse Paulo Moutinho, pesquisador sênior do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam).

Mau exemplo

A importância de conservar a biodiversidade também foi debatida no workshop. Para Maria Teresa Piedade, pesquisadora do Inpa, é preciso criar um desenvolvimento sustentável que seja compatível com a biodiversidade e não o contrário. "A biodiversidade está aqui muito antes da nossa vinda e da região se tornar a última fronteira de acesso a bens e produtos", disse.

Piedade orienta estudos de impacto na hidrelétrica de Balbina, obra da década de 1980 no município de Presidente Figueiredo (AM) e que tem desdobramentos até hoje.

"A hidrelétrica de Balbina tem sido apontada há tempos como um péssimo exemplo de sustentabilidade. Ela deslocou populações tradicionais indígenas, gerou massiva mortalidade de peixes e vários outros problemas. Fora isso, tem baixa eficiência", disse à **Agência FAPESP**.

“Houve um achatamento da variação de secas e cheias do rio. Estamos verificando a ocorrência de mortalidade em massa de árvores das porções mais baixas e a entrada de espécies de terra firme nas porções mais altas, anteriormente colonizadas por árvores das áreas úmidas. Isso altera a biodiversidade local, a composição florística e o banco de sementes para peixes que utilizam os rios da região para se alimentar”, disse Piedade.

O workshop “As dimensões científicas, sociais e econômicas do desenvolvimento da Amazônia” terá continuação no dia 24 de setembro, no Wilson Center, nos Estados Unidos.

No evento, a intenção também será debater que o entendimento físico, químico e biológico da Amazônia auxilia na compreensão de suas fragilidades e resiliências, e que é preciso olhar para as dimensões sociais e econômicas da região de maneira integrada.

Mais informações: www.fapesp.br/eventos/amazon-workshop.

Fonte: http://agencia.fapesp.br/conservar-a-amazonia-e-questao-ambiental-social-e-economica/28518/

4.6 - Parque Nacional da Serra da Canastra. (LUCAS E JACKELINE).

Parques do Brasil

O documentário de estreia da série Parques do Brasil apresenta o Parque Nacional da Serra da Canastra, uma das principais áreas de conservação do cerrado mineiro, revelando a história da criação da unidade e sua relação com o Rio São Francisco, além de destacar espécies ameaçadas de extinção, como o pato-mergulhão.

O primeiro bloco traz a história da nascente do Rio São Francisco e descreve os principais ambientes dos Chapadões da Canastra e da Babilônia, como o campo rupestre e o campo limpo. Revela conflitos existentes desde a criação da unidade de conservação em 1972 e apresenta espécies como a noivinha-branca, o chupim-do-brejo, o joão-graveto, o carcará, a coruja-buraqueira, o periquito-rei, a cobra-de-vidro, o veado-campeiro, o lobo-guará e a ema.

Série Parques do Brasil apresenta a Serra da Canastra - Divulgação/TV Brasil

No segundo bloco, o documentário revela a origem do nome da Serra da Canastra e fala sobre a importância da unidade para a conservação do cerrado e de recursos hídricos fundamentais. O Cerrado é considerado a caixa d´água do Brasil, responsável, por exemplo, por 94% da água que corre no Rio São Francisco. Este bloco traz ainda histórias sobre a influência da Mata Atlântica na unidade, o tamanduá-bandeira e o pato-mergulhão, um dos animais mais raros do planeta, criticamente ameaçado de extinção, que tem a sua maior população na região do parque. Fechando o episódio, conhecemos a monumental Casca D'Anta, uma cachoeira de 186 metros de altura que encantou o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire em 1819.

Fonte: http://tvbrasil.ebc.com.br/parques-do-brasil/2018/08/parque-nacional-da-serra-da-canastra

5 - OBRAS TEXTUAIS

5.1 - ***Machado de Assis - Pai contra mãe.*** (JOÃO MARCELO, VÍTOR E ZÉLIA).

Pai contra mãe

A ESCRAVIDÃO levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: "gratificar-se-á generosamente", - ou "receberá uma boa gratificação". Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse.

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Cândido Neves, – em família, Candinho, – é a pessoa a quem se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos. Tinha um defeito grave esse homem, não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo. Começou por querer aprender tipografia, mas viu cedo que era preciso algum tempo para compor bem, e ainda assim talvez não ganhasse o bastante; foi o que ele disse a si mesmo. O comércio chamou-lhe a atenção, era carreira boa. Com algum esforço entrou de caixeiro para um armarinho. A obrigação, porém, de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho, e ao cabo de cinco ou seis semanas estava na rua por sua vontade. Fiel de cartório, contínuo de uma repartição anexa ao Ministério do Império, carteiro e outros empregos foram deixados pouco depois de obtidos.

Quando veio a paixão da moça Clara, não tinha ele mais que dívidas, ainda que poucas, porque morava com um primo, entalhador de ofício. Depois de várias tentativas para obter emprego, resolveu adotar o ofício do primo, de que aliás já tomara algumas lições. Não lhe custou apanhar outras, mas, querendo aprender depressa, aprendeu mal. Não fazia obras finas nem complicadas, apenas garras para sofás e relevos comuns para cadeiras. Queria ter em que trabalhar quando casasse, e o casamento não se demorou muito.

Contava trinta anos. Clara vinte e dous. Ela era órfã, morava com uma tia, Mônica, e cosia com ela. Não cosia tanto que não namorasse o seu pouco, mas os namorados apenas queriam matar o tempo; não tinham outro empenho. Passavam às tardes, olhavam muito para ela, ela para eles, até que a noite a fazia recolher para a costura. O que ela notava é que nenhum deles lhe deixava saudades nem lhe acendia desejos. Talvez nem soubesse o nome de muitos. Queria casar, naturalmente. Era, como lhe dizia a tia, um pescar de caniço, a ver se o peixe pegava, mas o peixe passava de longe; algum que parasse, era só para andar à roda da isca, mirá-la, cheirá-la, deixá-la e ir a outras.

O amor traz sobrescritos. Quando a moça viu Cândido Neves, sentiu que era este o possível marido, o marido verdadeiro e único. O encontro deu-se em um baile; tal foi - para lembrar o primeiro ofício do namorado, - tal foi a página inicial daquele livro, que tinha de sair mal composto e pior brochado. O casamento fez-se onze meses depois, e foi a mais bela festa das relações dos noivos. Amigas de Clara, menos por amizade que por inveja, tentaram arredá-la do passo que ia dar. Não negavam a gentileza do noivo, nem o amor que lhe tinha, nem ainda algumas virtudes; diziam que era dado em demasia a patuscadas.

– Pois ainda bem, replicava a noiva; ao menos, não caso com defunto.

– Não, defunto não; mas é que...

Não diziam o que era. Tia Mônica, depois do casamento, na casa pobre onde eles se foram abrigar, falou-lhes uma vez nos filhos possíveis. Eles queriam um, um só, embora viesse agravar a necessidade.

– Vocês, se tiverem um filho, morrem de fome, disse a tia à sobrinha.

– Nossa Senhora nos dará de comer, acudiu Clara.

Tia Mônica devia ter-lhes feito a advertência, ou ameaça, quando ele lhe foi pedir a mão da moça; mas também ela era amiga de patuscadas, e o casamento seria uma festa, como foi.

A alegria era comum aos três. O casal ria a propósito de tudo. Os mesmos nomes eram objeto de trocados, Clara, Neves, Cândido; não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digeria-se sem esforço. Ela cosia agora mais, ele saía a empreitadas de uma cousa e outra; não tinha emprego certo.

Nem por isso abriam mão do filho. O filho é que, não sabendo daquele desejo específico, deixava-se estar escondido na eternidade. Um dia, porém, deu sinal de si a criança; varão ou fêmea, era o fruto abençoado que viria trazer ao casal a suspirada ventura. Tia Mônica ficou desorientada, Cândido e Clara riram dos seus sustos.

– Deus nos há de ajudar, titia, insistia a futura mãe.

A notícia correu de vizinha a vizinha. Não houve mais que espreitar a aurora do dia grande. A esposa trabalhava agora com mais vontade, e assim era preciso, uma vez que, além das costuras pagas, tinha de ir fazendo com retalhos o enxoval da criança. À força de pensar nela, vivia já com ela, media-lhe fraldas, cosia-lhe camisas. A porção era escassa, os intervalos longos. Tia Mônica ajudava, é certo, ainda que de má vontade.

– Vocês verão a triste vida, suspirava ela.

– Mas as outras crianças não nascem também? Perguntou Clara.

– Nascem, e acham sempre alguma cousa certa que comer, ainda que pouco...

– Certa como?

– Certa, um emprego, um ofício, uma ocupação, mas em que é que o pai dessa infeliz criatura que aí vem gasta o tempo?

Cândido Neves, logo que soube daquela advertência, foi ter com a tia, não áspero mas muito menos manso que de costume, e lhe perguntou se já algum dia deixara de comer.

– A senhora ainda não jejuou senão pela semana santa, e isso mesmo quando não quer jantar comigo. Nunca deixamos de ter o nosso bacalhau...

– Bem sei, mas somos três.

– Seremos quatro.

– Não é a mesma cousa.

– Que quer então que eu faça, além do que faço?

– Alguma cousa mais certa. Veja o marceneiro da esquina, o homem do armarinho, o tipógrafo que casou sábado, todos têm um emprego certo... Não fique zangado; não digo que você seja vadio, mas a ocupação que escolheu é vaga. Você passa semanas sem vintém.

– Sim, mas lá vem uma noite que compensa tudo, até de sobra. Deus não me abandona, e preto fugido sabe que comigo não brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo.

Tinha glória nisto, falava da esperança como de capital seguro. Daí a pouco ria, e fazia rir à tia, que era naturalmente alegre, e previa uma patuscada no batizado.

Cândido Neves perdera já o ofício de entalhador, como abrira mão de outros muitos, melhores ou piores. Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, a agilidade também. Mais de uma vez, a uma esquina, conversando de cousas remotas, via passar um escravo como os outros, e descobria logo que ia fugido, quem era, o nome, o dono, a casa deste e a gratificação; interrompia a conversa e ia atrás do vicioso. Não o apanhava logo, espreitava lugar azado, e de um salto tinha a gratificação nas mãos. Nem sempre saía sem sangue, as unhas e os dentes do outro trabalhavam, mas geralmente ele os vencia sem o menor arranhão.

Um dia os lucros entraram a escassear. Os escravos fugidos não vinham já, como dantes, meter-se nas mãos de Cândido Neves. Havia mãos novas e hábeis. Como o negócio crescesse, mais de um desempregado pegou em si e numa corda, foi aos jornais, copiou anúncios e deitou-se à caçada. No próprio bairro havia mais de um competidor. Quer dizer que as dívidas de Cândido Neves começaram de subir, sem aqueles pagamentos prontos ou quase prontos dos primeiros tempos. A vida fez-se difícil e dura. Comia-se fiado e mal; comia-se tarde. O senhorio mandava pelos aluguéis.

Clara não tinha sequer tempo de remendar a roupa ao marido, tanta era a necessidade de coser para fora. Tia Mônica ajudava a sobrinha, naturalmente. Quando ele chegava à tarde, via-se-lhe pela cara que não trazia vintém. Jantava e saía outra vez, à cata de algum fugido. Já lhe sucedia, ainda que raro, enganar-se de pessoa, e pegar em escravo fiel que ia a serviço de seu senhor; tal era a cegueira da necessidade. Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem.

– É o que lhe faltava! Exclamou a tia Mônica, ao vê-lo entrar, e depois de ouvir narrar o equívoco e suas consequências. Deixe-se disso, Candinho; procure outra vida, outro emprego.

Cândido quisera efetivamente fazer outra cousa, não pela razão do conselho, mas por simples gosto de trocar de ofício; seria um modo de mudar de pele ou de pessoa. O pior é que não achava à mão negócio que aprendesse depressa.

A natureza ia andando, o feto crescia, até fazer-se pesado à mãe, antes de nascer. Chegou o oitavo mês, mês de angústias e necessidades, menos ainda que o nono, cuja narração dispenso também. Melhor é dizer somente os seus efeitos. Não podiam ser mais amargos.

– Não, tia Mônica! Bradou Candinho, recusando um conselho que me custa escrever, quanto mais ao pai ouvi-lo. Isso nunca!

Foi na última semana do derradeiro mês que a tia Mônica deu ao casal o conselho de levar a criança que nascesse à Roda dos enjeitados. Em verdade, não podia haver palavra mais dura de tolerar a dous jovens pais que espreitavam a criança, para beijá-la, guardá-la, vê-la rir, crescer, engordar, pular... Enjeitar quê? enjeitar como? Candinho arregalou os olhos para a tia, e acabou dando um murro na mesa de jantar. A mesa, que era velha e desconjuntada, esteve quase a se desfazer inteiramente. Clara interveio.

– Titia não fala por mal, Candinho.

– Por mal? replicou tia Mônica. Por mal ou por bem, seja o que for, digo que é o melhor que vocês podem fazer. Vocês devem tudo; a carne e o feijão vão faltando. Se não aparecer algum dinheiro, como é que a família há de aumentar? E depois, há tempo; mais tarde, quando o senhor tiver a vida mais segura, os filhos que vierem serão recebidos com o mesmo cuidado que este ou maior. Este será bem criado, sem lhe faltar nada. Pois então a Roda é alguma praia ou monturo? Lá não se mata ninguém, ninguém morre à toa, enquanto que aqui é certo morrer, se viver à míngua. Enfim...

Tia Mônica terminou a frase com um gesto de ombros, deu as costas e foi meter-se na alcova. Tinha já insinuado aquela solução, mas era a primeira vez que o fazia com tal franqueza e calor, – crueldade, se preferes. Clara estendeu a mão ao marido, como a amparar-lhe o ânimo; Cândido Neves fez uma careta, e chamou maluca à tia, em voz baixa. A ternura dos dous foi interrompida por alguém que batia à porta da rua.

– Quem é? Perguntou o marido.

– Sou eu.

Era o dono da casa, credor de três meses de aluguel, que vinha em pessoa ameaçar o inquilino. Este quis que ele entrasse.

– Não é preciso...

– Faça favor.

O credor entrou e recusou sentar-se; deitou os olhos à mobília para ver se daria algo à penhora; achou que pouco. Vinha receber os aluguéis vencidos, não podia esperar mais; se dentro de cinco dias não fosse pago, pô-lo-ia na rua. Não havia trabalhado para regalo dos outros. Ao vê-lo, ninguém diria que era proprietário; mas a palavra supria o que faltava ao gesto, e o pobre Cândido Neves preferiu calar a retorquir. Fez uma inclinação de promessa e súplica ao mesmo tempo. O dono da casa não cedeu mais.

– Cinco dias ou rua! Repetiu, metendo a mão no ferrolho da porta e saindo.

Candinho saiu por outro lado. Nesses lances não chegava nunca ao desespero, contava com algum empréstimo, não sabia como nem onde, mas contava. Demais, recorreu aos anúncios. Achou vários, alguns já velhos, mas em vão os buscava desde muito. Gastou algumas horas sem proveito, e tornou para casa. Ao fim de quatro dias, não achou recursos; lançou mão de empenhos, foi a pessoas amigas do proprietário, não alcançando mais que a ordem de mudança.

A situação era aguda. Não achavam casa, nem contavam com pessoa que lhes emprestasse alguma; era ir para a rua. Não contavam com a tia. Tia Mônica teve arte de alcançar aposento para os três em casa de uma senhora velha e rica, que lhe prometeu emprestar os quartos baixos da casa, ao fundo da cocheira, para os lados de um pátio. Teve ainda a arte maior de não dizer nada aos dous, para que Cândido Neves, no desespero da crise começasse por enjeitar o filho e acabasse alcançando algum meio seguro e regular de obter dinheiro; emendar a vida, em suma. Ouvia as queixas de Clara, sem as repetir, é certo, mas sem as consolar. No dia em que fossem obrigados a deixar a casa, fá-los-ia espantar com a notícia do obséquio e iriam dormir melhor do que cuidassem.

Assim sucedeu. Postos fora da casa, passaram ao aposento de favor, e dous dias depois nasceu a criança. A alegria do pai foi enorme, e a tristeza também. Tia Mônica insistiu em dar a

criança à Roda. "Se você não a quer levar, deixe isso comigo; eu vou à Rua dos Barbonos." Cândido Neves pediu que não, que esperasse, que ele mesmo a levaria. Notai que era um menino, e que ambos os pais desejavam justamente este sexo. Mal lhe deram algum leite; mas, como chovesse à noite, assentou o pai levá-lo à Roda na noite seguinte.

Naquela reviu todas as suas notas de escravos fugidos. As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita e escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e de vestido. Cândido Neves andara a pesquisá-la sem melhor fortuna, e abrira mão do negócio; imaginou que algum amante da escrava a houvesse recolhido. Agora, porém, a vista nova da quantia e a necessidade dela animaram Cândido Neves a fazer um grande esforço derradeiro. Saiu de manhã a ver e indagar pela Rua e Largo da Carioca, Rua do Parto e da Ajuda, onde ela parecia andar, segundo o anúncio. Não a achou; apenas um farmacêutico da Rua da Ajuda se lembrava de ter vendido uma onça de qualquer droga, três dias antes, à pessoa que tinha os sinais indicados. Cândido Neves parecia falar como dono da escrava, e agradeceu cortesmente a notícia. Não foi mais feliz com outros fugidos de gratificação incerta ou barata.

Voltou para a triste casa que lhe haviam emprestado. Tia Mônica arranjara de si mesma a dieta para a recente mãe, e tinha já o menino para ser levado à Roda. O pai, não obstante o acordo feito, mal pôde esconder a dor do espetáculo. Não quis comer o que tia Mônica lhe guardara; não tinha fome, disse, e era verdade. Cogitou mil modos de ficar com o filho; nenhum prestava. Não podia esquecer o próprio albergue em que vivia. Consultou a mulher, que se mostrou resignada. Tia Mônica pintara-lhe a criação do menino; seria maior a miséria, podendo suceder que o filho achasse a morte sem recurso. Cândido Neves foi obrigado a cumprir a promessa; pediu à mulher que desse ao filho o resto do leite que ele beberia da mãe. Assim se fez; o pequeno adormeceu, o pai pegou dele, e saiu na direção da Rua dos Barbonos.

Que pensasse mais de uma vez em voltar para casa com ele, é certo; não menos certo é que o agasalhava muito, que o beijava, que cobria o rosto para preservá-lo do sereno. Ao entrar na Rua da Guarda Velha, Cândido Neves começou a afrouxar o passo.

– Hei de entregá-lo o mais tarde que puder, murmurou ele.

Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à Rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do Largo da Ajuda, viu do lado oposto um vulto de mulher; era a mulata fugida. Não dou aqui a comoção de Cândido Neves por não podê-lo fazer com a intensidade real. Um adjetivo basta; digamos enorme. Descendo a mulher, desceu ele também; a poucos passos estava a farmácia onde obtivera a informação, que referi acima. Entrou, achou o farmacêutico, pediu-lhe a fineza de guardar a criança por um instante; viria buscá-la sem falta.

– Mas...

Cândido Neves não lhe deu tempo de dizer nada; saiu rápido, atravessou a rua, até ao ponto em que pudesse pegar a mulher sem dar alarma. No extremo da rua, quando ela ia a descer a de S. José, Cândido Neves aproximou-se dela. Era a mesma, era a mulata fujona.

– Arminda! bradou, conforme a nomeava o anúncio.

Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

– Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!

– Siga! repetiu Cândido Neves.

– Me solte!

– Não quero demoras; siga!

Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoutes, – cousa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoutes.

– Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? perguntou Cândido Neves.

Não estava em maré de riso, por causa do filho que lá ficara na farmácia, à espera dele. Também é certo que não costumava dizer grandes cousas. Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que devera. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor.

– Aqui está a fujona, disse Cândido Neves.

– É ela mesma.

– Meu senhor!

– Anda, entra...

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou.

O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram. Quaisquer que fossem, urgia correr à Rua da Ajuda, e foi o que ele fez sem querer conhecer as consequências do desastre.

Quando lá chegou, viu o farmacêutico sozinho, sem o filho que lhe entregara. Quis esganá-lo. Felizmente, o farmacêutico explicou tudo a tempo; o menino estava lá dentro com a família, e ambos entraram. O pai recebeu o filho com a mesma fúria com que pegara a escrava fujona de há pouco, fúria diversa, naturalmente, fúria de amor. Agradeceu depressa e mal, e saiu às carreiras, não para a Roda dos enjeitados, mas para a casa de empréstimo com o filho e os cem mil-réis de gratificação. Tia Mônica, ouvida a explicação, perdoou a volta do pequeno, uma vez que trazia os cem mil-réis. Disse, é verdade, algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga. Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto.

– Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração.

Fonte: http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/793-machado-de-assis-pai-contra-mae

ANÁLISE DA OBRA

O conto “Pai contra mãe” apresenta duas temporalidades distintas. Uma delas é aquela em que se coloca o próprio narrador, que fala de um momento posterior à abolição da escravatura no Brasil. A outra é a que diz respeito ao tempo da ação em si, que é anterior a esse fato. A estrutura do conto demarca essas duas temporalidades de forma explícita: o texto pode ser dividido em duas partes – a primeira, contendo uma explanação de caráter histórico informativo; e a segunda, que traz a narrativa. Assim, esta última assume a condição de ilustração do ponto de vista desenvolvido na primeira. É o que se pode chamar de *exemplum*, gênero literário medieval utilizado para adornar os sermões de pregadores da época.

Na parte introdutória, o narrador trata de algumas práticas associadas ao período da escravidão, entre as quais aquela que será exercida pelo protagonista do conto – caçador de escravos. Na parte narrativa, desenvolve o tema, mostrando as angústias do protagonista no exercício de sua profissão.

Como ponto comum às duas partes, temos a prática de um recurso muito frequente em toda a obra machadiana: a ironia. Logo no início, ao tratar da escravidão, ele afirma: "Eram muitos [escravos], e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada". Depois, na narrativa, o mesmo procedimento aparece: "[...] não davam que comer, mas davam que rir, e o riso digeria-se sem esforço". Como se pode notar, manifesta-se aqui o humor sombrio típico do escritor.

Mas a grande ironia fica por conta da situação em que é colocado o protagonista: para salvar a vida do filho, Cândido tem que entregar aos donos a mulata Arminda, que acaba por abortar. Na oposição entre eles, temos as mesmas razões de luta – a família, a prole – mas, para a satisfação de um dos lados, é preciso que o outro sofra. Na verdade, tanto Cândido quanto a mulata são vítimas do mesmo sistema: o escravismo. Assim, a crítica do conto tem seu alvo bem definido. E o acerta em cheio.

No entanto, o teor crítico da narrativa vai além da prática escravocrata, alcança um patamar superior à situação brasileira específica. De fato, pode-se vislumbrar na narrativa uma análise do comportamento humano: para salvar uma criança, Cândido permite a morte de outro. Sua fala ao final do conto é bastante significativa: "Nem todas as crianças vingam". Dessa forma, o ser humano constrói as justificativas para os seus gestos mais baixos, suas atitudes mais reprováveis.

Fonte: http://educacao.globo.com/literatura/assunto/resumos-de-livros/pai-contra-mae.html

5.2 - Machado de Assis - A IGREJA DO DIABO. (VÍTOR E ISRAEL).

CAPÍTULO I

DE UMA IDEIA MIRÍFICA

Conta um velho manuscrito beneditino que o Diabo, em certo dia, teve a ideia de fundar uma igreja. Embora os seus lucros fossem contínuos e grandes, sentia-se humilhado com o papel avulso que exercia desde séculos, sem organização, sem regras, sem cânones, sem ritual, sem nada. Vivia, por assim dizer, dos remanescentes divinos, dos descuidos e obséquios humanos. Nada fixo, nada regular. Por que não teria ele a sua igreja? Uma igreja do Diabo era o meio eficaz de combater as outras religiões, e destruí-las de uma vez.

- Vá, pois, uma igreja, concluiu ele. Escritura contra Escritura, breviário contra breviário. Terei a minha missa, com vinho e pão à farta, as minhas prédicas, bulas, novenas e todo o demais aparelho eclesiástico. O meu credo será o núcleo universal dos espíritos, a minha igreja uma tenda de Abraão. E depois, enquanto as outras religiões se combatem e se dividem, a minha igreja será única; não acharei diante de mim, nem Maomé, nem Lutero. Há muitos modos de afirmar; há só um de negar tudo.

Dizendo isto, o Diabo sacudiu a cabeça e estendeu os braços, com um gesto magnífico e varonil. Em seguida, lembrou-se de ir ter com Deus para comunicar-lhe a ideia, e desafiá-lo; levantou os olhos, acesos de ódio, ásperos de vingança, e disse consigo: - Vamos, é tempo. E rápido, batendo as asas, com tal estrondo que abalou todas as províncias do abismo, arrancou da sombra para o infinito azul.

II
ENTRE DEUS E O DIABO

Deus recolhia um ancião, quando o Diabo chegou ao céu. Os serafins que engrinaldavam o recém-chegado, detiveram-no logo, e o Diabo deixou-se estar à entrada com os olhos no Senhor.

- Que me queres tu? Perguntou este.

- Não venho pelo vosso servo Fausto, respondeu o Diabo rindo, mas por todos os Faustos do século e dos séculos.

- Explica-te.

- Senhor, a explicação é fácil; mas permiti que vos diga: recolhei primeiro esse bom velho; dai-lhe o melhor lugar, mandai que as mais afinadas cítaras e alaúdes o recebam com os mais divinos coros...

- Sabes o que ele fez? Perguntou o Senhor, com os olhos cheios de doçura.

- Não, mas provavelmente é dos últimos que virão ter convosco. Não tarda muito que o céu fique semelhante a uma casa vazia, por causa do preço, que é alto. Vou edificar uma hospedaria barata; em duas palavras, vou fundar uma igreja. Estou cansado da minha desorganização, do meu reinado casual e adventício. É tempo de obter a vitória final e completa. E então vim dizer-vos isto, com lealdade, para que me não acuseis de dissimulação... Boa ideia, não vos parece?

- Vieste dizê-la, não legitimá-la, advertiu o Senhor,

- Tendes razão, acudiu o Diabo; mas o amor-próprio gosta de ouvir o aplauso dos mestres. Verdade é que neste caso seria o aplauso de um mestre vencido, e uma tal exigência... Senhor, desço à terra; vou lançar a minha pedra fundamental.

- Vai

- Quereis que venha anunciar-vos o remate da obra?

- Não é preciso; basta que me digas desde já por que motivo, cansado há tanto da tua desorganização, só agora pensaste em fundar uma igreja?

O Diabo sorriu com certo ar de escárnio e triunfo. Tinha alguma ideia cruel no espírito, algum reparo picante no alforje da memória, qualquer coisa que, nesse breve instante da eternidade, o fazia crer superior ao próprio Deus. Mas recolheu o riso, e disse:

- Só agora concluí uma observação, começada desde alguns séculos, e é que as virtudes, filhas do céu, são em grande número comparáveis a rainhas, cujo manto de veludo rematasse em franjas de algodão. Ora, eu proponho-me a puxá-las por essa franja, e trazê-las todas para minha igreja; atrás delas virão as de seda pura...

- Velho retórico! murmurou o Senhor.

- Olhai bem. Muitos corpos que ajoelham aos vossos pés, nos templos do mundo, trazem as anquinhas da sala e da rua, os rostos tingem-se do mesmo pó, os lenços cheiram aos mesmos cheiros, as pupilas centelham de curiosidade e devoção entre o livro santo e o bigode do pecado. Vede o ardor, - a indiferença, ao menos, - com que esse cavalheiro põe em letras públicas os benefícios que liberalmente espalha, - ou sejam roupas ou botas, ou moedas, ou quaisquer dessas matérias necessárias à vida... Mas não quero parecer que me detenho em coisas miúdas; não falo, por exemplo, da placidez com que este juiz de irmandade, nas procissões, carrega piedosamente ao peito o vosso amor e uma comenda... Vou a negócios mais altos...

Nisto os serafins agitaram as asas pesadas de fastio e sono. Miguel e Gabriel fitaram no Senhor um olhar de súplica, Deus interrompeu o Diabo.

- Tu és vulgar, que é o pior que pode acontecer a um espírito da tua espécie, replicou-lhe o Senhor. Tudo o que dizes ou digas está dito e redito pelos moralistas do mundo. É assunto gasto; e se não tens força, nem originalidade para renovar um assunto gasto, melhor é que te cales e te retires. Olha; todas as minhas legiões mostram no rosto os sinais vivos do tédio que lhes dás. Esse mesmo ancião parece enjoado; e sabes tu o que ele fez?

- Já vos disse que não.

- Depois de uma vida honesta, teve uma morte sublime. Colhido em um naufrágio, ia salvar-se numa tábua; mas viu um casal de noivos, na flor da vida, que se debatiam já com a morte; deu-lhes a tábua de salvação e mergulhou na eternidade. Nenhum público: a água e o céu por cima. Onde achas aí a franja de algodão?

- Senhor, eu sou, como sabeis, o espírito que nega.

- Negas esta morte?

- Nego tudo. A misantropia pode tomar aspecto de caridade; deixar a vida aos outros, para um misantropo, é realmente aborrecê-los...

- Retórico e sutil! Exclamou o Senhor. Vai; vai, funda a tua igreja; chama todas as virtudes, recolhe todas as franjas, convoca todos os homens... Mas, vai! vai!

Debalde o Diabo tentou proferir alguma coisa mais. Deus impusera-lhe silêncio; os serafins, a um sinal divino, encheram o céu com as harmonias de seus cânticos. O Diabo sentiu, de repente, que se achava no ar; dobrou as asas, e, como um raio, caiu na terra.

III
A BOA NOVA AOS HOMENS

Uma vez na terra, o Diabo não perdeu um minuto. Deu-se pressa em enfiar a cogula beneditina, como hábito de boa fama, e entrou a espalhar uma doutrina nova e extraordinária, com uma voz que reboava nas entranhas do século. Ele prometia aos seus discípulos e fiéis as delícias da terra, todas as glórias, os deleites mais íntimos. Confessava que era o Diabo; mas confessava-o para retificar a noção que os homens tinham dele e desmentir as histórias que a seu respeito contavam as velhas beatas.

- Sim, sou o Diabo, repetia ele; não o Diabo das noites sulfúreas, dos contos soníferos, terror das crianças, mas o Diabo verdadeiro e único, o próprio gênio da natureza, a que se deu aquele nome para arredá-lo do coração dos homens. Vede-me gentil a airoso. Sou o vosso verdadeiro pai. Vamos lá: tomai daquele nome, inventado para meu desdouro, fazei dele um troféu e um lábaro, e eu vos darei tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo...

Era assim que falava, a princípio, para excitar o entusiasmo, espertar os indiferentes, congregar, em suma, as multidões ao pé de si. E elas vieram; e logo que vieram, o Diabo passou a definir a doutrina. A doutrina era a que podia ser na boca de um espírito de negação. Isso quanto à substância, porque, acerca da forma, era umas vezes sutil, outras cínica e deslavada.

Clamava ele que as virtudes aceitas deviam ser substituídas por outras, que eram as naturais e legítimas. A soberba, a luxúria, a preguiça foram reabilitadas, e assim também a avareza, que declarou não ser mais do que a mãe da economia, com a diferença que a mãe era robusta, e a filha uma esgalgada. A ira tinha a melhor defesa na existência de Homero; sem o furor de Aquiles, não haveria a Ilíada: "Musa, canta a cólera de Aquiles, filho de Peleu"... O mesmo disse da gula, que produziu as melhores páginas de Rabelais, e muitos bons versos do Hissope; virtude tão superior, que ninguém se lembra das batalhas de Luculo, mas das suas ceias; foi a gula que realmente o fez imortal. Mas, ainda pondo de lado essas razões de ordem literária ou histórica, para só mostrar o valor intrínseco daquela virtude, quem negaria que era muito melhor sentir na boca e no ventre os bons manjares, em grande cópia, do que os maus bocados, ou a saliva do jejum? Pela sua parte o Diabo prometia substituir a vinha do Senhor, expressão metafórica, pela vinha do Diabo, locução direta e verdadeira, pois não faltaria nunca aos seus com o fruto das mais belas cepas do mundo. Quanto à inveja, pregou friamente que era a virtude principal, origem de prosperidades infinitas; virtude preciosa, que chegava a suprir todas as outras, e ao próprio talento.

As turbas corriam atrás dele entusiasmadas. O Diabo incutia-lhes, a grandes golpes de eloquência, toda a nova ordem de coisas, trocando a noção delas, fazendo amar as perversas e detestar as sãs.

Nada mais curioso, por exemplo, do que a definição que ele dava da fraude. Chamava-lhe o braço esquerdo do homem; o braço direito era a força; e concluía: muitos homens são canhotos, eis tudo. Ora, ele não exigia que todos fossem canhotos; não era exclusivista. Que uns fossem canhotos, outros destros; aceitava a todos, menos os que não fossem nada. A demonstração, porém, mais rigorosa e profunda, foi a da venalidade. Um casuísta do tempo chegou a confessar que era um monumento de lógica. A venalidade, disse o Diabo, era o exercício de um direito superior a todos os direitos. Se tu podes vender a tua casa, o teu boi, o teu sapato, o teu chapéu, coisas que são tuas por uma razão jurídica e legal, mas que, em todo caso, estão fora de ti, como é que não podes vender a tua opinião, o teu voto, a tua palavra, a tua fé, coisas que são mais do que tuas, porque são a tua própria consciência, isto é, tu mesmo? Negá-lo é cair no obscuro e no contraditório. Pois não há mulheres que vendem os cabelos? Não pode um homem vender uma parte do seu sangue para transfundi-lo a outro homem anêmico? E o sangue e os cabelos, partes físicas, terão um privilégio que se nega ao caráter, à porção moral do homem? Demonstrando assim o princípio, o Diabo não se demorou em expor as vantagens de ordem temporal ou pecuniária; depois, mostrou ainda que, à vista do preconceito social, conviria dissimular o exercício de um direito tão legítimo, o que era exercer ao mesmo tempo a venalidade e a hipocrisia, isto é, merecer duplicadamente. E descia, e subia, examinava tudo, retificava tudo. Está claro que combateu o perdão das injúrias e outras máximas de brandura e cordialidade. Não proibiu formalmente a calúnia gratuita, mas induziu a exercê-la mediante retribuição, ou pecuniária, ou de outra espécie; nos casos, porém, em que ela fosse uma expansão imperiosa da

força imaginativa, e nada mais, proibia receber nenhum salário, pois equivalia a fazer pagar a transpiração. Todas as formas de respeito foram condenadas por ele, como elementos possíveis de um certo decoro social e pessoal; salva, todavia, a única exceção do interesse. Mas essa mesma exceção foi logo eliminada, pela consideração de que o interesse, convertendo o respeito em simples adulação, era este o sentimento aplicado e não aquele.

Para rematar a obra, entendeu o Diabo que lhe cumpria cortar por toda a solidariedade humana. Com efeito, o amor do próximo era um obstáculo grave à nova instituição. Ele mostrou que essa regra era uma simples invenção de parasitas e negociantes insolváveis; não se devia dar ao próximo senão indiferença; em alguns casos, ódio ou desprezo. Chegou mesmo à demonstração de que a noção de próximo era errada, e citava esta frase de um padre de Nápoles, aquele fino e letrado Galiani, que escrevia a uma das marquesas do antigo regímen: "Leve a breca o próximo! Não há próximo!" A única hipótese em que ele permitia amar ao próximo era quando se tratasse de amar as damas alheias, porque essa espécie de amor tinha a particularidade de não ser outra coisa mais do que o amor do indivíduo a si mesmo. E como alguns discípulos achassem que uma tal explicação, por metafísica, escapava à compreensão das turbas, o Diabo recorreu a um apólogo: - Cem pessoas tomam ações de um banco, para as operações comuns; mas cada acionista não cuida realmente senão nos seus dividendos: é o que acontece aos adúlteros. Este apólogo foi incluído no livro da sabedoria.

IV
FRANJAS E FRANJAS

A previsão do Diabo verificou-se. Todas as virtudes cuja capa de veludo acabava em franja de algodão, uma vez puxadas pela franja, deitavam a capa às urtigas e vinham alistar-se na igreja nova. Atrás foram chegando as outras, e o tempo abençoou a instituição. A igreja fundara-se; a doutrina propagava-se; não havia uma região do globo que não a conhecesse, uma língua que não a traduzisse, uma raça que não a amasse. O Diabo alçou brados de triunfo.

Um dia, porém, longos anos depois, notou o Diabo que muitos dos seus fiéis, às escondidas, praticavam as antigas virtudes. Não as praticavam todas, nem integralmente, mas algumas, por partes, e, como digo, às ocultas. Certos glutões recolhiam-se a comer frugalmente três ou quatro vezes por ano, justamente em dias de preceito católico; muitos avaros davam esmolas, à noite, ou nas ruas mal povoadas; vários dilapidadores do erário restituíam-lhe pequenas quantias; os fraudulentos falavam, uma ou outra vez, com o coração nas mãos, mas com o mesmo rosto dissimulado, para fazer crer que estavam embaçando os outros.

A descoberta assombrou o Diabo. Meteu-se a conhecer mais diretamente o mal, e viu que lavrava muito. Alguns casos eram até incompreensíveis, como o de um droguista do Levante, que envenenara longamente uma geração inteira, e, com o produto das drogas socorria os filhos das vítimas. No Cairo achou um perfeito ladrão de camelos, que tapava a cara para ir às mesquitas. O Diabo deu com ele à entrada de uma, lançou-lhe em rosto o procedimento; ele negou, dizendo que ia ali roubar o camelo de um drogomano; roubou-o, com efeito, à vista do Diabo e foi dá-lo de presente a um muezim, que rezou por ele a Alá. O manuscrito beneditino cita muitas outras descobertas extraordinárias, entre elas esta, que desorientou completamente o Diabo. Um dos seus melhores apóstolos era um calabrês, varão de cinquenta anos, insigne falsificador de documentos, que possuía uma bela casa na campanha romana, telas, estátuas, biblioteca, etc. Era a fraude em pessoa; chegava a meter-se na cama para não confessar que estava são. Pois esse homem, não só não furtava ao jogo, como ainda dava gratificações aos criados. Tendo angariado a amizade de um cônego, ia todas as semanas confessar-se com ele, numa capela solitária; e, conquanto não lhe desvendasse nenhuma das suas ações secretas, benzia-se duas vezes, ao ajoelhar-se, e ao levantar-se. O Diabo mal pôde crer tamanha aleivosia. Mas não havia duvidar; o caso era verdadeiro.

Não se deteve um instante. O pasmo não lhe deu tempo de refletir, comparar e concluir do espetáculo presente alguma coisa análoga ao passado. Voou de novo ao céu, trêmulo de raiva, ansioso de conhecer a causa secreta de tão singular fenômeno. Deus ouviu-o com infinita complacência; não o interrompeu, não o repreendeu, não triunfou, sequer, daquela agonia satânica. Pôs os olhos nele, e disse:

- Que queres tu, meu pobre Diabo? As capas de algodão têm agora franjas de seda, como as de veludo tiveram franjas de algodão. Que queres tu? É a eterna contradição humana.

ANÁLISE DA OBRA

A obra machadiana é permeada de surpresas e fatos curiosos; não só em suas histórias, como nos fatos que a constituem. Com personagens densos e "humanamente verdadeiros", Machado de Assis cria uma narrativa de tensão por ser tão perturbadora, deixando no leitor aquela sensação de asfixia.

Em *A Igreja do Diabo*, conto dividido em 4 capítulos, o que temos é uma narrativa densa e, aparentemente, banal e de simples interpretação. Porém, para o leitor atento e bem munido de exemplos referencialmente citados ao longo do texto, a interpretação não se torna tão objetiva assim. Sobretudo, o mais importante é que se trata de um grande apólogo constituído por outros menores; daí o seu caráter moralizante. Mas o que dá o toque genial ao conto são as inúmeras referências ao longo do texto. Quando esse fator é atentamente observado percebemos, claramente, os valores da sátira e da paródia constituindo um pilar que serve de base para a criação machadiana, principalmente, nesse texto, onde os elementos carnavalescos são fartamente explorados.

O conto, que integra *Histórias sem data*, cujos personagens principais são Deus e o Diabo, enfoca de forma cômica a relação Deus/religião, homem/razão. Traz à tona a discussão de como cada pessoa pode exercer a religiosidade sem medo de viver suas incertezas, ou mesmo de duvidar da eficácia da benevolência do homem. Na discussão o Diabo questiona a hipocrisia religiosa e as práticas salvacionistas.

A religião está sujeita à crítica ferina do escritor. Neste conto Machado de Assis criticou todas as formas religiosas existentes no Brasil, bem como o modo de comercializar a fé através das vendas de conceito religioso. Porque todas as religiões vendem uma mesma ideologia, a salvação. Inclusive, com práticas proibitivas. Na visão de Machado a elite brasileira se afasta das práticas diversificadas de religiões por pura hipocrisia e preconceitos.

A verossimilhança apresentada no conto é paradoxal, porque não revela, antes de tudo, uma grande metáfora. Faz uma brincadeira muito perspicaz com o leitor, usando inúmeros recursos de várias fontes, chegando a ser sufocante. O retrato é cruel e melancólico, mas o resultado é imensamente satisfatório; sentimo-nos devorando Machado de Assis e rindo do par carnavalesco de Deus e do Diabo.

Este conto foi classificado como sendo uma espécie de fábula, marcada pela ironia, mas a rigor, não é, pois além de não constituir uma narrativa curta, os seus protagonistas não são animais irracionais à maneira de La Fontaine que falam de um modo integralmente humano e ainda é permeada por diálogos entre divindades: Deus e seu anjo renegado, o Diabo. Portanto, extrapola até os limites do fabuloso.

A Igreja do Diabo traz uma série de alegorias e símbolos. A literatura machadiana se baseia muito na simbologia de uma forma geral, mas é nesse conto que esse recurso aparece recorrentemente, assim como o humor trágico e amargo dado o pessimismo com que o autor enxerga a alma humana. Nesse conto, Machado de Assis exercita a sua capacidade de julgamento de atos buscando uma verdade que se mostra cruel na máscara do riso.

O esboço humano que o escritor traz nesse conto, mais uma vez, é o do homem facilmente corruptível e sujeito às influências malignas ou de qualquer espécie. Em *A Igreja do Diabo*, o escritor tece uma outra "nova teoria sobre a alma humana". Essa teoria se dá por meio de várias alegorias e mitos. O autor mostra essa imagem humana refletida num espelho invertido. O que o Diabo propõe é uma doutrina muito semelhante a de Deus, com a única diferença de que acaba sendo sua mais profunda negação. O Diabo se propõe a negar o que reflete; mostrar o contrário.

Machado de Assis conta a história narrada num velho escrito beneditino do dia em que o diabo resolveu fundar uma igreja, a fim de concorrer com as diversas religiões. Dizia-se cansado de ser desorganizado, de ficar com as circunstanciais sobras das diferentes manifestações de fé.

Fundando uma igreja, teria vantagem de ser única neste tipo de pregação, ao passo que para adorar deuses, havia várias: “enquanto as outras religiões se combatem e se dividem, a minha será única; (...)

Há muitos modos de afirmar: há um só de negar tudo”. O Diabo vai a Deus e comunica sua intenção. Por meio de apólogos e máximas, o Diabo explica a necessidade da nova instituição, demonstrando-a com a maestria de manipulação de recursos de estilo, entre eles o uso da ironia a favor de jogos lingüísticos na criação de uma linguagem refinada. A visão machadiana do mundo é perseguida pela sombra do pessimismo, que se revela na descrença da melhora do espírito humano. Machado não acredita nas virtudes humanas. O mundo, na concepção machadiana, é aquele em que o Mau predomina sobre o Bem, e no qual, as virtudes estão submetidas às mazelas.

O "Diabo" de Machado de Assis, mesmo lutando contra o Bem, acaba colaborando com Deus, e por isso o criador o deixa fundar o seu ministério para recolher os homens que estão perdidos. Para o Mal personificado no conto, o erro é necessário à humanidade. O autor afirma que o Diabo comunica ao Senhor a fundação da Igreja, por "lealdade" e para "não ser acusado de dissimulação". Os motivos que o levam à tal empreendimento é o do desejo da organização e da retificação da sua imagem que, segundo ele, não era como diziam as "velhas beatas" e que, na verdade, era "gentil e airoso". Outras vezes, o Diabo se denomina o "próprio gênio da Natureza", provocando aqui uma inversão de papéis. O Diabo colocou-se no patamar de Pai de Deus. De quem é, afinal, o reino "casual e adventício"?

Imediatamente, desce à terra e começa sua pregação. Defende a inveja, a gula, a preguiça, tudo com justificativas da história, das letras e das artes. Rapidamente, obtém mais e mais adeptos, tornando-se a nova igreja hegemônica.

Com a imposição de novos dogmas e crenças, o Diabo persuade até convencer os homens de que o Mal pode ser melhor do que o Bem. Multidões vêm a ele crendo nessa nova descoberta, assim como vieram a Jesus, quando este veio ao mundo como Messias enviado por Deus para salvar a humanidade. O Diabo também usa de apólogos e símbolos para exemplificar sua doutrina. Uma dessas alegorias é a das franjas e mantos de algodão ou de seda. O que demonstra o caráter ambíguo do homem. Mostra, dialeticamente, a convivência harmônica dos paradoxos que apresentam virtudes boas e más.

Os dogmas do Diabo propagou-se pelo globo, tornando-se conhecidos em muitas línguas. Temos depois, todavia, estabelecida e difundida a Igreja, o Diabo percebeu baixas entre seus fiéis. Aqui e ali seus seguidores praticavam, às escondidas, atos de bondade, de restituições de roubo, de arrependimento.

A ideia de que o Diabo, o espírito da confusão, buscava a organização de seu reino é interessante. Além disso, ele queria também a própria missa com muito vinho e pão, mesma alusão direta ao jejum cristão e à celebração do corpo e sangue de Cristo. O Diabo faz referências bíblicas, como a da "tenda de Abraão". Numa aspiração a reunir todos os povos - divididos pelas outras religiões - busca a religião única e suprema, que terá uma unidade fiel e verdadeira. Maomé e Lutero aparecem, não como a ameaça da religião islâmica ou protestante, mas como obstáculo facilmente transponível.

Machado mostra a dualidade de caráter em cada um dos preceitos pregados pelo Diabo. Um exemplo é o do Padre Galiani, que ligado aos enciclopedistas franceses, mesmo sendo religioso levava em consideração a utilidade e a raridade das coisas: "Leve a breca o próximo! Não há próximo!" - frase que parece proferida da boca do próprio Machado de Assis.

Quando em "A Igreja do Diabo", os homens voltam a praticar as antigas ações é porque aquelas, de certa forma, tinham uma explicação, senão científica, metafísica. Já quando se revoltam contra o Diabo, é porque este estava impondo-lhes os antigos preceitos de obediência, indo contra a liberdade e adquirindo seu direito de controle da humanidade, sob a desculpa de uma religião, indo contra o direito natural do homem para seu próprio engrandecimento, obtendo maior espaço para suas ações. A estrutura religiosa, vista desse modo, é muito desoladora, explicando o pessimismo de Machado diante do mundo.

A volta à prática das antigas virtudes pelos homens atordoa o Diabo. O homem seria tão contraditório que nada é capaz de defini-lo? O homem é um ser inexplicável, só que o mais perturbador e surpreendente é a maneira pela qual ele usa o seu tão cotado livre-arbítrio.

Pesquisando a fundo, verificou o Diabo que em todo o mundo já se espalhava tal atitude. Atônico, o Diabo volta aos céus, sem compreender o que havia acontecido, e Deus o consola com uma frase complacente, a propósito de uma alegoria:

" - Que queres, tu, meu pobre Diabo? As capas de algodão têm agora franjas de seda, como as de veludo tiveram franjas de algodão. Que queres tu? É a eterna contradição humana."

No conto, Deus está conformado com essa contradição humana, justamente, porque sabe que esse sentimento de confusão parte d'Ele mesmo. Ao mesmo tempo que o Espírito Santo está contra o Espírito Negador, o pecado pode estar a favor do homem, por que, afinal, o que é o pecado, fora dos limites da religião cristã? O Diabo não propõe nada de extraordinário aos seus súditos, somente mais uma manipulação em forma da liberdade tão almejada do pecado. E o homem quer ser livre, por isso, vive se contradizendo o tempo todo. Porque quando não se está sobre domínio de um deus, há a negação de todos os princípios morais; suprime-se toda a diferença entre bom e mau, virtude e vício.

A "contradição humana" aludida no texto remete à contradição da religião cristã em eterno conflito com a essência do homem. Se, para a religião, só Deus existe e atua, agindo verdadeiramente, essa ideia religiosa contradiz o entendimento e o sentido natural que concede às coisas naturais uma certa espontaneidade; o livre-arbítrio humano. Criam-se dois polos, um positivo que é Deus, e outro negativo que é o mundo. Deus só existe, na verdade, para explicar o sentido da máquina do universo. O homem, que é limitado de entendimento, revolta-se contra esse poder originalmente divino. A religião cristã vê o mundo num sentido prático, de uma origem mecanicista, como algo que foi criado por Deus. Essa máquina controlada divinamente leva o homem a crer alegremente numa força desconhecida despertando, desse modo, a consciência do homem de sua nulidade e dependência de Deus. O homem quer se libertar contra essas verdades presentes, contestando sua origem.

Trata-se de um conto "moralizante" e, em vários pontos, se assemelha a um apólogo. Só que as imagens de que dispõe são elaboradas artisticamente. É notável a influência de Rabelais que, inclusive, é citado numa passagem do texto.

A questão da abordagem do tema religioso sendo explorado parodicamente, remete o conto à Sátira Menipeia e a Rabelais, pois os símbolos tomados por Machado de Assis são mais do que tipos carnavalescos sem importância, porque em determinado momento, há uma crítica, não da religião, mas da própria fé humana. É uma crítica psicológica que dá uma realização artística do olhar do escritor sobre a realidade contemporânea.

Machado de Assis prefere transferir aos homens todo o seu ódio e indiferença, porque com toda essa tirania e hipocrisia não há como acharmos na sua literatura exemplos das virtudes humanas. Tudo se reduz à maldade e ao egoísmo. Dessa forma, o Diabo no conto defendeu que o amor ao próximo era "uma invenção de parasitas" e que este não merecia nada além da indiferença; e em alguns casos, até mesmo o ódio e o desprezo. O que parece é que Machado de Assis encarna o próprio alter ego da figura do Diabo no conto, sendo seu próprio Fausto. Em seus

contos, são raros os atos honestos e nobres e, se aparecem, estão sob a máscara do egoísmo, arrastando "as franjas de algodão na capa de veludo."

A visão pessimista do mundo, de acordo com o escritor, que traz os homens à submissão do Diabo depois do "abandono" de Deus porque a vida na Terra nada mais é do que desilusão e fracasso, na concepção machadiana. Em *A Igreja do Diabo*, pode-se ver a atualização de uma lenda que trata de personagens do imaginário cristão, por outro lado, uma forma velada de se expor um mito. Machado de Assis se utiliza da tomada de um mito religioso para a demonstração do caráter humano.

O que se apresenta aqui é, novamente, a ideia do espelho que acaba por refletir uma imagem inversamente ao objeto original. Deus e o Diabo, no conto, são também muito parecidos: ambos irônicos e perversos, até sob a máscara da bondade, e muito frios ao calcular todos os meios de se controlar e atrair seus fiéis. Ambos são reflexos da personalidade humana e por isso, popularmente, se ouve dizer que há um anjo e um demônio em cada indivíduo. O Diabo sugere, desde a sua origem bíblica, o mito de Ícaro; aquele que obtém do Pai asas para voar, mas cai nas águas profundas do Oceano, por desejar subir mais alto do que deveria ir.

Quando o Diabo chega ao céu, diz a Deus não vir pelo servo Fausto, mas "por todos os Faustos do século e dos séculos" (e esse trecho já se trata de uma paródia do final da liturgia na missa católica), reporta-nos ao Mefistófeles, do escritor alemão Goethe. O evidente da obra alemã está na "simpatia" que Deus demonstra a Mefistófeles e que, aliás, é recíproca. Assim como nem em Fausto, de Goethe, e nem na literatura machadiana, as palavras são empregadas gratuitamente, vemos na primeira, o adjetivo alemão "gern" ("de muito bom grado", "prazerosamente") pronunciada por Deus e pelo Diabo. Da mesma maneira, no conto machadiano, quando Deus se dirige ao Diabo com "olhos cheios de doçura" e este o chama de "mestre", existem provas demonstrativas da mútua admiração que se traduz nessa constante troca de elogios das duas partes.

Paradoxalmente, a existência de uma simpatia inesperada entre Deus e o Espírito Negador traz o 'inesperado' que é recorrente em Machado de Assis, no entanto só para o leitor atento. Assim, veladamente, pode denotar significações ainda mais profundas.

O Mefistófeles machadiano, como espírito que nega, não se põe contra Deus, e sim, contra a Vida, que é ingrata. Aqui, existe muito do pessimismo machadiano. Assim como Mefistófeles pede a Fausto que pare "Verwille doch!", numa metáfora para a perdição da alma do outro, não está negando o Criador, mas a sua criação, a própria Vida.

Em *A Igreja do Diabo*, o pecado tem seu aspecto positivo. O Diabo expõe o Decálogo num plano inverso. Mostra que a Lei de Deus pode ser falha, dando margem a várias interpretações. Nisso, apresenta que o seu Espírito de Negação é suficiente, que a negação é sublime e singular. Com a "carnavalização" de doutrinas, milagres, moralidades e mistérios divinos, Machado de Assis é que nega tudo. Essas 'blasfêmias' dirigidas a uma divindade, pelo diabo do conto, constituíam um elemento necessário nos cultos cômicos mais antigos, só que essas 'blasfêmias', ao mesmo tempo que degradavam, renovavam; negando e reiterando. É nesse jogo de palavras que Machado de Assis cria esse retrato cômico do mundo, dividido entre a luta do Bem e do Mal. Assim como os vários exemplos de personagens machadianos cindidos entre a eterna dúvida.

A descrição que Machado faz do Diabo atribui-lhe uma imagem majestosa: "magnífico e varonil". Nos próprios gestos, o Diabo tem uma suntuosidade superior à divina, segundo a descrição do autor. O Diabo não apenas conversa com Deus sobre seus planos, mas o desafia. O ódio e a ânsia de vingança aparecem remontando ao episódio bíblico da expulsão de Lúcifer, o anjo de luz, dos céus por Deus. Os recursos de estilo são inúmeros, ornamentando a linguagem de Machado de Assis e criando um espelho de contraste imenso, mas que em determinado momento se turva já não reproduzindo imagens fiéis.

Quando o Diabo chega aos céus, não entra. Inicia seu discurso retórico na entrada e só depois de Deus perguntar-lhe se sabe porque aquele velho ancião foi mandado para os céus, é que o Diabo ironiza dizendo não saber, aproveitando a oportunidade para expor suas idéias. O Diabo se refere ao céu como uma hospedaria de preço alto. Comparando a imagem divina a de um negociador. Por meio de várias ironias, o Diabo acaba transferindo a sua veia sarcástica para o autor. Diante do discurso do Diabo, comparando pessoas de boa índole a mantos de veludo e os bons atos a franjas de seda, o Senhor mostra dissimulação ao murmurar que se tratam de pensamentos de um "velho retórico". Enquanto o Diabo sorri triunfante, Deus parece se submeter "murmurando"; mais um indício de papéis inversos.

Deus tenta demonstrar que o velho ancião, que acabara de chegar ao céu, salvou outras vidas, mesmo sem nenhum público. Não havia nenhum interesse, não tinham "franjas de algodão" no ato. O Diabo repele essa afirmativa com a ironia de que a misantropia pode ser só uma simulação de caridade. As imagens e os símbolos são inúmeros, sendo todos muito importantes dentro da narrativa.

Ao se tratarem de pecados capitais, o Diabo toma exemplos literários a princípio. Justifica a ira de Aquiles, como responsável pela Ilíada, e só cometida por ele, por ser fruto do rapto de sua escrava, Briseida, e pela perda do amigo, Pátroclo. A gula encontra justificativa em Rabelais e seus banquetes - o comer e o beber estão amplamente explorados nesse autor por estarem ligados às festas, à palavra e à verdade alegre. Essas imagens mostram o homem num corpo que interage com o mundo. A imagem dos banquetes simbolizava a devoração dos bens que o homem conseguira por meio de seu suor, como manda a Bíblia; esse triunfo o opõe a Deus. Mesmo o pão e vinho, mencionados anteriormente, representam o mundo vencido pela luta e trabalho do homem. Trata-se de uma imagem idealista sobre a devoração do mundo vencido - há uma certa dose de paganismo nessa metáfora da superação de Deus. A alusão ao vinho é muito significativa, por sua vez, trazendo em oposição à seriedade do azeite, a liberdade: "As vinhas do Diabo" - sempre com muito exagero.

O Diabo também refere-se ao pão e ao vinho para, como Cristo, dar um exemplo de preocupação com o homem. Na religião, o homem ao se referir a Deus, volta-se para suas necessidades básicas de sobrevivência: "O pão nosso de cada dia, dai-nos hoje." O Diabo quer ocupar esse lugar de Pai no conto. A Igreja como "hospedaria barata" mostra o acolhimento dos filhos que não tem como pagar as exigências divinas tão altas.

Quanto à inveja, dá a simples explicação de que seria o estímulo à prosperidade. Uma grande inversão das coisas de todo o tipo. A venalidade foi tão logicamente explicada, que tornou-se "um monumento da lógica", como exemplifica o conto mostrando sua negação como hipocrisia e contradição. Indo dessa forma com todos os preceitos divinos, ao passo que distorce o outro; "não se deve amar ao próximo, a não ser que se tratem de mulheres alheias". Também por meio de um apólogo, que "foi incluído no livro da sabedoria", o Diabo se assemelha a Cristo, que por meio de parábolas ensinava aos homens na Terra: "Usarei comparações quando falar com eles e explicarei coisas desconhecidas desde a Criação do Mundo" (Mateus, 13:34).

É como se o Diabo tivesse percorrendo o mesmo caminho, desde Moisés, com o Decálogo, até o Messias, que "evangelizou" os homens ao fim de salvá-los. O apólogo: "Cem pessoas tomam ações de um banco, para operações comuns; mas cada acionista não cuida senão dos seus dividendos...", pode ser considerado como uma paródia à parábola da ovelha perdida, que prega que se um pastor tiver cem ovelhas e uma se perder, deve-se sair para procurá-la deixando as outras. Entretanto, o homem hoje se preocupa, fundamentalmente, com sua vantagens e lucros, ou seja, nos dividendos que lhe pesarão depois. Pode ser associada também a usura e à mesquinhez, considerados grandes pecados.

O jogo de símbolos no conto é primoroso. Porém, a comicidade se propõe tragicamente quando, depois de seduzidos, os homens voltam a praticar as antigas virtudes e, às escondidas - de acordo com os ensinamentos cristãos, para os homens não praticarem seus deveres religiosos em público - sendo assim recompensados por Deus. Mesmo assim, praticavam as tais boas

ações, de vez em quando e sozinhos, fazendo com que seus "mantos de algodão" tenham "franjas de seda"... O Diabo, inconformado com atitudes das mais curiosas e surpreendentes, deparou-se com o grande Mal verdadeiro; a contradição humana. Com o trecho: "... o pasmo não lhe deu tempo para refletir, comparar e concluir do espetáculo presente, alguma coisa análoga ao passado", Machado de Assis chama a atenção do leitor para a comparação da conquista inversa de Cristo na Terra convertendo os homens para salvá-los. O homem é pecador, mas Deus procura salvá-los a qualquer custo, olhando só seus bons atos. Segundo as Escrituras Sagradas, o arrependimento dos pecados garante a salvação.

Fonte: https://www.passeiweb.com/estudos/livros/a_igreja_do_diabo_conto

5.3 - A CARTOMANTE. (VÍTOR E THASMANE).

HAMLET observa a Horácio que há mais causas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia. Era a mesma explicação que dava a bela Rita ao moço Camilo, numa sexta-feira de novembro de 1869, quando este ria dela, por ter ido na véspera consultar uma cartomante; a diferença é que o fazia por outras palavras.

- Ria, ria. Os homens são assim; não acreditam em nada. Pois saiba que fui, e que ela adivinhou o motivo da consulta, antes mesmo que eu lhe dissesse o que era. Apenas começou a botar as cartas, disse-me: "A senhora gosta de uma pessoa..." Confessei que sim, e então ela continuou a botar as cartas, combinou-as, e no fim declarou-me que eu tinha medo de que você me esquecesse, mas que não era verdade.

- Errou! interrompeu Camilo, rindo.

- Não diga isso, Camilo. Se você soubesse como eu tenho andado, por sua causa. Você sabe; já lhe disse. Não ria de mim, não ria...

Camilo pegou-lhe nas mãos, e olhou para ela sério e fixo. Jurou que lhe queria muito, que os seus sustos pareciam de criança; em todo o caso, quando tivesse algum receio, a melhor cartomante era ele mesmo. Depois, repreendeu-a; disse-lhe que era imprudente andar por essas casas. Vilela podia sabê-lo, e depois.

- Qual saber! tive muita cautela, ao entrar na casa.

- Onde é a casa?

- Aqui perto, na Rua da Guarda Velha; não passava ninguém nessa ocasião. Descansa; eu não sou maluca.

Camilo riu outra vez:

- Tu crês deveras nessas cousas? Perguntou-lhe.

Foi então que ela, sem saber que traduzia Hamlet em vulgar, disse-lhe que havia muita cousa misteriosa e verdadeira neste mundo. Se ele não acreditava, paciência; mas o certo é que a cartomante adivinhara tudo. Que mais? A prova é que ela agora estava tranquila e satisfeita.

Cuido que ele ia falar, mas reprimiu-se. Não queria arrancar-lhe as ilusões. Também ele, em criança, e ainda depois, foi supersticioso, teve um arsenal inteiro de crendices, que a mãe lhe incutiu e que aos vinte anos desapareceram. No dia em que deixou cair toda essa vegetação parasita, e ficou só o tronco da religião, ele, como tivesse recebido da mãe ambos os ensinos,

envolveu-os na mesma dúvida, e logo depois em uma só negação total. Camilo não acreditava em nada. Por quê? Não poderia dizê-lo, não possuía um só argumento; limitava-se a negar tudo. E digo mal, porque negar é ainda afirmar, e ele não formulava a incredulidade; diante do mistério, contentou-se em levantar os ombros, e foi andando.

Separaram-se contentes, ele ainda mais que ela. Rita estava certa de ser amada; Camilo, não só o estava, mas via-a estremecer e arriscar-se por ele, correr às cartomantes, e, por mais que a repreendesse, não podia deixar de sentir-se lisonjeado. A casa do encontro era na antiga Rua dos Barbonos, onde morava uma comprovinciana de Rita. Esta desceu pela Rua das Mangueiras, na direção de Botafogo, onde residia; Camilo desceu pela da Guarda Velha, olhando de passagem para a casa da cartomante.

Vilela, Camilo e Rita, três nomes, uma aventura e nenhuma explicação das origens. Vamos a ela. Os dois primeiros eram amigos de infância. Vilela seguiu a carreira de magistrado. Camilo entrou no funcionalismo, contra a vontade do pai, que queria vê-lo médico; mas o pai morreu, e Camilo preferiu não ser nada, até que a mãe lhe arranjou um emprego público. No princípio de 1869, voltou Vilela da província, onde casara com uma dama formosa e tonta; abandonou a magistratura e veio abrir banca de advogado. Camilo arranjou-lhe casa para os lados de Botafogo, e foi a bordo recebê-lo.

- O senhor? exclamou Rita, estendendo-lhe a mão. Não imagina como meu marido é seu amigo; falava sempre do senhor. Camilo e Vilela olharam-se com ternura. Eram amigos deveras. Depois, Camilo confessou de si para si que a mulher do Vilela não desmentia as cartas do marido. Realmente, era graciosa e viva nos gestos, olhos cálidos, boca fina e interrogativa. Era um pouco mais velha que ambos: contava trinta anos, Vilela vinte e nove e Camilo vinte e seis. Entretanto, o porte grave de Vilela fazia-o parecer mais velho que a mulher, enquanto Camilo era um ingênuo na vida moral e prática. Faltava-lhe tanto a ação do tempo, como os óculos de cristal, que a natureza põe no berço de alguns para adiantar os anos. Nem experiência, nem intuição.

Uniram-se os três. Convivência trouxe intimidade. Pouco depois morreu a mãe de Camilo, e nesse desastre, que o foi, os dois mostraram-se grandes amigos dele. Vilela cuidou do enterro, dos sufrágios e do inventário; Rita tratou especialmente do coração, e ninguém o faria melhor.

Como daí chegaram ao amor, não o soube ele nunca. A verdade é que gostava de passar as horas ao lado dela; era a sua enfermeira moral, quase uma irmã, mas principalmente era mulher e bonita. Odor di femmina: eis o que ele aspirava nela, e em volta dela, para incorporá-lo em si próprio. Liam os mesmos livros, iam juntos a teatros e passeios. Camilo ensinou-lhe as damas e o xadrez e jogavam às noites; - ela mal, - ele, para lhe ser agradável, pouco menos mal. Até aí as cousas. Agora a ação da pessoa, os olhos teimosos de Rita, que procuravam muita vez os dele, que os consultavam antes de o fazer ao marido, as mãos frias, as atitudes insólitas. Um dia, fazendo ele anos, recebeu de Vilela uma rica bengala de presente, e de Rita apenas um cartão com um vulgar cumprimento a lápis, e foi então que ele pôde ler no próprio coração; não conseguia arrancar os olhos do bilhetinho. Palavras vulgares; mas há vulgaridades sublimes, ou, pelo menos, deleitosas. A velha caleça de praça, em que pela primeira vez passeaste com a mulher amada, fechadinhos ambos, vale o carro de Apolo. Assim é o homem, assim são as cousas que o cercam.

Camilo quis sinceramente fugir, mas já não pôde. Rita, como uma serpente, foi-se acercando dele, envolveu-o todo, fez-lhe estalar os ossos num espasmo, e pingou-lhe o veneno na boca. Ele ficou atordoado e subjugado. Vexame, sustos, remorsos, desejos, tudo sentiu de mistura; mas a batalha foi curta e a vitória delirante. Adeus, escrúpulos! Não tardou que o sapato se acomodasse ao pé, e aí foram ambos, estrada fora, braços dados, pisando folgadamente por cima de ervas e pedregulhos, sem padecer nada mais que algumas saudades, quando estavam ausentes um do outro. A confiança e estima de Vilela continuavam a ser as mesmas.

Um dia, porém, recebeu Camilo uma carta anônima, que lhe chamava imoral e pérfido, e dizia que a aventura era sabida de todos. Camilo teve medo, e, para desviar as suspeitas,

começou a rarear as visitas à casa de Vilela. Este notou-lhe as ausências. Camilo respondeu que o motivo era uma paixão frívola de rapaz. Candura gerou astúcia. As ausências prolongaram-se, e as visitas cessaram inteiramente. Pode ser que entrasse também nisso um pouco de amor-próprio, uma intenção de diminuir os obséquios do marido, para tornar menos dura a aleivosia do ato.

Foi por esse tempo que Rita, desconfiada e medrosa, correu à cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que a cartomante restituiu-lhe a confiança, e que o rapaz repreendeu-a por ter feito o que fez. Correram ainda algumas semanas. Camilo recebeu mais duas ou três cartas anônimas, tão apaixonadas, que não podiam ser advertência da virtude, mas despeito de algum pretendente; tal foi a opinião de Rita, que, por outras palavras mal compostas, formulou este pensamento: - a virtude é preguiçosa e avara, não gasta tempo nem papel; só o interesse é ativo e pródigo.

Nem por isso Camilo ficou mais sossegado; temia que o anônimo fosse ter com Vilela, e a catástrofe viria então sem remédio. Rita concordou que era possível.

- Bem, disse ela; eu levo os sobrescritos para comparar a letra com as das cartas que lá aparecerem; se alguma for igual, guardo-a e rasgo-a...

Nenhuma apareceu; mas daí a algum tempo Vilela começou a mostrar-se sombrio, falando pouco, como desconfiado. Rita deu-se pressa em dizê-lo ao outro, e sobre isso deliberaram. A opinião dela é que Camilo devia tomar à casa deles, tatear o marido, e pode ser até que lhe ouvisse a confidência de algum negócio particular. Camilo divergia; aparecer depois de tantos meses era confirmar a suspeita ou denúncia. Mais valia acautelarem-se, sacrificando-se por algumas semanas. Combinaram os meios de se corresponderem, em caso de necessidade, e separaram-se com lágrimas.

No dia seguinte, estando na repartição, recebeu Camilo este bilhete de Vilela: "Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te sem demora." Era mais de meio-dia. Camilo saiu logo; na rua, advertiu que teria sido mais natural chamá-lo ao escritório; por que em casa? Tudo indicava matéria especial, e a letra, fosse realidade ou ilusão, afigurou-se-lhe trêmula. Ele combinou todas essas cousas com a notícia da véspera.

- Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te sem demora, - repetia ele com os olhos no papel.

Imaginariamente, viu a ponta da orelha de um drama, Rita subjugada e lacrimosa, Vilela indignado, pegando da pena e escrevendo o bilhete, certo de que ele acudiria, e esperando-o para matá-lo. Camilo estremeceu, tinha medo: depois sorriu amarelo, e em todo caso repugnava-lhe a ideia de recuar, e foi andando. De caminho, lembrou-se de ir a casa; podia achar algum recado de Rita, que lhe explicasse tudo. Não achou nada, nem ninguém. Voltou à rua, e a ideia de estarem descobertos parecia-lhe cada vez mais verossímil; era natural uma denúncia anônima, até da própria pessoa que o ameaçara antes; podia ser que Vilela conhecesse agora tudo. A mesma suspensão das suas visitas, sem motivo aparente, apenas com um pretexto fútil, viria confirmar o resto.

Camilo ia andando inquieto e nervoso. Não relia o bilhete, mas as palavras estavam decoradas, diante dos olhos, fixas; ou então, - o que era ainda pior, - eram-lhe murmuradas ao ouvido, com a própria voz de Vilela. "Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te sem demora." Ditas assim, pela voz do outro, tinham um tom de mistério e ameaça. Vem, já, já, para quê? Era perto de uma hora da tarde. A comoção crescia de minuto a minuto. Tanto imaginou o que se iria passar, que chegou a crê-lo e vê-lo. Positivamente, tinha medo. Entrou a cogitar em ir armado, considerando que, se nada houvesse, nada perdia, e a precaução era útil. Logo depois rejeitava a ideia, vexado de si mesmo, e seguia, picando o passo, na direção do Largo da Carioca, para entrar num tílburi. Chegou, entrou e mandou seguir a trote largo.

"Quanto antes, melhor, pensou ele; não posso estar assim..."

Mas o mesmo trote do cavalo veio agravar-lhe a comoção. O tempo voava, e ele não tardaria a entestar com o perigo. Quase no fim da Rua da Guarda Velha, o tílburi teve de parar; a rua estava atravancada com uma carroça, que caíra. Camilo, em si mesmo, estimou o obstáculo, e esperou. No fim de cinco minutos, reparou que ao lado, à esquerda, ao pé do tílburi, ficava a casa da cartomante, a quem Rita consultara uma vez, e nunca ele desejou tanto crer na lição das cartas. Olhou, viu as janelas fechadas, quando todas as outras estavam abertas e pejadas de curiosos do incidente da rua. Dir-se-ia a morada do indiferente Destino.

Camilo reclinou-se no tílburi, para não ver nada. A agitação dele era grande, extraordinária, e do fundo das camadas morais emergiam alguns fantasmas de outro tempo, as velhas crenças, as superstições antigas. O cocheiro propôs-lhe voltar à primeira travessa, e ir por outro caminho; ele respondeu que não, que esperasse. E inclinava-se para fitar a casa... Depois fez um gesto incrédulo: era a ideia de ouvir a cartomante, que lhe passava ao longe, muito longe, com vastas asas cinzentas; desapareceu, reapareceu, e tornou a esvair-se no cérebro; mas daí a pouco moveu outra vez as asas, mais perto, fazendo uns giros concêntricos... Na rua, gritavam os homens, safando a carroça:

- Anda! agora! empurra! vá! vá!

Daí a pouco estaria removido o obstáculo. Camilo fechava os olhos, pensava em outras cousas; mas a voz do marido sussurrava-lhe às orelhas as palavras da carta: "Vem, já, já..." E ele via as contorções do drama e tremia. A casa olhava para ele. As pernas queriam descer e entrar... Camilo achou-se diante de um longo véu opaco... pensou rapidamente no inexplicável de tantas cousas. A voz da mãe repetia-lhe uma porção de casos extraordinários; e a mesma frase do príncipe de Dinamarca reboava-lhe dentro: "Há mais cousas no céu e na terra do que sonha a filosofia..." Que perdia ele, se...?

Deu por si na calçada, ao pé da porta; disse ao cocheiro que esperasse, e rápido enfiou pelo corredor, e subiu a escada. A luz era pouca, os degraus comidos dos pés, o corrimão pegajoso; mas ele não viu nem sentiu nada. Trepou e bateu. Não aparecendo ninguém, teve ideia de descer; mas era tarde, a curiosidade fustigava-lhe o sangue, as fontes latejavam-lhe; ele tornou a bater uma, duas, três pancadas. Veio uma mulher; era a cartomante. Camilo disse que ia consultá-la, ela fê-lo entrar. Dali subiram ao sótão, por uma escada ainda pior que a primeira e mais escura. Em cima, havia uma salinha, mal alumiada por uma janela, que dava para o telhado dos fundos. Velhos trastes, paredes sombrias, um ar de pobreza, que antes aumentava do que destruía o prestígio.

A cartomante fê-lo sentar diante da mesa, e sentou-se do lado oposto, com as costas para a janela, de maneira que a pouca luz de fora batia em cheio no rosto de Camilo. Abriu uma gaveta e tirou um baralho de cartas compridas e enxovalhadas. Enquanto as baralhava, rapidamente, olhava para ele, não de rosto, mas por baixo dos olhos. Era uma mulher de quarenta anos, italiana, morena e magra, com grandes olhos sonsos e agudos. Voltou três cartas sobre a mesa, e disse-lhe:

- Vejamos primeiro o que é que o traz aqui. O senhor tem um grande susto...

Camilo, maravilhado, fez um gesto afirmativo.

- E quer saber, continuou ela, se lhe acontecerá alguma cousa ou não...

- A mim e a ela, explicou vivamente ele.

A cartomante não sorriu; disse-lhe só que esperasse. Rápido pegou outra vez das cartas e baralhou-as, com os longos dedos finos, de unhas descuradas; baralhou-as bem, transpôs os maços, uma, duas, três vezes; depois começou a estendê-las. Camilo tinha os olhos nela, curioso e ansioso.

- As cartas dizem-me...

Camilo inclinou-se para beber uma a uma as palavras. Então ela declarou-lhe que não tivesse medo de nada. Nada aconteceria nem a um nem a outro; ele, o terceiro, ignorava tudo. Não obstante, era indispensável muita cautela; ferviam invejas e despeitos. Falou-lhe do amor que os ligava, da beleza de Rita... Camilo estava deslumbrado. A cartomante acabou, recolheu as cartas e fechou-as na gaveta.

- A senhora restituiu-me a paz ao espírito, disse ele estendendo a mão por cima da mesa e apertando a da cartomante.

Esta levantou-se, rindo.

- Vá, disse ela; vá, ragazzo innamorato...

E de pé, com o dedo indicador, tocou-lhe na testa. Camilo estremeceu, como se fosse a mão da própria sibila, e levantou-se também. A cartomante foi à cômoda, sobre a qual estava um prato com passas, tirou um cacho destas, começou a despencá-las e comê-las, mostrando duas fileiras de dentes que desmentiam as unhas. Nessa mesma ação comum, a mulher tinha um ar particular. Camilo, ansioso por sair, não sabia como pagasse; ignorava o preço.

- Passas custam dinheiro, disse ele afinal, tirando a carteira. Quantas quer mandar buscar?

- Pergunte ao seu coração, respondeu ela.

Camilo tirou uma nota de dez mil-réis, e deu-lha. Os olhos da cartomante fuzilaram. O preço usual era dois mil-réis.

- Vejo bem que o senhor gosta muito dela... E faz bem; ela gosta muito do senhor. Vá, vá, tranqüilo. Olhe a escada, é escura; ponha o chapéu...

A cartomante tinha já guardado a nota na algibeira, e descia com ele, falando, com um leve sotaque. Camilo despediu-se dela embaixo, e desceu a escada que levava à rua, enquanto a cartomante, alegre com a paga, tornava acima, cantarolando uma barcarola. Camilo achou o tílburi esperando; a rua estava livre. Entrou e seguiu a trote largo.

Tudo lhe parecia agora melhor, as outras cousas traziam outro aspecto, o céu estava límpido e as caras joviais. Chegou a rir dos seus receios, que chamou pueris; recordou os termos da carta de Vilela e reconheceu que eram íntimos e familiares. Onde é que ele lhe descobrira a ameaça? Advertiu também que eram urgentes, e que fizera mal em demorar-se tanto; podia ser algum negócio grave e gravíssimo.

- Vamos, vamos depressa, repetia ele ao cocheiro.

E consigo, para explicar a demora ao amigo, engenhou qualquer causa; parece que formou também o plano de aproveitar o incidente para tornar à antiga assiduidade... De volta com os planos, reboavam-lhe na alma as palavras da cartomante. Em verdade, ela adivinhara o objeto da consulta, o estado dele, a existência de um terceiro; por que não adivinharia o resto? O presente que se ignora vale o futuro. Era assim, lentas e continuas, que as velhas crenças do rapaz iam tornando ao de cima, e o mistério empolgava-o com as unhas de ferro. s vezes queria rir, e ria de si mesmo, algo vexado; mas a mulher, as cartas, as palavras secas e afirmativas, a exortação:

- Vá, vá, ragazzo inflamorato; e no fim, ao longe, a barcarola da despedida, lenta e graciosa, tais eram os elementos recentes, que formavam, com os antigos, uma fé nova e vivaz.

A verdade é que o coração ia alegre e impaciente, pensando nas horas felizes de outrora e nas que haviam de vir. Ao passar pela Glória, Camilo olhou para o mar, estendeu os olhos para fora, até onde a água e o céu dão um abraço infinito, e teve assim uma sensação do futuro, longo, longo, interminável.

Daí a pouco chegou à casa de Vilela. Apeou-se, empurrou a porta de ferro do jardim e entrou. A casa estava silenciosa. Subiu os seis degraus de pedra, e mal teve tempo de bater, a porta abriu-se, e apareceu-lhe Vilela.

- Desculpa, não pude vir mais cedo; que há?

Vilela não lhe respondeu; tinha as feições decompostas; fez-lhe sinal, e foram para uma saleta interior. Entrando, Camilo não pôde sufocar um grito de terror: - ao fundo sobre o canapé, estava Rita morta e ensangüentada. Vilela pegou-o pela gola, e, com dois tiros de revólver, estirou-o morto no chão.

Fonte: http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/MachadodeAssis/acartomante.htm

ANÁLISE DA OBRA

O conto *A Cartomante*, de Machado de Assis, mostra a visão objetiva e pessimista da vida, do mundo e das pessoas (abolição do final feliz). A autor faz uma análise psicológica das contradições humanas na criação de personagens imprevisíveis, jogando com insinuações em que se misturam a ingenuidade e malícia, sinceridade e hipocrisia.

Crítica humorada e irônica das situações humanas, das relações entre os personagens e seus padrões de comportamento. Linguagem sóbria que, entretanto, não despreza os detalhes necessários a uma análise profunda da psicologia humana.

Envolvimento do leitor pela oralidade da linguagem. A história é repleta de "conversas" que o narrador estabelece frequentemente com o leitor, transformando-o em cúmplice e participante do enredo (metalinguagem).

Citação de um autor clássico (shakespeare) intertextualidade; reflexão sobre a mesquinhez humana e a precariedade da sorte humana. Os aspectos externos (tempo cronológico, espaço, paisagem) são apenas pontos de referência, sem merecerem maior destaque.

Estilo

A Cartomante é um conto onde podemos observar características marcantes do estilo de Machado de Assis. O uso de metáforas constantes, o comportamento imprevisível dos personagens e seu valor filosófico, o uso de comparações superlativas, bem como a ambiguidade em seus personagens.

O autor usa intertextualizações literárias, e o recurso da narrativa onisciente, para dinamizar o relato da história acentuando os momentos dramáticos do texto. Usa este recurso que eleva e prolonga o suspensa da história, mantendo o leitor atento durante todo o desenrolar do conto.

Sem estes ingredientes, sem dúvida o texto não teria a mesma dinâmica e seu epílogo não teria a mesma ênfase. Sem os pretextos machadianos facilmente saberíamos o desfecho da história ao lermos suas primeiras linhas. O uso destes atributos faz com que a historia gire em torno de seu próprio eixo dramática sem que percebemos o uso desta técnica literária.

Foco narrativo

A história é narrada em terceira pessoa. Existe a presença onisciente do autor, que usa desta onisciência na narração e descrição dos fatos. O uso constante de uma voz onisciente é importante para dinamizar o relato da história acentuando os momentos dramáticos do texto e conflitos internos dos personagens, fortalecendo seu epílogo.

Sem essas características o texto tornar-se-ia monótono, pois a primeira leitura saberíamos de antemão seu desfecho. Também através deste recurso, o autor vai situando o leitor durante o curso da história, ilustrando fatos e intertextualizando a narrativa.

Personagens

Embora a trama gire em torno de 4 personagens principais Vilela, Camilo, Rita e a cartomante (incógnita), existem outros personagens que não participam diretamente na trama, mas suas participações são determinantes no enredo da história.

A morte da mãe de Vilela, que é uma personagem secundária tem papel fundamental no envolvimento amoroso dos personagens Camilo e Rita. O autor analisa e enfatiza psicologicamente todos os personagens preconizando seus conflitos internos bem como seus temores.

Enredo

Está o tema do triângulo amoroso e do adultério, já presente nas *Memórias* (Brás Cubas, Virgília, Lobo Neves). Os amigos de infância Camilo e Vilela, depois de longos anos de distância, reencontram-se. Vilela casara-se com Rita, que mais tarde seria apresentada ao amigo. O resto é paixão, traição, adultério.

A situação arriscada leva a jovem a consultar-se com uma cartomante, que lhe prevê toda a sorte de alegrias e bem-aventuranças.

O namorado, embora cético, na iminência de atender a um chamado urgente de seu amigo Vilela, atormentado pala consciência, busca as palavras da mesma cartomante, que também lhe antecipa um futuro sorridente.

Dois tiros à queima-roupa ao lado do cadáver de Rita o esperavam. A vitória do ceticismo coroa o episódio.

Conto que surpreende pela excelente estrutura narrativa, dividida em três partes.

Na primeira, introdutória, fica-se sabendo que Rita, dotada de espírito ingênuo, havia consultado uma cartomante, achando que seu amante, Camilo, deixara de amá-la, já que não visitava mais sua casa. Desfeito o mal-entendido, faz-se um *flashback* que vai explicar como se montou tal relação. Camilo era amigo, desde longínqua data, de Vilela. Tempos depois, este se casa com Rita. A amizade estreita a intimidade entre Camilo e Rita, ainda mais depois da morte da mãe dele. Quando sente sua atração pela esposa do amigo, tenta evitar, mas, enfim, cai seduzido. Até que recebe uma carta anônima, que deixava clara a relativa notoriedade da sua união com a esposa do seu amigo. Temeroso, resolve, pois, evitar contato com a casa de Vilela, o que deixa Rita preocupada.

Terminada essa recapitulação, vai-se para a parte crucial do conto. Camilo recebe um bilhete de Vilela apenas com a seguinte mensagem: “Vem já, já”. Seu raciocínio lógico já faz desconfiar que o amigo havia descoberto tudo. Parte de imediato, mas seu tílburi (espécie de carruagem de aluguel que equivaleria, hoje, a um táxi) fica preso no tráfego por causa de um

acidente. Nota uma estranha coincidência: está parado justamente ao lado da casa da cartomante. Depois de um intenso conflito interior, decide consultá-la. Seu veredicto é dos mais animadores, prometendo felicidade no relacionamento e um futuro maravilhoso. Aliviado, assim como o tráfego, parte para a casa de Vilela. Assim que foi recebido, pôde ver, pela porta que lhe é aberta, além do rosto desfigurado de raiva de Vilela, o corpo de Rita sobre o sofá. Seria, portanto, a próxima vítima do marido traído.

Note neste conto sua estrutura em anticlímax, pois tudo nele (já a partir da citação inicial da famosa frase de Hamlet: “há mais cousas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia”) nos prepara para um final em que o misticismo, o mistério imperaria. No entanto, seu final é o mais realista e lógico, já engendrado no próprio bojo do conto. Reforça esse aspecto o ritmo da narrativa, que é lento em sua maioria, contrastando com seu desfecho, por demais abrupto. E não se esqueça da presença de um quê de ironia nesse contraste entre corpo da narrativa e o seu final.

Fonte: https://www.passeiweb.com/estudos/livros/a_cartomante_conto

5.4 - O ENFERMEIRO

Parece-lhe então que o que se deu comigo em 1860, pode entrar numa página de livro? Vá que seja, com a condição única de que não há de divulgar nada antes da minha morte. Não esperará muito, pode ser que oito dias, se não for menos; estou desenganado.

Olhe, eu podia mesmo contar-lhe a minha vida inteira, em que há outras coisas interessantes, mas para isso era preciso tempo, ânimo e papel, e eu só tenho papel; o ânimo é frouxo, e o tempo assemelha-se à lamparina de madrugada. Não tarda o sol do outro dia, um sol dos diabos, impenetrável como a vida. Adeus, meu caro senhor, leia isto e queira-me bem; perdoe-me o que lhe parecer mau, e não maltrate muito a arruda, se lhe não cheira a rosas. Pediu- me um documento humano, ei-lo aqui. Não me peça também o império do Grão-Mogol. nem a fotografia dos Macabeus; peça, porém, os meus sapatos de defunto e não os dou a ninguém mais.

Já sabe que foi em l860. No ano anterior, ali pelo mês de agosto, tendo eu quarenta e dois anos, fiz-me teólogo. - quero dizer, copiava os estudos de teologia de um padre de Niterói, antigo companheiro de colégio, que assim me dava. delicadamente, casa, cama e mesa. Naquele mês de agosto de 1859, recebeu ele uma carta de um vigário de certa vila do interior, perguntando se conhecia pessoa entendida, discreta e paciente, que quisesse ir servir de enfermeiro ao Coronel Felisberto, mediante um bom ordenado. O padre falou- me, aceitei com ambas as mãos, estava já enfarado de copiar citações latinas e fórmulas eclesiásticas. Vim à corte despedir-me de um irmão, e segui para a vila.

Chegando à vila, tive más notícias do coronel. Era homem insuportável, estúrdio, exigente, ninguém o aturava, nem os próprios amigos. Gastava mais enfermeiros que remédios. A dois deles quebrou a cara. Respondi que não tinha medo de gente sã, menos ainda de doentes; e depois de entender-me com o vigário, que me confirmou as notícias recebidas, e me recomendou mansidão e caridade, segui para a residência do coronel.

Achei-o na varanda da casa estirado numa cadeira, bufando muito. Não me recebeu mal. Começou por não dizer nada; pôs em mim dois olhos de gato que observa; depois, uma espécie de riso maligno alumino-lhe as feições. Que eram duras. Afinal, disse-me que nenhum dos enfermeiros que tivera, prestava para nada, dormiam muito, eram respondões e andavam ao faro das escravas; dois eram até gatunos!

- Você é gatuno?

- Não, senhor.

Em seguida, perguntou-me pelo nome: disse-lho e ele fez um gesto de espanto. Colombo? Não, senhor: Procópio José Gomes Valongo. Valongo? achou que não era nome de gente, e propôs chamar-me tão-somente Procópio, ao que respondi que estaria pelo que fosse de seu

agrado. Conto-lhe esta particularidade, não só porque me parece pintá-lo bem, como porque a minha resposta deu de mim a melhor ideia ao coronel. Ele mesmo o declarou ao vigário, acrescentando que eu era o mais simpático dos enfermeiros que tivera. A verdade é que vivemos uma lua-de-mel de sete dias.

No oitavo dia, entrei na vida dos meus predecessores, uma vida de cão, não dormir, não pensar em mais nada, recolher injúrias, e, às vezes, rir delas, com um ar de resignação e conformidade; reparei que era um modo de lhe fazer corte. Tudo impertinências de moléstia e do temperamento. A moléstia era um rosário delas, padecia de aneurisma, de reumatismo e de três ou quatro afecções menores. Tinha perto de sessenta anos, e desde os cinco toda a gente lhe fazia a vontade. Se fosse só rabugento, vá; mas ele era também mau, deleitava-se com a dor e a humilhação dos outros. No fim de três meses estava farto de o aturar; determinei vir embora; só esperei ocasião.

Não tardou a ocasião. Um dia, como lhe não desse a tempo uma fomentação, pegou da bengala e atirou-me dois ou três golpes. Não era preciso mais; despedi-me imediatamente, e fui aprontar a mala. Ele foi ter comigo, ao quarto, pediu-me que ficasse, que não valia a pena zangar por uma rabugice de velho. Instou tanto que fiquei.

- Estou na dependura, Procópio, dizia-me ele à noite; não posso viver muito tempo. Estou aqui, estou na cova. Você há de ir ao meu enterro, Procópio; não o dispenso por nada. Há de ir, há de rezar ao pé da minha sepultura. Se não for, acrescentou rindo, eu voltarei de noite para lhe puxar as pernas. Você crê em almas de outro mundo. Procópio?

- Qual o quê!

- E por que é que não há de crer, seu burro? Redarguiu vivamente, arregalando os olhos.

Eram assim as pazes; imagine a guerra. Coibiu-se das bengaladas; mas as injúrias ficaram as mesmas, se não piores. Eu, com o tempo, fui calejando, e não dava mais por nada; era burro, camelo, pedaço d'asno, idiota, moleirão, era tudo. Nem, ao menos, havia mais gente que recolhesse uma parte desses nomes. Não tinha parentes; tinha um sobrinho que morreu tísico, em fins de maio ou princípios de julho, em Minas. Os amigos iam por lá às vezes aprová-lo, aplaudi-lo, e nada mais; cinco, dez minutos de visita. Restava eu; era eu sozinho para um dicionário inteiro. Mais de uma vez resolvi sair; mas, instado pelo vigário. ia ficando.

Não só as relações foram-se tornando melindrosas, mas eu estava ansioso por tornar à Corte. Aos quarenta e dois anos não é que havia de acostumar-me à reclusão constante, ao pé de um doente bravio, no interior. Para avaliar o meu isolamento, basta saber que eu nem lia os jornais; salvo alguma notícia mais importante que levavam ao coronel, eu nada sabia do resto do mundo. Entendi, portanto, voltar para a Corte, na primeira ocasião, ainda que tivesse de brigar com o vigário. Bom é dizer (visto que faço uma confissão geral) que, nada gastando e tendo guardado integralmente os ordenados, estava ansioso por vir dissipá-los aqui.

Era provável que a ocasião aparecesse. O coronel estava pior, fez testamento, descompondo o tabelião, quase tanto como a mim. O trato era mais duro, os breves lapsos de sossego e brandura faziam-se raros. Já por esse tempo tinha eu perdido a escassa dose de piedade que me fazia esquecer os excessos do doente; trazia dentro de mim um fermento de ódio e aversão. No princípio de agosto resolvi definitivamente sair; o vigário e o médico, aceitando as razões, pediram- me que ficasse algum tempo mais. Concedi-lhes um mês; no fim de um mês viria embora, qualquer que fosse o estado do doente. O vigário tratou de procurar-me substituto.

Vai ver o que aconteceu. Na noite de vinte e quatro de agosto, o coronel teve um acesso de raiva, atropelou-me, disse-me muito nome cru, ameaçou-me de um tiro, e acabou atirando-me um prato de mingau, que achou frio; o prato foi cair na parede, onde se fez em pedaços.

- Hás de pagá-lo, ladrão! bradou ele.

Resmungou ainda muito tempo. Às onze horas passou pelo sono. Enquanto ele dormia, saquei um livro do bolso, um velho romance de d'Arlincourt, traduzido, que lá achei, e pus-me a lê-lo, no mesmo quarto, a pequena distância da cama; tinha de acordá-lo à meia-noite para lhe dar o remédio. Ou fosse de cansaço, ou do livro, antes de chegar ao fim da segunda página adormeci também. Acordei aos gritos do coronel, e levantei-me estremunhado. Ele, que parecia delirar, continuou nos mesmos gritos, e acabou por lançar mão da moringa e arremessá-la contra mim. Não tive tempo de desviar-me; a moringa bateu-me na face esquerda, e tal foi a dor que não vi mais nada; atirei-me ao doente, pus-lhe as mãos ao pescoço, lutamos, e esganei-o.

Quando percebi que o doente expirava, recuei aterrado, e dei um grito; mas ninguém me ouviu. Voltei à cama, agitei-o para chamá-lo à vida, era tarde; arrebentara o aneurisma, e o coronel morreu. Passei à sala contígua, e durante duas horas não ousei voltar ao quarto. Não

posso mesmo dizer tudo o que passei, durante esse tempo. Era um atordoamento, um delírio vago e estúpido. Parecia-me que as paredes tinham vultos; escutava uma vozes surdas. Os gritos da vítima, antes da luta e durante a luta, continuavam a repercutir dentro de mim, e o ar, para onde quer que me voltasse, aparecia recortado de convulsões. Não creia que esteja fazendo imagens nem estilo; digo-lhe que eu ouvia distintamente umas vozes que me bradavam: assassino! assassino!

Tudo o mais estava calado. O mesmo som do relógio, lento, igual e seco, sublinhava o silêncio e a solidão. Colava a orelha à porta do quarto na esperança de ouvir um gemido, uma palavra, uma injúria, qualquer coisa que significasse a vida, e me restituísse a paz à consciência. Estaria pronto a apanhar das mãos do coronel, dez, vinte, cem vezes. Mas nada, nada; tudo calado. Voltava a andar à toa, na sala, sentava-me, punha as mãos na cabeça; arrependia-me de ter vindo. - "Maldita a hora em que aceitei semelhante coisa!" exclamava. E descompunha o padre de Niterói, o médico, o vigário, os que me arranjaram um lugar, e os que me pediram para ficar mais algum tempo. Agarrava-me à cumplicidade dos outros homens.

Como o silêncio acabasse por aterrar-me, abri uma das janelas, para escutar o som do vento, se ventasse. Não ventava. A noite ia tranquila, as estrelas fulguravam, com a indiferença de pessoas que tiram o chapéu a um enterro que passa, e continuam a falar de outra coisa. Encostei-me ali por algum tempo, fitando a noite, deixando-me ir a urna recapitulação da vida, a ver se descansava da dor presente. Só então posso dizer que pensei claramente no castigo. Achei-me com um crime às costas e vi a punição certa. Aqui o temor complicou o remorso. Senti que os cabelos me ficavam de pé. Minutos depois, vi três ou quatro vultos de pessoas, no terreiro, espiando, com um ar de emboscada; recuei, os vultos esvaíram-se no ar; era uma alucinação.

Antes do alvorecer curei a contusão da face. Só então ousei voltar ao quarto. Recuei duas vezes, mas era preciso e entrei; ainda assim, não cheguei logo à cama. Tremiam-me as pernas, o coração batia-me; cheguei a pensar na fuga; mas era confessar o crime, e, ao contrário, urgia fazer desaparecer os vestígios dele. Fui até a cama; vi o cadáver, com os olhos arregalados e a boca aberta, como deixando passar a eterna palavra dos séculos: "Caim, que fizeste de teu irmão?" Vi no pescoço o sinal das minhas unhas; abotoei alto a camisa e cheguei ao queixo a ponta do lençol. Em seguida, chamei um escravo, disse-lhe que o coronel amanhecera morto; mandei recado ao vigário e ao médico.

A primeira ideia foi retirar-me logo cedo, a pretexto de ter meu irmão doente, e, na verdade, recebera carta dele, alguns dias antes, dizendo-me que se sentia mal. Mas adverti que a retirada imediata poderia fazer despertar suspeitas, e fiquei. Eu mesmo amortalhei o cadáver, com o auxílio de um preto velho e míope. Não saí da sala mortuária; tinha medo de que descobrissem alguma coisa. Queria ver no rosto dos outros se desconfiavam; mas não ousava fitar ninguém. Tudo me dava impaciências: os passos de ladrão com que entravam na sala, os cochichos, as cerimônias e as rezas do vigário. Vindo a hora, fechei o caixão, com as mãos trêmulas, tão trêmulas que uma pessoa, que reparou nelas, disse a outra com piedade:

- Coitado do Procópio! Apesar do que padeceu, está muito sentido.

Pareceu-me ironia; estava ansioso por ver tudo acabado. Saímos à rua. A passagem da meia-escuridão da casa para a claridade da rua deu-me grande abalo; receei que fosse então impossível ocultar o crime. Meti os olhos no chão, e fui andando. Quando tudo acabou, respirei. Estava em paz com os homens. Não o estava com a consciência, e as primeiras noites foram naturalmente de desassossego e aflição. Não é preciso dizer que vim logo para o Rio de Janeiro, nem que vivi aqui aterrado, embora longe do crime; não ria, falava pouco, mal comia, tinha alucinações, pesadelos...

- Deixa lá o outro que morreu, diziam-me. Não é caso para tanta melancolia.

E eu aproveitava a ilusão, fazendo muitos elogios ao morto, chamando-lhe boa criatura, impertinente, é verdade, mas um coração de ouro. E, elogiando, convencia-me também, ao menos por alguns instantes. Outro fenômeno interessante, e que talvez lhe possa aproveitar, é que, não sendo religioso, mandei dizer uma missa pelo eterno descanso do coronel, na igreja do Sacramento. Não fiz convites, não disse nada a ninguém; fui ouvi-la, sozinho, e estive de joelhos todo o tempo, persignando-me a miúdo. Dobrei a espórtula do padre, e distribuí esmolas à porta, tudo por intenção do finado. Não queria embair os homens; a prova é que fui só. Para completar este ponto, acrescentarei que nunca aludia ao coronel, que não dissesse: "Deus lhe fale n'alma!" E contava dele algumas anedotas alegres, rompantes engraçados...

Sete dias depois de chegar ao Rio de Janeiro, recebi a carta do vigário, que lhe mostrei, dizendo-me que fora achado o testamento do coronel, e que eu era o herdeiro universal. Imagine

o meu pasmo. Pareceu-me que lia mal, fui a meu irmão, fui aos amigos; todos leram a mesma coisa. Estava escrito; era eu o herdeiro universal do coronel. Cheguei a supor que fosse uma cilada; mas adverti logo que havia outros meios de capturar-me, se o crime estivesse descoberto. Demais, eu conhecia a probidade do vigário, que não se prestaria a ser instrumento. Reli a carta, cinco, dez, muitas vezes; lá estava a notícia.

- Quanto tinha ele? Perguntava-me meu irmão.

- Não sei, mas era rico.

- Realmente, provou que era teu amigo.

- Era... Era...

Assim, por uma ironia da sorte, os bens do coronel vinham parar às minhas mãos. Cogitei em recusar a herança. Parecia-me odioso receber um vintém do tal espólio; era pior do que fazer-me esbirro alugado. Pensei nisso três dias, e esbarrava sempre na consideração de que a recusa podia fazer desconfiar alguma coisa. No fim dos três dias, assentei num meio-termo; receberia a herança e dá-la-ia toda, aos bocados e às escondidas. Não era só escrúpulo; era também o modo de resgatar o crime por um ato de virtude; pareceu-me que ficava assim de contas saldas.

Preparei-me e segui para a vila. Em caminho, à proporção que me ia aproximando, recordava o triste sucesso; as cercanias da vila tinham um aspecto de tragédia, e a sombra do coronel parecia-me surgir de cada lado. A imaginação ia reproduzindo as palavras, os gestos, toda a noite horrenda do crime...

Crime ou luta? Realmente, foi uma luta em que eu, atacado, defendi-me, e na defesa... Foi uma luta desgraçada, uma fatalidade. Fixei-me nessa ideia. E balanceava os agravos, punha no ativo as pancadas, as injúrias... Não era culpa do coronel, bem o sabia, era da moléstia, que o tornava assim rabugento e até mau... Mas eu perdoava tudo, tudo... O pior foi a fatalidade daquela noite... Considerei também que o coronel não podia viver muito mais; estava por pouco; ele mesmo o sentia e dizia. Viveria quanto? Duas semanas, ou uma; pode ser até que menos. Já não era vida, era um molambo de vida, se isto mesmo se podia chamar ao padecer contínuo do pobre homem... E quem sabe mesmo se a luta e a morte não foram apenas coincidentes? Podia ser, era até o mais provável; não foi outra coisa. Fixei-me também nessa ideia...

Perto da vila apertou-se-me o coração, e quis recuar; mas dominei- me e fui. Receberam-me com parabéns. O vigário disse-me as disposições do testamento, os legados pios, e de caminho ia louvando a mansidão cristã e o zelo com que eu servira ao coronel, que, apesar de áspero e duro, soube ser grato.

- Sem dúvida, dizia eu olhando para outra parte.

Estava atordoado. Toda a gente me elogiava a dedicação e a paciência. As primeiras necessidades do inventário detiveram-me algum tempo na vila. Constituí advogado; as coisas correram placidamente. Durante esse tempo, falava muita vez do coronel. Vinham contar-me coisas dele, mas sem a moderação do padre; eu defendia-o, apontava algumas virtudes, era austero...

- Qual austero! Já morreu, acabou; mas era o diabo.

E referiam-me casos duros, ações perversas, algumas extraordinárias. Quer que lhe diga? Eu, a princípio, ia ouvindo cheio de curiosidade; depois, entrou-me no coração um singular prazer, que eu, sinceramente buscava expelir. E defendia o coronel, explicava-o, atribuía alguma coisa às rivalidades locais; confessava, sim, que era um pouco violento... Um pouco? Era uma cobra assanhada, interrompia-me o barbeiro; e todos, o coletor, o boticário, o escrivão, todos diziam a mesma coisa; e vinham outras anedotas, vinha toda a vida do defunto. Os velhos lembravam-se das crueldades dele, em menino. E o prazer íntimo, calado, insidioso, crescia dentro de mim, espécie de tênia moral, que por mais que a arrancasse aos pedaços, recompunha-se logo e ia ficando.

As obrigações do inventário distraíram-me; e por outro lado a opinião da vila era tão contrária ao coronel, que a vista dos lugares foi perdendo para mim a feição tenebrosa que a princípio achei neles. Entrando na posse da herança, converti-a em títulos e dinheiro. Eram então passados muitos meses, e a ideia de distribuí-la toda em esmolas e donativos pios não me dominou como da primeira vez; achei mesmo que era afetação. Restringi o plano primitivo; distribuí alguma coisa aos pobres, dei à matriz da vila uns paramentos novos, fiz uma esmola à Santa Casa da Misericórdia, etc.: ao todo trinta e dois contos. Mandei também levantar um túmulo ao coronel, todo de mármore, obra de um napolitano, que aqui esteve até 1866, e foi morrer, creio eu, no Paraguai.

Os anos foram andando, a memória tornou-se cinzenta e desmaiada. Penso às vezes no coronel, mas sem os terrores dos primeiros dias. Todos os médicos a quem contei as moléstias dele, foram acordes em que a morte era certa, e só se admiravam de ter resistido tanto tempo. Pode ser que eu, involuntariamente, exagerasse a descrição que então lhes fiz; mas a verdade é que ele devia morrer, ainda que não fosse aquela fatalidade...

Adeus, meu caro senhor. Se achar que esses apontamentos valem alguma coisa, pague-me também com um túmulo de mármore, ao qual dará por epitáfio esta emenda que faço aqui ao divino sermão da montanha: "Bem-aventurados os que possuem, porque eles serão consolados."

Fonte: Contos Consagrados - Machado de Assis - Coleção Prestigio - Ediouro - s/d.

ANÁLISE DA OBRA

ENREDO

Procópio, um enfermeiro, vai cuidar de um senhor rico e muito rabugento. Os enfermeiros anteriores haviam se demitido. Seu Felisberto começa tratando bem o novo enfermeiro, mas logo volta com as malcriações. Durante um bom tempo Procópio aguenta o mau-humor e as agressões verbais do velho coronel, mas como tudo tem limite acaba pedindo as contas. Para a surpresa do enfermeiro, seu Felisberto pede desculpas e eles fazem as pazes.

No entanto, seu Felisberto volta a tratar mal o enfermeiro e acaba jogando uma vasilha com água no mesmo, fazendo com que Procópio perca a cabeça e estrangule o velho coronel. O doente morre e Procópio esconde o assassinato declarando que ele morreu dormindo. Ao voltar para o Rio, o Procópio descobre-se herdeiro universal do coronel. Sentindo-se culpado pela morte do ex-patrão, decide doar aos pobres toda a herança. Com o tempo, porém, convence-se de que aquela morte foi uma fatalidade e passa a gozar a herança inesperada.

PERSONAGENS

Procópio José Gomes Valongo – Enfermeiro paciente, assassino e herdeiro universal do Coronel Felisberto. Após descobrir ser o herdeiro do velho coronel, decidiu doar a fortuna, mas acabou convencendo- se de que não deveria haver culpa, pois foi um enfermeiro bom e paciente.

Coronel Felisberto – Senhor rabugento que necessita de um enfermeiro. Deixa Procópio como herdeiro universal

Padre Niterói – Indica Procópio como enfermeiro para o coronel

O Vigário – amigo do padre Niterói

TEMAS – Interesse, culpa, fúria, seres corrompidos, egoísmo, ingratidão e oportunismo.

TEMPO – O tempo é psicológico, pois o narrador personagem conta a história através de suas memórias.

FOCO NARRATIVO - Narrado em primeira pessoa, narrador personagem.
ESPAÇO – Cidade de Niterói e a Vila do interior

VEROSSIMILHANÇA – A verossimilhança do conto encontra-se na sociedade, marcada por interesse e seres corrompidos.

CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA LITERÁRIA PRESENTES NO CONTO

Neste conto encontramos uma das características marcantes das obras machadianas: o mistério da essência humana e o interesse. Procópio, o personagem principal, pode ser descrito como um típico homem cheio de faces (bom, furioso, paciente, dissimulado). Este mostra a dualidade existente no ser humano, a capacidade deste de inverter os valores morais para não sentir culpa. O típico pessimismo machadiano acerca do homem.

Fonte: https://conteai.wixsite.com/home/single-post/2015/10/15/An%C3%A1lise-O-Enfermeiro

5.5 - O bom crioulo, de Adolfo Caminha. (VÍTOR E THASMANE).

Amaro, um escravo fugido, alista-se na Marinha, tornando-se um soldado exemplar. Forte e gentil com todos, recebe o apelido de Bom-Crioulo. Dez anos se passam e Amaro não mostra a mesma disposição para o trabalho, nem tampouco a mesma gentileza, notadamente quando se entrega à bebida. Seu estado de ânimo se altera também na presença de certo grumete, Aleixo, com quem se envolve sexualmente. Amaro conheceu certa vez o amor de uma mulher, mas só agora descobre sua verdadeira inclinação.
Chegam ao Rio de Janeiro e se instalam em uma pensão na Rua da Misericórdia, cuja proprietária, D. Carolina, sabedora da indisposição de Amaro para mulheres, arranja um quarto discreto para os dois. Ali, Aleixo cedia a todos os desejos do amante, como o de observá-lo nu.
Um ano se passa, durante o qual os dois marinheiros levam uma vida matrimonial secreta. Mas Amaro é transferido para outro navio e ocorre a separação que ele tanto temia. Na ausência de Amaro, D. Carolina seduz Aleixo.
Bom-Crioulo, ansioso para rever o amante, desobedece a ordens superiores e, conduzindo um bote de mantimentos, atraca no porto do Rio e se dirige à pensão. Aleixo não aparece durante toda a noite, o que desperta desconfianças e ciúmes em Amaro.

O polêmico livro de Adolfo Caminha está disponível para download

No cais, ainda perturbado pelos ciúmes, embriaga-se a acaba brigando. A polícia é chamada e Amaro é aprisionado e entregue ao comandante do navio, que o castiga de forma tão dura que o marinheiro é conduzido ao hospital. Ali, sofre tanto pelas dores físicas quanto pelo fato de não receber nenhuma visita de Aleixo. Envia-lhe um bilhete, mas D. Carolina o intercepta, temerosa de perder os afetos do novo amante.
Amaro recebe a visita de Herculano, antigo companheiro de embarcação, que revela o envolvimento de Aleixo com uma mulher. Amaro espera a madrugada para fugir. O empregado de uma padaria próxima à pensão confirma o caso amoroso de Aleixo e D. Carolina. Ao avistar o antigo amante, que sai da pensão, Amaro se dirige a ele, cego de ódio, iniciando uma discussão. Pessoas se aproximam dos dois, formando uma roda. D. Carolina desperta com o alvoroço e, abrindo caminho entre a multidão, aproxima-se e vê o amante estendido no chão, com o pescoço cortado, enquanto Amaro, “triste e desolado”, é conduzido por dois policiais.

CONTEXTO

Sobre o autor

Adolfo Caminha foi um dos grandes representantes da vertente naturalista do realismo brasileiro, caracterizada pela oposição ao romantismo por intermédio da recusa do sentimentalismo e da abordagem de temas chocantes, no bojo da qual vinham as críticas ao moralismo dos costumes.

Importância do livro

Em *Bom-Crioulo*, uma paródia do amor romântico se dá na subversão do par amoroso, constituído, aqui, por dois homens, o que seria impensável para a geração de José de Alencar. No romance, manifestam-se de maneira clara as convenções naturalistas.

Período Histórico

A reação às idealizações da estética romântica conduziu os escritores da segunda metade do século XIX à busca de uma literatura fundada na verdade, na exposição crua e direta das relações humanas.

ANÁLISE DA OBRA

A objetividade que caracterizava a postura narrativa da ficção realista-naturalista conduzia a uma preferência pelo foco narrativo de 3ª pessoa. No entanto, muitas vezes esse narrador interferia no relato, tecendo comentários a respeito de certas circunstâncias do enredo. É o que ocorre aqui: a todo momento, em pequenas incursões, o narrador expõe seus pontos de vista. Logo no início da história, por exemplo, há um comentário explícito, destacado aqui em itálico: "A velha e gloriosa corveta – *que pena!* – já nem sequer lembrava o mesmo navio de outr'ora".

Manifestações de subjetividade como essas podem sugerir a presença de um narrador romântico. E talvez essa impressão não esteja tão distante da realidade. De fato, uma leitura atenta permite perceber alguns traços típicos do romantismo: a dor da separação e do ciúme; a descoberta do amor; a presença do herói forte e protetor, capaz de qualquer sacrifício pelo ente amado. Amaro se descobre homossexual e manifesta os mesmos ciúmes doentios encontrados nas novelas sentimentais. Aleixo se mostra frágil e indefeso, como as heroínas românticas convencionais.

O que Adolfo Caminha realizou, portanto, foi uma versão do romantismo, tornada grotesca pela força do apelo sexual, exatamente o traço forte do Naturalismo. A sexualidade se manifesta na masturbação, consequência fisiológica do isolamento a que são relegados os marinheiros, e na luxúria dos encontros amorosos. Dominados pelos instintos, os indivíduos se entregam à preguiça e à degeneração.

A redução das personagens aos seus instintos animais e a manifestação clara da sexualidade, dois traços importantes do Naturalismo, aparecem de forma evidente no romance, expostos na linguagem crua e direta que também caracterizava o estilo.

No tratamento da homossexualidade, pode-se entrever o esforço do narrador em focalizá-la como manifestação natural dos instintos. Mas ele não consegue evitar certo viés moralista condenatório, em uma marginalização que é acentuada pelos espaços de livre manifestação sexual, sempre caracterizados pelas sombras e pelo distanciamento da sociedade – como os porões do navio ou o quarto de pensão onde se escondem os amantes. A linguagem sugere a mesma oscilação, na simplicidade e desprendimento com que o narrador relata o caso de amor que, por outro lado, não deixa de mostrar como escabroso.

A força do sexo domina a personalidade das personagens. Amaro, o Bom-Crioulo, passa da submissão à instabilidade comportamental em função do afloramento de seus desejos, excitados pela presença de Aleixo. Este, por sua vez, igualmente escravo dos instintos, vê-se tão envolvido pelo macho que o submete quanto pela fêmea que o seduz.

Fonte: http://educacao.globo.com/literatura/assunto/resumos-de-livros/bom-crioulo.html

5.6 - A canção do exílio, Gonçalves Dias. (VÍTOR E JACKELINE).

"Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.
Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.
Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.
Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar — sozinho, à noite —
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.
Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá."

ANÁLISE DA OBRA

Neste poema de Gonçalves Dias dois aspectos são fundamentais: a valorização do Brasil e a intertextualidade, características muito presentes nas obras da época.

"… As aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá. " – podemos perceber nesses versos a valorização idealizada da terra natal, o afastamento espacial que era um traço do romantismo e a supervalorização dos elementos que compõem esse lugar.

Se tratando de intertextualidade (conexão dos textos) o poema faz uma relação com o Hino Nacional, de Ósorio Duque Estrada, nos versos: *"… Nossos bosques têm mais vida, nossa vida mais amores."* Além disso, a presença dos pronomes possessivos ajuda a estabelecer a ligação com o país.

Esta obra foi escrita durante o Romantismo (1836-1881), na sua primeira geração romântica a qual teve como principais representantes José de Alencar e o próprio Gonçalves Dias. A preocupação central dos autores era a definição da identidade nacional brasileira, tempos após a Independência do Brasil (1822). Nesse contexto, a valorização da figura indígena (considerado o herói nacional) e a exaltação dos elementos típicos da cultura local (e também da natureza brasileira) são recorrentes nos textos literários. Por isso, esse período é chamado de Era nacional ao buscar uma identidade para a nova nação, esse foi o primeiro movimento oficialmente brasileiro que iniciado em 1836, com o livro de Gonçalves de Magalhães, intitulado *Suspiros Poéticos e Saudades.*

Fonte: https://campoliterario.wordpress.com/2013/07/27/analise-poetica-cancao-do-exilio/

5.7 - Ideias íntimas, de Álvares de Azevedo. (VÍTOR E ZÉLIA).

Ossian — o bardo é triste como a sombra
Que seus cantos povoa. O Lamartine
É monótono e belo como a noite,
Como a lua no mar e o som das ondas...
Mas pranteia uma eterna monodia,
Tem na lira do gênio uma só corda,
— Fibra de amor e Deus que um sopro agita!
Se desmaia de amor... a Deus se volta,
Se pranteia por Deus... de amor suspira.
Basta de Shakespeare. Vem tu agora,
Fantástico alemão, poeta ardente
Que ilumina o clarão das gotas pálidas
Do nobre Johannisberg! Nos teus romances
Meu coração deleita-se... Contudo,
Parece-me que vou perdendo o gosto,
Vou ficando *blasé*: passeio os dias
Pelo meu corredor, sem companheiro,
Sem ler, nem poetar... Vivo fumando.
Minha casa não tem menores névoas
Que as deste céu d'inverno... Solitário
Passo as noites aqui e os dias longos...
Dei-me agora ao charuto em corpo e alma:
Debalde ali de um canto um beijo implora,
Como a beleza que o Sultão despreza,
Meu cachimbo alemão abandonado!
Não passeio a cavalo e não namoro,
Odeio o *lasquenet*... Palavra d'honra!
Se assim me continuam por dois meses
Os diabos azuis nos frouxos membros,
Dou na Praia Vermelha ou no Parnaso.

II

Enchi o meu salão de mil figuras.
Aqui voa um cavalo no galope,
Um roxo *dominó* as costas volta
A um cavaleiro de alemães bigodes,
Um preto beberrão sobre uma pipa,
Aos grossos beiços a garrafa aperta...
Ao longo das paredes se derramam
Extintas inscrições de versos mortos,
E mortos ao nascer!... Ali na alcova
Em águas negras se levanta a ilha
Romântica, sombria, à flor das ondas
De um rio que se perde na floresta...
— Um sonho de mancebo e de poeta,
El-Dorado de amor que a mente cria,
Como um Éden de noites deleitosas...
Era ali que eu podia no silêncio
Junto de um anjo... Além o romantismo!
Borra adiante folgaz caricatura

Com tinta de escrever e pó vermelho
A gorda face, o volumoso abdômen,
E a grossa penca do nariz purpúreo
Do alegre vendilhão entre botelhas,
Metido num tonel... Na minha cômoda
Meio encetado o copo, inda verbera
As águas d'oiro do *Cognac* ardente:
Negreja ao pé narcótica botelha
Que da essência de flores de laranja
Guarda o licor que nectariza os nervos.
Ali mistura-se o charuto havano
Ao mesquinho cigarro e ao meu cachimbo...
A mesa escura cambaleia ao peso
Do titâneo *Digesto*, e ao lado dele
Childe-Harold entreaberto... ou Lamartine
Mostra que o romantismo se descuida
E que a poesia sobrenada sempre
Ao pesadelo clássico do estudo.

III

Reina a desordem pela sala antiga,
Desce a teia de aranha as bambinelas
À estante pulvurenta. A roupa, os livros
Sobre as poucas cadeiras se confundem.
Marca a folha do *Faust* um colarinho
E Alfredo de Musset encobre, às vezes
De *Guerreiro*, ou *Valasco*, um texto obscuro.
Como outrora do mundo os elementos
Pela treva jogando cambalhotas,
Meu quarto, mundo em caos, espera um *Fiat*!

IV

Na minha sala três retratos pendem:
Ali Victor Hugo. — Na larga fronte
Erguidos luzem os cabelos louros,
Como c'roa soberba. Homem sublime!
O poeta de Deus e amores puros!
Que sonhou Triboulet, Marion Delorme
E Esmeralda — a Cigana... E diz a crônica
Que foi aos tribunais parar um dia
Por amar as mulheres dos amigos
E adúlteros fazer *romances vivos*.

V

Aquele é Lamennais — o bardo santo,
Cabeça de profeta, ungido crente,
Alma de fogo na mundana argila
Que as harpas de Sion vibrou na sombra,
Pela noite do século chamando
A Deus e à liberdade as loucas turbas.
Por ele a George Sand morreu de amores,
E dizem que... Defronte, aquele moço

Pálido, pensativo, a fronte erguida,
Olhar de Bonaparte em face austríaca,
Foi do homem secular as esperanças:
No berço imperial um céu de agosto
Nos cantos de triunfo despertou-o...
As águias de Wagram e de Marengo
Abriam flamejando as longas asas
Impregnadas do fumo dos combates
Na púrpura dos Césares, guardando-o...
E o gênio do futuro parecia
Predestiná-lo à glória. A história dele?...
Resta um crânio nas urnas do estrangeiro...
Um loureiro sem flores nem sementes...
E um passado de lágrimas... A terra
Tremeu ao sepultar-se o Rei de Roma
Pode o mundo chorar sua agonia
E os louros de seu pai na fronte dele
Infecundos depor... Estrela morta,
Só pode o menestrel sagrar-te prantos!

VI

Junto a meu leito, com as mãos unidas,
Olhos fitos no céu, cabelos soltos,
Pálida sombra de mulher formosa
Entre nuvens azuis pranteia orando.
É um retrato talvez. Naquele seio
Porventura sonhei douradas noites,
Talvez sonhando desatei sorrindo
Alguma vez nos ombros perfumados
Esses cabelos negros e em delíquio
Nos lábios dela suspirei tremendo,
Foi-se a minha visão... E resta agora
Aquele vaga sombra na parede
— Fantasma de carvão e pó cerúleo! —
Tão vaga, tão extinta e fumacenta
Como de um sonho o recordar incerto.

VII

Em frente do meu leito, em negro quadro,
A minha amante dorme. É uma estampa
De bela adormecida. A rósea face
Parece em visos de um amor lascivo
De fogos vagabundos acender-se...
E como a nívea mão recata o seio...
Oh! quanta s vezes, ideal mimoso,
Não encheste minh’alma de ventura,
Quando louco, sedento e arquejante
Meus tristes lábios imprimi ardentes
No poento vidro que te guarda o sono!

VIII

O pobre leito meu, desfeito ainda,

A febre aponta da noturna insônia.
Aqui lânguido à noite debati-me
Em vãos delírios anelando um beijo...
E a donzela ideal nos róseos lábios,
No doce berço do moreno seio
Minha vida embalou estremecendo...
Foram sonhos contudo! A minha vida
Se esgota em ilusões. E quando a fada
Que diviniza meu pensar ardente
Um instante em seus braços me descansa
E roça a medo em meus ardentes lábios
Um beijo que de amor me turva os olhos...
Me ateia o sangue, me enlanguece a fronte...
Um espírito negro me desperta,
O encanto do meu sonho se evapora...
E das nuvens de nácar da ventura
Rolo tremendo à solidão da vida!

IX

Oh! ter vinte anos sem gozar de leve
A ventura de uma alma de donzela!
E sem na vida ter sentido nunca
Na suave atração de um róseo corpo
Meus olhos turvos se fechar de gozo!
Oh! nos meus sonhos, pelas noites minhas
Passam tantas visões sobre meu peito!
Palor de febre meu semblante cobre,
Bate meu coração com tanto fogo!
Um doce nome os lábios meus suspiram,
Um nome de mulher... e vejo lânguida
No véu suave de amorosas sombras
Seminua, abatida, a mão no seio,
Perfumada visão romper a nuvem,
Sentar-se junto a mim, nas minhas pálpebras
O alento fresco e leve como a vida
Passar delicioso... Que delírios!
Acordo palpitante... inda a procuro:
Embalde a chamo, embalde as minhas lágrimas
Banham meus olhos, e suspiro e gemo...
Imploro uma ilusão... tudo é silêncio!
Só o leito deserto, a sala muda!
Amorosa visão, mulher dos sonhos,
Eu sou tão infeliz, eu sofro tanto!
Nunca virás iluminar meu peito
Com um raio de luz desses teus olhos?

X

Meu pobre leito! eu amo-te contudo!

Aqui levei sonhando noites belas;
As longas horas olvidei libando
Ardentes gotas de licor dourado,
Esqueci-as no fumo, na leitura
Das páginas lascivas do romance...

Meu leito juvenil, da minha vida
És a página d'oiro. Em teu asilo
Eu sonho-me poeta e sou ditoso...
E a mente errante devaneia em mundos
Que esmalta a fantasia! Oh! quantas vezes
Do levante no sol entre odaliscas
Momentos não passei que valem vidas!
Quanta música ouvi que me encantava!
Quantas virgens amei! que Margaridas,
Que Elviras saudosas e Clarissas,
Mais trêmulo que Faust, eu não beijava...
Mais feliz que Don Juan e Lovelace
Não apertei ao peito desmaiando!

Ó meus sonhos de amor e mocidade,
Porque ser tão formosos, se devíeis
Me abandonar tão cedo... e eu acordava
Arquejando a beijar meu travesseiro?

XI

Junto do leito meus poetas dormem
— O Dante, a *Bíblia*, Shakespeare e Byron
Na mesa confundidos. Junto deles
Meu velho candeeiro se espreguiça
E parece pedir a formatura.
Ó meu amigo, ó velador noturno,
Tu não me abandonaste nas vigílias,
Quer eu perdesse a noite sobre os livros,
Quer, sentado no leito, pensativo
Relesse as minhas cartas de namoro...
Quero-te muito bem, ó meu comparsa
Nas doudas cenas de meu drama obscuro!
E num dia de *spleen*, vindo a pachorra,
Hei de evocar-te dum poema heróico
Na rima de Camões e de Ariosto,
Como padrão às lâmpadas futuras!
.....

XII

Aqui sobre esta mesa junto ao leito
Em caixa negra dois retratos guardo:
Não os profanem indiscretas vistas.
Eu beijo-os cada noite: neste exílio
Venero-os juntos e os prefiro unidos...
— Meu pai e minha mãe! Se acaso um dia,
Na minha solidão me acharem morto,
Não os abra ninguém. Sobre meu peito
Lancem-os em meu túmulo. Mais doce
Será certo o dormir da noite negra
Tendo no peito essas imagens puras.

XIII

Havia uma outra imagem que eu sonhava
No meu peito, na vida e no sepulcro,
Mas ela não o quis... rompeu a tela,
Onde eu pintara meus dourados sonhos.
Se posso no viver sonhar com ela,
Essa trança beijar de seus cabelos
E essas violetas inodoras, murchas,
Nos lábios frios comprimir chorando,
Não poderei na sepultura, ao menos,
Sua imagem divina ter no peito.

XIV

Parece que chorei... Sinto na face
Uma perdida lágrima rolando...
Satã leve a tristeza! Olá, meu pagem,
Derrama no meu copo as gotas últimas
Dessa garrafa negra...
Eia! bebamos!
És o sangue do gênio, o puro néctar
Que as almas de poeta diviniza,
O condão que abre o mundo das magias!
Vem, fogoso *Cognac*! É só contigo
Que sinto-me viver. Inda palpito,
Quando os eflúvios dessas gotas áureas
Filtram no sangue meu correndo a vida,
Vibram-me os nervos e as artérias queimam,
Os meus olhos ardentes se escurecem
E no cérebro passam delirosos
Assomos de poesia... Dentre a sombra
Vejo num leito d'ouro a imagem dela
Palpitante, que dorme e que suspira,
Que seus braços me estende...

Eu me esquecia:
Faz-se noite; traz fogo e dois charutos
E na mesa do estudo acende a lâmpada...

ANÁLISE DA OBRA

Ao analisar o poema "Ideias Íntimas" ele assinala, em síntese lapidar, "a magia da viagem à roda do quarto e do próprio eu, em que toda a alma se traduz na articulação do espaço material com os movimentos interiores." Talvez fosse possível acrescentar que essa convergência de objeto e personalidade se dá contra o pano-de-fundo da vida urbana. É certo que a cidade, aqui, é a São Paulo de 1850, e não a metrópole de Baudelaire referida por Benjamin. Entretanto é ela que favorece a retirada do indivíduo para o refúgio caseiro não importa que este seja o espaço mesquinho de uma "república" de estudante. A cisão com o exterior e a comunidade resolve-se na contemplação auto referida e no exame das formas que delimitam a consciência; o tom pausado do solilóquio parece balizar um ponto intermediário entre a queda de tônus provocada pela reclusão e a depressão propícia ao auto enfrentamento:

Parece-me que vou perdendo o gosto,

Vou ficando blasé, passeio os dias

Pelo meu corredor, sem companheiro,

Sem ler, nem poetar.Vivo fumando,

Minha casa não tem menores névoas

Que as deste céu de inverno...

Sem dúvida estes versos mostram uma vantagem considerável em relação ao que se vinha produzindo no Romantismo brasileiro, desde queixa sentimental até a exaltação da natureza. Mesmo no âmbito das peças consagradas do poeta eles conservam uma finura inigualada: o realista que desponta no adolescente faz entrever o homem maduro, o poseur cede lugar ao poeta adulto. Não há aqui nada que lembre o lírico patético, o retórico nacionalista, o sarcástico bem-sucedido, o versejador de cambulhada, piegas condoido, o byroniano infeliz. Não admira que Mário de Andrade tenha considerado o poema que Álvares de Azevedo fez de maior como poesia.

O que, no entanto, torna "Ideias Intimas" acessíveis ao gosto dos nossos dias? Em primeiro lugar ao que parece, o domínio da experiência restrita e o seu caráter de plenitude: Enchi o meu salão de mil figuras. Nesse quadro de referências nítidas, manifestação do cidadão se apaga em favor da "poética personalità" capaz de fundar uma forma. Paradoxalmente para um ultrarromântico, a viravolta acontece à revelia do romantismo ("Além o romantismo!"), ou seja, quando o "romantismo se descuida. Noutras palavras, a restrição da personalidade burguesa e do seu prolongamento literário enquanto escola incide na construção de uma identidade artística. Esta se organiza à medida que a sensibilidade toma posse do círculo fechado onde os pertences necessariamente projetam para o primeiro plano da intimidade os sinais de autoconhecimento. Sendo assim, Meu quarto, mundo em caos, espera um Fiat! Enquanto isso o mundo lá fora - a província que se anima em torno da Academia de Direito - segue o curso de uma história que desconhece as veleidades do poeta, deste e dos que sonham coisas diferentes para ela. Por esse ângulo não é exagero achar que a limitação da existência, atualizada no poema, também se faz para eliminar a perturbação externa, para assegurar a privacidade e criar uma perspectiva de contemplação capaz de sugerir alguma forma de auto realização. O que nesse recolhimento espontâneo soa como narcisismo pode, então, ter outro significado - a preservação do indivíduo diante dos constrangimentos sociais da vida moderna. Mas em termos de projeto e condução pessoal da existência lembra uma advertência de Kafka: "É preciso limitar-se àquilo que se domina incondicionalmente".

Fonte: http://almanaque.folha.uol.com.br/carone10.htm

5.8 - Meus oito anos, de Casimiro de Abreu

Oh! que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos laranjais!
Como são belos os dias

Do despontar da existência!
— Respira a alma inocência
Como perfumes a flor;
O mar é — lago sereno,
O céu — um manto azulado,
O mundo — um sonho dourado,
A vida — um hino d'amor!
Que aurora, que sol, que vida,
Que noites de melodia
Naquela doce alegria,
Naquele ingênuo folgar!
O céu bordado d'estrelas,
A terra de aromas cheia
As ondas beijando a areia
E a lua beijando o mar!
Oh! dias da minha infância!
Oh! meu céu de primavera!
Que doce a vida não era
Nessa risonha manhã!
Em vez das mágoas de agora,
Eu tinha nessas delícias
De minha mãe as carícias
E beijos de minhã irmã!
Livre filho das montanhas,
Eu ia bem satisfeito,
Da camisa aberta o peito,
— Pés descalços, braços nus
— Correndo pelas campinas
A roda das cachoeiras,
Atrás das asas ligeiras
Das borboletas azuis!
Naqueles tempos ditosos
Ia colher as pitangas,
Trepava a tirar as mangas,
Brincava à beira do mar;
Rezava às Ave-Marias,
Achava o céu sempre lindo.
Adormecia sorrindo
E despertava a cantar!
.....
Oh! que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
— Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras
A sombra das bananeiras
Debaixo dos laranjais!

Meus oito Anos
Por Paula Perin dos Santos

O poema “Meus Oito Anos” faz parte do Livro I da coletânea “As Primaveras”, publicada por Casimiro de Abreu em 1859, que gira em torno da saudade da infância e da terra natal, a maior parte delas escritas durante sua estada em Lisboa.
Neste poema, a infância é idealizada como um tempo e espaço míticos, sendo reconhecido pela riqueza de detalhes visuais e movimento. Foi por essa característica que o poema mereceu, em 1956, um dos mais belos curtas-metragens do pioneiro Humberto Mauro.

Sua estrutura consiste em redondilhas maiores, de sete sílabas, sendo que a primeira e a última são idênticas quanto à forma e conteúdo. As rimas são misturadas, ou seja, não possuem esquema fixo, como propunha a norma clássica. Quanto à posição na estrofe, são assonantes: vida/querida, fagueiras/bananeiras, marcando assim toda a musicalidade no poema.
O poema inicia-se com uma epígrafe, cuja função é homenagear Victor Hugo, poeta romântico francês e situar a temática da poesia (Oh! souvenirs! Printemps! Aurores!). Impregnada de subjetivismo, o sentimento presente é a saudade da infância, que decorrerá como tema principal:
Oh! que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
- Que os anos não trazem mais!

O poeta utiliza essa representatividade da infância como forma de escapismo, fugindo assim do momento presente:
Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos laranjais!

Na segunda oitava, percebe-se que o eu – lírico expõe sua saudade nostálgica da infância pura. Neste canto, subentende-se que o poeta adulto está exposto a uma vida dolorosa, em consequência de ele não ter mais aquela inocência infantil:
Como são belos os dias
Do despontar da existência!
Respira a alma inocência
Como perfumes a flor;
Os travessões, quando usados, dão uma pausa na musicalidade como que a mostrar uma verdade. No entanto, o ritmo poético é retomado nas redondilhas seguintes:
O mar é – lago sereno,
O céu – um manto azulado,
O mundo – um sonho dourado,
A vida – um hino d’amor
Que auroras, que sol, que vida,
Que noites de melodia
Naquela doce alegria
Naquele ingênuo folgar!
Na terceira oitava aparece uma síncope, que dá um tom coloquial ao verso (“O céu bordado d’estrelas”). Uma característica forte nestes versos é o culto à natureza, ambiente marcante em toda a infância do poeta:
O céu bordado d’estrelas,
A terra de amores cheia,
As ondas beijando a areia
E a lua beijando o mar!
Na quarta oitava, o poeta faz alusão à família, valorizando principalmente a figura feminina (mãe e irmã), reforçando o apoio que tinha de sua família, em detrimento da tristeza e solidão de agora:

Em vez das mágoas de agora
Eu tinha nessas delícias
De minha mãe as carícias
E beijos de minha irmã!

O sentimento de liberdade, felicidade e a preferência pelas montanhas apresentam-se naquele
Livre filho das montanhas,
Eu ia bem satisfeito,
Da camisa aberto o peito,
- Pés descalços, braços nus –

e pelo contexto a que remete, percebe-se que, quando criança, o poeta sentia-se feliz em encarar desafios, como correr

À roda das cachoeiras,
Atrás das asas ligeiras
Das borboletas azuis!

Essa afinidade entre o poeta menino e a natureza mostra elementos referenciais de uma poesia que se fixou na memória popular pela imagem do "menino descalço que, de camisa aberta, corre atrás das ligeiras borboletas azuis".

Para o poeta, a natureza, enquanto emanação da grandeza divina, passa a ser venerada como expressão do Criador. Ainda assim, esse culto pode se resumir à intimidade de uma oração:

Rezava às Ave-Marias,
Achava o céu sempre lindo,
Adormecia sorrindo
E despertava a cantar!

Quando adulto, porém, o poeta já não tem mais essa vida feliz:

Que doce a vida não era
Em vez das mágoas de agora.

A seleção de um vocabulário simples e adjetivado se mistura a um cenário raro, em virtude da aproximação do progresso. Esse cenário natural, com árvores frutíferas e pássaros cantando, compõe o quadro das pequenas cidades do interior. O poema apresenta um toque nostálgico, em certos versos, mas o que realmente quer enfatizar é mesmo a "aurora da vida", permeada de amor, sonhos, flores, bananeiras, laranjais. Ele tem noção de que essa realidade jamais voltará, mas é cantando essa "infância querida" que ele procura esquecer as "mágoas de agora".

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. Língua e arte literária: Versificação. In: Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 26 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985, p. 541-9.
LAURITO, Ilka Brunilde. Literatura Comentada: Casimiro de Abreu. São Paulo, Abril Educação, 1982.

5.9 - Marieta, de Castro Alves

Como o gênio da noite, que desata
o véu de rendas sobre a espada nua,
ela solta os cabelos… bate a lua
nas alvas dobras de um lençol de
prata.

O seio virginal que a mão recata,
embalde o prende a mão… cresce,
flutua…
Sonha a moça ao relento… Além na
rua
preludia um violão na serenata.

Furtivos passos morrem no lajedo…
Resvala a escada do balcão

discreta…
Matam lábios os beijos em segredo…

Afoga-me os suspiros, Marieta!
Oh surpresa! Oh! Palor! Oh! Pranto! Oh! Medo!
Ai! Noites de Romeu e Julieta!…

ANÁLISE DA OBRA

Apesar de Castro Alves ser conhecido como poeta dos escravos, não foi à única temática abordada por ele, pois na obra “Marieta” ele trata a mulher de forma sensual sem ser idealizada. A terceira geração, dos chamados poetas condoreiros foi a que mais abordou o negro. Para Bosi (1994, p. 167) a ponte literária entre o último Romantismo (já em Castro Alves e em Sousândrade marcadamente aberto para o progresso e a liberdade) e a cosmovisão realista será lançada, como a seu tempo se verá, pela “poesia científica” e libertária de Silvio Romero.

Fonte: file:///C:/Users/informatica/Downloads/4342-12873-1-PB.pdf

5.10 - Sonho africano, de Francisca Júlia

Ei-lo em sua choupana. A lâmpada, suspensa
ao teto, oscila; a um canto, um velho e ervado fimbo.
Entrando, porta dentro, o sol forma-lhe um nimbo
cor de cinábrio em torno à carapinha densa.
Estira-se ao chão… tanta fadiga e doença!
Espreguiça e boceja… o apagado cachimbo
na boca, nessa meia escuridão de limbo,
mole, semicerrando os dúbios olhos, pensa…

pensa na longe pátria… as florestas gigantes
se estendem sob o azul, onde, cheios de mágoa,
vivem negros pituns e enormes elefantes…

calma em tudo. Dardeja o sol raios tranquilos…
desce um rio, a cantar… coalham-se à tona d’água,
em compacto apertão, os velhos crocodilos…

ANÁLISE DA OBRA

Francisca Júlia (1871-1920) é uma escritora cuja produção poética alinha-se com o Parnasianismo e com o Simbolismo brasileiros. Discriminada e exaltada na época em que escrevia, merece ser redescoberta pelas editoras de livros didáticos, algumas das quais tendem a lhe conceder um espaço secundário em suas publicações que enfocam a produção literária brasileira do final do século XIX.

O poema “Sonho africano” aparece com sua ortografia atualizada em alguns sites. Em alguns, inclusive, o termo “pituns”, que aparece no 11º verso do poema, foi trocado pelo vocábulo “répteis”. Considerando que o substantivo mágoa foi então grafado pela escritora como “magua” (10º verso do poema) e que a atualização ortográfica do termo “pituns” pode, quem sabe, ter seguido o mesmo padrão, convertendo-se em “pítons”, chegamos a um termo que designa alguém que faz profecias, um adivinho, digamos assim. Logo, nos deparamos com duas versões do mesmo verso, as quais apontam para imagens bem diferentes:
“[Na longe pátria, onde] Vivem negros répteis”
“[Na longe pátria, onde] Vivem negros adivinhos”

Um filólogo ou linguísta, possivelmente, poderá nos explicar como a expressão eleita pela escritora, isto é “pituns”, vem se alterando e, inclusive, o que sustenta a divulgação do poema atualmente com o termo “répteis” em seu lugar. Até que este mistério seja desvendado, cabe ao leitor de Júlia manter esses cenários em perspectiva, especialmente por sabermos do zelo envidado pelos parnasianos no processo de descrição de imagens.

Fonte: https://leiturasdosgirassois.wordpress.com/2018/08/08/sonho-africano-de-francisca-julia/

5.11 - Mal secreto, de Raimundo Correia. (VÍTOR E THASMANE).

Se a cólera que espuma, a dor que mora
N'alma, e destrói cada ilusão que nasce
Tudo o que punge, tudo o que devora
O coração, no rosto se estampasse;

Se se pudesse, o espírito que chora,
Ver através da máscara da face,
Quanta gente, talvez, que inveja agora
Nos causa, então piedade nos causasse!

Quanta gente que ri, talvez, consigo
Guarda um atroz, recôndito inimigo
Como invisível chaga cancerosa!

Quanta gente que ri, talvez existe,
Cuja ventura única consiste
Em parecer aos outros venturosa!

In: CORREIA, Raimundo. Poesias completas. Org. pref. e notas Múcio Leão. São Paulo: Ed. Nacional, 1948. v.1, p.1

ANÁLISE DA OBRA

Este soneto é o exemplar do poeta e magistrado maranhense que Machado de Assis selecionou para a crônica intitulada “Raimundo Correia: sinfonias”, redigida em julho de 1882, na qual o “bruxo” discorre sobre a sensibilidade e a beleza do verso natural e correntio de Correia.

E bem diz o poema sobre aqueles que, em razão da necessidade de aceitação pelos pares, resolvem entrar no mundo da simulação, apondo-se máscaras para ocultar os verdadeiros sentimentos ou pensamentos, mas que no recôndito de suas almas não logram vergar a insígnia da verdade interior.

Fonte: https://blogdocastorp.blogspot.com/2017/09/raimundo-correia-mal-secreto.html

5.12 - O Assinalado (Cruz e Sousa). (VÍTOR E THASMANE).

Tu és o louco da imortal loucura,
O louco da loucura mais suprema.
A Terra é sempre a tua negra algema,
Prende-te nela a extrema Desventura.

Mas essa mesma algema de amargura,
Mas essa mesma Desventura extrema
Faz que tu'alma suplicando gema
E rebente em estrelas de ternura.

Tu és o Poeta, o grande Assinalado
Que povoas o mundo despovoado,
De belezas eternas, pouco a pouco…

Na Natureza prodigiosa e rica
Toda a audácia dos nervos justifica
Os teus espasmos imortais de louco!

É um poema metalinguístico, pois fala do fazer poético. Portanto, trata da criação poética. Além de ser autorreflexivo, pois o poeta está falando de si mesmo, tratando-se como um ser diferenciado, um assinalado, alguém que carrega um tipo de sina, que, no caso, leva-o fatalmente a sofrer a loucura dos desventurados. Mesmo usando o "tu", fica claro que o diálogo é interno. Percebe-se claramente que o poeta está falando de si para si mesmo.

No primeiro quarteto do soneto, o eu-lírico diz que o poeta é um louco e que a poesia é uma loucura, a "loucura mais suprema". A poesia, para ele, é vista como uma loucura imortal. E todo aquele que se propõe a trabalhar com essa loucura suprema e imortal, não pode ser outra coisa senão louco. Assim, o trabalho do poeta é visto pelo eu-lírico como uma má sina, que, por saber, sentir ou perceber mais que os outros homens, vive sempre preso, algemado e, consequentemente, é um desventurado, eternamente infeliz. Vive preso ao mundo físico, mas seu espírito está sempre indo mais longe, onde o poeta não pode nunca chegar. Mas, assim como a poesia é vista como uma loucura suprema — uma espécie de prisão —, o poeta também é um louco diferenciado, pois está acima de todos, vendo o mundo de um jeito que ninguém senão "o louco da imortal loucura" pode ver, e, por isso, diferenciado.

O segundo quarteto começa com uma conjunção adversativa, já indicando que vai, em alguma medida, discordar do que foi dito anteriormente. O eu-lírico diz que transforma toda a dor, todo o sofrimento, toda a prisão que é, para ele, o ato de criação artístico do poeta, em ternura. Os gemidos da alma do poeta que saem suplicantes não reproduzem seu sofrimento, mas trazem coisas boas para esse mesmo mundo no qual é prisioneiro e morador. Deste modo, não é por estar algemado ao mundo físico que não pode trazer para as outras pessoas, que também vivem neste mesmo mundo, coisas que somente ele pode alcançar por ser poeta.

No primeiro terceto, há um tipo de crítica ao materialismo. O eu-lírico revela sua missão, dizendo que é trazer ao mundo, de maneira gradual, belezas eternas, as quais afirma não existirem no mundo em que ele vive. Portanto, o poeta enxerga um mundo dominado pelo materialismo e, em oposição a essa visão materialista, o poeta sente a obrigação de povoar o mundo com belezas da alma, das quais o mundo estaria despovoado.

No segundo terceto, o eu-lírico busca o diálogo com a natureza como forma de afastamento do materialismo que, na visão poética do simbolista, não deixava o homem sonhar. O poeta vive em um mundo dominado por uma visão cientificista, desapegado de sentimentos, por isso, quando ele fala de coisas da alma, de sentimentos, sente-se um louco em relação aos outros homens. Porém, sua visão de mundo é outra e, portanto, cada vez que se diz louco e fazedor de loucuras, está na verdade sendo irônico com todo o racionalismo que há no mundo. E, o que o poeta está fazendo na verdade, é tentando se encontrar em si mesmo, mostrando a dor de existir como um assinalado que vê e sente contrariamente à maioria de seu tempo.

Fonte : https://conversadeportugues.com.br/2014/01/assinalado-analise/

5.13 - Ismália - Alphonsus de Guimaraens. (VÍTOR)

Quando Ismália enlouqueceu,
Pôs-se na torre a sonhar…
Viu uma lua no céu,
Viu outra lua no mar.
No sonho em que se perdeu,
Banhou-se toda em luar…
Queria subir ao céu,
Queria descer ao mar…
E, no desvario seu,
Na torre pôs-se a cantar…
Estava perto do céu,
Estava longe do mar…
E como um anjo pendeu
As asas para voar…
Queria a lua do céu,
Queria a lua do mar…
As asas que Deus lhe deu
Ruflaram de par em par…
Sua alma subiu ao céu,
Seu corpo desceu ao mar…

ANÁLISE DA OBRA

A poesia acima foi escrita por Alphosus de Guimaraenns (1870-1921), poeta simbolista do seculo XIX. É uma das poesias mais famosas da literatura brasileira, e particularmente uma de minhas favoritas. Vamos fazer uma analise da obra.

As poesias de Alphonsus são ricas em misticismo e espiritualidade. Um dos elementos

importantes em Ismália é a "Torre". A torre tem um simbolo muito forte nos mitos e contos de fadas. É um símbolo de destruição\degeneração representando que algo não esta certo, que precisa ser mudado. Seu significado não é necessariamente maléfico. A torre pode representar um ciclo negativo que deve ser fechado, ou o fim de algo ruim, para que a pessoa possa se reerguer mais firme e mais forte do que antes. Na maioria das vezes o fator que proporciona a mudança é externo. No conto da rapunzel quem liberta a donzela de sua situação de aprisionamento e solidão é o príncipe. Na mitologia grega a princesa Danae é presa em uma torre pelo próprio pai, que ao ouvir uma profecia de que o filho da princesa iria mata-lo, prende a jovem em uma torre para que feneça e morra de fome. Ela é visitada por Zeus, pai dos deuses, que surge metamorfoseado em chuva de ouro e a fertiliza, lhe revitalizando com energia e proporcionando um filho que no futuro cumpriria a profecia.

Na poesia Ismália passa por uma desorientação mental, um caos psíquico como vemos logo nos primeiros versos "*Quando Ismália enlouqueceu, pô-se na torre a sonhar*". A moça se perdeu em sua loucura. A torre é também um dos arcanos do tarot e representa entre outras coisas os alicerces que nós sustentam, que estão frágeis e prestes a desabar, por isso na maioria das vezes a carta da torre e representada ruindo ou prestes a ruir.

A lua é o elemento principal da poesia. Ela representa o poder magico, o misticismo e a feminilidade, a sexualidade e o romance. A lua é como a torre um dos arcanos do tarot e representa alem dos significados já citados: poder instintivo, sonhos e ilusão. Reunindo todas essas pistas podermos tentar formular a razão do dilema mortal e a origem da loucura de Ismália.

Almejando e desejando sempre a lua, Ismália poderia estar sonhando com um amor idealizado, se desprendendo da realidade (fugindo, se fechando em uma torre, ficando alheia ao mundo), o sonho de Ismália era porem inalcançável, tendo como unica forma de realiza-lo através da morte, a maior das fugas e a solução para todos os problemas que atormentam o ser humano.

Podemos porem interpretar a loucura da protagonista de outras formas. Ismália poderia ter se suicidado por ter sofrido com um abandono amoroso, iludindo-se com o retorno do amado. Ao perceber que tal coisa não aconteceria a heroica da fim a sua vida.

Outra interpretação possível é que ela tentasse unir o terreno "a lua do mar" com o espiritual e o divino "a lua do céu" chegando assim ao cruel dilema entre o carnal e o espiritual que acomete os homens desde os tempos remotos.

A morte da heroína apesar de trágica é bela. Ismália brilha, com uma beleza angelical ao chegar eu seu momento final "*E como um anjo pendeu, as asas para voar...*". O poema concentra toda a carga trágica nestes últimos versos quando, sem mostrar medo ou hesitação Ismalia pula da torre e ascende aos céus como uma estrela iluminada.

Fonte: http://bibliotecautores.blogspot.com/2012/10/analise-poetica-ismalia.html

5.14 - A desobediência civil. (BRUNO).

Henry David Thoreau THOREAU, Henry David. A desobediência civil. Tradução: Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 1997. p.5 - 56 Comentário e hiperlinks: Sérgio Bellei (UFSC).

A DESOBEDIÊNCIA CIVIL "O melhor governo é o que governa menos " - aceito entusiasticamente esta divisa e gostaria de vê-la posta em prática de modo mais rápido e sistemático. Uma vez alcançada, ela finalmente equivale a esta outra, em que também acredito: "0

melhor governo é o que absolutamente não governa", e quando os homens estiverem preparados para ele, será o tipo de governo que terão. Na melhor das hipóteses, o governo não é mais do que uma conveniência, embora a maior parte deles seja, normalmente, inconveniente - e, por vezes todos os governos o são.

As objeções levantadas contra a existência de um exército permanente - e elas são muitas e fortes e merecem prevalecer - podem afinal ser levantadas também contra a existência de um governo permanente. O exército permanente é apenas um braço do governo permanente. O governo em si, que é apenas a maneira escolhida pelo povo para executar sua vontade, está igualmente sujeito ao abuso e à perversão antes que o povo possa agir por meio dele. Basta pensar na atual guerra mexicana, obra de uns poucos indivíduos que usam o governo permanente como seu instrumento, pois, de início, o povo não teria consentido nesta medida. O que é este governo americano senão uma tradição, embora recente, que se empenha em passar inalterada à posteridade, mas que perde a cada instante algo de sua integridade? Não possui a vitalidade e a força de um único homem vivo, pois pode dobrar-se à vontade deste homem. É uma espécie de arma de brinquedo para o povo, mas nem por isso menos necessária, pois o povo precisa ter algum tipo de maquinaria complicada, e ouvir sua algazarra, para satisfazer sua ideia de governo. Assim, os governos demonstram até que ponto os homens podem ser enganados, ou enganar a si mesmos, para seu próprio benefício. Isto é excelente, devemos todos concordar. E no entanto, este governo, por si só, nunca apoiou qualquer empreendimento, a não ser pela rapidez com que lhe saiu do caminho. Ele não mantém o país livre.

Ele não povoa o Oeste. Ele não educa. O caráter inerente ao povo americano é que fez tudo o que foi realizado, e teria feito ainda mais se Henry David Thoreau A desobediência civil governo melhor. Deixemos que cada homem faça saber que tipo de governo mereceria seu respeito e este já seria um passo na direção de obtê-lo. Afinal, a razão prática por que se permite que uma maioria governe, e continue a fazê-lo por um longo tempo, quando o poder finalmente se coloca nas mãos do povo, não é a de que esta maioria esteja provavelmente mais certa, nem a de que isto pareça mais justo para a minoria, mas sim a de que a maioria é fisicamente mais forte. Mas um governo no qual a maioria decida em todos os casos não pode se basear na justiça, nem mesmo na justiça tal qual os homens a entendem.

Não poderá existir um governo em que a consciência, e não a maioria, decida virtualmente o que é certo e o que é errado? Um governo em que as maiorias decidam apenas aquelas questões às quais se apliquem as regras de conveniência? Deve o cidadão, sequer por um momento, ou minimamente, renunciar à sua consciência em favor do legislador? Afinal, a razão prática por que se permite que uma maioria governe, e continue a fazê-lo por um longo tempo, quando o poder finalmente se coloca nas mãos do povo, não é a de que esta maioria esteja provavelmente mais certa, nem a de que isto pareça mais justo para a minoria, mas sim a de que a maioria é fisicamente mais forte. Mas um governo no qual a maioria decida em todos os casos não pode se basear na justiça, nem mesmo na justiça tal qual os homens a entendem. Não poderá existir um governo em que a consciência, e não a maioria, decida virtualmente o que é certo e o que é errado? Um governo em que as maiorias decidam apenas aquelas questões às quais se apliquem as regras de conveniência? Deve o cidadão, sequer por um momento; ou minimamente, renunciar à sua consciência em favor do legislador? consciências e seu bom senso, o que torna esta marcha bastante difícil, na verdade, e produz uma palpitação no coração. Eles não têm dúvida alguma de que estão envolvidos numa atividade condenável, pois todos têm inclinações pacíficas. Então, o que são eles? Homens ou pequenos fortes e paióis a serviço de algum homem inescrupuloso no poder? Visitem o arsenal da Marinha e contemplem um fuzileiro naval, alguém que o governo americano pode fazer ou que um homem pode fazer com sua magia negra - uma mera sombra e reminiscência de humanidade, um homem amortalhado em vida, de pé, mas já sepultado em armas com acompanhamento fúnebre, pode-se dizer, embora também possa ocorrer que: "Não se ouviu nenhum tambor, nenhuma nota funeral, enquanto levávamos seu corpo para a trincheira final; Nem salva de adeus disparada por nenhum soldado Sobre a tumba em que nosso herói foi enterrado.

" A grande maioria dos homens serve ao Estado desse modo, não como homens propriamente, mas como máquinas, com seus corpos. São o exército permanente, as milícias, os carcereiros, os policiais, os membros da força civil, etc. Na maioria dos casos não há um livre exercício seja do discernimento ou do senso moral, eles simplesmente se colocam ao nível da árvore, da terra e das pedras. E talvez se possam fabricar homens de madeira que sirvam igualmente a tal propósito. Tais homens não merecem respeito maior que um espantalho ou um monte de lama. O valor que possuem é o mesmo dos cavalos e dos cães. No entanto, alguns deles são até considerados bons cidadãos. Outros - como a maioria dos legisladores, políticos, advogados, ministros e funcionários públicos - servem ao Estado principalmente com seu intelecto, e, como raramente fazem qualquer distinção moral, estão igualmente propensos a servir tanto ao diabo, sem intenção de fazê-lo, quanto a Deus. Uns poucos - como os heróis, os patriotas, os mártires, os reformadores no melhor sentido e os homens - servem ao Estado também com sua consciência, e assim necessariamente resistem a ele, em sua maioria, e são comumente tratados como inimigos. Um homem sábio só será útil como homem e não se sujeitará ao papel de "barro " para "tapar um buraco que impeça o vento de entrar", mas deixará esta tarefa, ao menos, para suas cinzas: "Sou nobre demais para ser posse, Ser um subalterno no comando, versos extraídos de "O Sepultamento de John Moore em Corunna" (1817), do poeta irlandês Charles Wolfe (1791-1823). As referências entre aspas, bem como os versos citados a seguir, são fragmentos textuais extraídos da obra de William Shakespeare, as primeiras de Hamlet, ato V, cena i, 236-237, e os últimos de King John, ato v, cena ii, 79-82. Henry David Thoreau A desobediência civil Ou mesmo servo e instrumento útil A qualquer Estado soberano deste mundo.

" Aquele que se dá inteiramente a seus semelhantes parece-lhes inútil e egoísta; aquele, porém, que a eles se dá parcialmente é considerado um benfeitor e um filantropo. De que modo convém a um homem comportar-se em relação ao atual governo americano? Respondo que ele não poderá associar-se a tal governo sem desonra. Não posso, por um instante sequer, reconhecer como meu governo uma organização política que é também governo de escravos. Todos os homens reconhecem o direito de revolução, isto é, o direito de recusar lealdade ao governo, e opor-lhe resistência, quando sua tirania ou sua ineficiência tornam-se insuportáveis. Mas quase todos dizem que não é este o caso no momento atual. Mas foi este o caso, pensam, na Revolução de 756 . Se alguém me dissesse que este é um mau governo porque tributa determinadas mercadorias estrangeiras trazidas a seus portos, é bastante provável que eu não movesse uma palha a respeito, já que posso passar sem elas. Todas as máquinas têm seu atrito, e isto possivelmente tem um lado bom que compensa o lado ruim. De qualquer modo, seria bastante nocivo fazer muito alvoroço por causa disso. Mas quando o atrito chega ao ponto de controlar a máquina, e a opressão e o roubo se tornam organizados, digo que não devemos mais ficar presos a tal máquina. Em outras palavras, quando um sexto da população de uma nação que se comprometeu a ser o abrigo da liberdade é formado por escravos, e um país inteiro é injustamente invadido e conquistado por um exército estrangeiro e submetido à lei militar, penso que não é demasiado cedo para os homens honestos se rebelarem e darem início a uma revolução. O que torna este dever ainda mais urgente é o fato de que o país invadido não é o nosso mas é nosso o exército invasor. Paley, para muitos uma autoridade em questões morais, no capítulo que dedica ao "Dever de Submissão ao Governo Civil", reduz toda obrigação civil a uma questão de conveniência e prossegue afirmando que "uma vez que o interesse de toda a sociedade o exija, ou seja, uma vez que não se pode resistir ao governo estabelecido ou mudá-lo sem inconveniência pública, é vontade de Deus que o governo estabelecido seja obedecido, e não mais que isto.

Admitindo-se este princípio, a justiça de cada caso particular de resistência reduz-se ao cálculo da quantidade de perigo e ressentimento, de um lado, e da probabilidade e do custo de repará-lo, de outro". A respeito disso, afirma, cada homem terá que julgar por si próprio. Mas Paley parece jamais ter contemplado os casos aos quais não se aplicam as regras de conveniência, em que um povo, tanto quanto um indivíduo, deve fazer justiça, custe o que custar. Se injustamente arrebatei a tábua de salvação a um homem que se afogava, devo devolvê-la a

ele mesmo que me afogue. Isto, de acordo com Paley, seria inconveniente. Mas aquele que salvasse sua própria vida, em tal caso, acabaria por perdê-la. Este povo deve deixar de ter escravos e de fazer guerra ao México, mesmo que isso lhe custe sua existência como povo. Em sua prática, as nações concordam com Paley. Mas será que alguém pensa que o estado de Massachusetts faz exatamente o que é direito na presente crise? "Uma meretriz de profissão, vestida de prata Ergue a cauda do vestido, mas sua alma se arrasta no lodo8 ". Falando de modo prático, os que se opõem a uma reforma em Massachusetts não são os cem mil políticos do Sul, mas os cem mil mercadores e fazendeiros daqui, que estão mais interessados no comércio e na agricultura do que na humanidade e não estão preparados para fazer justiça aos escravos e ao México, custe o que custar. Não brigo com inimigos distantes mas com aqueles que, aqui perto, cooperam com os que estão longe e cumprem suas ordens, e sem os quais os últimos seriam inofensivos. Estamos acostumados a dizer que a massa dos homens é despreparada, mas o progresso é lento porque a minoria não é substancialmente mais sábia ou melhor do que a maioria. Não é tão importante que a maioria seja tão boa quanto vós, mas sim Refere-se ao ano de 1775, que marca o início da revolução da independência dos EUA.

William Paley (1743-1805), teólogo inglês que escreveu Princípios de Filosofia Moral e Política. Fragmento textual extraído de A Tragédia do Vingador (1607), ato IV, cena IV, 70-72, de Cyril Tourneur (1575?-1626). Henry David Thoreau A desobediência civil que exista a bondade absoluta em alguma parte, pois isto fará fermentar toda a massa. Existem milhares de pessoas que se opõem teoricamente à escravidão e à guerra, e que, no entanto, efetivamente nada fazem para dar-lhes um fim; que, considerando-se filhos de Washington e Franklin, sentam-se com as mãos nos bolsos e dizem não saber o que fazer, e nada fazem; que chegam a postergar a questão da liberdade em nome da questão do livre comércio, e, serenamente, após o jantar, lêem as listas com as cotações de preços junto com as últimas notícias do México, possivelmente dormindo sobre ambas. Qual é, hoje, a cotação de um homem honesto e de um patriota? Eles hesitam, e lamentam, e às vezes suplicam, mas não fazem nada a sério ou que seja eficaz. Esperarão, bem dispostos, que outros remediem (sic.) o mal, para que não precisem mais lamentar. O máximo que fazem, quando o direito lhes passa perto, é dar-lhe um voto barato, mostrando-lhe uma expressão débil e desejando-lhe felicidades. Há novecentos e noventa e nove defensores da virtude para cada homem virtuoso. Mas é mais fácil lidar com quem verdadeiramente possui algo do que com quem apenas o guarda temporariamente. Toda votação é uma espécie de jogo, como o de damas ou o gamão, com um leve matiz moral, um jogo com o certo e o errado, com questões morais, naturalmente acompanhado de apostas. O caráter dos votantes não está em discussão. Dou meu voto, talvez, ao que considero direito, mas não estou vitalmente interessado em que este direito prevaleça. Disponho-me a deixar isto nas mãos da maioria. A obrigação desta, portanto, jamais excede a da conveniência.

Mesmo votar em favor do direito é não fazer coisa alguma por ele. Significa apenas expressar debilmente aos homens seu desejo de que ele prevaleça. Um homem sábio não deixará o direito à mercê do acaso, nem desejará que ele prevaleça por meio do poder da maioria. Não há senão uma escassa virtude na ação de multidões de homens. Quando a maioria finalmente votar a favor da abolição da escravidão, será porque esta lhe é indiferente ou porque não haverá senão um mínimo de escravidão a ser abolida por meio de seu voto. Eles, então, serão os únicos escravos. Somente o voto de quem afirma sua própria liberdade através desse voto pode apressar a abolição da escravidão. Ouço falar de uma convenção a ser realizada em Baltimore, ou em algum outro lugar, para a escolha de um candidato à Presidência, formada principalmente por diretores de jornais e políticos profissionais. Mas pergunto: que importância tem para qualquer homem independente, inteligente e respeitável a decisão a que possam eles chegar? Não poderemos ter, apesar disso, os benefícios de sua sabedoria e honestidade? Não poderemos contar com alguns votos independentes? Não existirão no país muitos indivíduos que não participam de convenções? Mas não: vejo que o homem respeitável, chamado a participar, imediatamente se desvia de sua posição e passa a desesperar de seu país, quando este teria muito mais razões para desesperar dele. Sem demora, adota um dos candidatos assim escolhidos como único candidato disponível, provando deste modo, que ele próprio está disponível para

quaisquer propósitos dos demagogos. Seu voto não tem mais valor que o de qualquer estrangeiro sem princípios ou o de algum mercenário nativo que tenha sido comprado. Oh, para um homem que é homem e que, como diz meu vizinho, tem uma espinha nas costas que não se deixa dobrar! Nossas estatísticas são equivocadas: a população foi estimada em excesso. Quantos homens existem em cada mil milhas quadradas deste país? Apenas um, se tanto. A América não oferecerá nenhum incentivo aos homens para que aqui se estabeleçam? O americano reduziu-se a um Sujeito Peculiar, que pode ser reconhecido pelo desenvolvimento de seu órgão gregário e pela manifesta ausência de intelecto e alegre autoconfiança, um sujeito cuja principal preocupação, ao chegar ao mundo, é verificar se os asilos de pobres estão em bom estado; e que, antes mesmo de ter legalmente vestido um uniforme varonil, já está coletando fundos para as viúvas e órfãos que possam porventura existir; em suma, alguém que só se aventura a viver através da ajuda da Companhia de Seguros Mútuos, que prometeu enterrá-lo decentemente. Não é dever de um homem, na verdade, devotar-se à erradicação de qualquer injustiça, mesmo a maior delas, pois ele pode perfeitamente estar absorvido por outras preocupações. Mas é seu dever, ao menos, lavar as mãos em relação a ela e, se não quiser mais levá-la em consideração, não lhe dar seu apoio em termos práticos. Se me dedico a outras ocupações e 9 "Antes de tornar-se adulto". Thoureau refere-se aqui ao costume vigente entre os romanos, segundo o qual permitia-se aos adolescentes, ao atingir a idade adulta, usar a "toga virilis" (vestimenta característica do homem adulto, feita de tecido de lã branco). Henry David Thoreau A desobediência civil projetos, devo ao menos verificar, inicialmente, se não o faço sentando sobre ombros de outro homem. Devo sair de cima dele, antes de mais nada, para que também ele possa ocupar-se de seus projetos. Vejam que gritante contradição se tolera.

Ouvi alguns de meus concidadãos afirmarem: "Gostaria que me mandassem ajudar a sufocar uma insurreição de escravos ou marchar em direção ao México - vejam só se eu iria!". No entanto, estes mesmos homens, seja diretamente através de sua sujeição, ou indiretamente, pelo menos, através de seu dinheiro, forneceram substitutos para si mesmos. O soldado que se recusa a servir numa guerra injusta é aplaudido por aqueles que não se recusam a sustentar o governo injusto que faz a guerra, por aqueles cujos atos e autoridade ele negligencia e despreza, como se o Estado fosse penitente ao ponto de contratar alguém para castigá-lo enquanto peca mas não ao ponto de deixar de pecar por um momento sequer. Assim, em nome da Ordem e do Governo Civil, somos levados, finalmente, a homenagear e a sustentar nossa própria vileza. Depois do primeiro rubor do pecado vem a indiferença, e, de imoral, ela passa a ser, digamos, amoral, e não inteiramente desnecessária à vida que levamos. O erro mais óbvio e geral, para sustentar-se, exige a virtude mais desinteressada. A leve censura a que a virtude do patriotismo encontra-se normalmente sujeita é exercida, com mais probabilidade, pelos homens nobres. Aqueles que, embora desaprovando o caráter e as medidas do governo, dão a ele sua lealdade e seu apoio, são indubitavelmente seus defensores mais conscienciosos e freqüentemente tornam-se os mais sérios obstáculos à reforma. Alguns dirigemse ao Estado pedindo que este dissolva a União, que desconsidere as solicitações do Presidente. Por que eles mesmos não dissolvem a união que existe entre eles e o Estado e não se recusam a pagar sua cota ao Tesouro? Não se mantêm, assim, em relação ao Estado, do mesmo modo que o Estado em relação à União? E não serão as mesmas razões que impediram o Estado de resistir à União que os impedem de resistir ao Estado? Como pode um homem satisfazer-se com apenas ter uma opinião e deleitar-se com ela? Haverá nela algum deleite se sua opinião for a de que ele se sente lesado?

Se teu vizinho te rouba um único dólar, não te contentarás em saber que foste roubado, ou em dizer que o foste, nem mesmo em pedir que ele pague o que te deve, mas tomarás providências efetivas para obter de volta toda a quantia e, ao mesmo tempo, para que não sejas novamente roubado. A ação baseada num princípio, a percepção e execução do direito, modifica coisas e relações; é essencialmente revolucionária e não condiz inteiramente com nada que lhe seja anterior. Ela não divide apenas Estados e Igrejas, mas também famílias, ah!, divide o indivíduo, separando nele o diabólico do divino. Leis injustas existem: devemos contentar-nos em obedecer a elas ou esforçar-nos em corrigi-las, obedecer-lhes até triunfarmos ou transgredi-las desde logo? Num governo como este, os homens geralmente pensam que devem esperar até que

a maioria seja persuadida a alterá-las. Pensam que, se resistissem ao governo, o remédio seria pior que o mal. Mas é culpa do próprio governo que o remédio seja, efetivamente, pior que o mal. É ele que o torna pior.

Por que ele não está mais apto a antecipar e proporcionar a reforma?

Por que não trata com carinho sua sábia minoria?

Por que suplica e resiste antes de ser ferido?

Por que não encoraja seus cidadãos a prontamente apontarem seus defeitos e a agirem melhor do que ele lhes pede?

Por que sempre crucifica Cristo, excomunga Copérnico e Lutero e declara Washington e Franklin rebeldes?

Pode-se pensar que a deliberada e eficaz negação de sua autoridade tenha sido a única ofensa jamais levada em conta pelo governo. De outro modo, por que não lhe atribuiu ele uma penalidade definida, adequada e proporcional?

Se um homem sem propriedade alguma recusa-se uma única vez a contribuir com nove xelins para o Estado, é aprisionado por um período de tempo ilimitado por qualquer lei que seja de meu conhecimento, e determinado apenas pelo critério pessoal daqueles que ali o colocaram. Mas tivesse ele roubado ao Estado noventa vezes nove xelins, teria sido sem demora posto em liberdade. Se a injustiça faz parte do atrito necessário à máquina do governo, deixemos que assim seja: talvez amacie com o passar do tempo, e certamente a máquina irá se desgastar. Se a injustiça tem uma mola, polia, cabo ou manivela exclusivamente para si, talvez possamos Referência ao presidente James K. Polk, que pedia ao povo norte-americano doações monetárias e voluntários para a guerra contra o México. Henry David Thoreau A desobediência civil questionar se o remédio não será pior que o mal. Mas se ela for de natureza tal que exija que nos tornemos agentes de injustiça para com os outros, então proponho que violemos a lei. Deixemos que nossas vidas sejam um anti-atrito capaz de deter a máquina.

O que devemos fazer, de qualquer maneira, é verificar se não nos estamos prestando ao mal que condenamos. Quanto a adotar os meios que o Estado propiciou para remediar o mal, nada sei sobre eles. Levam tempo demais e a vida se esgotaria. Tenho outros assuntos com que me preocupar. Vim a este mundo não, principalmente, para fazer dele um bom lugar para se viver, mas para viver nele, seja bom ou mau. Um homem não tem que fazer tudo, mas algo, e não é porque não pode fazer tudo que precisa fazer este algo de maneira errada.

Não tenho maior obrigação de enviar petições ao Governador ou à Legislatura do que eles a mim, e, se não atenderem a minhas solicitações, o que devo fazer?

Mas neste caso o Estado não propicia solução alguma: o mal está em sua própria Constituição. Isto pode parecer rude, inflexível e hostil, mas é tratar com a máxima bondade e consideração o único espírito que pode apreciá-lo ou merecê-lo. E assim o são todas as mudanças para melhor, como o nascimento e a morte, que convulsionam o corpo. Não hesito em dizer que aqueles que se autoproclamam abolicionistas deveriam, imediata e efetivamente, retirar seu apoio pessoal ou econômico ao governo de Massachusetts, e não esperar até que se constituam em maioria de um para só então obter o direito de predominar. Penso ser suficiente que tenham Deus a seu lado sem que precisem esperar por aquele homem a mais. Além disso, qualquer homem mais justo que seus semelhantes já constitui uma maioria de um. Encontro diretamente, frente a frente, esse governo americano, ou seu representante, o governo do Estado, uma vez por ano - não mais - na pessoa do coletor de impostos.

Este é o único modo pelo qual um homem na minha situação pode necessariamente encontrá-lo. E então ele afirma claramente: "Reconheça-me". E a maneira mais simples, mais efetiva e, no atual estado de coisas, mais indispensável de tratar com ele sobre este assunto, de

expressar nossa pouca satisfação e carinho em relação a ele, então, é negá-lo. O coletor de impostos, meu semelhante, é exatamente o homem com quem tenho de tratar - pois, afinal, é com homens que brigo e não com pergaminhos - e ele escolheu voluntariamente ser um agente do governo. Como poderá ele saber, com certeza, o que é e o que faz como representante do governo, ou como homem, até que seja obrigado a decidir se irá tratar a mim, seu semelhante, por quem tem respeito, como um homem bem-intencionado e um seu semelhante, ou como um maníaco e perturbador da ordem, até que seja obrigado a ver se tem condições de superar este obstáculo a sua urbanidade sem um pensamento ou discurso mais rudes e impetuosos correspondentes a sua ação?

Estou certo de que se mil, se cem, se dez homens aos quais pudesse nomear -se dez homens honestos apenas - ah, se um homem HONESTO, neste Estado de Massachusetts, deixando de manter escravos, decidisse realmente retirar-se desta sociedade e fosse por isto encarcerado, isso significaria o fim da escravidão nos Estados Unidos. Pois não importa quão limitado possa parecer o começo: aquilo que é bem feito uma vez está feito para sempre. Mas preferimos falar sobre isso: essa é a nossa missão, dizemos. A reforma tem a seu serviço um grande número de jornais, mas nenhum homem. Se meu estimado semelhante, o representante do Estado, que dedica seus dias ao arranjo da questão dos direitos humanos na Câmara do Conselho, ao invés de ser ameaçado com as prisões da Carolina, assumisse a condição de prisioneiro de Massachusetts, este Estado sempre ansioso por impingir o pecado da escravidão a seu irmão - embora, no momento, possa apenas descobrir um ato de inospitalidade como base para uma disputa com ele -, a Legislatura não deixaria inteiramente de lado o assunto no próximo inverno.

Num governo que aprisiona qualquer pessoa injustamente, o verdadeiro lugar de um homem justo é também a prisão. O lugar apropriado, hoje, o único lugar que Massachusetts proporciona a seus espíritos mais livres e menos desesperançados, são seus cárceres, nos quais se verão aprisionados e expulsos do Estado, por ação deste, os mesmos homens que já haviam expulsado a si mesmos por seus princípios. É ali que deverão encontrá-los o escravo foragido, o prisioneiro mexicano em liberdade condicional e o índio que queiram protestar contra as injustiças sofridas Thoureau refere-se a Samuel Hoar (1778-1856), senador por Massachussetts e seu vizinho em Concord. O senador foi enviado à Carolina do Sul para protestar contra a prisão de marinheiros negros de navios de Massachussetts nos portos da Carolina do Sul. Em resposta ao seu protesto, foi expulso do estado e ameaçado com medidas jurídicas. Henry David Thoreau A desobediência civil por sua raça; naquele lugar à parte, embora mais livre e honroso, em que o Estado coloca aqueles que não estão com ele, mas contra ele - o único lugar num Estado escravo em que um homem livre pode viver-se com honra. Se alguém pensa que ali sua influência se perderá, que sua voz não mais atormentará os ouvidos do Estado e que ele não será como um inimigo dentro de suas muralhas, é porque não sabe o quanto a verdade é mais poderosa que o erro, nem o quão mais eloquente e eficazmente pode combater a injustiça aquele que já a tenha experimentado em sua própria carne. Dá o teu voto inteiro, não uma simples tira de papel, mas toda tua influência. Uma minoria é impotente enquanto se conforma à maioria, nem chega a ser uma minoria então, mas torna-se irresistível quando se põe a obstruir com todo o seu peso. Se a alternativa for a de manter todos os homens justos na prisão ou desistir da guerra e da escravidão, o Estado não hesitará em sua escolha. Se mil homens se recusassem a pagar seus impostos este ano, esta não seria uma medida violenta e sangrenta, como seria a de pagá-los e permitir ao Estado cometer violências e derramar sangue inocente. Esta é, de fato, a definição de uma revolução pacífica, se tal for possível. Se o coletor de impostos ou qualquer outro funcionário público perguntar-me, como um deles já o fez, "Mas o que devo fazer?", minha resposta será: "Se deseja realmente fazer algo, peça demissão". Quando o súdito recusar sua lealdade e o funcionário demitir-se de seu cargo, então a revolução terá se realizado.

Mas suponhamos, até, que deva correr sangue. Já não se derrama uma espécie de sangue quando a consciência é ferida?

Através deste ferimento esvai-se a verdadeira coragem e imortalidade de um homem, e ele sangra até a morte. Vejo este sangue correndo neste momento. Refleti sobre o aprisionamento do ofensor e não sobre o confisco de seus bens, embora ambos possam servir ao mesmo propósito, porque aqueles que afirmam o mais puro direito, e são, consequentemente, mais perigosos para um Estado corrupto, normalmente não passaram muito tempo a acumular propriedades. A esses, o Estado presta, comparativamente, pouco serviço, e um pequeno imposto costuma ser visto como exorbitante, particularmente se são obrigados a ganhá-lo com suas próprias mãos. Se houvesse alguém que pudesse viver inteiramente sem o uso de dinheiro, o próprio Estado hesitaria em exigir-lhe pagamento. Mas o homem rico - sem querer fazer nenhuma comparação invejosa - está sempre vendido à instituição que o faz rico. Falando em termos absolutos, quanto mais dinheiro, menos virtude, pois o dinheiro se interpõe entre um homem e seus objetivos, e os obtém para ele, e certamente não há grande virtude em fazê-lo. O dinheiro abafa muitas questões que, de outro modo, este homem seria levado a responder, ao mesmo tempo em que a única nova questão que lhe propõe é a difícil, embora supérflua, questão de saber como gastá-lo. Assim, seu fundamento moral lhe é retirado de sob os pés. As oportunidades de viver diminuem na proporção em que aumenta o que se chama de "meios". O melhor que um homem pode fazer por sua cultura, quando enriquece, é tentar pôr em prática os planos que concebeu quando pobre. Cristo respondeu aos herodianos de acordo com sua situação. "Mostrai-me o dinheiro do tributo", disse, e um deles tirou uma moeda do bolso.

Se usais dinheiro com a imagem de César gravada, e que ele tornou corrente e útil, ou seja, se sois homens do Estado, e de bom grado desfrutais as vantagens do governo de César, então devolvei a ele um pouco do que lhe pertence quando ele assim o exigir. "Logo, dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus", disse, deixando-os sem saber mais do que antes a respeito de qual era qual, pois não desejavam sabê-lo. Quando converso com os mais livres dos meus semelhantes, percebo que, seja o que for que digam sobre a magnitude e seriedade do problema, e sobre sua preocupação com a tranquilidade pública, o cerne da questão é que não podem dispensar a proteção do governo existente e temem as consequências que possam advir para suas propriedades e suas famílias da desobediência a ele. De minha parte, não gostaria de pensar que alguma vez tenha confiado na proteção do Estado. No entanto, se nego a autoridade do Estado quando ele me apresenta a conta dos impostos, logo ele irá se apossar de meu patrimônio e dissipá-lo, molestando-me, assim, interminavelmente, bem como aos meus filhos. Isso é injusto. Isso torna impossível a um homem viver honestamente, e ao mesmo tempo confortavelmente, no que diz respeito às circunstâncias exteriores. Não valerá a pena acumular propriedades, pois com certeza estas seriam novamente confiscadas. Deves arrendar ou ocupar terra devoluta num lugar qualquer, plantar não mais que uma pequena safra e consumi-la imediatamente. Deves viver contigo e Henry David Thoreau A desobediência civil depender só de ti, sempre arrumado e pronto para partir, e não ter muitos negócios.

Um homem pode enriquecer até mesmo na Turquia, se for, em todos os aspectos, um bom súdito do governo turco. Confúcio disse: "Se um Estado for governado pelos princípios da razão, a pobreza e a miséria serão objeto de vergonha; se um Estado não for governado pelos princípios da razão, a riqueza e as honrarias serão objeto de vergonha." Não: até que eu queira que a proteção de Massachusetts me seja proporcionada em algum distante porto do Sul em que minha liberdade seja ameaçada, ou até que eu me veja exclusivamente voltado para o desenvolvimento de uma propriedade em seu território, através de um empreendimento pacífico, posso permitir-me recusar obediência a Massachusetts e seu direito a minha vida e meu patrimônio. Custa-me menos, em todos os sentidos, incorrer na pena de desobediência ao Estado do que me custaria obedecer-lhe. Neste caso, eu haveria de me sentir diminuído. Há alguns anos, o Estado veio ao meu encontro, em nome da Igreja, e mandou-me pagar uma certa quantia em benefício de um padre a cujas pregações meu pai comparecia, mas a que eu mesmo jamais comparecera. "Paga", disse, "ou serás preso". Eu me recusei a pagar, mas, infelizmente, outro homem houve por bem fazê-lo. Eu não via por que o mestre-escola deveria pagar um imposto para sustentar o padre, e não o contrário, já que eu não era um mestre-escola do Estado mas me mantinha através de subscrição voluntária. Não via por que a escola não deveria apresentar sua conta de impostos e

fazer com que o Estado atendesse a suas exigências, assim como a Igreja. Contudo, a pedido dos conselheiros municipais, concordei em fazer, por escrito, uma declaração como esta: "Saibam todos, pela presente, que eu, Henry Thoreau, não desejo ser considerado membro de nenhuma sociedade juridicamente constituída à qual não tenha me associado". Entreguei-a ao secretário da câmara municipal, que a guarda com ele. Desde então, o Estado, tendo tomado conhecimento de que eu não desejava ser considerado membro daquela igreja, nunca mais me fez tal exigência, embora dissesse que precisava manterse fiel a sua presunção inicial naquela época. Se eu tivesse como especificá-las então, teria identificado minuciosamente todas as sociedades às quais não pertencia. Mas não soube onde encontrar uma lista completa delas. Não pago imposto individual há seis anos. Por causa disso, certa vez, fui colocado na cadeia por uma noite. E, enquanto contemplava as sólidas paredes de pedra, com dois ou três pés de espessura, a porta de madeira e ferro, com um pé de espessura, e a grade de ferro que filtrava a luz, não pude deixar de ficar impressionado com a insensatez daquela instituição que me tratava como se eu fosse um mero amontoado de carne, sangue e ossos, pronto para ser aprisionado. Estranhei que ela tenha concluído, por fim, que aquele fosse o melhor uso que poderia fazer de mim e que não tenha pensado em aproveitar-se de meus serviços de algum modo. Vi que, se havia um muro de pedra entre eu e meus concidadãos, havia um outro ainda mais difícil de galgar e transpor para que eles pudessem tornar-se tão livres quanto eu. Não me senti aprisionado sequer por um momento e aqueles muros pareceram-me um enorme desperdício de pedra e argamassa. Sentia-me como se apenas eu, entre todos meus concidadãos, tivesse pago o imposto. Eles claramente não sabiam como tratar-me mas portavam-se como pessoas maleducadas.

Em cada ameaça e em cada cumprimento havia um disparate, por pensarem que meu maior desejo era estar do outro lado daquele muro de pedra. Eu não podia senão sorrir ao ver quão diligentemente fechavam a porta às minhas meditações, que os perseguiam totalmente desimpedidas, e eles é que eram, na verdade, tudo de perigoso. Como não podiam alcançar-me, resolveram punir meu corpo; como meninos que, não conseguindo atacar alguém que odeiam, maltratam-lhe o cão. Vi que o Estado era irresponsável, tímido como uma mulher solitária com suas colheres de prata, e que não sabia distinguir seus amigos de seus inimigos, e perdi o resto de respeito que ainda nutria por ele, e tive pena dele. Portanto, o Estado nunca enfrenta intencionalmente a consciência intelectual ou moral de um homem, mas apenas seu corpo, seus sentidos. Não está equipado com inteligência ou honestidade superiores, mas com força física superior. Não nasci para ser forçado a nada. Respirarei a meu próprio modo.

Vejamos quem é o mais forte. Que força tem uma multidão?

Só pode forçar-me aquele que obedece a uma lei mais alta que a minha. Forçam-me a tornar-me como eles. Não sei de homens que tenham sido forçados a viver desta ou daquela maneira por uma massa de homens. Que Henry David Thoreau A desobediência civil espécie de vida seria essa?

Quando me deparo com um governo que diz "Teu dinheiro ou tua vida", por que deveria apressar-me em dar-lhe meu dinheiro?

Ele pode estar em grande dificuldade e não saber o que fazer, mas não posso ajudá-lo nisso. Ele deve ajudar a si mesmo, fazer como eu faço. Não vale a pena lamuriar-se. Não sou responsável pelo bom funcionamento da maquinaria da sociedade. Não sou o filho do maquinista. Observo que, quando uma bolota de carvalho e uma castanha caem lado a lado, uma não se mantém inerte para dar lugar à outra, mas ambas obedecem às próprias leis, e desenvolvem-se e crescem e florescem tão bem quanto podem, até que uma delas, talvez, domine e destrua a outra. Se uma planta não consegue viver de acordo com sua natureza, ela morre, e assim também um homem. A noite que passei na prisão foi bastante inusitada e interessante. Quando lá entrei, os prisioneiros, em mangas de camisa, conversavam e aproveitavam o ar da noite perto da entrada. Mas o carcereiro disse: "Vamos lá, rapazes, é hora de fechar", e assim eles debandaram, e pude ouvir o som de seus passos retornando às celas vazias. Meu companheiro de cela foi-me apresentado pelo carcereiro como "um camarada de primeira e um homem inteligente". Quando a

porta foi fechada, ele me mostrou onde pendurar meu chapéu e como lidava com as coisas ali. As celas eram caiadas uma vez por mês, e aquele, pelo menos, era o aposento mais alvo, o mais simplesmente mobiliado e provavelmente o mais asseado da cidade. Naturalmente, ele quis saber de onde eu vinha e o que me levara até ali. E, depois de ter lhe contado, perguntei-lhe igualmente como tinha ido parar ali, presumindo, é claro, que fosse um homem honesto. E, do jeito que anda o mundo, acredito que o fosse. "Bem", disse ele, "fui acusado de incendiar um celeiro, mas não o fiz". Tanto quanto pude constatar, ele provavelmente fora dormir bêbado num celeiro, fumara ali seu cachimbo e assim incendiara o celeiro. Tinha a fama de ser um homem inteligente, estava ali há cerca de três meses esperando que seu julgamento fosse realizado e ainda teria que esperar outro tanto, mas encontrava-se bastante domesticado e satisfeito, já que tinha casa e comida de graça e achava que era bem tratado. Ele ocupava uma das janelas e eu a outra, e descobri que, se alguém ficasse ali por muito tempo, sua principal ocupação seria a de ficar olhando pela janela. Em pouco tempo eu havia lido todos os panfletos que tinham sido deixados ali, e examinado por onde antigos prisioneiros haviam escapado, e onde uma grade havia sido serrada, e escutado a história dos vários ocupantes daquela cela, pois descobri que mesmo ali havia histórias e boatos que nunca haviam circulado além dos muros da prisão.

Esta é provavelmente a única casa da cidade em que se compõem versos que são posteriormente impressos sob forma de circular mas não são publicados. Mostraram-me uma lista bastante longa de versos compostos por alguns jovens que haviam sido descobertos numa tentativa de fuga e que se vingaram cantando-os. Tirei o máximo que pude de meu companheiro de cela, temendo que não voltasse a vê-lo nunca mais, mas ele, afinal mostrou-me qual era a minha cama e deixou-me com a missão de apagar a lamparina. Dormir ali por uma noite foi como viajar para um país distante, que eu jamais esperara conhecer. Pareceu-me que eu nunca antes tinha ouvido a batida do relógio da cidade, nem os sons noturnos da vila, pois dormíamos com as janelas abertas, que eram gradeadas por fora. Era como ver minha vila natal à luz da Idade Média, e nosso Concord transformava-se num riacho como os do Reno, e visões de cavaleiros e castelos passavam diante de meus olhos. Eram as vozes dos velhos cidadãos dos burgos que eu ouvia nas ruas.

Eu era um espectador e um ouvinte involuntário de tudo que era dito e feito na cozinha da estalagem contígua - uma experiência totalmente nova e rara para mim. Era uma visão mais minuciosa de minha cidade natal. Eu estava completamente dentro dela. Nunca havia enxergado suas instituições antes. Aquela era uma de suas instituições peculiares, pois era um condado. Comecei a compreender com que se ocupavam seus habitantes. Pela manhã, nosso desjejum era passado através da vigia da porta, em pequenas vasilhas de lata retangulares que continham meio litro de chocolate, pão preto e uma colher de ferro. Quando pediram de volta as vasilhas, minha inexperiência me fez devolver o pão que me sobrara, mas meu companheiro agarrou-o e disse que eu deveria guardá-lo para o almoço ou o jantar. Pouco depois, deixaram-no sair para trabalhar num campo de feno próximo dali, para onde ia todos os dias, e, como estaria de volta só depois do meio-dia, disse-me adeus, pois duvidava que fosse me ver outra vez. Henry David Thoreau A desobediência civil Quando saí da prisão - pois alguém interferiu e pagou aquele imposto - não achei que grandes mudanças houvessem ocorrido nas coisas comuns, como o faria alguém que tivesse entrado jovem na prisão e dela saísse já grisalho e cambaleante. Mesmo assim, aos meus olhos, ocorrera uma mudança no cenário - na cidade, no estado, no país -, uma mudança maior do que qualquer outra que pudesse ser efetuada pela mera passagem do tempo. Enxerguei ainda mais claramente o Estado em que vivia. Vi até que ponto podia confiar, como bons vizinhos e amigos, nas pessoas entre as quais vivia. Vi que sua amizade valia apenas para o tempo bom, que eles não se propunham muito a praticar o bem. Vi que eram de uma raça diferente da minha, tanto quanto os chineses e os malaios, devido a seus preconceitos e superstições; que, em seus sacrifícios pela humanidade, não colocavam nada em risco, nem mesmo seu patrimônio; que, afinal de contas, não eram assim tão nobres, pois tratavam o ladrão como este os havia tratado, e esperavam, através de certas observâncias exteriores, de umas poucas preces e de andarem por um determinado caminho reto, porém inútil, de tempos em tempos, salvar suas almas. Isto pode parecer um julgamento demasiado severo de meus

próximos, pois acredito que muitos deles não estejam conscientes da existência de uma instituição como a cadeia em sua vila.

Antigamente era costume em nossa vila, quando um pobre devedor saía da cadeia, seus conhecidos o saudarem olhando-o através dos dedos, que eram cruzados para representar as grades de uma janela de prisão, e dizendo "Como vai?". Meus conterrâneos não me saudaram desta forma, mas primeiro olharam para mim, depois uns para os outros, como se eu tivesse retornado de uma longa jornada. Eu tinha sido preso enquanto me dirigia ao sapateiro para buscar um sapato que precisara de conserto. Quando saí, na manhã seguinte, tratei de completar minha pequena missão e, já calçando meu sapato consertado, juntei-me à turma do huckleberry, que estava impaciente para ser por mim conduzida e, depois de meia hora - pois o cavalo fora atrelado em seguida -, encontrávamo-nos no meio de um campo de huckleberry, numa de nossas colinas mais altas, a duas milhas de distância, e logo já não podíamos enxergar o Estado em parte alguma. Esta é toda a história das "Minhas Prisões". Nunca me recusei a pagar o imposto rodoviário, pois desejo tanto ser um bom vizinho quanto um mau súdito.

E, quanto a sustentar as escolas, faço minha parte educando hoje meus concidadãos. Não é por nenhum item específico da lista de impostos que me recuso a pagá-la. Simplesmente desejo recusar sujeição ao Estado, afastar-me dele e manter-me à parte de modo efetivo. Não me interessa traçar a rota de meu dólar, mesmo que pudesse, até o ponto em que ele compre um homem ou um mosquete para matar um homem - o dólar é inocente -, mas a mim interessa rastrear os efeitos de minha sujeição. Na verdade, serenamente declaro guerra ao Estado, a meu modo, embora eu ainda possa vir a usá-lo e obter dele as vantagens que puder, como é comum nestes casos. Se outros pagam o imposto que me é exigido, por solidariedade ao Estado, fazem simplesmente o que já haviam feito em seus próprios casos, ou, mais exatamente, favorecem a injustiça numa extensão maior que a exigida pelo Estado. Se pagam o imposto devido a um interesse equivocado pelo indivíduo taxado, para salvar seu patrimônio ou impedir que ele vá para a cadeia, é porque não avaliaram sensatamente até que ponto permitem que seus sentimentos pessoais interfiram no bem público. Esta é, portanto , minha posição atual. Num caso como esse porém, nunca se pode estar demasiadamente em guarda, para que nossa ação não seja influenciada pela obstinação ou por uma indevida consideração pelas opiniões dos homens. Tratemos de fazer apenas aquilo que nos seja próprio e oportuno.

Às vezes, penso: ora, essas pessoas são bem-intencionadas, mas são ignorantes. Agiriam melhor se soubessem como fazê-lo: por que dar a nossos concidadãos o incômodo de tratar-nos de uma maneira pela qual não se mostram inclinados? Mas penso melhor: isto não é razão para que eu aja como eles ou permita que outros sofram um incômodo muito maior, de um tipo Mirtilo norte-americano, planta da família das ericáceas. Título do livro de Silvio Pellico (1788-1854), patriota revolucionário italiano que, como Thoureau, escreveu sobre sua experiência como prisioneiro. O livro de Pellico foi publicado em 1832. Henry David Thoreau A desobediência civil diferente. Digo a mim mesmo, também: quando muitos milhões de homens, sem ódio, sem hostilidade, sem sentimentos pessoais de qualquer espécie, exigem de ti apenas uns poucos xelins, sem a possibilidade, por seu temperamento, de retraírem-se ou de alterarem sua atual demanda, e sem a possibilidade, de tua parte, de apelar para quaisquer outros milhões, por que expor-te a esta força bruta e esmagadora? Não resistes tão obstinadamente ao frio e à fome, aos ventos e às ondas; submetes-te serenamente a mil necessidades semelhantes.

Não colocas tua cabeça no fogo. Mas na exata medida em que considero que esta não é uma força inteiramente bruta, mas parcialmente humana, e que me relaciono com esses milhões de homens tanto quanto com outros milhões, e não simplesmente com coisas brutas ou inanimadas, vejo que se torna possível um apelo, antes de mais nada, deles ao seu Criador, e, em segundo lugar, deles a eles mesmos. Porém, se eu colocar deliberadamente minha cabeça no fogo, não haverá apelo que possa fazer ao fogo ou ao seu Criador, e só poderei culpar a mim mesmo. Se eu pudesse convencer-me de que tenho algum direito de estar satisfeito com os homens tais como são, e de tratá-los de acordo com isso, e não de acordo, em alguns aspectos,

com minhas exigências e expectativas quanto ao que eles e eu devamos ser, então, como um bom muçulmano e fatalista, deveria empenhar-me para me satisfazer com as coisas como elas são, e dizer que esta é a vontade de Deus. E, acima de tudo, existe uma diferença entre resistir a isto e a uma força puramente bruta ou natural, que é a de que posso resistir a isto com algum sucesso, mas não posso esperar, como Orfeu, mudar a natureza das rochas das árvores e dos animais. Não desejo brigar com nenhum homem ou nação. Não quero entrar em minúcias desnecessárias, nem fazer distinções sutis, nem pretendo parecer melhor do que meus semelhantes. Ao contrário, posso dizer que até mesmo procuro uma desculpa para conformar-me com as leis da terra. Estou mesmo pronto a conformar-me com elas. Na verdade, tenho razões para suspeitar de mim mesmo quanto a este assunto. E todo ano, quando reaparece o coletor de impostos, vejo-me disposto a rever os atos e a posição do governo geral e do Estado, e o espírito do povo, para descobrir um pretexto para a conformidade. "Devemos amar nossa pátria como a nossos pais; e se em algum momento deixarmos de dedicar-lhe Nosso amor e nossos cuidados, Devemos honrar o afeto e ensinar à alma As coisas da consciência e da religião, E não o desejo de poder ou benefício." Acredito que o Estado logo será capaz de me tirar das mãos todo trabalho desse tipo e então não serei melhor patriota que meus conterrâneos.

Analisada de um ponto de vista inferior, a Constituição, com todos os seus defeitos, é muito boa; a lei e os tribunais são muito respeitáveis; mesmo este Estado e este governo americano são, sob muitos aspectos bastante raros e admiráveis, como muitos já os descreveram, e podemos ser gratos a eles. Porém, analisados de um ponto de vista um pouco mais elevado, eles são exatamente aquilo que descrevi, e, vistos de um lugar ainda mais alto, do topo mesmo, quem poderá dizer o que eles são ou que merecem ser apreciados e ser objeto de nossos pensamentos? Entretanto, o governo não me interessa tanto assim, e dedicarei a ele o menor número possível de pensamentos. Não são muitos os momentos em que vivo sob um governo, mesmo neste mundo. Se um homem pudesse não ter mais pensamentos, fantasias ou imaginação, algo que jamais poderia lhe acontecer por um tempo muito longo, então, fatalmente, os governantes ou reformadores insensatos não poderiam interrompê-lo. Sei que a maioria dos homens pensa de modo diferente do meu, mas aqueles que dedicam suas vidas profissionais ao estudo deste e de outros assuntos afins contentam-me tão pouco quanto os demais. Os estadistas e legisladores, situando-se tão completamente dentro da instituição, nunca a contemplam nítida e abertamente. Falam de uma sociedade em movimento, mas fora dela não têm nenhum lugar onde descansar. Podem ser homens de certa experiência e discernimento, e sem dúvida inventaram sistemas engenhosos e mesmo úteis, pelos quais sinceramente lhes agradecemos. Mas todo seu engenho e utilidade situam-se dentro de limites não muito amplos.

Costumam esquecer que o mundo não é governado pela sagacidade e pela Texto adaptado d'A Batalha de Alcazar (1594), ato II, cena ii, 425-230, peça teatral escrita por George Peele (1558?-1597). Henry David Thoreau A desobediência civil conveniência. Webster nunca chega aos bastidores do governo e, portanto, não pode falar com autoridade sobre ele. Suas palavras são a própria sabedoria para aqueles legisladores que não consideram fazer nenhuma reforma essencial no governo existente. Mas para aqueles que pensam, e para os que legislam para todos os tempos, ele não chega sequer a vislumbrar o assunto. Sei de alguns cujas serenas e sábias especulações a respeito deste tema logo colocariam em evidência os limites da amplitude e da receptividade da mente de Webster. Mesmo assim, comparadas com as manifestações ordinárias da maioria dos reformadores, e com a sabedoria e a eloqüência ainda mais ordinárias dos políticos em geral, suas palavras são quase as únicas palavras sensatas e válidas, e agradecemos aos Céus por ele. Comparativamente, ele é sempre forte, original e, sobretudo, prático. No entanto, sua virtude é a prudência, não a sabedoria. A verdade do advogado não é Verdade, mas coerência, ou uma conveniência coerente.

A Verdade está sempre em harmonia consigo própria e não se preocupa primordialmente em exibir a justiça que possa condizer com o mal. Webster bem merece ser chamado, como realmente o foi, de Defensor da Constituição. Não há, realmente, outros golpes que ele possa desferir senão os defensivos. Ele não é um líder, mas um seguidor Seus lideres são os homens

de 8716. "Nunca fiz qualquer esforço", diz, "nem me proponho a fazê-lo; nunca apoiei qualquer esforço, e nem pretendo fazê-lo um dia, no sentido de perturbar o acordo originalmente feito pelo qual os vários Estados constituíram a União." Contudo, pensando na sanção que a Constituição concede à escravidão, ele diz: "Deixemo-la permanecer, já que fazia parte do arranjo original". A despeito de sua notável agudeza e capacidade, ele é incapaz de isolar um fato de suas relações meramente políticas e contemplá-lo em termos absolutos, como convém ao intelecto considerá-lo - por exemplo, o que cabe a um homem fazer hoje, na América, com relação à escravidão. Aventura-se, porém, ou é levado a fazer declarações desesperadas como as seguintes, embora reconheça estar falando em termos absolutos e como particular - que novo e singular código de deveres sociais pode ser inferido disto? "A maneira pela qual", afirma, "os governos dos Estados onde existe a escravidão deverão regulamentá-la será a de levar em consideração as leis gerais da propriedade, humanidade e justiça, além de seu temor a Deus, por força da responsabilidade perante seus constituintes.

Associações formadas alhures, nascidas de um sentimento humanitário ou de qualquer outra causa, não têm absolutamente nada a ver com ela. Jamais receberam qualquer encorajamento de minha parte e jamais o receberão." Aqueles que não conhecem fontes mais puras de verdade, que não seguiram seu curso até mais alto, apoiam-se, sabiamente, na Bíblia e na Constituição, e bebem-na ali com reverência e humildade; mas aqueles que contemplam o lugar de onde ela verte para este lago ou aquela lagoa, arregaçam as mangas mais uma vez e continuam sua peregrinação até suas nascentes. Nenhum homem com gênio para legislar apareceu na América. Eles são raros até na história do mundo. Existem oradores, políticos e homens eloqüentes aos milhares, mas ainda não abriu a boca para falar aquele interlocutor capaz de resolver as questões mais discutidas do momento. Amamos a eloqüência pela eloqüência e não por qualquer verdade que possa exprimir ou por qualquer heroísmo que possa inspirar. Nossos legisladores ainda não aprenderam o valor comparativo que têm o livre comércio e a liberdade, a união e a retidão, para uma nação. Não têm gênio ou talento para as questões relativamente modestas de tributação e finanças, comércio, manufaturas e agricultura. Se nos deixássemos guiar exclusivamente pela palavrosa sabedoria dos legisladores do Congresso, sem que esta fosse corrigida pela oportuna experiência e pelas efetivas reclamações do povo, os Estados Unidos não sustentariam por muito tempo o lugar que ocupam entre as nações. Há mil e oitocentos anos, embora eu talvez não tenha o direito de dizêlo, o Novo Testamento foi escrito. E, no entanto, onde está o legislador com sabedoria e talento prático bastante para tirar proveito da luz que ele lança sobre a ciência da legislação? A autoridade do governo, mesmo aquela a que estou disposto a me submeter - pois obedecerei com prazer àqueles que saibam e possam fazer melhor do que eu, e, em muitas coisas, mesmo àqueles que não saibam nem possam fazer tão bem -, é ainda uma autoridade impura: para ser rigorosamente justa, ela deve ter a sanção e o consentimento dos governados. Daniel Webster (1782-1852), advogado, estadista e orador norte-americano. Daniel Webster (1782-1852).

Senador por Massachussetts, Webster era visto com maus olhos pelos abolicionistas porque apoiava a chamada Lei do Escravo Fugitivo, que legalizava a recaptura dos escravos que fugiam em busca da liberdade. As pessoas encarregadas de redigir a constituição norte-americana, no ano de 1787, na Convenção de Filadélfia. Henry David Thoreau A desobediência civil Não pode ter nenhum direito puro sobre minha pessoa e meu patrimônio, apenas aquele que concedo. O progresso de uma monarquia absoluta para uma monarquia limitada e desta para uma democracia é um progresso no sentido de um verdadeiro respeito pelo indivíduo. Mesmo o filósofo chinês foi sábio bastante para ver no indivíduo a base do império. Será a democracia, tal como a conhecemos, o último desenvolvimento possível em matéria de governo? Não será possível dar um passo mais além no sentido do reconhecimento e da organização dos direitos do homem? Jamais haverá um Estado realmente livre e esclarecido até que este venha a reconhecer o indivíduo como um poder mais alto e independente, do qual deriva todo seu próprio poder e autoridade, e o trate da maneira adequada. Agrada-me imaginar um Estado que, afinal, possa permitir-se ser justo com todos os homens e tratar o indivíduo com respeito, como um seu semelhante; que consiga até mesmo não achar incompatível com sua própria paz o fato de uns

poucos viverem à parte dele, sem intrometer-se com ele, sem serem abarcados por ele, e que cumpram todos os seus deveres como homens e cidadãos. Um Estado que produzisse este tipo de fruto, e que o deixasse cair assim que estivesse maduro, prepararia o caminho para um Estado ainda mais perfeito e glorioso, que também imaginei, mas que ainda não avistei em parte alguma.

Fonte: http://www.ufrgs.br/cdrom/thoreau/thoreau.pdf

5.15 – ENTREVISTA. (ELVIS E NILDO).

Edgar Dutra Zanotto: Um olho na ciência, outro na indústria

O engenheiro de materiais Edgar Dutra Zanotto gosta de citar um artigo científico para mostrar como os vidros são importantes. “Vidros são os olhos da ciência”, afirma, traduzindo o título do *paper* (“Glass: The eye of science”). A tese é do norte-americano Marvin Bolt, curador de Ciência e Tecnologia do Museu de Vidro de Corning, cidade do estado norte-americano de Nova York. Em texto de fevereiro de 2017, escrito para o periódico *International Journal of Applied Glass Science*, Bolt advoga que a revolução científica iniciada no século XVII teve como ferramentas mais importantes o microscópio e o telescópio – sendo o elemento principal dos dois instrumentos as lentes de vidro.

Quando começou a se interessar pelo assunto, em meados dos anos 1970, Zanotto não tinha essa compreensão, mas percebeu que esse era um objeto de pesquisa interessante e pouco pesquisado no Brasil. Formado em engenharia de materiais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em 1976, foi no Instituto de Física de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade de Sheffield, no Reino Unido – onde cursou mestrado e doutorado, respectivamente –, que o então jovem pesquisador achou as melhores referências para começar sua carreira.

Uma das características da trajetória de Zanotto é o interesse simultâneo pela ciência básica e aplicada. “Sempre trabalhei com um pé em cada uma”, diz. A formação em física e engenharia o ajuda tanto a formular e testar hipóteses científicas como a desenvolver vidros especiais para a indústria ou com funcionalidades para o organismo humano, como os biovidros.

Natural de Botucatu (SP) e há 42 anos professor na UFSCar, Zanotto foi professor visitante em universidades da Europa e Estados Unidos e consultor científico de empresas do Brasil e exterior, produtoras de vários tipos de vidro. Desde 2013 coordena o Centro de Pesquisa, Educação e Inovação em Vidros (CeRTEV), um dos 17 Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) financiados pela FAPESP, que reúne pesquisadores da UFSCar, USP e Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Araraquara. E desde 2017 preside o Conselho Científico do Instituto Serrapilheira, do Rio de Janeiro. As duas experiências o incentivaram a investir de modo mais intensivo na difusão da ciência.

Na entrevista abaixo, Zanotto, casado e pai de duas filhas, conta de seu trabalho mais atual e de uma proposta ousada, publicada em 2017, sobre um novo *status* da matéria, o estado vítreo.

Como é sua pesquisa mais recente, de desenvolvimento de inteligência artificial para ganhar tempo no laboratório? Focamos em previsão. Quase 100% da ciência trata de entender e descrever fenômenos naturais. Cada vez que entendemos e descrevemos algo novo, podemos publicar um artigo científico. Já prever seria o ideal, mas é muito difícil. Se conseguirmos antever um fenômeno ou tendência corretamente, não precisaremos dedicar um tempo enorme, recursos financeiros e energia realizando um grande número de experimentos. No momento, trabalhamos com alunos e pós-doutores, os professores Pedro Rino e André Moura, da UFSCar, e André Ponce de Leon, do CeMEAI [Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria, Cepid sediado na USP de São Carlos], com simulação computacional para predizer fenômenos relacionados à estrutura, processos dinâmicos e propriedades de vidros. Se funcionar, será possível criar vidros não existentes em um tempo significativamente reduzido. Os dois primeiros artigos estão sendo redigidos, em fase de ajustes. Um pós-doc do nosso grupo, Daniel Cassar, coletou cerca de 55 mil dados de temperatura de transição vítrea para iniciar esse estudo.

Do que se trata? O vidro é um material rígido feito da mistura de vários reagentes que geralmentesão fundidos e resfriados rapidamente, evitando a cristalização. Assim, os átomos ficam presos em um estado de desordem, formando um líquido temporariamente congelado, o

vidro. Já na estrutura cristalina, os átomos estão perfeitamente organizados, formando um sólido. A cristalização é um processo que ocorre naturalmente em todos os vidros, mas pode levar de segundos a milênios dependendo da temperatura. Quando aquecidos, todos os vidros sofrem um fenômeno chamado transição vítrea, ou Tg – temperatura em que ocorre uma transformação entre a rigidez e um líquido de alta viscosidade –, que está relacionada a sua composição química. Para desenvolver um vidro com novas funcionalidades, sem gastar demasiado tempo e energia em testes experimentais, é fundamental conhecer a Tg, além de outras propriedades. A partir dessa ideia, o Daniel conseguiu pescar na literatura dos últimos 50 anos trabalhos contendo a composição química e as respectivas Tg. Ele compilou 55 mil composições de diferentes vidros óxidos – hoje há catalogados 400 mil vidros. Com o auxílio do especialista em inteligência artificialAndré Ponce de Leon, ele criou um algoritmo que foi "treinado" a correlacionar a Tg com a composição química de 45 mil desses vidros. Em seguida, usamos dados dos outros 10 mil vidros, que não foram utilizados na etapa de treinamento, para testar a habilidade do novo algoritmo em prever a Tg e comparamos com os valores reportados para ver se estariam certos. A rede neural resultante pode ser otimizada, mas, no momento, ela leva a um erro máximo de 6%, em 90% dos testes, o que é um ótimo resultado porque se iguala ao erro típico dos próprios dados experimentais. Com esse software será possível prever a Tg de qualquer vidro óxido ainda não existente. A mesma lógica poderá ser aplicada para previsão de outras propriedades físico-químicas de vidros.

Por que esse programa permitirá ganhar tempo?

Em 2004 publiquei um artigo com o Chico Coutinho [o físico Francisco Bezerra Coutinho, da Faculdade de Medicina da USP] em que calculamos quantas composições de vidros seriam possíveis usando 80 elementos químicos "amigáveis". Para fazer uma conta redonda, variamos de 1% em 1% a composição, combinando aqueles elementos de modo variado. Nesse exercício de previsão, calculamos que seria possível obter 1052 tipos de vidros, um número astronômico. Os 400 mil – ou 4 x 105 – vidros inorgânicos já conhecidos representam apenas uma minúscula fração desse total. Precisaríamos de infindáveis anos e recursos para produzir 1052 vidros. Seria inviável. A saída é realizar simulações computacionais até encontrarmos fórmulas interessantes que possam resultar em propriedades inusuais. Aí, sim, iremos para o laboratório testar cada composição e verificar se elas realmente fornecem as propriedades que o software indicou.

No ano passado você advogou um novo status da matéria, o estado vítreo, algo que não é sólido nem líquido. O que é, então? Vou começar respondendo com outra pergunta: qual a diferença entre informação e conhecimento? Obtemos uma informação em determinada época, depois outra e outra... Elas vão sendo acumuladas com o passar do tempo. Ao juntá-las e conectá-las, alcançamos o conhecimento. Foram 40 anos estudando e pesquisandopara ter o insight, refletir e redigir esse artigo sobre o estado vítreo, publicado no Journal of Non-Crystalline Solids [JNCS].

Quais são eles? O primeiro é sobre a estrutura atômica do vidro, que é igual à do líquido do qual ele advém. O vidro é um líquido congelado temporariamente sem cristalizar. Depois vem o conceito de relaxação estrutural – um rearranjo espontâneo e parcial das moléculas no material – e, finalmente, a cristalização, quando todos os átomos e moléculas ficam alinhados em um padrão tridimensional bem definido. Isso acontece com todos os vidros, que se cristalizarão em mais ou menos tempo. Em quanto tempo? Em temperaturas relativamente altas, leva apenas algumas horas. Em temperatura ambiente, é muito difícil saber com precisão; precisaremos realizar cálculos e simulações. Portanto, os elementos dessa nova definição do vidro proposta no artigo de 2017 são que a estrutura molecular dele é igual à do líquido-mãe, com os átomos congelados na mesma posição, bem diferente da do cristal. Com o tempo, o vidro relaxa espontaneamente até cristalizar. Se estiver numa temperatura perto da Tg, cristalizará em minutos ou horas, se estiver muito abaixo, levará muito mais tempo.

Esses conceitos já existiam? Pesquisadores da área vêm refletindo sobre esses conceitos, mas ninguém havia combinado todos eles, como John Mauro [da Universidade do Estado da Pensilvânia, Estados Unidos] e eu fizemos. Redigi a primeira versão do artigoe o John entrou durante o processo. Juntamos as informações e esclarecemos a natureza do vidro.

Como foi essa parceria? Apresentei essas ideias em uma plenária no evento de comemoração do centenário da Society of Glass Technology, realizado em Sheffield, em setembro de 2016. O indiano-americano Arun Varshneya, da Alfred University, conhecido como o "guru do vidro" e meu amigo há muito tempo, disse logo de cara: "Não concordo com esse pacote, precisamos discutir". Conversamos muito em Sheffield e, quando voltei ao Brasil, decidi escrever

um rascunho. Enviei ao Arun, que convidou para a discussão um primo dele, o Prabhat Gupta, da Universidade do Estado de Ohio, Estados Unidos, um teórico muito bom. O Arun também introduziu na discussão o John Mauro, que havia sido o seu mais brilhante aluno de doutorado – foi um dos inventores do Gorilla glass, vidro usado em telefones celulares. Depois de uma dúzia de e-mails trocados com eles, convidei todos a participar como coautores, mas eles não responderam. Imaginei que fosse um sinal de que não concordavam com a minha proposta. Isso foi em outubro de 2016. Em dezembro, eu estava acabando de polir o manuscrito quando o John Mauro me enviou mensagem de votos natalinos e perguntando que fim havia levado o artigo. Respondi que estava quase pronto, assinado apenas por mim porque eles não quiseram participar. Ele imediatamente respondeu que continuava interessado. Entre o Natal e o Ano-Novo o artigo ficava um dia com cada um até ficar pronto e ser submetido à publicação. Há algumas semanas, o paper já tinha recebido mais de 7 mil visualizações. Para um artigo científico de uma pequena subárea da ciência de materiais é muita coisa. Para dar uma ideia quantitativa, o site do JNCS tem 26 mil artigos e todos podem ser baixados. Desde a sua publicação até esta data [24/6/2018], o nosso paper está em primeiro lugar dentre todos no ranking de downloads.

Qual o tamanho da comunidade que estuda vidros? Estimativas indicam que há cerca de 3 mil pesquisadores vidreiros no mundo, e apenas de 100 a 120 no Brasil estudando e publicando regularmente nessa área. Desses, o nosso CeRTEV tem 14 professores e 60 alunos e pós-docs. No exterior, há empresas com muito mais pesquisadores, mas nas universidades há poucos grupos de porte. Conheço apenas um, enorme, em Rennes, na França, maior que o nosso. Na China há, possivelmente, grupos maiores porque eles publicam até mais do que os americanos nesse tema. No Japão, Estados Unidos e Europa há de um a três professores em cada grupo. Por essas razões, estimo que nossa equipe está entre as cinco maiores do mundo. Quando o Hellmut Eckert [químico alemão, vice-coordenador do CeRTEV e professor da USP de São Carlos] e eu formamos o grupo do Cepid, o centro ganhou visibilidade internacional.

Essa visibilidade vale para as áreas científica e tecnológica? Para as duas. Sobre pesquisas de cunho fundamental, científico, temos um grupo que usa técnicas distintas para caracterizar os detalhes estruturais do vidro. A estrutura e a composição química são o conjunto que determina as propriedades ópticas, mecânicas, térmicas, magnéticas, químicas e biológicas do material. Esse grupo também trabalha nos processos dinâmicos, um conjunto de mecanismos que ocorrem quando aquecemos o vidro – os átomos começam a se deslocar, relaxar, fundir ou cristalizar. E essa é a área em que mais atuo, a cristalização. Estudamos a estrutura e os processos dinâmicos e essas duas áreas determinam as propriedades e aplicações, divididas em cinco tópicos, no nosso Cepid: as propriedades mecânicas, que tentamos entender para desenvolver vidros e vidros cerâmicos cada vez mais fortes e resistentes, algo que tem uma demanda industrial mundial; as elétricas, com vidros condutores iônicos, com potencial de aplicação em novas e eficientes baterias; os biovidros, feitos de material bioativo para ser usados em organismos vivos; as ópticas, ou seja, o vidro por excelência, em que acrescentamos impurezas para alterar as propriedades, mudamos a cor, a absorção etc.; e, finalmente, materiais para processos catalíticos.

As pesquisas sobre biovidro continuam? Sim, esse material é muito promissor. Foi inventado no começo dos anos 1970 com uma composição química que tem sódio, silício, cálcio e fósforo. Isso deixa o vidro com uma bioatividade alta quando em contato com fluidos corporais. Eles podem ser usados na regeneração de ossos, como próteses, problemas dentários e também feridas de pele e degeneração de nervos e cartilagens. Em pó, funciona como uma espécie de cola. Algumas dessas possíveis utilidades já são funcionais. Há, por exemplo, um osso ilíaco artificial feito de vitrocerâmico bioativo para ser implantado no quadril. Foi desenvolvido por Tadashi Kokubo, da Universidade de Chubu, no Japão. Segundo ele, foi implantado em milhares de pessoas. Aqui na UFSCar, com o auxílio de dois ex-alunos, hoje professores, Oscar Peitl e Murilo Crovacce, e vários pós-docs, com destaque para Marina Trevellin, e alunos, criamos um biovitrocerâmico semelhante aos ossículos do ouvido médio usado para substituir aqueles que apodrecem quando alguém contrai uma infecção severa. Realizamos ensaios clínicos bem- -sucedidos na Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, conduzidos pela equipe do médico Eduardo Tanaka Massuda, mas precisamos realizar mais testes para conseguir aprovação da Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária]. Este aqui [mostra uma peça] é outro exemplo: é um olho artificial feito de material bioativo e patenteado. Depois de implantado, ele se liga aos nervos da cavidade ocular para dar um movimento natural igual ao olho bom. Realizamos

bons ensaios clínicos na Faculdade de Medicina da Unesp, campus de Botucatu, liderados por Silvana Schellini e Simoni Milani Brandão. Mas também precisamos continuar com os testes.

Você publica no JNCS, do qual é editor. Não há conflito de interesses? Comecei como editor em 2010, mas já havia publicado cerca de 70 artigos nesse periódico antes disso. É a minha revista favorita por estar estabelecida há 50 anos, ser muito rigorosa – rejeita 2/3 das submissões –, com tempo médio de resposta de apenas seis semanas, e principalmente por ser lida e respeitada pela comunidade que pesquisa vidros. Quando fui convidado, respondi à publisher Karine Van Wetering, da Elsevier, que aceitaria ser o editor apenas se pudesse continuar publicando no periódico. Ela me respondeu que não haveria problema porque seríamos três editores. São eles que encaminham meus papers para revisores ad-hoc sem que eu saiba quem são. Ela gostaria que eu e os outros editores continuássemos a publicar lá porque os leitores devem perceber que o editor valoriza a revista que edita.

Como se interessou por vidros? Sou da terceira turma formada em engenharia de materiais da UFSCar, que criou o curso em 1970, o primeiro da América Latina. Naquele tempo não havia muitos professores disponíveis nessa área. Por isso, a UFSCar convidava professores visitantes. Vinha gente da USP, da Unicamp e muitos do exterior. Um deles, Osgood James Whittemore [1919-2010], da Universidade de Washington, Estados Unidos, me convidou para trabalhar em um projeto de iniciação científica. Era um estudo experimental sobre a durabilidade química de vidros candidatos ao encapsulamento de resíduos radioativos. O objetivo era coletar rejeitos de usinas nucleares, adicionar reagentes, fundir tudo e resfriar rapidamente formando um "vidrão". O monólito resultante ficaria compacto e impermeável e seria enterrado em uma mina de carvão abandonada a muitos metros abaixo do solo, mas bem separado do ambiente superficial, encapsulado, sem contaminar a atmosfera e o lençol freático. Esse método é usado até hoje. Comecei então a estudar vidros. Peguei livros na biblioteca e comecei a ler papers. Fiquei interessadíssimo. Também pude praticar bastante o inglês. Essas atividades me renderam uma vaga de professor auxiliar de ensino no Departamento de Engenharia de Materiais [DEMa] da UFSCar.

Foi a única razão por ter sido contratado tão novo, aos 22 anos? Eu era um aluno aplicado, falava inglês e pesquisava vidros. O DEMa precisava de professores nessa área e não existiam especialistas. Como eu só tinha a graduação, recebi um ultimato do chefe do departamento, Dyonísio Garcia Pinatti [1946-1986]: "Você tem dois anos para fazer um mestrado em qualquer tema relacionado a vidros para, em seguida, ir para o exterior realizar o doutorado, voltar e nuclear o grupo de vidros". Por sorte, provavelmente o único pesquisador que trabalhava com vidros no Brasil era o Aldo Craievich, da Física da USP de São Carlos. Devo muito da minha formação científica a ter realizado o mestrado em física com ele. Em seguida Aldo me indicou para um conhecido dele, o então famoso físico Peter James [1940-2005], da Universidade de Sheffield. Consegui uma bolsa da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de NívelSuperior] e fui fazer o doutorado com o Peter de 1979 a 1982. Na época eles tinham o maior time de pesquisadores do planeta em vidros. A experiência foi fundamental para a minha formação.

Como ocorre a colaboração de seu grupo com as empresas? Em todos os níveis. Podemos descobrir algo interessante e procurar empresas potencialmente interessadas em realizar ensaios em escala piloto e em licenciar o invento. Outras vezes, é a empresa que nos procura. Por exemplo, auxiliamos a aperfeiçoar este material [mostra um vidro de 1 centímetro quadrado e o ilumina com um laser] que difrata a luz. Dentro dele há cristais nanométricos alinhados a uma distância igual ao comprimento da luz visível, cerca de 400 nanômetros entre um e outro. Este é o único material do mundo para redes de difração de lasers de alta potência. Há um holograma de cristais aqui dentro. Qualquer sistema de alta potência, como lasers industriais, por exemplo, requer várias peças dessas dentro da máquina. Há apenas três empresas que produzem esse material. Esta pequena peça custa US$ 5 mil. Ela já existia e ajudei a otimizá-la. O material foi inventado pelo pessoal da empresa Corning e passou a ser melhorado e produzido pela Optigrate, uma fábrica de Orlando, na Flórida. Passei 10 meses lá em 2005, a convite, enquanto usufruía de um período sabático na Universidade da Flórida Central. O material deles era ruim, não vendia porque espalhava luz demasiadamente. Além da colaboração, eles me permitiram publicar alguns artigos. Isso não é muito comum em razão da cláusula de sigilo que há nos contratos com empresas.

Você tem muitos vídeos didáticos sobre vidro gravados. Por quê? São dois tipos de vídeo: aulas formais e de disseminação de ciência. Gravo todas as minhas aulas e as disponibilizo na

internet. O efeito é fantástico. Se um aluno perde uma aula, basta assistir ao vídeo. Para estudar para uma prova, está lá. Produzimos também vídeos bem didáticos, de 1 a 5 minutos, explicando conceitos e experiências com vidros, e temos mangás com esse tema impressos e na página do CeRTEV. Começamos a fazer divulgação de ciência em consequência das exigências do Cepid. Tem sido uma prazerosa e educativa experiência.

O Instituto Serrapilheira, do qual você é membro, tem preocupações na mesma linha, não é? Branca e João Moreira Salles, criadores e mantenedores do instituto, a diretoria, os conselhos Científico e de Administração, todos esperam que os pesquisadores e bolsistas apoiados, que tenham esse desejo e essa vocação, realizem atividades de divulgação científica. Este ano foi aberta uma chamada pública para o primeiro programa de apoio à divulgação, o Camp Serrapilheira, para formar divulgadores e também mapear e selecionar projetos de divulgação a serem financiados.

Acredita que o instituto poderá fazer diferença no financiamento à ciência? Sim. No momento o Serrapilheira se esforça para nuclear grupos de pesquisa liderados por jovens pesquisadores promissores que demonstrem potencial de realizar pesquisa de alto nível, na fronteira do conhecimento, em temas relevantes. A previsão inicial é aplicarmos entre R$ 16 milhões e R$ 18 milhões anualmente. O modelo de financiamento é um sonho para o pesquisador, muito mais flexível do que o de qualquer instituição pública de fomento à pesquisa. O sistema de seleção de projetos é rigoroso, mas o pesquisador que recebe um grant [auxílio para pesquisar] pode aplicá-lo em qualquer atividade de pesquisa. Por exemplo, admitir outros pesquisadores, comprar equipamento e material de consumo, contratar serviços ou viajar por alguma necessidade da pesquisa. Isso tudo sem precisar reenviar currículos, subprojetos ou estimativa de custos, cotações para análise... Além disso, a trabalhosa etapa de prestação de contas é realizada por uma fundação, não pelo pesquisador. Damos total flexibilidade porque confiamos nos pesquisadores e desejamos que eles dediquem a maior parte do tempo à pesquisa, não à administração de projetos. É diferente dos órgãos públicos que normalmente desconfiam do pesquisador. Por exemplo, tenho 42 anos de experiência em pesquisa, coordeno um Cepid, sou membro da ABC [Academia Brasileira de Ciências] e quando peço uma bolsa de iniciação científica para qualquer agência pública tenho de escrever um projeto, mandar meu currículo atualizado, o do aluno… É uma burocracia massacrante. No Serrapilheira nós confiamos e damos liberdade ao pesquisador.

Você gosta de dizer que “defende pesquisador velho”. Por quê? Pesquisadores “velhos” dedicaram 20, 30, 40 ou até 50 anos não só para coletar informações, mas principalmente para conectá-las, gerando conhecimento. É óbvio que há jovens cientistas brilhantes que conseguem fazer a necessária conexão em menos tempo. Discuti várias vezes esse tema com o Fernando Reinach, biólogo que também é membro do Conselho de Administração do Serrapilheira. É desses que pensam que só pesquisadores jovens têm futuro. Discordo. Defendo que pesquisadores seniores ativos, os que continuam motivados na batalha diária da pesquisa, desenhando e realizando experimentos, testando hipóteses, criando modelos teóricos, participando de congressos, orientando, publicando, ensinando e aprendendo – e também sendo criticados –, podem melhorar continuamente. A qualidade da minha pesquisa atual é muito superior à dos primeiros 10 ou 15 anos. Espero continuar avançando nas próximas décadas.

Fonte: http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/07/10/edgar-dutra-zanotto-um-olho-na-ciencia-outro-na-industria/

5.16 - Constituição Federal de 1988: Artigo 6º. (BRUNO E REINALDO).

Título II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo II
Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Análise

Os direitos sociais são aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos, por isso tendem a exigir do Estado uma intervenção na ordem social que assegure os critérios de justiça distributiva, assim diferentemente dos direitos a liberdade, se realizam por meio de atuação estatal com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais, por isso tendem a possuir um custo excessivamente alto e a se realizar em longo prazo.

Tais direitos surgiram nos moldes atuais, em decorrência da Revolução Industrial no século XIX, que passa a substituir o homem pela maquina, gerando, como consequência o desemprego em massa, centuriões de misérias e grande excedente de mão-de-obra, tudo isso gerou evidentemente desigualdade social, fazendo com que o Estado se visse diante da necessidade de proteção ao trabalho e a outros direitos como: a saúde, a educação, ao lazer, entre outros.

Contudo, os direitos sociais tiveram realmente seu ápice com o marxismo e o socialismo revolucionário, já no século XX que trouxeram uma nova concepção de divisão do trabalho e do capital, por isso entende-se que os direitos sócios foram aceitos nos ordenamentos jurídicos por uma questão política, e não social isso é para evitar que o socialismo acabasse por derrubar o capitalismo.

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 se refere de maneira bastante genérica aos direitos sociais por excelência, como o direito a saúde, ao trabalho, ao lazer entre outros. Partindo desse pressuposto os direitos sociais buscam a qualidade de vida dos indivíduos, no entanto apesar de estarem interligados faz-se necessário, ressaltar e distinguir as diferenças entre direitos sociais e direitos individuais. Portando os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a equalização de situações sociais desiguais, são, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade.

Na sua grande maioria, os direitos sociais dependem de uma atuação do Estado, razão pela qual grande parte dessas normas é de eficácia limitada. Ainda, valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que cria condições materiais mais propícias ao aferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade.

A Constituição Federal de 1988 teve uma grande preocupação especial quanto aos direitos sociais do brasileiro, quando estabelecendo uma série de dispositivos que assegurassem ao cidadão todo o básico necessário para a sua existência digna e para que tenha condições de trabalho e emprego ideais. Em suma, todas as formalidades para que se determinasse um Estado de bem-estar social para o brasileiro foram realizadas, e estão na Constituição Federal de 1988.

Fonte: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9623&revista_caderno=9

5.17 - Texto de KANT: Resposta à Pergunta: Que é esclarecimento. (REINALDO).

Esclarecimento [] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [].

A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha (naturaliter maiorennes), continuem, no entanto de bom grado menores durante toda a vida. São também as causas que explicam por que é tão fácil que os outros se constituam em tutores deles. É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então não preciso esforçarme eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis. A imensa maioria da humanidade (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioridade difícil e além do mais perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram a seu cargo a supervisão dela. Depois de terem primeiramente embrutecido seu gado doméstico e preservado cuidadosamente estas tranquilas criaturas a fim de não ousarem dar um passo fora do carrinho para aprender a andar, no qual as encerraram, mostram-lhes, em seguida, o perigo que as ameaça se tentarem andar sozinhas. Ora, este perigo na verdade não é tão grande, pois aprenderiam muito bem a andar finalmente, depois de algumas quedas. Basta um exemplo deste tipo para tornar tímido o indivíduo e atemorizá-lo em geral para não fazer outras tentativas no futuro.

É difícil, portanto, para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder. Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou, antes, do abuso de seus dons naturais, são os grilhões de uma perpétua menoridade. Quem deles se livrasse só seria capaz de dar um salto inseguro mesmo sobre o mais estreito fosso, porque não está habituado a este movimento livre. Por isso são muito poucos aqueles que conseguiram, pela transformação do próprio espírito, emergir da menoridade e empreender então uma marcha segura.

Que, porém, um público se esclareça a si mesmo é perfeitamente possível; mais que isso, se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável. Pois, encontrar-se-ão sempre alguns indivíduos capazes de pensamento próprio, até entre os tutores estabelecidos da grande massa, que, depois de terem sacudido de si mesmos o jugo da menoridade, espalharão em redor de si o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e da vocação de cada homem em pensar por si mesmo. O interessante nesse caso é que o público, que anteriormente foi conduzido por eles a este jugo, obriga-os daí em diante a permanecer sob ele, quando é levado a se rebelar por alguns de seus tutores que, eles mesmos, são incapazes de qualquer esclarecimento []. Vê-se assim como é prejudicial plantar preconceitos, porque terminam por se vingar daqueles que foram seus autores ou predecessores destes. Por isso, um público só muito lentamente pode chegar ao esclarecimento. Uma revolução poderá talvez realizar a queda do despotismo pessoal ou da opressão ávida de lucros ou de domínios, porém nunca produzirá a verdadeira reforma do modo

de pensar. Apenas novos preconceitos, assim como os velhos, servirão como cintas para conduzir a grande massa destituída de pensamento.

Para este esclarecimento, porém, nada mais se exige senão LIBERDADE. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um uso público de sua razão em todas as questões. Ouço, agora, porém, exclamar de todos os lados: não raciocineis! O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O financista exclama: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede! (Um único senhor no mundo diz: raciocinai, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, mas obedecei!). Eis aqui por toda a parte a limitação da liberdade. Que limitação, porém, impede o esclarecimento?

Qual não o impede, e até mesmo favorece? Respondo: o uso público de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento] entre os homens. O uso privado da razão pode, porém,, muitas vezes, ser muito estreitamente limitado, sem contudo por isso impedir notavelmente o progresso do esclarecimento.

Entendo, contudo, sob o nome de uso público de sua própria razão aquele que qualquer homem, enquanto SÁBIO, faz dela diante do grande público do mundo letrado. Denomino uso privado aquele que o sábio pode fazer de sua razão em um certo cargo público ou função a ele confiado. Ora, para muitas profissões que se exercem no interesse da comunidade, é necessário um certo mecanismo, em virtude do qual alguns membros da comunidade devem comportar-se de modo exclusivamente passivo para serem conduzidos pelo governo, mediante uma unanimidade artificial, para finalidades públicas, ou pelo menos devem ser contidos para não destruir essa finalidade. Em casos tais, não é sem dúvida permitido raciocinar, mas deve-se obedecer. Na medida, porém, em que esta parte da máquina se considera ao mesmo tempo membro de uma comunidade total, chegando até a sociedade constituída pelos cidadãos de todo o mundo, portanto na qualidade de sábio que se dirige a um público, por meio de obras escritas de acordo com seu próprio entendimento, pode certamente raciocinar, sem que por isso sofram os negócios a que ele está sujeito em parte como membro passivo. Assim, seria muito prejudicial se um oficial, a que seu superior deu uma ordem, quisesse pôr-se a raciocinar em voz alta no serviço a respeito da conveniência ou da utilidade dessa ordem. Deve obedecer. Mas, razoavelmente, não se lhe pode impedir, enquanto homem versado no assunto, fazer observações sobre os erros no serviço militar, e expor essas observações ao seu público, para que as julgue. O cidadão não pode se recusar a efetuar o pagamento dos impostos que sobre ele recaem; até mesmo a desaprovação impertinente dessas obrigações, se devem ser pagas por ele, pode ser castigada como um escândalo (que poderia causar uma desobediência geral). Exatamente, apesar disso, não age contrariamente ao dever de um cidadão se, como homem instruído, expõe publicamente suas ideias contra a inconveniência ou a injustiça dessas imposições. Do mesmo modo também o sacerdote está obrigado a fazer seu sermão aos discípulos do catecismo ou à comunidade, de conformidade com o credo da Igreja a que serve, pois foi admitido com esta condição. Mas, enquanto sábio, tem completa liberdade, e até mesmo o dever, de dar conhecimento ao público de todas as suas ideias, cuidadosamente examinadas e bem intencionadas, sobre o que há de errôneo naquele credo, e expor suas propostas no sentido da melhor instituição da essência da religião e da Igreja. Nada existe aqui que possa constituir um peso na consciência. Pois aquilo que ensina em decorrência de seu cargo como funcionário da Igreja, expõe-no como algo em relação ao qual não tem o livre poder de ensinar como melhor lhe pareça, mas está obrigado a expor segundo a prescrição de um outro e em nome deste. Poderá dizer: nossa igreja ensina isto ou aquilo; estes são os fundamentos comprobatórios de que ela se serve.

Tira então toda utilidade prática para sua comunidade de preceitos que ele mesmo não subscreveria, com inteira convicção, em cuja apresentação pode, contudo, se comprometer, porque não é de todo impossível que em seus enunciados a verdade esteja escondida. Em todo caso, porém, pelo menos nada deve ser encontrado aí que seja contraditório com a religião interior. Pois se acreditasse encontrar esta contradição não poderia em sã consciência desempenhar sua função, teria de renunciar. Por conseguinte, o uso que um professor empregado

faz de sua razão diante de sua comunidade é unicamente um uso privado, porque é sempre um uso doméstico, por grande que seja a assembleia. Com relação a esse uso ele, enquanto padre, não é livre nem tem o direito de sê-lo, porque executa uma incumbência estranha. Já como sábio, ao contrário, que por meio de suas obras fala para o verdadeiro público, isto é, o mundo, o sacerdote, no uso público de sua razão, goza de ilimitada liberdade de fazer uso de sua própria razão e de falar em seu próprio nome. Pois o fato de os tutores do povo (nas coisas espirituais) deverem ser eles próprios menores constitui um absurdo que dá em resultado a perpetuação dos absurdos.

Mas não deveria uma sociedade de eclesiásticos, por exemplo, uma assembleia de clérigos, ou uma respeitável classe (como a si mesma se denomina entre os holandeses) estar autorizada, sob juramento, a comprometer-se com um certo credo invariável, a fim de por este modo de exercer uma incessante supertutela sobre cada um de seus membros e por meio dela sobre o povo, e até mesmo a perpetuar essa tutela? Isto é inteiramente impossível, digo eu. Tal contrato, que decidiria afastar para sempre todo ulterior esclarecimento [] do gênero humano, é simplesmente nulo e sem validade, mesmo que fosse confirmado pelo poder supremo, pelos parlamentos e pelos mais solenes tratados de paz. Uma época não pode se aliar e conjurar para colocar a seguinte em um estado em que se torne impossível para esta ampliar seus conhecimentos (particularmente os mais imediatos), purificar-se dos erros e avançar mais no caminho do esclarecimento []. Isto seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste precisamente neste avanço. E a posteridade está portanto plenamente justificada em repelir aquelas decisões, tomadas de modo não autorizado e criminoso. Quanto ao que se possa estabelecer como lei para um povo, a pedra de toque está na questão de saber se um povo se poderia ter ele próprio submetido a tal lei. Seria certamente possível, como se à espera de lei melhor, por determinado e curto prazo, e para introduzir certa ordem. Ao mesmo tempo, se franquearia a qualquer cidadão, especialmente ao de carreira eclesiástica, na qualidade de sábio, o direito de fazer publicamente, isto é, por meio de obras escritas, seus reparos a possíveis defeitos das instituições vigentes. Estas últimas permaneceriam intactas, até que a compreensão da natureza de tais coisas se tivesse estendido e aprofundado, publicamente, a ponto de tornar-se possível levar à consideração do trono, com base em votação, ainda que não unânime, uma proposta no sentido de proteger comunidades inclinadas, por sincera convicção, a normas religiosas modificadas, embora sem detrimento dos que preferissem manter-se fiéis às antigas. Mas é absolutamente proibido unificar-se em uma constituição religiosa fixa, de que ninguém tenha publicamente o direito de duvidar, mesmo durante o tempo de vida de um homem, e com isso por assim dizer aniquilar um período de tempo na marcha da humanidade no caminho do aperfeiçoamento, e torná-lo infecundo e prejudicial para a posteridade. Um homem sem dúvida pode, no que respeita à sua pessoa, e mesmo assim só por algum tempo, na parte que lhe incumbe, adiar o esclarecimento []. Mas renunciar a ele, quer para si mesmo quer ainda mais para sua descendência, significa ferir e calcar aos pés os sagrados direitos da humanidade. O que, porém, não é lícito a um povo decidir com relação a si mesmo, menos ainda um monarca poderia decidir sobre ele, pois sua autoridade legislativa repousa justamente no fato de reunir a vontade de todo o povo na sua. Quando cuida de toda melhoria, verdadeira ou presumida, coincida com a ordem civil, pode deixar em tudo o mais que seus súditos façam por si mesmos o que julguem necessário fazer para a salvação de suas almas. Isto não lhe importa, mas deve apenas evitar que um súdito impeça outro por meios violentos de trabalhar, de acordo com toda sua capacidade, na determinação e na promoção de si. Causa mesmo dano a sua majestade quando se imiscui nesses assuntos, quando submete à vigilância do seu governo os escritos nos quais seus súditos procuram deixar claras suas concepções. O mesmo acontece quando procede assim não só por sua própria concepção superior, com o que se expõe à censura: Ceaser non est supra grammaticos, mas também e ainda em muito maior extensão, quando rebaixa tanto seu poder supremo que chega a apoiar o despotismo espiritual de alguns tiranos em seu Estado contra os demais súditos.

Se for feita então a pergunta: "vivemos agora uma época esclarecida "?, a resposta será: "não, vivemos em uma época de esclarecimento []. Falta ainda muito para que os homens, nas

condições atuais, tomados em conjunto, estejam já numa situação, ou possam ser colocados nela, na qual em matéria religiosa sejam capazes de fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem. Somente temos claros indícios de que agora lhes foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento geral ou à saída deles, homens, de sua menoridade, da qual são culpados. Considerada sob este aspecto, esta época é a época do esclarecimento ou o século de Frederico.

Um príncipe que não acha indigno de si dizer que considera um dever não prescrever nada aos homens em matéria religiosa, mas deixar-lhes em tal assunto plena liberdade, que, portanto, afasta de si o arrogante nome de tolerância, é realmente esclarecido [] e merece ser louvado pelo mundo agradecido e pela posteridade como aquele que pela primeira vez libertou o gênero humano da menoridade, pelo menos por parte do governo, e deu a cada homem a liberdade de utilizar sua própria razão em todas as questões da consciência moral. Sob seu governo os sacerdotes dignos de respeito podem, sem prejuízo de seu dever funcional expor livre e publicamente, na qualidade de súditos, ao mundo, para que os examinasse, seus juízos e opiniões num ou noutro ponto discordantes do credo admitido. Com mais forte razão isso se dá com os outros, que não são limitados por nenhum dever oficial. Este espírito de liberdade espalha-se também no exterior, mesmo nos lugares em que tem de lutar contra obstáculos externos estabelecidos por um governo que não se compreende a si mesmo. Serve de exemplo para isto o fato de num regime de liberdade a tranquilidade pública e a unidade da comunidade não constituírem em nada motivo de inquietação. Os homens se desprendem por si mesmos progressivamente do estado de selvageria, quando intencionalmente não se requinta em conservá-los nesse estado.

Acentuei preferentemente em matéria religiosa o ponto principal do esclarecimento, a saída do homem de sua menoridade, da qual tem a culpa. Porque no que se refere às artes e ciências nossos senhores não têm nenhum interesse em exercer a tutela sobre seus súditos, além de que também aquela menoridade é de todas a mais prejudicial e a mais desonrosa. Mas o modo de pensar de um chefe de Estado que favorece a primeira vai ainda além e compreende que, mesmo no que se refere à sua legislação, não há perigo em permitir a seus súditos fazer uso público de sua própria razão e expor publicamente ao mundo suas ideias sobre uma melhor compreensão dela, mesmo por meio de uma corajosa crítica do estado de coisas existentes. Um brilhante exemplo disso é que nenhum monarca superou aquele que reverenciamos.

Mas também somente aquele que, embora seja ele próprio esclarecido, não tem medo de sombras e ao mesmo tempo tem à mão um numeroso e bem disciplinado exército para garantir a tranquilidade pública, pode dizer aquilo que não é lícito a um Estado livre ousar: raciocinais tanto quanto quiserdes e sobre qualquer coisa que quiserdes; apenas obedecei! Revela-se aqui uma estranha e não esperada marcha das coisas humanas; como, aliás, quando se considera esta marcha em conjunto, quase tudo nela é um paradoxo. Um grau maior de liberdade civil parece vantajoso para a liberdade de espírito do povo e, no entanto, estabelece para ela limites intransponíveis; um grau menor daquela dá a esse espaço o ensejo de expandir-se tanto quanto possa. Se, portanto, a natureza por baixo desse duro envoltório desenvolveu o germe de que cuida delicadamente, a saber, a tendência e a vocação ao pensamento livre, este atua em retorno progressivamente sobre o modo de sentir do povo (com o que este se torna capaz cada vez mais de agir de acordo com a liberdade), e finalmente até mesmo sobre os princípios do governo, que acha conveniente para si próprio tratar o homem, que agora é mais do que simples máquina, de acordo com a sua dignidade.

ANÁLISE DA OBRA

O texto Resposta à Pergunta: Que é Esclarecimento? foi escrito pelo filósofo alemão Immanuel Kant em 1783, seis anos antes da Revolução Francesa, movimento inspirado pelos ideais iluministas e que alterou o quadro político e social da época. Com o lema "liberdade, igualdade e fraternidade", a revolução aboliu o regime absolutista e consolidou o poder econômico da burguesia.

"O Iluminismo foi um movimento de emancipação intelectual e política que marcou o século 18 em toda a Europa. Nesse período, a ciência combate a superstição e há a constante procura da liberdade política, que se opunha ao absolutismo. Foi, enfim, uma época que fundou as bases da sociedade democrática moderna", descreve o professor Jair Barboza, que dá aulas de Filosofia na PUCPR.

Testemunhados acontecimentos revolucionários do período, Kant defende a instauração do domínio da razão e da liberdade. No início de seu ensaio, o filósofo define o que chama de imaturidade e expõe o conceito de aufklaerung, termo alemão que pode ser traduzido por "iluminismo", "esclarecimento" ou "ilustração".

"Kant vai dizer que o iluminismo é a saída do ser humano da sua imaturidade (menoridade intelectual) e essa imaturidade, para ele, significa a incapacidade de a pessoa servir-se do próprio entendimento. O esclarecimento ocorre quando a pessoa tem a coragem de ser crítica, isto é, de servir-se do próprio entendimento na procura do conhecimento e de sempre examinar o que lhe é transmitido", afirma Barboza.

Segundo Kant, o próprio homem é culpado por sua imaturidade, porque, podendo fazer uso do seu entendimento, deixa-se guiar por outras pessoas, por preguiça ou covardia. O filósofo afirma que os homens muitas vezes preferem pagar para que outros pensem em seu lugar. "Para Kant, é muito cômodo ser imaturo, não se servir da crítica, porque existe muita gente que faz isso por você.

E ele até ironiza, dizendo que, se há livros que substituem o nosso entendimento, se há psicólogos que cuidam da nossa consciência, se há médicos que cuidam da nossa dieta, por que nos preocupar em adquirir tais conhecimentos? E aí há uma preocupação sociológica de Kant. Para ele, as pessoas que não conquistam o esclarecimento viram massa de manobra daqueles que fazem uso utilitário de certos conhecimentos", diz o professor.

De acordo com o filósofo alemão, o homem prefere entregar o seu esclarecimento a tutores, que mostram aos seus "pupilos" o perigo que os ameaça caso tentem "andar" sozinhos. O pensador diz que essa intimidação é realizada por preceitos e fórmulas, e cita como exemplo a atitude das autoridades religiosas que convocam a comunidade a crer sem questionamentos. "Kant diz que a imaturidade religiosa é a mais perniciosa de todas e isso torna o texto bastante atual, pois a nossa época é marcada por várias formas de fanatismo religioso, e isso cega as pessoas. As religiões podem infundir o medo e cegar os fiéis, que passam a ser usados por alguns como ferramentas de poder", afirma.

O professor explica que, para Kant, todo indivíduo vive uma situação de menoridade no início do seu processo de formação, mas há uma hora em que ele precisa se distanciar de seus mestres, analisando criticamente o que dizem. "Nós precisamos de educação, só que há um momento da nossa formação em que temos de nos servir do próprio entendimento. É mais ou menos como um adolescente que em determinada época tem de sair de casa para se virar na vida", compara. Segundo Kant, os homens só atingem o esclarecimento por meio do "uso público da razão", que nada mais é do que a liberdade de expressão. "Kant distingue o uso público do uso privado da razão.

O uso privado é aquele que uma pessoa faz em uma função que lhe foi designada. Um oficial, por exemplo, precisa obedecerás regras que regem o serviço militar e, assim, faz uso

privado da razão. Só que, caso ele discorde da condução de alguma tática de guerra, ele tem o direito de, diante de pessoas letradas, conhecedoras do assunto, fazer o uso público da razão, ou seja, exercitar acrítica", afirma.

Fonte: https://www.mundovestibular.com.br/articles/5253/1/Que-e-Esclarecimento-pelo-filosofo-alemao-Immanuel-Kant/Paacutegina1.html

5.18 - Declaração Universal dos Direitos Humanos. (BRUNO E JOÃO MARCELO).

Artigo I - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II 1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. 2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV - Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas. 4 5

Artigo V - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI - Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII - Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo IX - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X - Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XI - 1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. 2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo XII - Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo XIII - 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo XIV - 1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XV - 1. Todo homem tem direito a uma nacionalidade. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI - 1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução. 2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes. 8 9 3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo XVII - 1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII - Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

Artigo XIX - Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX - 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica. 2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXI - 1. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. 2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país. 3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto. 10 11 Artigo XXII Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo XXIII - 1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXIV - Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo XXV - 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias

fora de seu controle. 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI - 1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será minis trada a seus filhos.

Artigo XXVII - 1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. 2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XXVIII - Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIX - 1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. 2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar 14 15 o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. 3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XXX - Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

ANÁLISE DA OBRA

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adotada em 10 de dezembro de 1948. Para marcar o aniversário, nas próximas semanas, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) publicará textos informativos sobre cada um de seus 30 artigos. A série tentará mostrar aonde chegamos, até onde devemos ir e como honrar aqueles que ajudaram a dar vida a tais aspirações.

Embora o mundo tenha mudado drasticamente em 70 anos — os redatores não previram os desafios da privacidade digital, da inteligência artificial ou da mudança climática —, o foco da Declaração na dignidade humana continua a fornecer uma base sólida para a evolução dos conceitos de liberdade.

Já se passaram 70 anos desde que líderes mundiais determinaram explicitamente quais direitos todos no planeta poderiam esperar e exigir simplesmente por serem humanos. Nascida do desejo de impedir outro Holocausto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos continua a demonstrar o poder das ideias para mudar o mundo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adotada em 10 de dezembro de 1948. Para marcar o aniversário, nas próximas semanas, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) publicará textos informativos sobre cada um de seus

artigos. A série tentará mostrar até onde chegamos, até onde devemos ir e o que fazer para honrar aqueles que ajudaram a dar vida a tais aspirações.

Embora o mundo tenha mudado drasticamente em 70 anos — os redatores não previram os desafios da privacidade digital, da inteligência artificial ou da mudança climática —, o foco da Declaração na dignidade humana continua a fornecer uma base sólida para a evolução dos conceitos de liberdade.

Os ideais universais contidos nos 30 artigos da Declaração vão desde os mais fundamentais — o direito à vida — até aqueles que fazem a vida valer a pena, como os direitos a alimentação, educação, trabalho, saúde e liberdade. Enfatizando a dignidade inerente de cada ser humano, seu preâmbulo enfatiza que os direitos humanos são “a base da liberdade, da justiça e da paz no mundo”.

Com as memórias das guerras mundiais e da Grande Depressão ainda frescas na mente, os redatores explicaram o que não pode ser feito com seres humanos e o que deve ser feito por eles.

O redator chileno Hernán Santa Cruz observou que os então 58 membros da ONU concordaram que os direitos humanos derivam do “fato de existir” — eles não são concedidos por nenhum Estado. Esse reconhecimento, disse ele, “deu origem ao direito inalienável de viver livre de necessidades e opressão e de desenvolver plenamente sua personalidade”.

Por serem inerentes a toda mulher, homem e criança, os direitos listados nos 30 artigos são indivisíveis — todos são igualmente importantes e não podem ser posicionados em uma hierarquia. Nenhum direito humano pode ser plenamente realizado sem perceber todos os demais. Dito de outra forma, a negação de um direito torna mais difícil desfrutar dos outros.

A DUDH deixa um legado incrível. Seu apelo universal se reflete no fato de que ela detém o recorde mundial do Guinness como o documento mais traduzido — disponível até hoje em 512 idiomas, de abkhaz a zulu.

O documento apresentado à ONU em 1948 não era o tratado vinculativo detalhado que alguns dos delegados esperavam. Foi uma declaração de princípios, com uma notável ausência de fórmulas legais detalhadas.

Eleanor Roosevelt, primeira presidente da incipiente Comissão da ONU para os Direitos Humanos e viúva do presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, sublinhou repetidamente a necessidade de “um texto claro e breve, que pudesse ser prontamente compreendido pelo homem e pela mulher comuns”.

Levou 18 anos até a adoção de dois tratados internacionais vinculantes que moldaram os direitos humanos internacionais de todos os tempos. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos foram adotados em 1966 e, juntamente com a Declaração, são conhecidos como a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Nos últimos 70 anos, a DUDH permeou praticamente todos os cantos do direito internacional. Seus princípios estão incorporados nas legislações nacionais, bem como em importantes tratados regionais, e mais de 90 Estados consagraram sua linguagem e princípios nas Constituições. Muitos tratados da ONU, incluindo aqueles sobre os direitos das mulheres e das crianças, sobre tortura e sobre discriminação racial, são derivados de artigos específicos da DUDH.

Hoje, todos os Estados-membros da ONU ratificaram pelo menos um dos nove principais tratados internacionais de direitos humanos, e 80% ratificaram quatro ou mais, dando expressão concreta à universalidade da DUDH e dos direitos humanos internacionais.

Esse progresso tem sido frequentemente resultado de lutas heroicas de defensores dos direitos humanos. “Direitos humanos não são coisas que são colocadas na mesa para as pessoas se divertirem”, disse Wangari Maathai, a falecida ativista ambiental queniana e laureada do Nobel. “São coisas pelas quais você luta e depois protege”.

Todo o texto da DUDH foi composto em menos de dois anos, um consenso extraordinário alcançado em uma época em que o mundo havia recentemente se dividido em blocos comunistas orientais e ocidentais, quando o linchamento ainda era comum nos Estados Unidos e o apartheid estava sendo consolidado na África do Sul.

O representante sírio na ONU da época observou que a Declaração não era o trabalho da Assembleia Geral, mas “a realização de gerações de seres humanos que trabalharam para esse fim”.

No entanto, a tarefa de cristalizá-lo no papel coube a um pequeno grupo de redatores de diversas origens, incluindo o dramaturgo chinês Chang Peng-Chun e Charles Malik, um filósofo e diplomata libanês. O fato de que o termo “homem” em documentos anteriores tornou-se “todos” na DUDH ocorreu graças ao trabalho de mulheres delegadas como Hansa Mehta, da Índia, Minerva Bernardino, da República Dominicana, e Begum Shaista Ikramullah, do Paquistão.

A versão final foi apresentada à Assembleia Geral, em uma sessão de fim de noite em Paris, em 9 de dezembro de 1948, por um descendente de negros escravizados, o delegado haitiano Emile Saint-Lot. O projeto de resolução sobre direitos humanos, disse ele, foi “o maior esforço já feito pela humanidade para dar à sociedade novas bases legais e morais”.

Até mesmo o local da sessão da Assembleia Geral foi pungente. O Palais de Chaillot era o ponto de vista do qual Adolf Hitler fora fotografado, com a Torre Eiffel ao fundo, durante sua curta viagem pela cidade em 1940 — uma imagem icônica da Segunda Guerra Mundial.

No dia seguinte, 10 de dezembro (agora comemorado anualmente como Dia dos Direitos Humanos), 58 países levaram os direitos humanos para o direito internacional, ampliando as sete referências ao termo na Carta da ONU, que tornou a promoção e a proteção dos direitos humanos um objetivo essencial e um princípio orientador da Organização.

Os redatores examinaram cerca de 50 Constituições contemporâneas para garantir a inclusão de direitos de diversos países do mundo. Grande inspiração também foi dada pelas “Quatro Liberdades” proclamadas pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt, em 1941. Ele definiu liberdades humanas essenciais como liberdade de expressão, liberdade de religião, liberdade de viver sem necessidades e liberdade de viver sem medo, e explicou que “liberdade significa a supremacia dos direitos humanos em todos os lugares”.

A DUDH avançou dos direitos dos cidadãos (como na Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789) para os direitos dos seres humanos, iguais para todos, quer pertençam a um determinado país ou não. Também repudiava claramente a noção de que os Estados tinham liberdade para fazer o que quisessem com as pessoas em seu território. No Tribunal Militar de Nuremberg, em 1945 e 1946, os líderes nazistas haviam afirmado que não poderiam ser culpados dos “crimes contra a humanidade” recém-concebidos porque, nas palavras do deputado de Hitler, Hermann Goering, “era nosso direito! Nós éramos um Estado soberano e isso era algo estritamente da nossa conta”.

A elevação dos direitos humanos ao nível internacional significa que o comportamento dos países não é mais governado apenas pelos padrões nacionais. E desde a adoção da DUDH, seu princípio fundamental, de que os direitos humanos não podem ser esquecidos por conveniência política ou militar foi progressivamente absorvido não apenas pelo direito internacional, mas também por uma rede cada vez maior de legislações e instituições regionais e nacionais, incluindo aquelas estabelecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e por União Africana e Europa.

Todos os países agora estão sujeitos a escrutínio externo — um conceito que levou à criação do Tribunal Penal Internacional, em 1998, bem como os tribunais penais internacionais da ONU e tribunais especiais para Ruanda, antiga Iugoslávia, Serra Leoa, Líbano, Camboja e Timor Leste. Houve também um aumento dramático no número de especialistas e comitês independentes da ONU que monitoram a implementação dos principais tratados internacionais de direitos humanos, e o Conselho de Direitos Humanos da ONU estabeleceu um sistema conhecido como Revisão Periódica Universal, no qual todos os Estados têm seu histórico de direitos humanos examinado pelos demais países a cada cinco anos.

Elogiada como um documento vivo, a DUDH estimulou movimentos, como a oposição ao apartheid, e abriu as portas para a elaboração de novos direitos, como o direito ao desenvolvimento. A exigência está sendo continuamente elevada no que se refere a alguns direitos citados na DUDH, como o conceito do que se constitui um julgamento justo. Tratados de direitos mais recentes, como aqueles sobre pessoas com deficiência, foram redigidos não apenas por especialistas, mas com o envolvimento direto dos afetados.

Por outro lado, 70 anos depois, racismo, discriminação e intolerância permanecem entre os maiores desafios do nosso tempo. Os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião — indispensáveis ao funcionamento da sociedade civil — continuam sendo atacados em todas as regiões do mundo. Os governos muitas vezes estão prontos para contornar ou atropelar direitos na busca do que consideram segurança, ou para manter o poder ou sustentar a corrupção. Apesar do fato de todos os 193 Estados-membros da ONU terem assinado a Declaração, nenhum deles cumpre totalmente sua promessa. Como Nelson Mandela observou em seu discurso de 1998 na Assembleia Geral, marcando o 50º aniversário da DUDH, seus fracassos em fazê-lo “não são um resultado pré-ordenado das forças da natureza ou um produto da maldição das divindades. São consequências das decisões que homens e mulheres tomam ou se recusam a tomar”. Fruto de péssimas lideranças políticas, econômicas e outras.

No entanto, ao mesmo tempo, a DUDH continua a fornecer a base para a discussão de novas questões, como a mudança climática, que “prejudica a garantia de toda a gama de direitos humanos — do direito à vida, à comida, ao abrigo e à saúde ”, nas palavras da ex-chefe de direitos humanos da ONU, Mary Robinson. Todos os direitos previstos na Declaração estão no cerne dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que buscam criar um mundo melhor até 2030, acabando com a pobreza e a fome, entre outras metas.

Fonte: https://nacoesunidas.org/onu-publica-textos-explicativos-sobre-cada-artigo-da-declaracao-universal-dos-direitos-humanos/

6 - INSERÇÃO DE OBRAS

6.1 - Romance - Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. (VÍTOR).

“Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador dos outros, e ainda assim o dou a lume”. A frase, que até pode parecer um pouco pessimista, é o primeiro parágrafo do livro *Úrsula*, romance escrito por Maria Firmina dos Reis, que usou a naturalidade de maranhense para assinar a obra -- designando os limites do ano de 1887 para uma mulher que se aventurava nas letras.

Mesmo sem o nome nas primeiras edições de *Úrsula*, Maria escreveu uma obra que transcendeu gerações e propôs uma nova abordagem à retratação do escravo brasileiro. Aliás, “mesmo” é uma palavra que pode simbolizar grande parte da história do livro de Maria: mesmo sendo 1887, *Úrsula* foi escrito por uma mulher; mesmo sendo um contexto literário onde o escravo

não tinha um espaço, Maria escreveu um enredo que engloba o ponto de vista do negro; e mesmo tendo importância fundamental a literatura brasileira, poucos sabem sobre *Úrsula*, ou Maria.

Por isso, o **Correio** foi ouvir especialistas, levantar informações e deixar claro porquê *Úrsula*merece ser a sua próxima leitura, principalmente, após saber que o raro livro pode ser gratuitamente baixado pela página do portal Suplemento, no link: facebook/suplementopernambuco

Você em 2017, e Úrsula em 1887

A grafia das palavras “Abysmos” (abismos) e “Deos” (Deus) que Maria Reis aplicou em*Úrsula* se junta com tantas outras palavras escritas diferentemente do que conhecemos hoje. Isso serve para apontar uma época tão longínqua quanto se é possível imaginar, mas com uma coragem tão moderna quanto se é possível buscar, pelo menos é o que acredita Danglei Pereira, professor de literatura brasileira e coordenador de pós-graduação em literatura da Universidade de Brasília. “*Úrsula* é um romance de meados do século 19 que ao abordar temas polêmico como a espoliação de personagens menos favorecidos socialmente, antecipa o vigor irônico e derrisório de (outros) contos”, defende.

Você deve estar se perguntando: mas que coragem? A resposta é simples: o ato de representar personagens negros por um ponto de vista positivo, mesmo sendo um típico livro de folhetim (aqueles com uma história separada em partes, de típica leitura feminina e burguesa da época) que levanta a bandeira do abolicionismo. Segundo Pereira, "ao apresentar a situação dos escravos em uma sociedade, ainda modulada pela monarquia e a escravidão e, principalmente, problematizar as relações humanas no século 19, o romance coloca em discussão problemas até então pouco discutidos nessa sociedade”.

A história de Úrsula

A princípio, o livro parece ser mais um com o típico triângulo amoroso entre Úrsula (a jovem humilde e desamparada), Tancredo (o homem afortunado e bem apessoado) e o tio de Úrsula (o vilão sem escrúpulos). Mas mesmo – lembra dessa palavrinha? – que a sinopse pareça tão comum aos folhetins de época, os três personagens que realmente ganham a trama contam a história de um Brasil, até então, não plenamente representado: o Brasil escravocrata.

Túlio, Susana e Antero são três personagens negros, que questionam, agem e acima de tudo: traçam uma identidade do Brasil. “Uma das principais contribuições do romance de Maria Firmina dos Reis é problematizar a formação identitária no Brasil ao focalizar personagens silenciados historicamente”, ensina Pereira. Já o professor Eduardo Duarte e a mestre Adriana de Oliveira, em artigo publicado pelo portal *PasseiWeb* completam: “O negro não foi apenas colocado na trama em pé de igualdade frente ao rico cavaleiro. Mais que isto, ele foi a "base de comparação" para que o leitor aquilatasse o valor do jovem herói branco”.

Maria, Machado e o poder do cânone literário

Naturalmente, Maria não foi a única autora a tratar a escravidão ou o racismo no Brasil, como o professor Pereira aponta: “É preciso lembrar que os autores negros do século 19, entre eles, Machado de Assis e, posteriormente, Cruz e Souza e Lima Barreto, já na transição para o século 20, também problematizam a fragilidade de uma literatura brasileira feita, apenas, por personagens ‘brancos’”.

Mas por que não é tão comum ouvir, ou estudar o trabalho de Maria? “Ler o texto literário em sala de aula é tarefa cada vez mais rara em nossas escolas e vestibulares e, por isso, não só o romance *Úrsula* vem perdendo espaço na sala de aula; mas a discussão do literário e sua especificidade”, ressalta Pereira, que ainda completa: “Esta situação é algo muito preocupante e que denota a necessidade de retomarmos a leitura literária como fator de formação de cidadãos críticos”.

“Acredito que as aulas de língua portuguesa e literatura devem valorizar a diversidade de autores e obras literárias em um contexto de ampliação dos limites fixos do cânone. Ler literatura é uma possibilidade de ampliar nossos conhecimentos de mundo e valorizar criticamente nossa formação cultural”, conclui o professor.

Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/08/04/interna_diversao_arte,614989/ursula-livro.shtml

6.2 - Reportagem - Museu Nacional: Em 10 anos, fogo dizima ao menos 8 prédios com tesouros culturais e científicos do país. (JACKELINE E JOÃO MARCELO).

Nos últimos anos, o Brasil assistiu a pelo menos 8 grandes incêndios que consumiram prédios que guardavam acervo com valor artístico, histórico e científico.

Neste domingo, o país perdeu parte da sua história guardada no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Os bombeiros levaram seis horas para conter as chamas no mais antigo museu do Brasil, que tinha 20 milhões de itens e apresentava problemas de manutenção.

O que tinha no acervo do Museu Nacional e foi consumido pelo fogo
Cientista arromba porta de Museu Nacional em chamas para recuperar peças 'insubstituíveis'

Em julho de 1978, o Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro viu telas de Picasso, Miró, Dalí e de centenas de artistas brasileiros queimarem em 40 minutos de incêndio, conforme o relato de jornais na época.

Do acervo, de mais de mil peças, restaram apenas 50. O trauma foi tamanho que somente nos anos 1990 o Brasil reconquistou a confiança de instituições internacionais para sediar exposições de grande porte.

Nos últimos dez anos, contudo, o fogo voltou a destruir museus, teatros e institutos. Além do Museu Nacional do Rio, outros 7 prédios, listados a seguir, sofreram perdas históricas com incêndios.

1. Teatro Cultura Artística, 2008

Destruído por um incêndio que durou mais de quatro horas em 2008, o Teatro Cultura Artística, na região central de São Paulo, até hoje está coberto por tapumes.

Foi inaugurado em 1950, com um concerto de Heitor Villa-Lobos.

O teto desabou, uma sala foi inteiramente incendiada e uma outra ficou alagada. Além de dois pianos e equipamentos de som e iluminação, foram destruídos o figurino das peças *O Bem Amado* , do ator Marco Nanini, e *Toc Toc* .

O afresco de Di Cavalcanti na fachada, com 48 metros de largura e 8 metros de altura, é um dos poucos pontos da estrutura original com condições de ser restaurado.

As causas do incêndio são desconhecidas. Sabe-se apenas que ele começou perto da cortina do palco.

No decorrer da última década, vários prazos para o início da recuperação não foram cumpridos perdidos. Desde março, contudo, o local está em obras, e a expectativa é de que o novo teatro fique pronto em 2021.

Image captionProjeto da nova fachada do Cultura Artística, que pegou fogo em 2008 e está previsto para ser reinaugurado em 2021

2. Instituto Butantan, 2010

Em maio de 2010, um incêndio atingiu o laboratório de répteis do Instituto Butantan, na Zona Oeste de São Paulo, destruindo um dos principais acervos de cobras do mundo.

O fogo atingiu o prédio em que cientistas pesquisavam cobras, aranhas e escorpiões. Parte dos animais foi retirada com vida do local e levada para um local seguro.

Segundo o Instituto Butantan, a coleção atingida pelo incêndio possuía cerca de 77 mil cobras catalogadas e cerca de 5 mil em processo de registro.

"É uma tragédia da proporção do incêndio da biblioteca de Alexandria", afirmou à imprensa, na ocasião, Francisco Luiz Franco, que era curador da coleção de serpentes do Instituto Butantan, referindo-se ao fogo que consumiu a maior biblioteca da Antiguidade.

Mais de 100 anos de História e de conhecimento acumulado, ainda segundo o especialista, virou pó com as chamas.

3. Memorial da América Latina, 2013

Em novembro de 2013, um incêndio atingiu o Memorial da América Latina, em São Paulo, e destruiu o auditório Simón Bolívar, onde havia uma tapeçaria de 800 metros quadrados da artista Tomie Ohtake.

Onze integrantes do Corpo de Bombeiros e um brigadista ficaram feridos enquanto tentavam conter as chamas.

O laudo do Instituto de Criminalística de São Paulo apontou um curto-circuito como causa do incêndio. Segundo a perícia, pouco antes do início do fogo, havia faltado luz no local e um gerador reserva fora acionado, o que pode ter provocado uma sobrecarga de energia.

4. Museu de Ciências Naturais da PUC de Minas Gerais, 2013

Em janeiro de 2013, um incêndio destruiu réplicas, cenários, fiações e pisos do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, em Belo Horizonte. A instituição tem um dos maiores acervos de fósseis de mamíferos do Brasil.

Na ocasião, uma funcionária do serviço de limpeza foi resgatada, sem ferimentos, de uma sacada do terceiro andar do prédio, depois de ter ficado cercada pelas chamas.

O fogo atingiu principalmente o segundo andar, onde havia três exposições: uma sobre a vida no Cerrado, outra sobre o paleontólogo dinamarquês Peter Lund, e uma sobre o Período Pleistoceno.

Na ocasião, o bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, dom Joaquim Mol, disse que "o prejuízo científico foi incalculável".

5. Centro Cultural Liceu de Artes e Ofícios, 2014

Fundado em 1873, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, no centro da capital paulista, reabriu as portas como centro cultural somente no mês passado, depois de ficar mais de quatro anos fechado.

Em 2014, um incêndio destruiu seu galpão centenário.

O Liceu se tornou referência na capital paulista como escola de ensino técnico profissionalizante e de formação geral. No início dos anos 1920, o engenheiro e arquiteto Ramos de Azevedo assumiu sua direção, e seu escritório contratou obras para serem executadas por artesãos e alunos.

Em 1930, a instituição desenvolveu e fabricou o primeiro hidrômetro (instrumento usado para medir a velocidade ou o escoamento da água) inteiramente nacional.

O incêndio de fevereiro de 2014 queimou quadros, esculturas, móveis antigos e réplicas em gesso. Entre as 35 peças danificadas, estava a versão em gesso da *Pietá* , de Michelangelo, cujo original em mármore está na Basílica de São Pedro, no Vaticano.

Quando pegou fogo, em razão de um curto-circuito, o auto de vistoria dos Bombeiros estava vencido.

6. Museu da Língua Portuguesa, 2015

Image captionObra de restauração do Museu da Língua Portuguesa, que pegou fogo em 2015

Em 21 de dezembro de 2015, chamas tomaram conta dos três andares e da cobertura do Museu da Língua Portuguesa, no centro de São Paulo, que naquela segunda-feira estava fechado para o público.

Tudo virou cinza. À época, Isa Ferraz, curadora do museu, classificou o incêndio como uma "tragédia". O bombeiro civil Ronaldo Pereira da Cruz, que atuava no museu, morreu ao abrir uma porta enquanto o prédio pegava fogo.

Inaugurado em março de 2006, era um dos museus mais visitados do Brasil e da América do Sul, e o primeiro do mundo dedicado exclusivamente a um idioma.

A estrutura ainda está sendo reconstruída, e a previsão é que fique pronta no ano que vem. Os responsáveis pela restauração estão aproveitando para reformar a fachada até de áreas que não foram atingidas pelo fogo, como a torre do relógio e as paredes do saguão da estação da Luz.

7. Cinemateca Brasileira, 2016

Em fevereiro de 2016, a Cinemateca Brasileira perdeu de forma definitiva 270 títulos. Um incêndio em um dos quatro depósitos do galpão na parte de trás do terreno na Vila Clementino, bairro da zona sul de São Paulo, destruiu cerca de 731 - dos quais 461 felizmente possuía cópia de segurança - de seus 44 mil títulos, entre cinejornais com cenas do noticiário político e curtas-metragens.

Os rolos carbonizados eram feitos de nitrato de celulose, substância inflamável usada em películas cinematográficas até os anos 1950.

Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/amp/brasil-45348664

6.3 - Artigo científico - O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. (ELVIS, JACKELINE, NILDO E STEVE).

The rupture of the Mariana dam and its social-environmental impacts

Luciano M. N. Lopes

RESUMO: Considerada por muitos especialistas como o maior desastre ambiental da história do Brasil, a "tragédia de Mariana" teve ampla cobertura jornalística, inclusive pela imprensa estrangeira. O presente trabalho tem por escopo revisitar as principais matérias, reportagens, entrevistas e laudos técnicos de órgãos públicos e privados que retrataram o tema, realizando uma análise crítica e pontual sobre o desastre ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão e suas consequências socioambientais. A represa, que pertencia à mineradora Samarco S/A, estava localizada na cidade mineira de Mariana e sua ruptura, causada por circunstâncias ainda não esclarecidas, gerou uma tsunami devastadora de lama de rejeitos que dizimou o distrito de Bento Rodrigues, ceifou vidas humanas, contaminou rios e destruiu florestas inteiras. Malgrado os efeitos do acidente ainda estejam sendo dimensionados, sabe-se que os danos causados ao meio ambiente e às populações atingidas são indeterminados, imprevisíveis e incalculáveis. Palavras-chave: rompimento de barragem; tragédia de Mariana; impactos socioambientais; direito ambiental.

Figura1: Pico do Cauê, que simplesmente desapareceu da paisagem de Itabira por causa da mineração. Foto do Arquivo Público Mineiro.

Chego à sacada e vejo a minha serra, a serra de meu pai e meu avô, de todos os Andrades que passaram e passarão, a serra que não passa. Era coisa dos índios e a tomamos para enfeitar e presidir a vida neste vale soturno onde a riqueza maior é a sua vista a contemplá-la. De longe nos revela o perfil grave. A cada volta de caminho aponta uma forma de ser, em ferro, eterna, e sopra eternidade na fluência. Esta manhã acordo e não a encontro. Britada em bilhões de lascas deslizando em correia transportadora entupindo 150 vagões no trem-monstro de 5 locomotivas - trem maior do mundo, tomem nota - foge minha serra, vai deixando no meu corpo a paisagem mísero pó de ferro, e este não passa. ("A Montanha Pulverizada" - Carlos Drummond de Andrade - 1902 - 1987).

É cediço que na história da mineração brasileira e mundial acidentes ocorrem com relativa frequência. Alguns sequer chegam a serem noticiados pela grande mídia, passando despercebidos pela maioria da população. Todavia, a tragédia ocasionada pelo rompimento da barragem de Fundão foi particularmente dramática, haja vista suas consequências socioambientais de grande amplitude.

A represa encontrava-se localizada no município de Mariana/MG e foi especificamente construída para servir de depósito dos resíduos gerados durante o processo de mineração de ferro. Pertencia à empresa Samarco S/A, cujos acionistas majoritários são a Companhia Vale do Rio Doce e a anglo-australiana BHP Billinton.

No dia 05 de novembro de 2015, o dique de Fundão entrou em colapso e rompeu-se, causando um desastre ambiental sem precedentes na história do Brasil. Os efeitos imediatos dessa tragédia, ainda em desenvolvimento, puderam ser observados desde a jusante da barragem destruída, em Figura1: Pico do Cauê, que simplesmente desapareceu da paisagem de Itabira por causa da mineração. Minas Gerais, até a foz do rio Doce, no mar do Espírito Santo. Seu legado: um rastro de destruição, contaminação e mortes.

O presente trabalho possui como objetivo principal realizar uma abordagem crítica, científica e pontual sobre as prováveis causas do rompimento da barragem, sem olvidar os efeitos socioambientais e econômicos advindos desse desastre.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de revisão bibliográfica com abordagem técnica qualitativa. Em face da escassez de material de pesquisa, uma vez que o “desastre de Mariana” é fato recente e com poucas obras científicas publicadas, optou-se pela utilização de toda fonte literária disponível que estivesse correlacionada ao assunto. Assim, a pesquisa desenvolveu-se sob o arcabouço de matérias jornalísticas, reportagens, entrevistas e laudos técnicos de órgãos públicos e privados que versaram sobre o tema.

AS BARRAGENS DE FUNDÃO E SANTARÉM

Criadas para receberem os rejeitos provenientes do processo de extração de minério de ferro pela mineradora Samarco S/A, as barragens de Fundão e Santarém estavam localizadas num complexo que, ironicamente à tragédia anunciada, chamava-se “Alegria”.

Estudos preliminares (BRASIL, 2015) apontam que, somente na barragem de Fundão, havia aproximadamente 50 milhões de m³ de resíduos, classificados, segundo a NBR 10.004, como sólidos, não perigosos e não inertes, como o ferro e o manganês, ou seja, sua composição era formada basicamente por areia e metais.

No dia 05/11/2015, por volta das 16 h e 20 min., a barragem de Fundão entrou em colapso e rompeu-se. Com a ruptura, cerca de 34 milhões de m³ de rejeitos de minério, o equivalente a quatorze mil piscinas olímpicas, foram diretamente lançados no meio ambiente, atingindo a barragem de Santarém, logo à jusante, causando-lhe sérias avarias e o seu transbordo. Os 16 milhões de m³ restantes ainda continuam sendo despejados, vagarosamente, seguindo o sentido da correnteza das águas em direção à foz do Rio Doce, no oceano espírito-santense (BRASIL, 2015).

Pari passu ao rompimento da barragem de Fundão e o consequente “galgamento” da barragem de Santarém, formou-se uma devastadora tsunami de lama residual que aniquilou Bento Rodrigues e causou sérios transtornos a outros sete distritos de Mariana/MG, além de contaminar importantes rios como o Gualaxo do Norte, do Carmo e o Doce.

Segundo Gonçalves, Vespa e Fusco (2015), as barragens do complexo operavam através de um método tradicionalmente utilizado em todo mundo: o aterro hidráulico. Nesse sistema, os resíduos separados do ferro durante o processo de mineração são escoados até as bacias

(barragens) por força da ação gravitacional. Já a filtragem da água é realizada pela areia, localizada estrategicamente na parte frontal dessas bacias.

A despeito do sistema de aterro hidráulico ser o mais utilizado em todo mundo, atualmente existem técnicas mais modernas que permitem a drenagem mais segura dos resíduos da mineração através de filtros. Esse novo sistema, entrementes, eleva em até seis vezes os custos de produção, o que tem inviabilizado sua utilização pela maioria das empresas. Desta forma, esclarece Edilson Pissato, professor de geologia de engenharia da Universidade de São Paulo (USP), as mineradoras preferem assumir os riscos advindos da utilização de sistemas mais tradicionais e menos onerosos (GONÇALVES; VESPA; FUSCO, 2015).

No caso do rompimento da barragem de Mariana/MG os especialistas são uníssonos em afirmar que a utilização de técnicas mais modernas de filtragem dos resíduos, a manutenção correta das barragens, a utilização de instrumentos de monitoramento eletrônico, a implementação de sistemas de alerta, a adoção de planos emergenciais e, sobretudo, uma fiscalização séria e eficiente pelos órgãos competentes são medidas que, se estivessem em pleno funcionamento, certamente teriam evitado o desastre ou minimizariam seus impactos socioambientais.

AS PROVÁVEIS CAUSAS DO ROMPIMENTO

Logo após o acidente, diversos órgãos estatais abriram múltiplas linhas de investigação em busca de respostas concretas sobre os motivos, as circunstâncias e os efeitos da tragédia:

1. Pela Polícia Civil de Minas Gerais abriu-se inquérito criminal para se investigar os crimes ambientais e os contra a vida já identificados, além de outros delitos que porventura fossem evidenciados no transcorrer das investigações;

2. A pedido do Procurador da República, José Adércio Leite Sampaio, a Superintendência da Polícia Federal de Minas Gerais instaurou inquérito policial visando apurar os crimes e as causas da tragédia. A solicitação firma-se no entendimento de que a investigação do desastre também é da competência da Polícia Federal, uma vez que as consequências do acidente possuem amplitude nacional e não se limitam ao território de Minas Gerais, estendendo-se até o mar do Espírito Santo;

3. Pelo Ministério Público de Minas Gerais criou-se “força-tarefa” composta por nove promotores de justiça, cuja finalidade principal é identificar, por intermédio de inquéritos civis, as causas do rompimento da barragem. De forma simultânea a essa linha de investigação principal, diligências técnicas estão sendo efetivadas no sentido de se aferir a segurança e estabilidade das barragens de Santarém e de Germano que, segundo a própria mineradora Samarco, encontram-se em iminente perigo estrutural. Esses inquéritos civis servirão de base para se ajuizarem futuras ações de responsabilidade civil pelos danos causados ao meio ambientee às comunidades atingidas, sendo que algumas já estão em pleno andamento;

4. Já o Ministério Público Federal – MPF - instaurou quatro inquéritos civis com objetivo de se apurar as responsabilidades pela tragédia. Para isso, designou sete procuradores federais (quatro de Minas Gerais, dois do Espírito Santo e um do Rio de Janeiro) que envidarão esforços em conjunto para identificar os responsáveis pelos danos socioambientais; apurar irregularidades dos órgãos responsáveis pela fiscalização; adotar medidas destinadas à proteção das comunidades tradicionais atingidas (índios e quilombolas); identificar e acompanhar a existência e a eficácia de medidas preventivas nas barragens do Complexo de Germano e; instaurar e conduzir procedimento investigatório criminal, objetivando apurar as causas e as responsabilidades quantos aos crimes ambientais

Contudo, devido à complexidade e magnitude da tragédia não são esperadas respostas conclusivas antes de decorridos seis meses, haja vista que boa parte das averiguações depende do resultado de laudos, o que inviabiliza adoção de prazo peremptório para o término dos inquéritos e de outros estudos técnicos. Em que pese as investigações oficiais estarem longe de

um fim, peritos do setor afirmam que as possíveis causas para o rompimento da barragem devem estar relacionadas ao processo de liquefação; aos abalos sísmicos que antecederam o desastre; a falhas na construção/manutenção das barragens; a uma fiscalização deficitária pelos órgãos competentes e à utilização do reservatório acima de sua capacidade de armazenamento.

Para a maior parte dos especialistas, entretanto, o processo de liquefação configura-se na hipótese mais provável para o colapso da represa de Fundão. O fenômeno emerge quando a camada de areia depositada na parte frontal das barragens opera no sentido inverso à sua utilização, ou seja, ao invés de expelir a água, ela a retém. Isso ocorre devido a mudanças abruptas na pressão interna do depósito, fazendo com que a areia transforme-se em lama e deixe de filtrar os resíduos.

A segunda causa refere-se aos pequenos tremores que precederam à tragédia. Segundo sismógrafos da Universidade de Brasília (UNB), no dia do rompimento das barragens, pelo menos onze pequenos abalos sísmicos, cujas magnitudes oscilaram entre 1,7 a 2,7 graus na Escala Richter, foram detectados nas áreas correspondentes às localidades de Mariana, Itabira e Itabirito. Todavia, ainda não há como se afirmar, de forma cabal, se existe uma correlação entre os tremores e o rompimento das barragens, conforme asseverou George Sandi França, professor chefe do Observatório Sismológico da UNB, em reportagem exibida pelo Site G1:

Dentre esses eventos, três foram muito próximos da barragem que se rompeu. Normalmente, por mais que sejam de rejeitos, as barragens são construídas para suportar magnitudes maiores [...]. É muito prematuro afirmar que a ação dessa pequena atividade possa ter gerado o rompimento. Mas existe a relação que depois do tremor, a barragem se rompeu (SITE G1, 2015).

O aumento exacerbado na produção de minério de ferro pela empresa extrativista alicerça a terceira hipótese como causa provável da tragédia. Somente no último ano, houve um incremento da ordem de 37% na geração do minério. Com a aceleração da produção e o consequente aumento do volume de rejeitos, a empresa iniciou, em julho de 2015, obras de elevação de sua estrutura com o objetivo de ampliar sua capacidade de armazenamento. Acredita-se que, mesmo após as obras de ampliação, houve um acúmulo de material superior à capacidade suportada pela barragem, causando-lhe o seu rompimento.

A última teoria diz respeito à negligência da mineradora Samarco e à vigilância deficitária dos órgãos responsáveis pela fiscalização. Em matéria veiculada pela Revista Isto É e intitulada “Lama e Descaso”, a jornalista Perez (2015) revelou que, em outubro de 2013, a empresa já tinha sido devidamente advertida sobre a possibilidade de colapso na represa de Fundão. Segundo laudo realizado pelo Instituto Prístino e apresentado à mineradora, diversos aspectos técnicos da barragem foram colocados sob alerta. Apesar dos avisos e advertências, a Samarco não interrompeu a exploração de minério de ferro na região e tampouco procedeu aos reparos que foram orientados pelos técnicos. Ao ignorar os laudos que alertavam tanto sobre as falhas na construção como na manutenção da barragem a empresa de mineração demonstrou evidente descaso e assumiu para si os riscos da tragédia que, entrementes, poderia ter sido evitada se houvesse rigor nas fiscalizações e na vigilância realizadas pelos órgãos competentes. A despeito de suas causas e consequências ainda serem objetos de análise de estudos complexos e aprofundados, a tragédia de Mariana, ainda em curso, já é considerada por muitos especialistas como o maior desastre socioambiental da história do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os impactos socioambientais e econômicos Um dia após a catástrofe, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - Ibama - órgão responsável pelo monitoramento e controle ambiental em nível federal, iniciou o acompanhamento in loco da evolução do desastre. O resultado desse trabalho culminou na elaboração de um documento científico intitulado “Laudo

Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais", o qual fora concebido para subsidiar a propositura de Ação Civil Pública por danos causados ao meio ambiente pela mineradora Samarco. Nele, o órgão ambiental evidenciou e relatou "impactos agudos de contexto regional, entendidos como a destruição direta de ecossistemas, prejuízos à fauna, flora e socioeconômicos, que afetaram o equilíbrio da Bacia Hidrográfica do rio Doce, com desestruturação da resiliência do sistema" (BRASIL, 2015, p. 2).

De uma análise primária e sistemática do citado documento infere-se que a tragédia de Mariana configurou-se num desastre socioambiental de proporções nunca antes vista na história da mineração brasileira e mundial.

Decerto, os efeitos dramáticos e perversos do "desastre de Mariana" serão sentidos por décadas e gerações, principalmente aquelas formadas por comunidades que estão localizadas dentro da bacia hidrográfica do rio Doce.

Nesse ínterim, os três subitens a seguir trarão importantes elementos e profundas análises sobre os impactos causados ao distrito de Bento Rodrigues, à flora e às Áreas de Preservação Permanentes atingidas, bem como ao rio Doce e a sua ictiofauna.

O distrito de Bento Rodrigues

Com população estimada em 612 habitantes, o distrito de Bento Rodrigues, localizado na cidade mineira de Mariana, foi o primeiro a receber o impacto da onda de rejeitos. Devido à violência da enxurrada, o pequeno povoado simplesmente desapareceu – soterrado em um mar de lama. Todos os sobreviventes ficaram desabrigados, pois suas casas, igrejas e colégios foram arrastados e destruídos pela força descomunal da avalanche.

Corroborando com a descrição acima, o Ibama, através da Nota Técnica 02001.002155/2015- 91 CSR/IBAMA, descreveu o uso do solo na área afetada de Bento Rodrigues. No que diz respeito ao impacto causado nas habitações, aduziu que "das 251 edificações mapeadas em Bento Rodrigues, 207 apresentaram sobreposição com o polígono da área atingida, ou seja, 82% das edificações foram atingidas" (BRASIL, 2015, p. 25). Bento Rodrigues, embora vilarejo, era um distrito que possuía uma história majestosa e digna de orgulho entre os seus concidadãos. Com 317 anos de existência, abrigava igrejas centenárias com obras sacras importantes e monumentos de notória relevância cultural, além de fazer parte da rota da Estrada Real no século XVII. Além das perdas de vidas humanas, cujos valores são incalculáveis, em apenas onze minutos de avalanche todo patrimônio histórico e cultural, construído ao longo de séculos, fora dizimado pelo mar de rejeitos (GONÇALVES; VESPA; FUSCO, 2015).

Até o dia 16/12/2015, segundo informações de órgãos oficiais, dezessete corpos de vítimas já haviam sido reconhecidos. Todavia, o nome de duas pessoas (um funcionário da Samarco e outro de uma empresa terceirizada) ainda constava na lista de desaparecidos.

A flora e as Áreas de Preservação Permanentes atingidas

Conforme dispõe o artigo 3º, II do Novo Código Florestal - Lei nº 12.651/2012 - considera-se Área de Preservação Permanente - APP - a "área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas" (BRASIL, 2012). Para o IBAMA, as florestas estabelecidas ao longo dos cursos d'água são vitais para o equilíbrio de todo o ecossistema e da biodiversidade local, especialmente em relação ao sistema hídrico:

É inegável a importância ecológica de florestas ao longo de cursos d'água, com reflexos tanto para a manutenção da biodiversidade local como para as comunidades que com ela interagem de forma social e econômica. As vegetações nessas áreas atenuam a erosão do solo, regularizam os fluxos hídricos e impedem o processo de assoreamento dos cursos da água,

dentre outras funções vitais. As APPs e as áreas de reserva legal têm um papel fundamental no ciclo da bacia hidrológica como um todo (BRASIL, 2015, p. 7).

Diante de sua inquestionável relevância social e ambiental, o legislador pátrio buscou proteger as APPs, na medida em que tipificou qualquer ação humana que pudesse destruir ou causar danos a essas vegetações, ainda que em formação. Nesse desiderato, tais condutas foram devidamente qualificadas, à luz do art. 38 da Lei 9.605/98, como crime ambiental, in verbis:

Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade (BRASIL, 1998).

Ao elaborar nota técnica sobre os danos ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, o Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA concluiu que a tragédia foi responsável pela destruição de “1.469 hectares ao longo de 77 km decursos d’água, incluindo Áreas de Preservação Permanente” (BRASIL, 2015, p. 10). O Estudo, extremamente técnico e descritivo, analisa com profundidade as consequências imediatas e mediatas que o acidente causou ao ecossistema local:

O desastre em análise causou a devastação de matas ciliares remanescentes (fragmentos/mosaicos), já o aporte de sedimentos (lama de rejeito da exploração de minério de ferro) imediatamente soterrou os indivíduos de menor porte do sub-bosque e suprimiu indivíduos arbóreos. Os rejeitos de mineração de ferro também têm potencial para afetar o solo ao longo do tempo por se tratarem de material inerte sem matéria orgânica, causando desestruturação química e afetando o Ph do solo. Tal alteração dificultará a recuperação e o desenvolvimento de espécies que ali viviam, podendo modificar, a médio e longo prazos, a vegetação local, com o estabelecimento de ecossistemas diferentes dos originais (BRASIL, 2015, p. 10-11).

O acidente também atingiu de forma devastadora as coberturas vegetais conhecidas por “matas de galeria”. Esse tipo de vegetação possui essa nomenclatura devido a sua fisionomia, uma vez que as copas de suas árvores, ao se encontrarem, formam uma espécie de “túnel” ou “galeria”. Sua preservação é considerada basilar para a manutenção do ecossistema hídrico, pois as matas de galeria, assim como as ciliares, possuem raízes que atuam no sentido de preservar os cursos d’água de processos erosivos fluviais. De acordo com o IBAMA, as matas de galeria também foram gravemente impactadas pela onda dos resíduos de minério. Em boa parte das áreas degradadas houve a completa remoção da cobertura vegetal e o total soterramento de seus bancos de sementes, o que fez com que sua capacidade de recuperação e de sucessão fosse seriamente prejudicada:

Com o “arranque” de indivíduos arbóreos pela força da onda de lama de rejeitos e a sedimentação da lama sobre a serapilheira e seus bancos de sementes, as matas de galeria atingidas pelo desastre tiveram sua resiliência e processos de sucessão comprometidos. No entanto, cada trecho atingido dependerá de sua capacidade de resiliência (capacidade que um ecossistema perturbado/degradado possui de retornar, naturalmente, às suas características originais, ou o mais próximo possível, sem intervenção humana). Certamente, trechos com baixa ou nenhuma capacidade de resiliência necessitarão de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, a serem executados a longo prazo. Em ambas as situações – PRADS x Regeneração Natural – o monitoramento ambiental deverá ser constante até a completa regeneração do ambiente (BRASIL, 2015, p. 11).

A despeito dos resíduos não apresentarem riscos imediatos à saúde humana, segundo Cleuber Moraes de Brito, professor de Geologia da Universidade Estadual de Londrina e consultar na área de meio ambiente e mineração, os danos ambientais advindos do desastre poderão se estender por anos:

Comparado ao mercúrio, por exemplo, esse rejeito não é tóxico, já que é formado basicamente por sílica. Ninguém vai desenvolver câncer, nada disso. O risco não é para o ser humano, mas para o meio ambiente. Essa lama avermelhada deve causar danos em todo o ecossistema da região, impactando por anos seus rios, fauna, solo e até os moradores, no sentido de que o trabalho deles, como a agricultura, pode se tornar impraticável (DELLA BARBA, 2015).

Nessa mesma esteira de entendimento, o Dr. Maurício Ehrlich, professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sentenciou: “Se não limpar, não tem material orgânico nenhum para plantas. Nada se desenvolve por dezenas de anos. Se deixar por conta da natureza, essa área toda vai ser estéril” (CORRÊA; LIMA; GOMIDE, 2015).

O prognóstico das consequências socioambientais do acidente é, portanto, estarrecedor. Quando a lama de rejeitos secar, o solo ficará impermeabilizado e sem nenhum tipo de matéria orgânica. Sem os nutrientes necessários não haverá tentativa de resiliência nem de sucessão por parte da vegetação. O assoreamento dos cursos d’água, com suas nascentes e margens, será inevitável. Todo o ecossistema local e sua biodiversidade serão drasticamente afetados. Em alguns casos, como veremos a diante, de forma irreversível.

Os impactos ao rio Doce e a sua ictiofauna

Conforme documento elaborado pelo IBAMA já citado alhures, mais de 600 km de cursos d’água foram afetados e contaminados pela lama de resíduos da mineração:

Inicialmente, esse rejeito atingiu a barragem de Santarém logo a jusante, causando seu galgamento e forçando a passagem de uma onda de lama por 55 km no rio Gualaxo do Norte até desaguar no rio do Carmo. Neste, os rejeitos percorreram outros 22 km até seu encontro com o rio Doce. Através do curso deste, foram carreados até a foz no Oceano Atlântico, chegando no município de Linhares, no estado do Espírito Santo, em 21/11/2015, totalizando 663,2 km de corpos hídricos diretamente impactados (BRASIL, 2015, p. 3).

Malgrado ainda estejam sendo mensuradas, sabe-se que as consequências sociais e ambientais do acidente foram dramáticas e de grande amplitude. Somente para se identificar e quantificar a dimensão dos prejuízos serão necessários anos de estudos e de análises.

Especificamente no que tange à biodiversidade aquática e a qualidade das águas da bacia hidrográfica do rio Doce os danos causados foram particularmente perversos e imensos, eis que proporcionais à extensão do corpo hídrico atingido pela lama. Em alguns casos, as perdas serão irreversíveis, haja vista a possível extinção de espécies consideradas endêmicas. Por onde a lama de rejeitos passou deixou um rastro de contaminação, mortandade e destruição. Não é exagero ou sensacionalismo dizer que o rio Doce foi a óbito, agonizado em um mar de lama que lhe feriu as entranhas e retirou-lhe a vida.

Logo no primeiro dia do desastre, observou-se a completa aniquilação dos anfíbios, mamíferos e animais de pequeno porte, cujos habitats estabelecidos às margens dos rios foram soterrados pelos resíduos. No que concerne aos danos causados à ictiofauna [conjunto de espécies de peixes que habitam determinada região hidrográfica] identificou-se ao longo do trajeto do rio Doce um elevado índice de mortandade de peixes. Devido ao alto nível de turbidez da água, ocasionado pelos sedimentos que compõem os rejeitos, houve o “colabamento” [fechamento] das brânquias dos peixes que morreram por asfixia.

O colossal impacto causado à ictiofauna da bacia do rio Doce foi mapeado pelo IBAMA que, através da Nota Técnica 24/2015/CEPTA/DIBIO/ICMBIO (BRASIL, 2015, p.14), elencou as principais consequências ambientais em relação à população de peixes: a) fragmentação e destruição de habitats; b) contaminação da água com lama de rejeitos; c) assoreamento do leito dos rios; d) soterramento das lagoas e nascentes adjacentes ao leito dos rios; e) destruição da vegetação ripária e aquática; f) interrupção da conexão com tributários e lagoas marginais; g) alteração do fluxo hídrico; h) impacto sobre estuários e manguezais na foz do Rio Doce; i)

destruição de áreas de reprodução de peixes; j) destruição das áreas “berçários” de reposição da ictiofauna (áreas de alimentação de larvas e juvenis); l) alteração e empobrecimento da cadeia trófica em toda a extensão do dano; m) interrupção do fluxo gênico de espécies entre corpos d’água; n) perda de espécies com especificidade de habitat (corredeiras, locas, poços, remansos, etc; o) mortandade de espécimes em toda a cadeia trófica; p) piora no estado de conservação de espécies já listadas como ameaçadas e ingresso de novas espécies no rol de ameaçadas; q) comprometimento da estrutura e função dos ecossistemas e; r) comprometimento do estoque pesqueiro.

Este mesmo estudo apurou, às fls. 14/15, que o desastre ambiental sob análise alterou drasticamente a cadeia alimentar dos rios que foram contaminados pela lama, causando danos imensos à ictiofauna local:

Os efeitos sobre a biodiversidade aquática podem variar conforme o nível trófico e fisiologia dos organismos. Em relação aos organismos aquáticos produtores, a saber, fitoplâncton, perifíton, e macrófitas aquáticas submersas, o aumento da turbidez impede a entrada de luz solar na água, o que inviabiliza a fotossíntese. As consequências à comunidade aquática dependem da permanência dos sedimentos no ambiente, da resiliência dos produtores primários afetados e da importância dessa produção endógena na cadeia trófica aquática como um todo. Em relação aos organismos aquáticos consumidores, a quantidade de sólidos em suspensão no corpo d'água provoca o colabamento das brânquias, levando-os à morte por asfixia. [...] Dessa forma, evidencia-se que a mortalidade instantânea é apenas um dos impactos aos organismos aquáticos causados pelo desastre. Muito mais do que os organismos em si, os processos ecológicos responsáveis por produzir e sustentar a riqueza e diversidade do rio Doce foram afetados (BRASIL, 2015, p. 14-15).

Com a contaminação pela onda de rejeitos, a qualidade da água dos rios foi diretamente afetada. Devido ao alto grau de turbidez, as águas ficaram momentaneamente impróprias para o consumo humano e para a agropecuária. Todas as cidades que dependiam do rio Doce para o abastecimento de água à população tiveram que interromper sua captação, conforme salientou o IBAMA:

Em relação ao impacto na qualidade da água, além da suspensão do abastecimento nos municípios afetados, a presença de metais e alteração de outros parâmetros indica a necessidade de monitoramento contínuo do ambiente afetado, bem como da remediação ou recuperação a ser indicada com base nos resultados do comportamento dos parâmetros alterados no ambiente hídrico (BRASIL, 2015, p. 34).

Segundo Sassine (2015), a Agência Nacional de Águas (ANA) finalizou, no último dia 27 de novembro, laudo técnico que serviu de base para o ajuizamento de uma Ação Civil Pública onde a União pede o ressarcimento dos danos causados pelo rompimento da barragem de Mariana/MG, avaliados em cerca de 20 bilhões. O processo tramita na Justiça Federal de Minas Gerais e possui como rés a mineradora Samarco e suas controladoras, Vale do Rio Doce e a anglo-australiana BHP Bilinton.

Ainda de acordo com o citado autor, todas as comunidades que dependiam do abastecimento das águas do rio Doce precisarão de novos mananciais e sistemas alternativos de captação, considerando que as consequências do acidente foram classificadas como “indeterminadas e imprevisíveis”:

As águas do Rio Doce, depois do maior desastre ambiental da História do país, estarão sujeitas a novos picos de turbidez (água turva), quedas de oxigênio, aumentos na concentração de metais e prejuízos para os dependentes da bacia por períodos “indeterminados e imprevisíveis”. Por essa razão, o abastecimento de água em 12 cidades de Minas Gerais e Espírito Santo que precisam do rio dependerá de “novos mananciais, implantação de poços profundos e sistemas de adução”. Essas 12 cidades concentram mais de 550 mil moradores (SASSINE, 2015).

Diante de um quadro de destruição, contaminação e de incertezas toda a bacia hidrográfica do rio Doce agoniza a espera de ações que minimizem os danos causados ao seu ecossistema. Decerto, a adoção de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD's- especialmente nas Áreas de Preservação Permanentes, nas nascentes e rios afetados, além de um constante e rígido monitoramento ambiental são medidas que, a médio e longo prazos, poderão regenerar o rio Doce e recuperar seu ecossistema, sua biodiversidade e sua vida.

CONCLUSÃO

A maior tragédia ambiental da história do Brasil começou a ser desenhada muito antes do dia 05 de novembro de 2015. Sua gênese ocorreu por força de uma legislação opaca e ultrapassada, uma fiscalização deficitária e do absoluto descaso da Samarco com o meio ambiente e vidas humanas.

O rompimento da barragem de fundão gerou uma onda de lama residual tão devastadora e poluente que, durante sua trajetória até o mar do Espírito Santo, dizimou o distrito de Bento Rodrigues, ceifou vidas humanas, soterrou centenas de nascentes, contaminou importantes rios como o Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce, destruiu florestas inteiras que estavam situadas em Áreas de Preservação Permanente e causou prejuízos sociais e econômicos de grande amplitude a populações inteiras.

A contaminação da bacia hidrográfica do rio Doce pelos rejeitos elevou consideravelmente os níveis de turbidez da água, tornando-a imprópria tanto para o consumo humano como para a agropecuária. O mesmo motivo fez com que a população de peixes fosse praticamente aniquilada de todos os cursos d'água que foram atingidos pela lama. Com os danos à ictiofauna, os pescadores perderam seu principal meio de subsistência. Diversas localidades que dependiam do turismo também contabilizaram amargos prejuízos.

Logo após o acidente, abriram-se múltiplas linhas de investigação, objetivando identificar os responsáveis, as causas e as consequências da tragédia. Entretanto, devido à complexidade e a amplitude do desastre não há prazo para a conclusão dos inquéritos e dos estudos.

Embora as circunstâncias do acidente ainda estejam sendo apuradas, segundo a maioria dos especialistas do setor de mineração, a liquefação, fenômeno pelo qual a pressão no interior da barragem é abruptamente alterada, fazendo com que a areia torne-se lama e deixe de filtrar a água, é a causa mais provável para o rompimento da represa.

Ainda que as causas do rompimento da barragem sejam evidenciadas é clara a assertiva de que mudanças na legislação e na forma das concessões de licenças, aliadas a uma fiscalização efetiva por parte dos órgãos governamentais competentes são medidas preventivas urgentes e necessárias para que se possam impedir novos acidentes.

Por fim, infere-se que, diante dos fatos e das evidências científicas que o presente estudo trouxe a lume, a "tragédia de Mariana" poderia, sim, ter sido evitada.

6.4 - Artigo: Onde as cientistas não têm vez. (JACKELINE E FERNANDA).

As mulheres que iniciam um doutorado em áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (Stem, em inglês) são 12% menos propensas a terminar suas pesquisas, em comparação com os homens. A conclusão é de um estudo do Departamento Nacional de Pesquisas Econômicas dos Estados Unidos (NBER) e envolveu a avaliação dos dados de 2.541 estudantes que ingressaram em 33 programas de pós-graduação em seis universidades do estado de Ohio, entre 2005 e 2009. Os resultados também indicam que a probabilidade de elas concluírem a pós-graduação aumenta até 1 ponto percentual para cada acréscimo de 10% na proporção de mulheres que iniciam o doutorado em alguma dessas áreas.

Os achados parecem estar alinhados a outros dados, como os divulgados em 2017 pela ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento feminino. No estudo *Cracking the code: Girls' and women's education in science, technology, engineering and mathematics*, verificou-se que 74% das mulheres se interessam por ciência, tecnologia, engenharia e matemática. No entanto, apenas 30% delas se tornam pesquisadoras nessas áreas. Para as que ingressaram no mercado de trabalho, os dados indicam que 27% sentem que não estão evoluindo em suas carreiras, enquanto 32% desistem em até um ano depois de concluída a graduação.

Na Austrália, um levantamento feito em 2016 pelo Departamento de Inovação, Indústria, Ciência e Pesquisa do governo constatou que apenas 16% dos profissionais que atuam nas áreas Stem são mulheres, das quais 31% esperam deixar seu trabalho em até cinco anos. De acordo com dados da Sociedade de Engenheiras Mulheres do país, mais da metade das mulheres que ingressam nessas áreas abre mão de suas carreiras em até uma década.

As áreas Stem representam um dos setores da economia e do mercado de trabalho que mais cresce no mundo, segundo a física Márcia Cristina Bernardes Barbosa, professora titular do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IF-UFRGS), que há pelo menos 15 anos estuda a sub-representatividade das mulheres nessas áreas. No Brasil, ainda que sejam maioria nas universidades, a atuação das mulheres é incipiente. As diferenças de gênero na educação, visíveis desde o ensino básico, tornam-se mais evidentes nos níveis mais altos de ensino. O relatório da ONU destaca que as meninas começam a perder o interesse pelas áreas Stem tão logo ingressam nas escolas. A tendência se acentua no ensino médio, de modo que, atualmente, na educação superior, as mulheres representam apenas 35% dos matriculados em cursos Stem no mundo.

As mulheres ainda são consideradas desprovidas das habilidades tidas como necessárias para a produção de conhecimento científico, diz Marcia Barbosa

Na investigação recém-divulgada pelo NBER, avaliou-se o ambiente dos programas de doutorado em áreas Stem e sua contribuição para a desigualdade de gênero. Não foram identificadas evidências de que o desempenho acadêmico das estudantes ou dificuldades financeiras contribuam para a manutenção da sub-representação das mulheres nesses cursos. Para Bruce Weinberg, professor de economia na Universidade Estadual de Ohio, em Columbus, e

um dos autores do trabalho, o problema parece residir no fato de os cursos serem compostos majoritariamente por homens, o que contribuiria para o estabelecimento de um ambiente hostil às mulheres, envolvendo, muitas vezes, assédio sexual, humilhação, menosprezo ou rejeição de ideias manifestadas, por exemplo, em reuniões de laboratório. Segundo disse à *Science*, tais situações, não raro, contribuem para que as estudantes se isolem do convívio social.
Susan Gardner, diretora do Programa de Estudos sobre Mulheres, Gênero e Sexualidade na Universidade do Maine, nos Estados Unidos, que não participou do estudo produzido pelo NBER, vai na mesma linha. Ao comentar os resultados do trabalho em entrevista à *Science*, ela explica que as estudantes abandonam os cursos por fatores não relacionados à capacidade intelectual, mas por discriminação e falta de apoio, confiança e escassez de modelos femininos em áreas com baixa representatividade de mulheres.

No Brasil, a discussão sobre a participação das mulheres nas áreas Stem também desperta a atenção de pesquisadores. É o caso de Márcia Cristina Bernardes Barbosa, do IF-UFRGS. Há quase duas décadas ela desenvolve estudos com o propósito de analisar obstáculos que dificultam, ou mesmo impedem, maior participação das mulheres nessas áreas do conhecimento. Em um de seus trabalhos, desenvolvido em parceria com a cientista social Betina Stefanello Lima, analista de coordenação de programas acadêmicos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), depois de analisados dados do Censo da Educação Superior de 2010, constatou-se que as mulheres são maioria em 15 das 20 carreiras de graduação com maior número de recém-formados.

“Além disso, também são maioria entre os discentes nas universidades brasileiras e já compõem cerca de 50% dos docentes nas instituições públicas, segundo o mesmo censo”, destaca Márcia. “No entanto”, ela explica, “este crescimento não está homogeneamente distribuído entre as disciplinas. O percentual de mulheres nas áreas de Stem é muito pequeno e diminui desproporcionalmente à medida que se avança na carreira”.

Ao avaliar os bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ) do CNPq entre 2001 e 2011, nas disciplinas de física e medicina, elas observaram que o percentual de mulheres em física no nível mais básico, PQ-2, é de 10%. Esse número cai para 5% no nível PQ-1A, reservado a pesquisadores que demonstram excelência continuada na produção científica e na formação de recursos humanos. O mesmo se aplica para o caso da medicina. O percentual de mulheres chega a quase 40% na categoria PQ-2, mas também cai pela metade (20%) na PQ-1A.

Primeira e até hoje única mulher a coordenar o comitê de física e astronomia do CNPq, Márcia conta que desde cedo se acostumou a ser minoria na sala de aula. “Em uma turma de 40 alunos, éramos apenas quatro mulheres. Ao final do curso, em 1981, apenas eu me formei.” Foi o que a motivou a desenvolver pesquisas sobre disparidades de gênero. Em um de seus estudos mais recentes, publicado em agosto na *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, ela e outras pesquisadoras do IF e da Escola de Engenharia da UFRGS analisaram o perfil dos titulares da Academia Brasileira de Ciências. Constataram que, dos 518 membros, 449 são homens. No campo da física e astronomia, as mulheres compõem apenas 6% dos participantes, ao passo que entre os pesquisadores no topo da carreira elas representam por volta de 5%.

“As mulheres ainda são consideradas desprovidas das habilidades tidas como necessárias para a produção de conhecimento científico”, comenta Márcia. “Não raro, enfrentam preconceitos pautados em rótulos que as definem como sensíveis, emocionais, sem aptidão para o cálculo ou para a abstração.” Alguns países começaram a investir no desenvolvimento de estratégias de inclusão. O Ministério da Ciência do Canadá, por exemplo, lançou em fevereiro de 2017 a campanha Choose Science. O objetivo é incentivar as mulheres a conhecer melhor e optar por áreas Stem. Também a Academia Australiana de Ciências começou a desenvolver um plano para, em uma década, aumentar o engajamento e a participação das mulheres. Organizações como Girls Who Code, Engineer Girl, Girls Can Code e @IndianGirlsCode, são alguns exemplos de iniciativas para encorajar meninas e mulheres a explorar essas áreas do conhecimento.

No Brasil, o movimento ainda é tímido. Um dos casos mais conhecidos é o do projeto Meninas na Ciência, uma ação de extensão do IF-UFRGS lançado há cinco anos, com o objetivo de atrair jovens para as carreiras em Stem e estimular as mulheres que já escolheram essas carreiras a persistirem e se tornarem agentes no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Fonte: http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/11/19/onde-as-cientistas-nao-tem-vez/

6.5 - Lei: Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006 - Artigos 1º a 12-B da Lei Maria da Penha TÍTULO I, TÍTULO II, CAPÍTULO II (DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA). (BRUNO E ISRAEL).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Centro de Documentação e Informação

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência

Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no *caput*.

Art. 4º Na interpretação desta Lei serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II

DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II

DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 13.772, de 19/12/2018)*

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

TÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente

Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

CAPÍTULO III

DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, à autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados.

§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes:

I - salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar;

II - garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas;

III - não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada.

§ 2º Na inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de delitos de que trata esta Lei, adotar-se-á, preferencialmente, o seguinte procedimento:

I - a inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim, o qual conterá os equipamentos próprios e adequados à idade da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou testemunha e ao tipo e à gravidade da violência sofrida;

II - quando for o caso, a inquirição será intermediada por profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial;

III - o depoimento será registrado em meio eletrônico ou magnético, devendo a degravação e a mídia integrar o inquérito. *(Artigo acrescido pela Lei nº 13.505, de 8/11/2017)*

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada; *(Vide ADIN nº 4.424/2010, publicada no DOU de 17/2/2012)*

II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V - ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I - qualificação da ofendida e do agressor;

II - nome e idade dos dependentes;

III - descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

Art. 12-A. Os Estados e o Distrito Federal, na formulação de suas políticas e planos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, darão prioridade, no âmbito da Polícia Civil, à criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), de Núcleos Investigativos de Feminicídio e de equipes especializadas para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher. *(Artigo acrescido pela Lei nº 13.505, de 8/11/2017)*

Art. 12-B. *(VETADO na Lei nº 13.505, de 8/11/2017)*

§ 1º *(VETADO na Lei nº 13.505, de 8/11/2017)*

§ 2º *(VETADO na Lei nº 13.505, de 8/11/2017)*

§ 3º A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.505, de 8/11/2017)*

Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2006/Lei/L11340.htm

Análise:

1 INTRODUÇÃO

Devido à gravidade e a alta incidência da violência contra as mulheres no Brasil, fez-se necessária à elaboração de uma política estatal especializada, que enseja, para seu efetivo cumprimento, a integração entre a norma e as políticas públicas.

A Lei Maria da Penha incorporou o avanço legislativo internacional e se transformou no principal instrumento legal de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no Brasil, tornando efetivo o dispositivo constitucional que impõe ao Estado assegurar a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações (artigo 226, § 8º, da Constituição da República Federativa Brasileira).

Tais mecanismos acabam por ferir alguns dos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa Brasileira, dentre eles, os Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o da Igualdade, levando o Estado a criar normas que assegurassem a mulher e coibissem a violência.

A norma em vigor promoveu grandes avanços nos procedimentos de acesso à Justiça, trazendo transparência ao fenômeno da violência doméstica e provocando acalorados debates sobre a violência de gênero que atualmente afeta grande parte da sociedade e ainda hoje são recorrentes.

Muito se questiona a respeito da eficácia da Lei Maria da Penha, no âmbito de sua aplicabilidade no sistema jurídico brasileiro, haja vista as constantes notícias por meio da mídia relativas a diversos casos de agressões e quando muitos deles chegam até morte.

Para tanto, o objetivo do presente trabalho é verificar se existe plenitude na aplicação da Lei n. 11.340/2006 no que tange à violência doméstica e familiar, examinar a eficácia almejada por tal norma no cenário brasileiro contemporâneo, bem como esclarecer os desafios e as dificuldades de sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro em busca de um bem comum social.

2 A LEI Nº 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA)

Com o intuito de coibir, prevenir a violência doméstica e resgatar a cidadania feminina, bem como regular a situação das mulheres que viviam em condições de vulnerabilidade, aplicando sanções que fossem eficientes ao combate da violência doméstica, em 07 de agosto de 2006 foi sancionada a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Segundo Dias (2015, p.22)

“Essa é a história de Maria da Penha igual a de tantas outras vítimas da violência doméstica deste país. A repercussão foi de tal ordem que o Centro pela justiça e o Direito Internacional – CEJIL juntamente com o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

(CLADEM) formalizaram denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.”

Sabe-se que esta norma foi recebida com desdém e desconfiança, uma vez que a tendência da sociedade em geral era criticar o Estado que estava intervindo demasiadamente em questões familiaresde natureza íntimas. Diante de tais situações a Comissão Internacional de Direitos Humanos solicitou informações acerca de casos e buscava-se uma possível resposta, no entanto, devido a inércia do país diante da situação a Organização dos Estados Americanos se posicionou frente à violência doméstica.

Ainda afirma a autora (2015, p.22) sobre o tema

“Apesar de, por quatro vezes, a Comissão te solicitado informações ao governo brasileiro, nunca recebeu nenhuma resposta. Em 2001 o Brasil foi condenado internacionalmente. O Relatório n. 54 da OEA, além de impor pagamento de indenização no valor de 20 mil dólares, em favor de Maria da Penha, responsabilizou o Estado por negligência e omissão frente à violência doméstica, recomendando várias medidas, entre elas simplificar os procedimentos judiciais penais a fim de que possa ser reduzido o tempo processual.”

Desde o início dúvidas, erros e imprecisões foram apontadas como inconstitucional, tudo isso porque existia uma banalização da violência doméstica no Brasil. A Lei Maria da Penha representa um dos mais relevantes avanços legislativos desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, pois significa o reconhecimento da violência contra as mulheres como violação dos direitos humanos. O fenômeno, longe de ser inédito, era considerado, culturalmente, até então, um problema da esfera privada.

A especificidade da violência contra a mulher, instituída pela Lei Maria da Penha, constitui mecanismo essencial ao enfrentamento de todas as formas de opressões e agressões sofridas pelas mulheres no Brasil, e definiu violência doméstica e familiar como qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Os diversos tipos de violência contra a mulher ocorrem, predominantemente, no contexto de relações domésticas, familiares e afetivas e não se restringem a determinada classe social, idade, região, estado civil, escolaridade e orientação sexual.

Entre as principais inovações da referida Lei, enfatiza-se a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; a proibição da aplicação de penas pecuniárias aos agressores; a possibilidade de concessão de medidas protetivas de urgência; e o caráter híbrido das ações, que podem ser penais ou não penais e para assegurar os direitos previstos na legislação, que não se restringe à maior punição dos agressores, porque estabelece medidas de caráter cível, trabalhista, assistencial e psicossocial, faz-se necessária a articulação entre os Poderes da República, o investimento em estruturas adequadas para o atendimento da demanda e a formação de profissionais especializados para atuar em casos de natureza complexa e multidisciplinar.

Após diversos descasos frente à execução da norma, o Congresso propôs mudanças na Lei, tratava o Projeto de Lei Complementar n. 7/2016, que propõe sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências. A principal justificativa para o projeto repousava-se em uma crítica a omissão e lentidão do Poder Judiciário no que concerne ao deferimento de medidas visassem proteger as mulheres.

Para além das questões legais relacionadas ao projeto de Lei, é importante que se diga que não adianta conferir às autoridades polícias a prerrogativa de atendimento policial e pericial especializado, os problemas concernentes a violência de gênero no país e a ineficácia da Lei Maria da Penha nos últimos anos estão intimamente relacionados aos cortes cada vez maiores das verbas destinadas às políticas públicas de combate a violência contra mulher.

O Superior Tribunal de Justiça se posicionou acerca da norma alterando a forma de aplicação, o entendimento é do ministro Jorge Mussi, fundamentando-se na Lei Maria da Penha para julgar conflito negativo de competência (quando uma vara cível atribui a outra a responsabilidade de fazer o julgamento) entre dois juízos de Direito mineiros, a decisão publicada em 05 de agosto de 2009 deixa clara a não necessidade de ser cônjuge ou companheiro.

"Decisão da Terceira Seção do STJ: Não é necessário coabitação para caracterização da violência doméstica contra a mulher. O namoro evidencia uma relação íntima de afeto que independe de coabitação. Portanto, agressões e ameaças de namorado contra a namorada mesmo que o relacionamento tenha terminado que ocorram em decorrência dele caracterizam violência doméstica. O entendimento é do ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), fundamentando-se na Lei Maria da Penha para julgar conflito negativo de competência (quando uma vara cível atribui a outra a responsabilidade de fazer o julgamento) entre dois juízos de Direito mineiros. Segundo os autos, o denunciado teria ameaçado sua ex-namorada, com quem teria vivido durante 24 anos, e seu atual namorado. O juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, então processante do caso, declinou da competência, alegando que os fatos não ocorreram no âmbito familiar e doméstico, pois o relacionamento das partes já tinha acabado, não se enquadrando, assim, na Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).O juízo de Direito do Juizado Especial Criminal de Conselheiro Lafaiete, por sua vez, sustentou que os fatos narrados nos autos decorreram da relação de namoro entre réu e vítima. Afirmou, ainda, que a Lei Maria da Penha tem efetiva aplicação nos casos de relacionamentos amorosos já encerrados, uma vez que a lei não exige coabitação. Diante disso, entrou com conflito de competência no STJ, solicitando reconhecimento da competência do juízo da Direito da 1ª Vara Criminal para o processamento da ação. Ao decidir, o ministro Jorge Mussi ressaltou que de fato existiu um relacionamento entre réu e vítima durante 24 anos, não tendo o acusado aparentemente se conformado com o rompimento da relação, passando a ameaçar a ex-namorada. Assim, caracteriza-se o nexo causal entre a conduta agressiva do ex-namorado e a relação de intimidade que havia entre ambos. O ministro destacou que a hipótese em questão se amolda perfeitamente à Lei Maria da Penha, uma vez que está caracterizada a relação íntima de afeto entre as partes, ainda que apenas como namorados, pois o dispositivo legal não exige coabitação para configuração da violência doméstica contra a mulher. O relator conheceu do conflito e declarou a competência do juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Conselheiro Lafaiete para processar e julgar a ação."

Sendo modificados alguns parâmetros da Lei, ainda decidiu o STJ que são proibidas as ações de violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito dos juizados especiais e ainda declarou que a norma não ofende o Princípio da Igualdade.

2.1 CONCEITO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Diversos são os conceitos sobre violência doméstica. O artigo 5º da Lei n. 11.340/2006 define o que caracteriza violência contra a mulher.

"Art. 5° Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual".

Para que ocorra de fato à exposição à violência se faz obrigatório que a ação ou omissão ocorra na unidade doméstica ou familiar, ou em razão de qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

De modo expresso, está ressalvado que não há necessidade de que vítima e agressor vivam sob o mesmo teto para a configuração de violência como doméstica ou familiar. Basta que agressor e agredida mantenham, ou já tenham mantido, um vínculo de natureza familiar.

Seguindo o conceito de violência doméstica, o artigo 7° da Lei n. 11.340/2006 aborda as formas de violência e apresenta um rol exemplificativos dos tipos de cada uma delas.

"Art. 7o São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria."

Czpski,(apud Fraga, 2008, p.29) aborda o tema especificando que:

"[...]toda violência pressupõe agressividade, mas nem toda agressividade pressupõe violência, dessa forma as atividades humanas mesmo que tenham pulsão ou fujam da inércia ou sejam reações proativas, agressivas ou não, não podem ser fundadas ou canalizadas para a violência, e a humanidade não pode moldar seu comportamento ou determinar seu modo de vida baseado na violência, a fim de evitar a degradação das relações sociais estabelecidas entre os seres humanos [...]".

Assim, pode-se dizer que a violência doméstica é aquela em que ocorre no seio do convívio familiar, não sendo apenas reconhecida como violência a agressão física, mas sim, todo e qualquer tipo de violência, seja ela física, moral ou psicológica ou patrimonial contra a mulher.

3 DAS MEDIDAS PROTETIVAS

Para que se possa avaliar a eficácia ou não das medidas protetivas, necessário se faz conhecer quais são, como funcionam e como são estabelecidas, porque em muitos casos elas se tornam ineficazes.

Dias (2015, p.138) afirma que, [...] Tentar deter o agressor bem como garantir segurança pessoal e patrimonial à vítima e sua prole agora não são encargos somente da polícia. Passou a ser dever também do juiz e do Ministério Público. Todos precisam agir de modo imediato e eficiente.

A vítima pode levar o conhecimento das agressões sofridas à autoridade policial ou membro do Ministério Público solicitando medidas protetivas de urgência que serão decretadas pelo juiz, podendo, a depender do caso, ser decretada a prisão preventiva do agressor a ser analisado as circunstância de cada caso concreto.

A vítima poderá pedir as providências necessárias à justiça, a fim de garantir a sua proteção por meio da autoridade policial, e o delegado de polícia deverá encaminhar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o expediente referente ao pedido, juntamente com os documentos necessários à prova, para que este seja conhecido e decidido pelo juiz.

A Lei n. 11.340/2006 traz um rol de medidas que são as chamadas medidas protetivas de urgência entre os artigos 22 ao 24, nas quais existem tanto as que obrigam ao agressor a segui-las quanto as de proteção da vítima.

"Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida. Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo".

Em relação às medidas, nota-se que o passo inicial ao constatar a violência doméstica é que o juiz poderá desde logo aplicar as medidas de proteção em favor da vítima.

Antes da entrada em vigor da Lei Maria da Penha, as causas de agressão e violência doméstica eram tratadas no âmbito dos Juizados Especiais e as sanções aplicadas ao agressor eram pagamento de cestas básicas e prestação de serviços à comunidade. Com isso, o agressor voltava para residência do casal com a sensação de impunidade reincidindo aos atos de violência por ter a convicção de que não seria penalizado. Não havia sequer o afastamento do agressor da vítima e do convívio do lar.

Atualmente, cabe à polícia, e ao Poder Judiciário tomar providências cabíveis para inibir o agressor, tanto que agora a própria vítima pode requerer tais medidas ao juiz para garantia de sua proteção. Isso ocorre a partir do registro da ocorrência a autoridade policial que deverá encaminhar o pedido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao Juiz.

Contudo, ainda em relação ao afastamento do agressor e das medidas de proteção, embora estabelecidas pelo juiz a própria vítima acaba se retratando, fazendo com que as medidas sejam revogadas e consequentemente ineficazes.

Sobre o assunto, elucida Mendes (2016, p.190), [...] de toda forma, as medidas surgem como instrumento tanto de proteção contra atos violentos, como de preservação de direitos da vítima, principalmente relacionada à esfera de sua liberdade, compreendida no sentido de liberdade positiva.

Nota-se que o papel do Estado em solucionar os litígios e buscar soluções aos casos na maioria das vezes é insuficiente para a solução dos problemas, neste caso, a retratação da vítima acaba fazendo com que o algoz volte a cometer os mesmos atos ilícitos com a sensação de impunidade.

Existem também as penas restritivas de direito que limitam o agressor, tais como, a proibição de frequentar bares ou casas de prostituição, permanecer aos sábados e domingos por período de 05 (cinco) horas diárias em casa ou albergado entre outras, e as que limitam o agressor a se aproximar da vítima a determinada distância.

As medidas protetivas tem o condão de coibir, punir, erradicar as agressões domesticas e familiar contra a mulher, porém, ainda se faz insuficiente para dar um basta no índice de violência que vem crescendo a cada dia.

4 DIREITOS HUMANOS E A LEI N ° 11.340/2006

Os Direitos humanos são frutos de uma construção histórica que se deu ao longo dos tempos visando garantir aos homens, direitos básicos e ao mesmo tempo limitar o poder Estatal, podendo se afirmar, que é o conjunto de direitos (civis, políticos, econômicos, sociais e culturais) indissociáveis que asseguram uma esfera de integridade e garantem a dignidade da pessoa humana, pode-se afirmar que a **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (**1979, **CEDAW**[2]), ratificou essa garantia dada às mulheres, conforme assevera o artigo 1º.

"Para fins da presente Convenção, a expressão discriminação contra a mulher significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com na **igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais** *base nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo".*

Souza (2007, p.41 e 42) afirma que os Direitos Humanos têm relação intrínseca com a norma em tela.

"Embora possa soar estranho reafirmar, em relação à mulher, a existência de Direitos Humanos, consagrados através de diversos Tratados e Convenções Internacionais ratificados e internalizados ao Sistema Jurídico Brasileiro (*Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*, ratificado em 1994 e *CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR*, *PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, ratificada em 1995, e igualmente inserida no âmbito da CRFB, particularmente em seu artigo 1º, inciso III, que dispõe que a nossa Republica tem como fundamento a dignidade da pessoa humana. [...]."*

Não obstante a dignidade da pessoa humana, que é objeto principal e, fundamento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, expresso em seu artigo 1°, teve a expressão cunhada com o objetivo de certificar que todo homem ou mulher fosse considerado humano pelo simples fato de ser humano (universalidade e inerência), a dignidade da pessoa humana é também chamada pela doutrina de piso mínimo vital, ou seja, compreende tudo aquilo que é essencial para o desenvolvimento do homem é não apenas a sua sobrevivência.

"Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...]

III - a dignidade da pessoa humana"

Alguns doutrinadores costumam visualizar os direitos humanos de forma desdobrada, divididas em gerações: a primeira geração é o direito à liberdade; a segunda igualdade e a terceira e última à solidariedade também chamada de fraternidade. Todas elas visam garantir que o ser humano seja livre, tratado de forma digna.

A violência contra a mulher é uma afronta aos direitos humanos. Criminosa a omissão estatal que, sob o manto da deturpada noção de inviabilidade do espaço privado, tem chancelado as mais cruéis e veladas formas de violência dos direitos humanos

Indubitavelmente os direitos humanos são necessários e indispensáveis para uma vida digna e sua proteção tem sido preocupação da grande maioria dos países, que se esforçam para inseri-los em sua ordem constitucional, sob a roupagem dos direitos fundamentais; ele é um dispositivo essencial para a efetividade da Lei n. 11.340/2006.

4.1 PRINCÍPIO DA IGUALDADE

Por força das referidas Convenções, o Brasil assumiu o dever de adotar leis e implementar políticas públicas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

Na contramão a tantos avanços históricos, logo no início de sua vigência, todavia, foi proferida lamentável decisão pela 2ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, o recurso nº. 2007.023422-4, apresentado pelo Ministério Público Estadual contra decisão do juiz de Itaporã/MS, o qual reconheceu a inconstitucionalidade da Lei n. 11.340/06 foi julgado pela 2ª Turma Criminal do TJ/MS, que manteve a decisão de primeira instância que, em um retrocesso também histórico, declarando a inconstitucionalidade da norma.

O argumento central é o de que a lei desrespeita os objetivos da República Federativa do Brasil, pois fere o princípio da igualdade, violando o direito fundamental à igualdade entre homens e mulheres.

“RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI N. 11.340/06 - RECURSO MINISTERIAL - PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DECLAROU A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI N. 11.340/06 - VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E PROPORCIONALIDADE - DECISÃO MANTIDA - COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL – IMPROVIDO”. (TJ-MS - RSE: 23422 MS 2007.023422-4, Relator: Des. Romero Osme Dias Lopes, Data de Julgamento: 26/09/2007, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: 24/10/2007)

O texto constitucional transcende a chamada igualdade formal, tradicionalmente reduzida à fórmula todos são iguais perante a lei, para consolidar a exigência ética da igualdade material, a igualdade sendo um processo em construção, ou uma busca constitucionalmente demandada. Tanto é assim que a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, por exemplo, no seu artigo 7°, XX, a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...]

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei [...]”

Se, para a concepção formal de igualdade, ela é vista como um pressuposto, um dado e um ponto de partida abstrato, para a concepção material de igualdade, é tomada por um resultado ao qual se pretende chegar, sendo o ponto de partida a visibilidade às diferenças. Isto é, essencial mostra-se distinguir a diferença e a desigualdade. A ótica material objetiva construir e afirmar a igualdade com respeito à diversidade e, assim sendo, o reconhecimento de identidades e o direito à diferença é que conduzirão a uma plataforma emancipatória e igualitária.

Rothenburg (2008, p.79,), conceitua igualdade baseando-se em Aristóteles de maneira simplificada

“Igualdade como direito, como uma determinação jurídica, talvez não consiga ser satisfatoriamente conceituada em termos teóricos. Além disso, sua aplicação, às vezes, é complexa na solução de casos concretos. Ainda assim, trata-se de uma das mais importantes normas jurídicas e requer esforço dos intérpretes para uma aplicação indispensável aplicação adequada. A igualdade exige de quem a defina uma tomada de posição política, ideológica [...].”

Existe uma desigualdade estrutural de poder entre homens e mulheres e grande vulnerabilidade social das últimas, muito especialmente na esfera privada de suas vidas. Daí a aceitação do novo paradigma que, indo além dos princípios éticos universais, abarque também princípios compensatórios das várias vulnerabilidades sociais.

Viana e Andrade (2007, p.11-16) estabelecem que: a relação de desigualdade entre o homem e a mulher – realidade milenar que sempre colocou a mulher em situação de inferioridade, impondo-lhe obediência e submissão. [...]

Neste contexto, a norma, ao enfrentar a violência que de forma desproporcional acomete tantas mulheres, é instrumento de concretização da igualdade material entre homens e mulheres, conferindo efetividade à vontade constitucional, inspirada em princípios éticos compensatórios. Pois a CRFB[3] dispõe do dever do Estado de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares (artigo 226, parágrafo 8°).

4.2 PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL

Com relação à competência do juízo ensinam GRINOVER, CINTRA e DINAMARCO (1999, p. 240).

"[...]que é aquela fixada entre varas especializadas, estabelecidas em conformidade com o interesse público. Assim, em princípio, o sistema jurídico-processual não admite mudanças nos critérios que determinarem essa competência, principalmente pela vontade das partes, uma vez que se trata de competência absoluta, a qual não pode jamais ser modificada".

O princípio do Juiz Natural está consagrado no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, nos incisos XXXVII e LIII, bem como nos artigos 8º. e 10º. da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção; [...]

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;"

Se há juízo competente para julgar causas que envolvam violência doméstica e familiar, outro não será competente, independente de potencial ofensivo dos crimes cometidos, ressalvadas as competências do Tribunal do Júri e a hierárquica, pois estabelecido um juízo especializado para cuidar de matéria específica, resta fixada a competência absoluta, improrrogável por tratar de interesse público, e não privado.

4.3 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O princípio da dignidade humana está fixado no artigo 1º, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil.

"Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...]

III - a dignidade da pessoa humana;"

A proclamação do valor inerente à pessoa humana apresenta como consequência lógica, a afirmação dos direitos fundamentais de cada homem. O núcleo essencial dos referidos direitos é a dignidade da pessoa humana, a fonte jurídica positiva dos direitos fundamentais, que dá sentido valor, e a concordância aos direitos fundamentais o valor que busca a realização de tais direitos.

Souza (2007, p.43) em sua obra comenta acerca do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Lei n. 11.340/2006

"Este artigo 3º estabelece Direitos que são consagrados na CRFB, mas agora aparecem relacionados a uma norma específica em favor da mulher, tendo o legislador, adotado uma relação bastante próxima àquela que o constituinte inseriu no artigo 227 da CRFB, em favor da criança e do adolescente. Mas, de qualquer sorte é como se tivesse expressado reiterado que a Mulher deve ser respeitada em sua dignidade humana e que cabe ao Poder Público e a sociedade zelar por esse respeito."

Marco (2002) relata alguns dados, que sem dúvida são impressionantes, como pode ser observado (online)

“A violência contra a mulher é um assunto que precisa ser tratado com seriedade. Pois, trata-se de um fenômeno generalizado que não distingue raça, classe social ou religião. Recente estudo constatou que de cada cinco mulheres que faltam ao trabalho, uma o faz por violência doméstica. Em 1994 constatou-se que, de cada cem mulheres que morrem nesta situação, setenta morrem por causas advindas de violência doméstica. A principal causa de lesões contra as mulheres de 15 a 45 anos são agressões por parte de seus parceiros. Em 1998, constatou-se que, de 66,3 % dos acusados em homicídios contra mulheres eram seus próprios parceiros.”

Pode-se afirmar que o princípio em tela foi um dos responsáveis pela criação da norma. Deste modo, no intuito de garantir direitos e punir desmandos, nasceu a Lei Maria da Penha.

5 DA (IN) EFICÁCIA DA NORMA

A norma em tela é reconhecida pela ONU (Organização das Nações Unidas) como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres, que resultou de uma luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres por uma legislação contra a impunidade no cenário nacional de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Tal norma representou uma verdadeira guinada na história da impunidade. Por meio dela, vidas que seriam perdidas passaram a ser preservadas; mulheres em situação de violência ganharam direito e proteção; fortaleceu-se a autonomia das mulheres. Com isso, a lei cria meios de atendimento humanizado às mulheres, agrega valores de direitos humanos à política pública e contribui para educar toda a sociedade.

O Senado em uma de suas manifestações acerca da norma em tela, promoveu a criação de uma cartilha, com dados, estatísticas e conceitos. A cartilha Lei Maria da Penha (2015, p.7) elucida que:

“Apesar de a Lei ter se tornado popular, a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil ainda persiste e retira de forma inaceitável o direito humano fundamental de viver sem violência. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), organizados pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) , apontam que o Brasil ocupa o sétimo lugar no ranking mundial dos países com mais crimes praticados contra as mulheres. A pesquisa mostrou que, por ano, ocorrem em torno de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres”.

Um dos primeiros limites que se observa no enfrentamento à violência de gênero é a falta de informação e a subnotificação dos casos. Não existe um sistema nacional que quantifique e qualifique os dados relativos à violência contra a mulher, apenas 12 (doze) estados mais o Distrito Federal possuem informações a respeito do número de condenações relacionados à Lei Maria da Penha, sendo que somente o estado de Sergipe possui informações desde 2006, ano em que a Lei foi promulgada. Embora tenha apoio significativo de toda a sociedade, sua implementação trouxe à tona muitas resistências, que conviviam com a aceitação da violência doméstica como crime de menor poder ofensivo e reforçavam as relações de dominação do sistema patriarcal.

Dias (2015, p.194) aborda as mudanças políticas e administrativas necessárias que ocorreram após a criação da norma:

“Em agosto de 2007, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, acordo federativo entre governo federal, os governos dos estados e dos municípios para o planejamento de ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas integradas em todo território nacional. Está prevista a criação de Centros de Referência, Casas-Abrigo, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEM, Defensorias da Mulher e Centros de Educação e Reabilitação do Agressor.

Outra importante arma no combate à violência e à impunidade foi a criação, pela Secretaria de Políticas para as mulheres, em abril de 2006, da Central de Atendimento à Mulher. Este serviço funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana."

Em uma manifestação histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a flagrante desigualdade ainda existente entre homens e mulheres, e declarou a constitucionalidade do artigo 41, que afasta a possibilidade do Juizado Criminal tratar o assunto, através do HC 106.212/MS:

"VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – ARTIGO 41 DA LEI Nº 11.340/06 – ALCANCE. O preceito do artigo 41 da Lei nº 11.340/06 alcança toda e qualquer prática delituosa contra a mulher, até mesmo quando consubstancia contravenção penal, como é a relativa a vias de fato. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – ARTIGO 41 DA LEI Nº 11.340/06 AFASTAMENTO DA LEI Nº 9.099/95 – CONSTITUCIONALIDADE. Ante a opção político-normativa prevista no artigo 98, inciso I, e a proteção versada no artigo 226, § 8º, ambos da Constituição Federal, surge harmônico com esta última o afastamento peremptório da Lei nº 9.099/95 – mediante o artigo 41 da Lei nº 11.340/06 – no processo-crime a revelar violência contra a mulher." (STF - HC: 106212 MS, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 24/03/2011, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-112 DIVULG 10-06-2011 PUBLIC 13-06-2011)

Contudo, a efetivação desta Lei e da sua aplicação ainda tem muitos passos a seguir, que poderá se dar por meio do trabalho articulado entre as diversas áreas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em suas três esferas de atuação.

De acordo com Pesquisa realizada pelo IPEA[4] em 2015 que avalia a efetividade da Lei Maria da Penha, um dos efeitos foi a diminuição na taxa de feminicídio

"Apesar de a Lei Maria Penha não ter como foco o homicídio de mulheres, a pesquisa partiu do pressuposto de que a violência doméstica ocorre em ciclos, onde muitas vezes há um acirramento no grau de agressividade envolvida, que, eventualmente, redunda (muitas vezes de forma inesperada) na morte do cônjuge, por isso seria razoável imaginar que a lei, ao fazer cessar ciclos de agressões intrafamiliares, gere também um efeito de segunda ordem para fazer diminuir os homicídios ocasionados por questões domésticas e de gênero, defendem os autores.

Os resultados indicam que a LMP fez diminuir em cerca de 10% a taxa de homicídio contra as mulheres dentro das residências, o que implica dizer que a LMP foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica no país. Os autores ressaltam, no entanto, que a efetividade não se deu de maneira uniforme no país, por causa dos diferentes graus de institucionalização dos serviços protetivos às vítimas de violência doméstica. Para mais informações sobre a distribuição de serviços protetivos à mulher no território nacional, consulte o segundo estudo divulgado nesta quarta-feira, a Nota Técnica - A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil."

Os benefícios alcançados pelas mulheres com a Lei Maria da Penha são inúmeros, além de criar mecanismo judicial específico os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres com competência cível e criminal; inovou com uma série de medidas protetivas de urgência para as vítimas de violência doméstica; reforçou a atuação das Delegacias de Atendimento à Mulher, da Defensoria Pública e do Ministério Público e da rede de serviços de atenção à mulher em situação de violência doméstica e familiar; previu uma série de medidas de caráter social, preventivo, protetivo e repressivo; definiu as diretrizes das políticas públicas e ações integradas para a prevenção e erradicação da violência doméstica contra as mulheres, tais como: implementação de redes de serviços interinstitucionais, promoção de estudos e estatísticas, avaliação dos resultados, implementação de centros de atendimento multidisciplinar, delegacias especializadas, casas de abrigo e realização de campanhas educativas, capacitação permanente dos integrantes dos órgãos envolvidos na questão, celebração de convênios e parcerias e a inclusão de conteúdos de equidade de gênero nos currículos escolares.

Em suma, a Lei Maria da Penha, reconhece a obrigação do Estado em garantir a segurança das mulheres nos espaços público e privado ao definir as linhas de uma política de prevenção e atenção no enfrentamento da violência contra a mulher, bem como delimita o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e inverte a lógica da hierarquia de poder em nossa sociedade a fim de privilegiar as mulheres e dotá-las de maior cidadania e conscientização dos reconhecidos recursos para agir e se posicionar, no âmbito familiar e social, garantindo sua emancipação e autonomia.

No entanto, a cada ano, mais de um milhão de mulheres ainda são vítimas de violência doméstica no país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Jungbuth (2016, p. 17) destaca o motivo da Ineficácia

“[...] a resposta penal desacompanhada de programas voltados ao rompimento da violência e proteção da vítima, na grande maioria dos casos, é de pouca eficácia. Não se observam lacunas na Lei, mas sim a falta de implementação das condições necessárias para a proteção das mulheres em situação de risco. Outro ponto que contribui para a ineficácia da legislação em comento é a falta de rotina dos operadores do direito, no enfretamento à violência doméstica [...]”

As medidas protetivas estabelecidas pelo juiz em face da vítima de violência doméstica, muitas vezes toma um curso diferente do esperado, pois são ineficazes para solucionar os problemas emergentes nos casos.

Acontece que na maioria das vezes o problema está na própria vítima quando resolve se retratar e reatar com o agressor, com isso tornado as medidas sem eficácia alguma. Nem sempre é o judiciário o responsável pela não eficácia das medidas, isso porque quando a própria vítima resolve por bem se retratar da representação consequentemente as medidas de proteção são revogadas pela autoridade que estabeleceu no caso o Juiz.

Não se trata apenas de estabelecer o afastamento do agressor da vítima deveria haver uma fiscalização para saber se elas estão sendo cumpridas, pois como já é sabido, muitas vezes o agressor ameaça para que a queixa seja retirada e com isso a vítima acaba por se retratar da representação fazendo com que tais medidas de proteção sejam revogadas ficando o agressor livre para praticar outros delitos.

O problema central não é a ineficácia da Lei em si, mas a sua aplicação se esbarra fundamentalmente na realidade que ao longo desses 10 (dez) anos o combate à violência contra a mulher não foi prioridade dos governos, que deixaram de criar mecanismos para acelerar a efetividade da Lei.

Um dos principais elementos que evidência o descaso com a vida das milhares de brasileiras é o baixo orçamento destinado para políticas públicas especificas de enfrentamento a violência contra a mulher. Programas como botão pânico, patrulha Maria da Penha, Disque 180, Mulher viver sem violência e a própria aplicação da Lei Maria da Penha em sua integralidade fica extremamente prejudicada sem orçamento financeiro que dê condições para que essas medidas saiam do papel e atinjam as mulheres.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Maria da Penha representa um importante avanço histórico, político e sobretudo legislativo, em vigor, tal norma possibilitou inúmeros atendimentos a casos de violência que existiam mas não eram conhecidos ou comentados.

Com o seu surgimento pode-se observar uma maior segurança às mulheres, visando punir rigorosamente o agressor, vez que, a pena máxima foi elevada, não sendo permitida a aplicação

da Lei 9.099/95(Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais). Foi visando inibir condutas violentas praticadas pelo agressor, que a Lei Maria da Pena elencou medidas de proteção, sendo possível a aplicação da prisão preventiva, espécie de prisão cautelar, desde que comprovado os indícios de autoria e materialidade. As medidas protetivas servem justamente para proteger a vítima, mas isso não vem ocorrendo, uma vez que, elas não estão sendo usadas como manda a norma.

Foi a partir daí que a sua eficácia passou a ser questionada, vez que, a sua aplicação nos casos de violência doméstica vem gerando revolta na sociedade, mediante a impunidade dos sistemas policiais e jurídicos.

É notável que parte das mulheres venceram o medo, e começaram agir com maior frequência nas delegacias apropriadas, buscando ajuda, porém as medidas de proteção não estão sendo aplicadas como determina a Lei.

Pode-se observar através dos posicionamentos de diversos doutrinadores que a Lei Maria da Penha por dar diretrizes à proteção da vítima e a punição do agressor, é eficaz, porém verificam-se falhas na sua aplicabilidade, vez que o poder público conjuntamente com o Judiciário e em especial o Executivo, não criam mecanismos de proteção às vítimas como casas de abrigo em que elas possam ser assistidas por profissionais capacitados para uma possível reabilitação ao convívio social e enquanto o Judiciário aplica a lei, o poder público não consegue agilidade na ação policial para atender as ocorrências, dando proteção à mulher, vítima da violência doméstica. Desse modo, a norma demonstra eficácia e competência, porém não sendo bem aplicada, gera impunidade e isso não é deficiência da Lei, e sim dificuldades em executá-la. Assim, cabe aos órgãos competentes executar adequadamente a Lei que ampara a mulher, vítima da violência doméstica.